MEDO E SEGREGAÇÃO NA CIDADE

SOCIABILIDADES EM JOGO EM UM CONTEXTO DE ENCLAVES FORTIFICADOS

rafael baldam

orientação . tomás antonio moreira

YBY

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

RAFAEL BALDAM

**Medo e segregação na cidade:
sociabilidades em jogo em um contexto de enclaves fortificados**

SÃO CARLOS, 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

RAFAEL BALDAM

**Medo e segregação na cidade:
sociabilidades em jogo em um contexto de enclaves fortificados**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Campus São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientação: Tomás Antonio Moreira

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

SÃO CARLOS, 2019

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B175m Baldam, Rafael
 Medo e segregação na cidade: sociabilidades em
 jogo em um contexto de enclaves fortificados /
 Rafael Baldam; orientador Tomás Antonio Moreira. --
 São Carlos, 2019.
 260 p.

 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
 em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
 Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
 Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
 2019.

 1. medo urbano. 2. enclaves fortificados. 3.
 sociabilidades. 4. região metropolitana de campinas.
 5. condomínios fechados. I. Antonio Moreira, Tomás ,
 orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Rafael Baldam**

Título da dissertação: **"Medo e segregação na cidade: sociabilidades em jogo em um contexto de enclaves fortificados."**

Data da defesa: **26/09/2019**

Orientador: Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira
(IAU/USP)

Não votante

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves
(IAU/USP)

Aprovado

Profa. Dra. Eda Maria Góes
(UNESP(Pres. Prudente))

Aprovado

Prof. Dr. Evandro Ziggiatti Monteiro
(FEC/UNICAMP)

APROVADO

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

Esta pesquisa contou com o fomento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, sob o processo nº 2017/20389-0.

Agradeço à minha família pelo suporte mais do que necessário nesses anos de mestrado; aos amigos e amigas com quem debati ideias e, sabendo ou não, me ajudaram a continuar essa jornada; ao Tomás pela orientação e companheirismo; à Gisela pela amizade sempre presente.

A todos que me foram professores, de profissão ou de vida, obrigado.

O MEDO

Certa manhã, ganhamos de presente um coelhinho das Índias.

Chegou em casa em uma gaiola. Ao meio-dia, abri a porta da gaiola.

Voltei para casa ao anoitecer e o encontrei tal e qual o havia deixado: gaiola adentro, grudado nas barras, tremendo por causa do susto da liberdade.

Eduardo Galeano

BALDAM, Rafael. **Medo e segregação na cidade: sociabilidades em jogo em um contexto de enclaves fortificados**. 2019. 260 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa parte do entendimento de dinâmicas de segregação e auto-segregação, que tomaram forma em grandes cidades brasileiras a partir da década de 70, conduzindo a uma prática de reprodução de “enclaves fortificados”, como colocado por Caldeira (2000). Em um movimento retroalimentado, a insegurança de viver na grande cidade recebe respostas arquitetônicas e urbanísticas: muros altos, cercas, sistemas de segurança, patrulhas privadas, guaritas, um estado de vigilância permanente, como disse Bauman (2014). A sociabilidade decorrente dessa dinâmica passa a ser pautada pela sensação de medo, intolerância e ameaça constante. Como este modo de organização da cidade altera as sociabilidades e a percepção do espaço urbano? Esta dinâmica gera um movimento de supervalorização da exclusividade, de negação de alteridades; contribui para a intolerância e para a construção de um mercado do medo, que vende a sensação de segurança (mesmo que esta não seja verdadeira) sob a forma de loteamentos fechados, e sistemas de segurança privados. Enquanto estratégia de campo, o trabalho se vale de levantamentos espaciais de loteamentos fechados, de modo a investigar como a arquitetura e morfologia desses espaços se relacionam com a estratégias de segurança; e levantamentos sociais qualitativos (baseados em entrevistas e questionários) com moradores desses loteamentos, localizados em cidades da Região Metropolitana de Campinas (Itatiba, Campinas, Valinhos e Vinhedo) sobre suas perspectivas acerca do medo urbano e dos seus modos de utilização dos espaços coletivos intramuros e dos espaços públicos extramuros. Esta pesquisa se preocupa principalmente em discutir como todo o aparato construído sobre o medo, e que resulta em vivências e espaços enraizados nesse afeto, se manifesta nas socializações cotidianas.

Palavras-chave: medo urbano, enclaves fortificados, sociabilidades, região metropolitana de campinas, condomínios fechados

BALDAM, Rafael. **Fear and segregation in the city: sociabilities at stake in a fortified enclaves context**. 2019. 260 pg. Dissertation (Masters Degree in Architecture and Urbanism) – Architecture and Urbanism Institute, University of São Paulo, São Carlos, 2019.

ABSTRACT

This research starts from the understanding of segregation and auto-segregation dynamics, which took place in big brazilian cities since the 70s, conducting to a fortified enclaves reproduction practice, as put by Caldeira (2000). In a feed-back movement, the insecurity of living in the big city receives architectural and urbanistic answers: high walls, fences, security systems, private guard teams, security cabins, a permanent surveillance state, as Bauman (2014) said. The consequential sociability of this dynamics begins to be ruled by the feeling of fear, intolerance and constant threat. How can this city organization way alter the sociabilities and the urban space perception? This dynamics generates a movement of exclusivity overvaluation, denial of otherness; contributes for intolerance and to the construction of a fear market, which sells the security feeling (even though it might not be real) under the form of closed allotments, gated communities and private security systems. As field research strategy, this work will be using spatial studies of the gated communities, in order to investigate how these allotments architecture and morphology, relates to the security strategies; and qualitative social studies (based on interviews and questionnaires) with residents of closed communities located in cities inside the Campinas metropolitan area (Itatiba, Campinas, Valinhos and Vinhedo) about their perspectives on urban fear and their ways of using the collective spaces inside the community and public spaces outside them. This research discusses how the whole apparatus built on fear, which results in ways of living and spaces rooted in this affection, manifests itself in everyday socializations.

Keywords: urban fear, fortified enclaves, sociabilities, Campinas metropolitan area, closed communities

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Paraisópolis, São Paulo.	53
Figura 2 - EREF próximo à bairro precário em Campinas/SP.	53
Figura 3 - Ocupação Povo sem Medo – São Bernardo do Campo/SP.	56
Figura 4 - Mapa da desigualdade de São Paulo, comparativo de favelas.	58
Figura 5 - Propaganda de Condomínio em Vinhedo/SP.	63
Figura 6 - Propaganda Villaggio São Bento, casas isoladas.	78
Figura 7 - Mapa Loteamentos Residenciais Fechados na RMC.	88
Figura 8 - Exemplo de identificação de EREF.	90
Figura 9 - Residencial Vila de San Pietro, retirado do estudo.	92
Figura 10 - Condomínio Rossi Ideal Vitória, retirado do estudo.	92
Figura 11 - Loteamentos residenciais fechados na RMC.	93
Figura 12 - Territorialização do índice GINI na RMC.	100
Figura 13 - Carro sendo revistado na portaria do Condomínio Vale da Santa Fé, em Vinhedo.	159
Figura 14 - Flyer do Condomínio Vitória Régia, em Natal-RN.	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trecho da Tabela de controle do levantamento dos loteamentos.	91
Tabela 2 - Número de EREFs e área por município.	94
Tabela 3 - Porcentagem de área urbana ocupada por EREFs.	95
Tabela 4 - Porcentagem de área total do município ocupada por EREFs.	96
Tabela 5 - Metragem quadrada média dos lotes de EREFs.	97
Tabela 6 - Índice Gini.	98
Tabela 7 - Indicadores por município.	102
Tabela 8 - Maiores EREFs (área).	105

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO DINÂMICAS URBANAS DO MEDO	18
1 Afeto transformador e em transformação	19
2 Cidades do medo	25
3 Medo como mediador das relações	31
4 Das questões à pesquisa	35
4.1 Metodologia de pesquisa, ou como se aproximar do medo	36
4.2 Organização do trabalho	40
CAPÍTULO 1 URBANIZAÇÃO DESIGUAL E REPRODUÇÃO DE ESPAÇOS DO MEDO	42
1 Urbanização brasileira em direção à segregação socio-espacial	43
1.1 Urbanização desigual	44
1.2 A cidade partida	50
2 Busca pelos espaços da segurança	61
2.1 Violência e criminalidade	64
2.2 Vigília constante do medo	70
2.3 Enclaves fortificados habitacionais	76
3 RMC e os espaços residenciais fechados	86
3.1 Macro caracterização dos EREFs na RMC	94
CAPÍTULO 2 OS MUROS PARA O INDIVÍDUO	108
1 Espaços residenciais fechados na escala do indivíduo	111
1.1 Caracterização dos erefs selecionados	113
1.1.1 Residencial Country Club – Itatiba	114
1.1.2 Ville de France - Itatiba	115
1.1.3 Village Visconde de Itamaracá – Valinhos	115
1.1.4 Reserva Colonial – Valinhos	116
1.1.5 Residencial Parque Rio das Pedras – Campinas	116
1.1.6 Residencial Mirantes da Fazenda – Campinas	117
1.1.7 Condomínio Alphaville – Campinas	117
1.1.8 Condomínio Vale da Santa Fé – Vinhedo	117
1.1.9 Condomínio Estância Marambaia – Vinhedo	118

2 Subjetividades construídas entre muros	138
2.1 Segurança	143
2.2 Vida social e lazer	153
2.3 Pertencer ao lugar	161
CAPÍTULO 3 SOCIABILIDADES EM JOGO	168
1 Encontrar o outro na cidade	170
2 Consenso e contradição	182
2.1 Criando narrativas para o espaço residencial fechado	184
2.1.1 Marketing: construção do consenso	187
2.1.2 Cinema: refúgios inseguros	193
2.2 Ficcionalizar a realidade	202
3 Do discurso à prática: limites e comunidades	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS LIDAR COM O MEDO NA CIDADE	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226
ANEXOS	236
1 Roteiro de entrevista	237
2 Termo de consentimento	239
3 Parecer Plataforma Brasil	240
4 Tabela resumo dos levantamentos de EREFs	243
5 Tabela completa dos levantamentos de EREFs	246
6 Infográfico resumo dos EREFs selecionados	259

APRESENTAÇÃO

Cotidianamente, imagens são veiculadas indicando onde encontrar segurança na cidade. Como morar de modo seguro? Como garantir a possibilidade de lazer, comunidade e contato com a natureza? Seja em revistas, televisão, rádio, outdoors ou folhetos distribuídos em semáforos, a imagem do condomínio residencial horizontal fechado combina uma série de características sedutoras. Se a vida na cidade é vista como caótica, no condomínio tem-se tranquilidade; se não há áreas de lazer na cidade (ou se não as frequenta) o morador do condomínio tem a seu dispor uma série de equipamentos de lazer e o contato próximo à natureza; se há o crime, no condomínio há segurança. Este produto imobiliário, já naturalizado por grande parte da população, é oferecido como uma saída, talvez a única, para uma vida de bem estar urbano. Ao ingressar em um desses espaços intramuros, todo o aparato de segurança indica que aquele espaço está livre de problemas.

No entanto a literatura urbanística já vem indicando contradições da produção e implantação dos loteamentos residenciais horizontais fechados. Infrações de legislação ambiental, fechamento de ruas de modo ilegal, irregularidades na aprovação dos projetos, especulação imobiliária, espraiamento urbano através da implantação de grandes loteamentos fechados, são algumas das questões colocadas que indicam que o modo de vida propagandeado pelos empreendedores de condomínios, não vêm sem um preço. Ainda assim, questões como essas acabam por transitar em circuitos fechados de debate: a universidade, disputas legais. Os moradores dos condomínios dificilmente tem acesso a tais colocações. Isso não significa que a vida entremuros não os impacte.

Ao contrário, observa-se um modo particular de experimentar a cidade, marcado pela exclusividade e vigilância. São visíveis o aumento da potência tecnológica e o capital empregado em formas de vigilância e controle, entrando em contato com o mercado imobiliário para produzir novos produtos que apelem ao comprador do século XX (e que se estende e se intensifica ao século XXI). À medida em que a vivência urbana parece sair do controle – seja quanto às dificuldades colocadas à mobilidade urbana, a expansão da criminalidade em determinados lugares, a mídia que expande problemas locais para uma cidade inteira – cria-

se um produto como contrapartida, sendo o condomínio fechado um deles. A prevenção ao crime que ele propõe implica ao seu morador aceitar uma certa privação de liberdades. Os muros são contenedores. Dentro dos seus limites há a tendência à homogeneização de classes (dada pela faixa de preço dos lotes), logo o contato com outras classes sociais só se dá via relações de trabalho: patrão-empregado. Na presença de tais espaços exclusivos na cidade coloca sob uma névoa as noções de público e privado. Ao mesmo tempo em que os condomínios garantem espaços de lazer para seus moradores, espaços públicos semelhantes têm dificuldades de se manter. De modo geral, a cidade é vista como uma série de ilhas, conectadas pelas vias de automóveis (também securitizados, blindados). Ilhas de moradias (condomínios), trabalho (condomínios de escritórios), comércio e serviços (shopping centers). O indivíduo que experimenta a cidade dessa maneira tem seu espaço garantido, mas fica mais difícil que ele perceba que outros não têm.

A questão que os muros colocam para a cidade é ao mesmo tempo simbólica e factual. O muro impede a visão do que está além dele, transformando então a saída em voltar-se para dentro. Quando reforça-se o indivíduo, como se dá a relação com as alteridades? Como se dão nesse contexto os encontros com desconhecidos e com os pares? Seria possível que a vivência entremuros submetida aos escrutínios dos aparatos de segurança moldassem o modo de perceber o espaço público, ou a cidade como um todo?

INTRODUÇÃO

DINÂMICAS URBANAS DO MEDO

1 AFETO TRANSFORMADOR E EM TRANSFORMAÇÃO

A escolha de produzir um estudo em profundidade sobre o medo na cidade é, ao mesmo tempo, coerente e contraditória. É coerente na grande escala, de pesquisa social, já que trata de um tema presente, impregnado socialmente e, inevitavelmente, ramificado em diversas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais. Nesse sentido, entender o medo é entender uma das engrenagens que fazem a sociedade ocidental girar. A contradição aparece na escala do indivíduo, do pesquisador. Por ser parte integrante da vida em sociedade, somos confrontados diariamente com este afeto; desde a infância aprendemos o que devemos temer. Cada indivíduo nutre, ao longo da vida, uma bagagem de angústias e medos. Assim, ingressar nessa pesquisa significa enfrentar os próprios fundamentos daquilo que paralisa frente ao terror, é olhar nos olhos daquilo que evitamos no contato com o desconhecido.

Aqui reside uma peculiaridade dos estudos sobre o medo, que não vem sem sua complexidade. A natureza diversa e volátil desse afeto, somada às subjetividades que o administram cada uma ao seu modo, cria uma abertura de entendimentos, como uma espécie de via de comunicação que permite compreender “medos”, apesar de seu grau de abstração e perspectivas únicas. Como um atalho, as experiências pessoais individuais permitem um vislumbre de indivíduos e situações, dão acesso a realidades nessa escala mais próxima. Estamos já iniciados nessa discussão, mesmo que não saibamos. Portanto, um dos desafios dessa pesquisa talvez seja compreender de que maneiras este afeto tão comum e trivial, e também tão sujeito às individualidades, ganha contornos coletivos até ser possível dizer que ele governa uma série de dinâmicas sociais de uso e percepção da cidade. Em *O Mal Estar na Civilização*, ainda na década de 1930, Freud (2011) já apontava a dificuldade em estudar cientificamente os sentimentos. É possível descrever seus aspectos fisiológicos, mas nos momentos em que estes se mostram insuficientes para seu entendimento, é preciso ater-se aos seus conteúdos ideativos.

Para ser possível dizer que o medo tem a capacidade de interferir em uma série de dinâmicas da vida (desde o cotidiano pessoal até as macro transformações sociais), coloca-se a dificuldade de transposição do entendimento individual do

medo para o coletivo. Segundo Delumeau (1989), emergem características psicológicas específicas quando delimitamos um conjunto de pessoas, uma multidão, sob a condição do medo: sua influenciabilidade, julgamentos absolutos, rapidez de transmissão interna, enfraquecimento do espírito crítico, diminuição da noção de responsabilidade pessoal, subestimação da força adversária, transição brusca do horror ao entusiasmo e aclamações às ameaças de morte. Assim, as reações psicossomáticas do medo, que são facilmente delimitadas no indivíduo (como a ativação do estado de alerta, aceleração dos batimentos cardíacos, respiração acelerada, ou até pseudoparalisia) se traduzem no coletivo de modo exagerado e complexo.

É possível considerar dois cenários distintos que submetem uma unidade coletiva ao medo. Os habitantes de uma cidade durante um terremoto estarão colocados (em sua maioria) em um contexto de pânico generalizado, onde os excessos de cada indivíduo se comunica com o próximo até concluir a rede coletiva. Um terremoto como estopim ativa a sensação de medo em cada pessoa que está no seu alcance: medo agudo. Em outra dinâmica, um determinado medo pode adquirir características crônicas e, “adormecido”, conviver com toda uma população durante um período de tempo. Ao entrar em um carro antes de fazer uma longa viagem, espera-se que não ocorram problemas. Reside neste caso, alguma permanente porcentagem de medo; morar próximo a um bairro de baixa renda acende os estigmas daquela área em relação à violência, então convive-se com aquela sensação de iminência: medo crônico. Ambos modos de experimentar este afeto participam da vida em sociedade, e aplicam uma carga diferenciada sobre o indivíduo e sobre o coletivo.

Este último, no entanto, se relaciona com uma noção ampliada de violência e com a naturalização desse sentimento. Žižek (2014) indica três formas de violência às quais estamos submetidos diariamente. A mais óbvia e facilmente assimilada é a violência subjetiva. Diretamente visível, exercida por um agente de fácil identificação, é vista em atos criminosos, terrorismo e confrontos civis. As outras duas merecem uma atenção mais demorada. A violência simbólica reside na linguagem e em suas formas, através de uma imposição de um certo universo de sentido. A violência sistêmica consiste no modo de funcionamento regular de sistemas econômicos e políticos. Nesse sentido, há um porção visível

e outra “submersa” da manifestação da violência. Esta ampliação de entendimento coloca no mapa dos estudos sobre o medo (e violência) uma noção de que através da política, da cultura, da economia, é possível fomentar atitudes violentas, cravá-las na construção de uma sociedade, de modo que se torne um dos pilares sociais, ainda que sejam transmitidos como aspectos positivos. Ao contrário da violência subjetiva (visível) as simbólicas e sistêmicas são objetivas, voláteis, tem escala coletiva; frequentemente utilizadas como argumentos para correção de violências subjetivas.

A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. (ŽIŽEK, 2014, pg. 18)

A violência se torna, então, uma força trivializada, aceita como parte integrante das vida em sociedade. Como Arendt (1985) indica, a violência é negligenciada até nos estudos históricos, devido sua arbitrariedade e presença corriqueira, apesar do notório papel que ela desempenhou durante a história humana. O historiador Jean Delumeau (1989) indaga:

Por que esse silêncio prolongado sobre o papel do medo na história? (DELUMEAU, 1989, pg. 13)

Há então uma possível correlação entre as dinâmicas da violência e as dinâmicas do medo, inclusive no que diz respeito ao estudo desses temas. Tal emparelhamento reflete uma série de políticas, baseadas na noção de violência sistêmica e simbólica, como colocadas por Žižek, que têm o medo como sua força motriz (não declarada), reproduzindo este afeto e naturalizando-o como aspecto fundamental da sociedade.

Em outra correlação entre violências e medos, Arendt (1985) coloca que o progresso tecnológico foi muitas vezes, o caminho em direção à práticas mais violentas, e que as ciências, incapazes de curar as mazelas existentes causadas pela própria tecnologia, avançam para um estágio em que tudo é passível de transforma-se em guerra. Acompanhando este desenrolar tecnológico, e com ele o cultural, político e econômico, cria-se uma sequência de inaugurações de medos históricos. As bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, por exemplo,

criaram um medo antes inexistente, fomentou uma sombra sobre as gerações que vieram após a data. A partir da ascensão de Hitler, durante a década de 1930, o conhecimento dos campos de concentração, da tortura e do genocídio gera uma bagagem de medos que, desde então, carregamos e que ameaça aflo-
rar ao percebermos movimentos análogos atualmente. No início do século XX, o crescimento de grandes cidades como Nova Iorque, Londres e Paris criaria uma série de novos medos, muitos dos quais já os superamos ou passamos a con-
siderá-los triviais, como a criminalidade, fome, trânsito, desemprego. É verdade que o medo é parte natural da vida, mas há um desequilíbrio quando ele passa a governar desejos subjetivos e coletivos, ou se entranhar nas estruturas políticas.

Ao longo do tempo e de lugar a lugar os medos se modificaram. Ainda no século XIII, no ocidente, o mar significava uma ameaça polivalente. Vinculadas à imen-
sidão do oceano, a presença da Peste Negra, as invasões normandas e sarra-
cenas, os recifes mortais, pântanos insalubres nas regiões costeiras, a calmaria
em alto-mar para uma embarcação a vela, formam um sistema de medos orga-
nizado ao redor de temas específicos, muitas vezes limitados pelas deficiências
tecnológicas. Sob influência da forte Igreja Católica, as imagens do fim do mun-
do, do dilúvio, se associam à tempestade, à força das águas. A Igreja conduziu
uma amplificação de seus medos direcionando-os aos seus seguidores. Assim,
no inventário dos males estavam os turcos, judeus, mulheres (bruxas), a busca
pelo Anticristo, o Juízo Final, o demônio residente em cada um. O outro, durante
o início da Idade Moderna, também significava uma fonte de repulsa, de modo
que a aversão os “forasteiros”, às inovações culturais, significariam um medo
do desconhecido e conseqüente desconfiança, acompanhados de uma culpabi-
lização de agentes externos por problemas internos. Aos vizinhos destinava-se
a desconfiança. Aqueles denunciados como feiticeiros e feiticeiras, o foram por
pessoas próximas, conhecidos do cotidiano. Outros medos, animados pelas ini-
ciativas católicas e pelo contexto tecnológico da época, como fantasmas e a vida
após a morte, vampiros, a própria morte, vão se configurando, superando-se
e reformulando-se ao longo do tempo. A noite também é colocada como uma
ameaça potencial, usada inclusive como metáfora para perigo, é o momento
em que os indesejáveis saem à rua: ladrões, meretrizes, bêbados, bastardos. A
iluminação das ruas com lanternas, na Paris do século XVIII, já indicavam este

serviço urbano como uma necessidade para a sensação de segurança. Desde o século XVI, as grandes navegações e invasões das terras da América do Sul implicavam em medos específicos aos nativos indígenas.

[...] os índios do México e do Peru sabiam-se ameaçados em sua identidade mais profunda pela cultura dos conquistadores e especialmente pelo batismo, pelo catecismo e pelas liturgias dos missionários europeus. Daí suas retiradas repetidas para as zonas montanhosas, seus ataques súbitos contra as aldeias de colonização e de cristianização, suas violências, no decorrer das rebeliões, contra os religiosos, as igrejas, os sinos, as imagens cristãs, etc. (DELUMEAU, 1989, pg. 165)

Mais recentemente, durante a Guerra Fria, as constantes ofensivas sobre o comunismo refletiam um subjacente medo de que o capitalismo perdesse território e que a influência estadunidense sobre a política mundial perdesse força. Também as preocupações ambientais começaram a ganhar projeção, atentando para a aproximação do limite em que a raça humana poderia intervir no planeta sem causar danos irreversíveis. Guerra do Vietnã, atentados de 11 de Setembro, atentados terroristas em Nice e Londres, a guerra na Síria, crise de refugiados na Europa. A gama de medos constituintes tanto de crises geopolíticas quanto das práticas cotidianas individuais, se incrementa e se sobrepõe. Ao menos, é o que a mídia deixa transparecer. Sem negar a existência dessa escala de medos, é preciso perceber as nuances que compõem cada um deles e os fazem diversos uns dos outros, por motivos e consequências.

No início do século XX, a intensificação da vida nas grandes cidades trouxe com ela uma vivência complexa, de constante compartilhamento de espaços com outros grupos e pessoas. Evidencia-se então o papel dos espaços pessoais, do público e do privado, das distinções entre o outro e o eu. Alguns medos urbanos derivam em parte dessa transformação social que a vida na cidade implica, e se tornam cada vez mais perceptíveis. A criminalidade, o receio das alteridades, são alguns dos principais. Para Bauman (2009), apesar de vivermos atualmente em uma época de relativa segurança, avanços tecnológicos e científicos, a sen-

sação de insegurança permanece. O autor considera o medo como resultado da fragilidade corporal humana somada às inadequações das normas sociais, de modo que estas não correspondem às expectativas. Na impossibilidade de reordenar as regras de convivência à satisfação individual, o sujeito pretende superar o medo através do afastamento. Freud (2011) já apontava que uma das formas possíveis para contornar o sofrimento é o isolamento, a busca solitária por uma estratégia que vença a sensação de insegurança. Caminho frequentemente adotado. Atualmente uma série de artifícios são produzidos e consumidos com este fim, mostrando uma cooperação entre a sensação de segurança e um mercado que se beneficia dela, uma relação circular. Carros blindados, sistemas de segurança, equipes de segurança privada, condomínios fechados associados a shoppings centers, são produtos desse mercado do medo que vendem a sensação de segurança.

Para Bauman (2009), a cidade, que se tornou repositório dos medos humanos, é fruto de riscos tanto quanto de virtudes. Para o autor, os espaços da cidade que acumulam diferenças (de uso, idade, raça, classe, etc) também acumulam riscos de conflito, assim como esperança de uma vida com mais tolerância. Assim, a convivência com a diferença pode ser um dos exercícios chave para o reconhecimento do outro e de si próprio como indivíduos que partilham uma coletividade; e que a retirada (ou a auto-retirada) para espaços exclusivos reforça as práticas de intolerância.

Entre as tantas fontes de medos históricos que ainda convivem conosco, a resistência aos contatos com o “outro” persiste. A vida urbana apresenta testes dessa natureza diariamente: nos centros urbanos lotados de desconhecidos, no transporte público, na vida em edifícios e grandes conjuntos habitacionais. Recentemente, o caso dos “rolezinhos” em shoppings da cidade de São Paulo evidenciaram esta questão. Jovens, em sua maioria negros e negras, vindos de bairros periféricos ou precários da capital paulista, organizando-se via redes sociais, se direcionaram para shoppings centers buscando espaços de lazer. Obtiveram uma gama de respostas, desde o fechamento de lojas com medo de saques, impedimento total de entrada em alguns shoppings até prisões por acusações de furtos. Estes eventos escancararam as imposições invisíveis dos limites entre o privado e o público, entre o exclusivo e o coletivo, entre aqueles

considerados desejáveis e indesejáveis, entre o “eu” e o “outro”.

Nesse contexto, as cidades possuem um papel fundamental para o entendimento de uma sociedade que tem no medo uma de suas características marcantes, e também para a construção de possíveis alternativas, que conduzam a convivência humana em direção ao entendimento e respeito pelas diferenças.

2 CIDADES DO MEDO

A presença do medo na cidade interfere diretamente na noção de espaço público enquanto formador das ideias de coletividade, sociabilidade e democracia. De certo modo, estes conceitos se tornam “borrados” a medida que o espaço urbano é preenchido com a implantação de arquiteturas ofensivas, muros, securitização e vigilância, dinâmicas que caminham no sentido contrário da publicização do espaço. Essas espacialidades estão ligadas a uma estética da desconfiança e da antecipação das violações, alterando as formas de prática e reflexão sobre as sociabilidades e a coletividades.

[...] as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. (CALDEIRA, 2000, pg 211)

O termo “enclaves fortificados” corresponde a uma gama de objetos arquitetônicos e urbanísticos que compartilham as seguintes características. São propriedade privada de uso coletivo, valorizam o ambiente privado em detrimento do público, são fisicamente demarcados por muros e grades, são voltados para seu interior e não à rua, controlados por guardas ou sistemas de segurança, impõem algum modo de controle de ingresso, podem ser espaços autônomos em relação à cidade, aqueles que habitam estes espaços escolhem conviver entre pessoas

seletas, são espaços indicadores de status (CALDEIRA, 2000). Entre estes objetos urbanísticos e arquitetônicos que corroboram para esta “cidade do medo”, os condomínios fechados têm considerável importância, devido seu porte, aceite generalizado pela sociedade e impactos na malha urbana. Utilizando São Paulo como exemplo, em meados da década de 1980 o aumento do crime violento intensifica preconceitos contra certos grupos sociais (pobres, negros), reforça um discurso do crime que leva por fim a uma “fortificação” da cidade.

As consequências surgem, em parte, de forma espacial, incentivando a reprodução de espaços exclusivos, de ingresso controlado, de homogeneização de usuários; assim, colocando os condomínios verticais e horizontais como os modos principais de organização e segregação espacial de São Paulo.

As definições colocadas por Caldeira (2000) se tornaram padrão na academia no que diz respeito à pesquisas sobre segregação urbana, violência e produção de loteamentos fechados. Ao longo dos 19 anos após a publicação de *Cidade de Muros*, os condomínios residenciais horizontais fechados (uma das formas de enclaves fortificados colocados pela autora) se tornaram um produto imobiliário comum em diversas cidades do Brasil. Mais do que isso, Silva (2008) indica que os condomínios podem ser considerados um modo através do qual se dá a expansão urbana de algumas cidades, como o caso de Campinas.

Associadas diretamente à preocupações sobre segurança na cidade, um fator sempre presente nas propagandas de condomínios fechados são os aparatos de segurança. Com uso de câmeras, guaritas, guardas, entre muitas outras ferramentas, pretende-se ampliar o campo de atuação da vigilância. Orellana (2011) define como “dispositivos panópticos”: ferramentas de visibilidade que ocultam a própria verificação, tornando-se agentes de algo ou alguém que não pode ser checado, assim como instituem uma gestão sobre os corpos sem informar seus parâmetros para isso. Aqui, entende-se este conceito ancorado a uma produção arquitetônica (e consequentemente urbana) que permite e potencializa uma instituição disciplinar, em outras palavras, uma forma de governo dos corpos. Somados às estratégias de proteção, como muros e grades, os dispositivos panópticos se colocam no espaço urbano via guardas particulares, câmeras e microfones; elementos de vigilância e controle sobre as diversidades, minando

as heterogeneidades e conflitos para convertê-los em homogeneidade e conciliação, além de sustentarem um sentimento de desconfiança daquele que é observado. Pode-se dizer, então, que os meios de proteção ficam sob encargo de cada indivíduo, e a segurança torna-se um produto seletivo. Há no entanto, uma particularidade sobre a interpretação do condomínio fechado como um panóptico. Não se deve esquecer que essa condição de vigilância constante vem como “parte do pacote” da moradia entremuros, portanto, fruto da escolha por esse modo de vida. Também deve-se considerar que não se trata do modelo panóptico como proposto por Bentham. No modelo clássico era descrita uma estrutura única de observação, enquanto os prisioneiros não sabiam se estavam sendo observados ou não. Traduzindo para a realidade dos condomínios fechados, percebe-se que seus moradores sabem que estão sendo vigiados, e ainda, não há uma estrutura única de vigilância, ela é onipresente e até executada pelos próprios moradores.

É interessante notar que existem nuances no que diz respeito à sensação de insegurança e a violência real vivida. O trabalho de Spósito e Góes (2013), falando sobre cidades médias do interior de São Paulo, mostra que, em sua maioria, a experiência de vida dos moradores de enclaves fortificados entrevistados traz poucos acontecimentos traumáticos, ainda que eles expressem o aumento da sensação de insegurança, construindo o que as autoras chamam de “violência representada”.

Nos depoimentos que colhemos, quase não há acontecimentos traumáticos e, quando chegaram a ser relatados, referiram-se, com frequência, a fatos ocorridos há mais de dez anos e ainda, nas metrópoles, ou seja, a ocorrências em viagens de trabalho ou na residência anterior, nos casos em que a família residia em área metropolitanas, antes de se mudar para uma das cidades médias pesquisadas. Frente aos casos ocorridos há mais de dez anos, embora tenham se referido quase unanimemente ao aumento da insegurança nas “suas cidades”, os entrevistados ob-

servaram frequentemente que foram casos excepcionais, quando a insegurança não era uma das características dessas cidades, acrescentando que, cotidianamente, a presença da violência urbana é garantida pela mídia, do mesmo modo que fizeram aqueles que não tinham acontecimentos traumáticos a relatar. (SPÓSITO e GÓES, 2013, pg 166)

O papel da mídia e espacialização dos artifícios de securitização têm papel fundamental no incremento desse imaginário da violência, onde a força da suposição equipara-se à força do fato. Em Recife, por exemplo, Cruz (2010) nomeia como “imaginário do medo”, o conjunto de percepções pessoais que convencem o indivíduo de que as medidas de segurança são necessárias. Este imaginário, segundo a autora, é construído a partir da narrativa de terceiros e da mídia.

Além dos meios de comunicação eletrônicos e impressos, as conversas também têm um papel relevante na composição do imaginário do medo através dos relatos de experiências alheias. Por exemplo, do público total abordado nos dois bairros 86 % possui um amigo ou parente que já foi vítima de um crime na cidade do Recife. Mesmo quem nunca foi vítima direta de um crime (42% do total) compartilha do mesmo sentimento de medo e sensação de insegurança. (CRUZ, 2010, pg 75)

No mesmo sentido, Souza (2008) coloca que a criminalidade violenta e a sensação de insegurança não são percebidas de maneira proporcional e coerente todo o tempo. A mídia se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O autor ainda relaciona este fato como uma proposta estratégica.

O crime rende boa manchetes, o medo do crime vendo jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo. (SOUZA, 2008, pg. 30)

Em cidades que convivem com a violência diariamente, definidas pelo autor como “fobópoles”, a população se encontra submetida a um “clima de guerra civil”. Somado à postura da mídia em relação a divulgação da criminalidade e violência, seus habitantes tendem a considerar este cenário como natural, o que abre portas para a aceitação comercial das soluções de segurança. Como extensão dessa prática, as instituições governamentais se encontram pressionadas para oferecer soluções à criminalidade e à violência. Em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo os atores que contribuem para a dinâmica do medo são os traficantes, grupos paramilitares de extermínio e a polícia. Assim, à questão da segurança pública são frequentemente oferecidas soluções vindas do campo militar, ao invés do reconhecimento de questões sócio-espaciais que contribuem para a proliferação da violência e do medo na cidade. Graham (2016) define como “militarização” um processo que naturaliza paradigmas do pensamento, ação e política militar, podendo aplicá-lo então às diversas esferas da vida, entre elas a gestão urbana. Esta estratégia é composta pela disciplina agressiva de corpos, espaços e identidades que não condizem com o código estipulado como padrão (geralmente masculino); pelo amplo uso da política como plataforma de romantização e higienização da violência, como uma vingança legítima ou reconquista de territórios; consiste em uma “destruição criativa” de aspectos sociais e culturais herdados.

As dinâmicas que os muros dos condomínios implicam no espaço urbano, são percebidas em outros produtos, mas preserva-se o medo como um dos principais articuladores. A ideia de vigilância constante se sustenta sobre uma economia do medo, atuante nos mais diversos campos. Construtoras e imobiliárias especializadas em loteamentos fechados, cercas elétricas e cortantes, sistemas remotos de segurança, grupos de segurança particular, carros blindados, entre outros. O cotidiano se desenvolve agora também sob o escrutínio da vigilância constante, inclusive na esfera digital: GPS, chips de identificação biométrica, cartões bancários e bancos de dados financeiros, sensores “inteligentes” em carros e casas. Tecnologias impulsionadas por um medo iminente. Apesar de suas apresentações acontecem sob a égide da segurança, é possível interpretá-las também sob a égide do controle.

Essas tecnologias de controle cada vez mais se diluem no pano de fundo dos ambientes urbanos, das infraestruturas urbanas e da vida urbana. Aplicadas sobre e na extensão das paisagens urbanas do dia a dia, trazendo à tona estilos radicalmente novos de movimento, interação, consumo e política, de certa forma elas se tornam a cidade. (GRAHAM, 2016, pg 126)

É impossível negar que a experiência de vivência na cidade, tanto no espaço público quanto privado, sob o exercício de tais estratégias de controle e segurança, digitais e físicas, distorce ou, pelo menos, borra as noções de espaço democrático, espaço público, privacidade e tolerância. Enquanto o espaço privado caminha em direção da ideia de refúgio fortificado, exclusividade e negação das diferentes alteridades; o espaço público é reinterpretado como “não tão público assim”, devido justamente aos modos de controle de acesso que tomam forma em algumas cidades, ou ainda são identificados como repositórios da criminalidade e do medo. Estas leituras sobre ambos se retroalimenta e perpetua a condição de cidades do medo. Toma forma uma tautologia, em que se torna impossível definir se as formas de securitização e controle dos espaços e dos corpos são respostas à sensação de insegurança e medo, ou se estes afetos são potencializados a partir da presença de tais artifícios de segurança.

Assim, sistematizada por uma estrutura neoliberal, com manifestações espaciais nas cidades brasileiras e impactando as práticas sociais, os enclaves fortificados configuram uma lógica de sociabilização e urbanização que já não é nova, mas que impregna em todas as esferas da vida. Identificados como produtos modelos de resolução de problemas da moradia, como a exclusão da precariedade, do risco e da indeterminação, os enclaves fortificados excluem o que está fora de seus muros, e em relação aos seus espaços intramuros, aparecem como resquícios os espaços de sociabilidade, contudo destinados a um grupo social homogêneo. Nesse ambiente, a figura do síndico aparece como reguladora de condutas, e possui seus artifícios como proibições, controles de acesso e vigilância, que frente às menores divergências, são acionadas com potência por entender que entre iguais as pequenas diferenças se tornam gigantes. Os muros, então, como um dos artifícios de controle, assumem um papel dual de negação (limite) e de

reificação (“aqui sim”) e ao comporem a lógica do condomínio alteram as dinâmicas de sociabilidade e as construções de subjetividade (DUNKER, 2015).

3 MEDO COMO MEDIADOR DAS RELAÇÕES

Entre as transformações do medo ao longo do tempo, a urbanização em ritmo avançado colaborou para a criação de inúmeros outros. A vivência em grandes centros urbanos, com milhares ou milhões de pessoas carrega a necessidade de aprender a conviver entre diferentes. Quando tolerar o próximo se torna difícil, a cidade vira cúmplice do medo. Soma-se a este afeto uma série de pressupostos econômicos, sociais e culturais que reforçam a ideia de que para sanar a sensação de insegurança, deve-se afastar-se. São erguidos muros, limites, na tentativa de preservar o espaço próprio e afastar-se dos indesejáveis. À medida que o espaço privado e individual tem seus traços de refúgio, prisão e privilégio reforçados, a cisão que isso causa rebate no espaço público sedimentando conceitos e alimentando imaginários de ameaça, insegurança, medo, intolerância e caos. Tal isolamento implica em uma atomização dos indivíduos, encerrando suas realidades ao seu espaço apenas, mas consumindo as narrativas que ocupam os espaços externos àquele do indivíduo (ORELLANA, 2011). Assim, é possível dizer que uma dinâmica espacial não é unicamente espacial, pois deriva de e implica em dinâmicas de força capazes de moldar a sociabilidade que o preenche.

Para Dunker (2015), a dinâmica que os muros provocam nas cidades brasileiras, e que têm papel fundamental na instalação do que ele chamou de uma psicopatologia social no Brasil, fazem surgir figuras de controle, as quais apesar de assumirem diversas formas possuem objetivos similares: ordenar, regular, gerir. O autor cria a figura do síndico de condomínio enquanto figura social que ocupa os mais diversos espaços, em nome de uma ordem superior (armado de frases como “Estou apenas seguindo a lei” ou “Você sabe com quem está falando?”) age como ferramenta de coerção, separando os lados, identificando resoluções simbólicas dos conflitos mas nunca resolvendo-os de fato, apenas gerindo-os.

É possível concordar com Innerarity (2006) quando o autor coloca que toda percepção da realidade pressupõe um contexto e, portanto, confere à sociedade

pós-moderna a característica de multiperspectivista. Essa gama de percepções não permite uma unificação de contextos que levaria à comunicação, acessibilidade e definição de barreiras vigentes. Em contrapartida, tal diversidade é recebida por um desejo de controle e governo. A figura do síndico é reforçada.

Entendendo a cidade como sendo por natureza, contraditória e conflituosa, não há como contê-la em uma imagem hermética e uniforme. O mesmo pode-se dizer para a sociabilidade urbana. Em um contexto de compartilhamento de espaços públicos, ou de espaços privados coletivos, ao mesmo tempo em que é necessário algum grau de controle e segurança, é também perigoso suprimir as divergências, negar a alteridade sob o risco de que as diferenças se tornem cisões e erodam, inclusive, aquilo que entendemos por espaço público democrático (INNERARITY, 2006).

À imposição da transparência falta precisamente esta ‘ternura’, que não é mais do que o respeito de uma alteridade que não pode ser por completo eliminada. Contra o afã de transparência que se apodera da sociedade atual, seria necessário exercitarmo-nos na atitude da distância. (HAN, 2014, pg. 14)

A distância a que Byung-Chul Han (2014) se refere trata daquela entre os indivíduos presentes, estabelecida e compreendida por ambos os lados, de modo que à alteridade é preciso respeito. Ou seja, as diferenças de perspectivas entre grupos sociais ou indivíduos sociais não poderão ser achatadas em uma ilusória concordância, ao contrário, elas devem ser reconhecidas e, por isso, resguardadas às suas distâncias ótimas, já que possuirão divergências. Um loteamento fechado é um sintoma de uma tentativa de achatamento narrativo social. Frente à impossibilidade de compartilhar o espaço público com o diferente e garantir a distância que ele pede, a escolha da delimitação de fronteiras claras é evidente, transparente por definir papéis claros: eu, aqui, os outros, lá. No entanto, a “proposta” de Han encontra dificuldade em colocar-se em prática, devido à falta de lugares (físicos e sociais) em que ela pode tomar forma. Qual seria então, a antítese da cidade segregada?

Para Stavrides (2006) as bordas entre o público e o privado podem ser porosas, separam enquanto conectam; possuem um papel simbólico de configurar tran-

sição para “o outro”, ou seja, validando esse movimento de conexão; podem ser elementos físicos como escadas e praças ou ser criadas pelo uso, como uma rota de migração e uma festa na rua. Nesse sentido, os metros lineares de muros interrompidos por guaritas de controle, compõem um universo em que as identidades são definidas e localizadas. Não há porosidade. O loteamento fechado é um contraexemplo para a colocação de Stavrides. Para sustentar um espaço poroso, uma soleira, é preciso reconhecer o que habita “aqui” e aquilo que habita “lá”, compreender o “outro” e o “eu”. Os limiares não podem ser reconhecidos enquanto a figura do síndico permanecer: ele é um agente do achatamento narrativo, da divisão. De fato, a porosidade como alternativa proposta por Stavrides não é encontrada nos condomínios fechados pois eles se articulam com outros enclaves fortificados, e o deslocamento de um a outro é feito majoritariamente via automóvel particular, que também vem se transformando em um enclave à medida que são incorporados a ele artifícios de securitização como câmeras, blindagem, etc. Assim, no lugar de porosidade, os limites do condomínios são sólidos.

Há que considerar, contudo, a pluralidade de dinâmicas que os espaços liminares carregam. Se podem ser chave para a promoção de encontros e do exercício de reconhecimento da alteridade, dependendo do estímulo que lhe é implicado, também podem ser convertidos em espaços de opressão, ameaça e medo.

Ninguém se sente seguro. O medo é tão generalizado que se vai transformando em obsessão. Influi nas decisões governamentais, no comércio, na indústria, na vida cotidiana de oito milhões de cidadãos. (SABINO, 1984, pg. 10)

A confiança nas câmeras de segurança, a auto segregação em condomínios, a recusa ao espaço público, as empresas de segurança privada, a desqualificação do outro, são elementos que despontam munidos de um discurso de segurança, preservação do espaço próprio, envoltos por um imaginário coletivo de exclusividade, um ideário de “boa moradia”. É preciso reconhecer que tais atitudes repercutem perversamente para além da esfera privada; ou seja, não pode-se negar que a reprodução de espaços privados na forma de loteamentos fechados, apesar de almejarem um tipo de “espaço hermético”, impactam direta e

indiretamente nos espaços públicos da cidade, em sua experiência urbana como um todo.

Žižek (2014) extrapola as consequências de uma sociedade pautada sobre o medo, e aponta para suas manifestações em forma de negação da alteridade, intolerância religiosa e políticas antimigratórias, configurando uma ramificação desse afeto. Tal capilarização da dinâmica do medo somada à uma impregnação geracional dos valores apresentados como positivos, acaba por naturalizar todo o capital do medo que sustenta estas práticas, bem como suas manifestações materiais e sociais mais próximas do cotidiano. Não é estranho, por exemplo, validar formas segregatórias de moradia, ou ignorar o espaço público enquanto confirmação espacial da democracia, em nome de uma sensação de segurança.

Para Bauman (2009), concordando com Robert Castel, a sociedade moderna foi construída sobre a ideia de que o perigo e a insegurança são inerentes a ela. Percebe-se então uma exacerbação dos medos a partir da redução do controle estatal, e da dissolução da ideia de solidariedade e comunidade, para dar lugar a um entendimento de dever individual do cuidado de si e do fazer por si mesmo. No entanto, como o autor aponta, as saídas encontradas para satisfazer a necessidade de segurança na cidade e sociedade modernas, não acontecem sem contradições, já que tratam-se de soluções locais para problemáticas globais, e portanto, além de insuficientes, são atitudes que implicam efeitos colaterais, como a negação da alteridades, a impossibilidade de articular conflitos, dificuldade em solidificar construções identitárias, entre outras. Também é importante colocar que diante dessa situação, aqueles que não tem poder de escolha (sobre o local de moradia, local de trabalho, relações sociais) têm que conviver entre aqueles considerados excluídos pelos grupos que têm poder de escolha. A ideia de exclusão é colocada então sob a perspectiva daquele que exclui, que detém o poder da narrativa urbana. Quanto mais as dinâmicas sociais forem definidas em termos de interior/exterior, privado/público, dentro/fora, incluídos/excluídos, entre outras dualidades redutoras, o exercício de compor pactos se torna mais difícil: o confinamento em “ilhas de uniformidade” mina a capacidade de uso do espaço público como catalizador da democracia.

O espectro, que gela o sangue e esfrangalha os nervos, das “ruas inseguras” mantém as pessoas longe dos espaços públicos e as afasta da procura da arte e habilidades necessárias para participar da vida pública. (BAUMAN, 2003, pg. 104)

As práticas sócio espaciais tidas como naturais, efetivadas em nome da segurança e da autopreservação, se consolidam como manifestações de uma dinâmica estrutural que compõe-se em grande parte pelo afeto do medo, auxiliado por ideários sociais, econômicos e políticos, e atuam em diversas esferas da vida. A permanência dessa naturalização aponta para uma degradação da vida pública e da capacidade de reconhecer a alteridade como legítima.

Por fim, o medo pode ser percebido como uma força que transita pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Mesmo que ele não seja o elemento fundamental que governa estas esferas, ele possui participação. Para este trabalho, principalmente, observa-se o afeto do medo como uma plataforma sobre a qual são construídos discursos, estratégias de mercado, modos de morar e modos de sociabilidades.

4 DAS QUESTÕES À PESQUISA

Trabalhos seminais como os produzidos por Caldeira (2000) e Spósito e Góes (2013), que exploram as implicações dos espaços residenciais fechados na cidade, constituem um entendimento estrutural das condições de urbanização de grandes e médias cidades brasileiras. Já trabalhos como Lira (2017) e Graham (2016), por exemplo, reforçam as questões relacionadas ao crime, à escalada da sensação de medo e seu consequente pacote de soluções militarizantes do espaço. Sem dúvida há intersecções entre estes dois conjuntos de trabalhos, já que ambos entendem o espaço urbano como plataforma para as alterações na vivência e percepção dele.

Esta pesquisa busca como questão central uma terceira via de questionamentos para o binômio cidade-segurança: como se modificam as relações sociais em um contexto de segmentação de grupos no espaço da cidade? Mais especificamente, como se dá a sociabilidade de moradores de condomínios fechados? En-

tendendo que quem escolhe este tipo de moradia acaba por adotar um modo de vida específico, pautado pelos muros, pelo controle de acesso, pela homogeneidade de classe e pela (suposta) segurança. Será que as características que um condomínio fechado carrega implica em seus moradores diferentes formas de observar as alteridades? E quanto ao espaço público? Existem transformações de significado e importância do espaço público para quem vê nos condomínios uma forma ideal de vivência? Por fim, seria possível que o próprio entendimento do “eu”, da subjetividade, se modifique enquanto este é submetido às práticas de vigilância e exclusividade, tão comumente aplicadas em espaços residenciais fechados?

A partir dos questionamentos dispostos está pesquisa de mestrado se concentra em analisar de que maneiras a sensação de medo na cidade, além das estratégias de securitização do espaço urbano, afetam as sociabilidades e a percepção subjetiva do espaço urbano.

Esta preocupação central se desdobra em objetivos adjacentes, que ajudam a compreender como o afeto do medo interfere no espaço e na vida urbana. Por exemplo, faz necessário compreender como a reprodução de enclaves fortificados no espaço urbano configura novas formas de segregação sócio espacial; analisar as estratégias e artifícios adotados que visam a securitização do espaço urbano (público e privado), como resposta ao medo e à insegurança urbana; e ainda, compreender como as dinâmicas de uso do espaço urbano (público e privado) e de interação social se modificam em um contexto urbano pautado pelo medo, insegurança e vigilância constantes.

4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA, OU COMO SE APROXIMAR DO MEDO

Este trabalho se divide em dois modos de aproximação ao tema. Primeiro são estabelecidas as relações espaciais atreladas à sensação de medo, insegurança e vigilância na cidade. Aqui estão inclusas as investigações teóricas sobre os processos de segregação urbana, reprodução de enclaves fortificados e artifícios de securitização do espaço. Uma vez colocados aspectos espaciais da cidade, que corroboram com a sensação de insegurança permanente, são analisadas as im-

plicações psicológicas e sociais desse modo de experimentar o espaço urbano. Este modo de aproximação inclui explorações sobre o entendimento do papel das alteridades na convivência urbana, o uso e apropriação de espaços coletivos e públicos nesse contexto, processos de individualização da sociedade, entre outros pontos. Esta abordagem em duas frentes (espacial e social) pode ser observada tanto nas etapas teóricas da pesquisa, quanto nas empíricas.

Este trabalho aponta seu olhar para um objeto empírico definido, os condomínios fechados (entendidos aqui como um dos elementos descritos por Caldeira [2000] sob a categoria de enclaves fortificados). Para a autora, a definição de enclaves fortificados inclui condomínios verticais e horizontais, residenciais e comerciais. A título de clareza da proposta de pesquisa, aqui são analisados apenas loteamentos residenciais horizontais fechados destinados às classes alta e média. Esta escolha se deve ao entendimento de que estes empreendimentos possuem impactos consideráveis na vivência urbana, e por seus moradores deliberadamente optarem por morar nesses espaços. Devido suas grandes dimensões, perimetralmente muradas e com controle de acesso, há uma descontinuidade de fluxo pela malha urbana. Por exemplo, em cidades como Vinhedo-SP, onde grande parte da sua área urbana é ocupada por condomínios, esta é uma questão crucial. Outro impacto se dá enquanto o espaço interno do condomínio pretende mimetizar os espaços urbanos externos, como praças, parques, áreas de lazer, ruas, etc. Nesse sentido, o desenho urbano interno dos loteamentos utiliza de elementos espaciais da cidade, mas retira deles o fator que indica uma típica vivência em um espaço público urbano: o conflito. Desse modo, a “cidade” construída para os condôminos soa como uma esterilização da cidade real. Esta observação abre questionamentos sobre como acontece a apropriação dos espaços internos e como os moradores comparam os espaços públicos “abertos” e o espaço condominial “fechado”.

O poder de escolha do local de moradia que as classes média e alta exercem ao se direcionarem aos condomínios fechados é importante por evidenciar o processo de autosegregação. Diferente de casos de reassentamentos de famílias direcionadas a conjuntos habitacionais (muitos nos moldes de condomínios fechados), a classe média e alta que se muda para condomínios escolhe fazê-lo. Isso implica em uma interpretação subjetiva (ou no máximo do núcleo familiar)

para alterações no espaço urbano. O afastamento das alteridades por exemplo, é então voluntário.

Assim, a etapa empírica se utiliza de Casos Aplicados, e se debruça sobre o estudo de nove condomínios fechados, localizados em cidades da Região Metropolitana de Campinas. Esta delimitação territorial foi estipulada a partir das relações já existentes entre os municípios da RMC; uma vez que estas cidades compartilham capitais culturais, econômicos, sociais e políticos, a posição que os loteamentos fechados ocupam nesse território também ultrapassa os limites municipais. Os deslocamentos domicílio-trabalho são um exemplo dessas “interações intermunicipais”, já que é bastante comum a dinâmica de morar em um loteamento fechado e trabalhar em cidades vizinhas.

Para a escolha das cidades e dos condomínios focos dos estudos, foram criados uma série de indicadores de modo que apontassem quais cidades estariam sob maior impacto dos condomínios. Entende-se aqui que quanto maior a quantidade de condomínios fechados e quanto maiores eles são, maior é seu impacto no espaço na vida social de um município. A construção detalhada dos indicadores, além da escolha dos objetos de estudos será explicitada no Capítulo 1, item 3: RMC e os Espaços Residenciais Fechados e durante o Capítulo 2: Os Muros para o Indivíduo.

É preciso, também, considerar as especificidades que cada cidade guarda a respeito de seus condomínios fechados em questões como o perfil socioeconômico dos usuários, localização, padrão construtivo, objetivos estéticos do empreendimento imobiliário, legislação municipal, entre outras. Portanto, se faz necessária uma análise de cada condomínio, caracterizando-o segundo sua relação com a malha urbana da cidade, porcentagem de lotes ocupados, presença de elementos de segurança, acessos, etc. Nessa etapa é possível caracterizar em detalhes o espaço ao qual moradores e usuários daqueles loteamentos estão sujeitos, entendendo que a componente espacial é crucial para a compreensão das dinâmicas sociais que se desenvolvem a partir dela.

Após a caracterização territorial, os estudos empíricos se direcionam para as pessoas que habitam e utilizam os espaços dos loteamentos fechados. Para compreender como a vida entre muros influencia as formas de uso do espaço,

dentro e fora dos condomínios, e como isso molda as relações sociais, é preciso entender como se dá o desenrolar do cotidiano nesses dois ambientes. Assim, este trabalho utiliza entrevistas estruturadas aplicadas a moradores dos condomínios escolhidos.

A composição central das entrevistas consiste em três etapas. A primeira, uma caracterização do entrevistado, onde seja possível identificar seu perfil socioeconômico, motivos de escolha de residir em um condomínio, local em que morava anteriormente, entre outros pontos. A segunda, uma seção de questões sobre a vivência entremuros. Aqui o objetivo é investigar como os moradores articulam (ou não) seus lazeres, o uso dos espaços coletivos, como se dá o contato com os vizinhos e prestadores de serviço; sempre relacionando estas sociabilidades à sensação de segurança e medo que elas trazem. A terceira parte consiste na investigação de questões análogas às intramuros, mas agora direcionando as indagações para a vida no espaço público, na cidade. Com isso pretende-se entender como estes residentes de loteamentos fechados utilizam (ou não) a cidade, seus espaços públicos e compartilham espaços com outros.

Esta série de entrevistas deve apontar se a construção ideológica baseada no medo, que tem como algumas das manifestações a vida entremuros e o afastamento de alteridades, tem impactos nas sociabilidades cotidianas, tanto nos espaços coletivos privados quanto nos espaços públicos. O roteiro completo das entrevistas pode ser visto na seção Anexos.

Por se tratar de um estudo de casos aplicados, esta proposta não tem pretensões de construir um universo quantitativo de entrevistados que represente todo o conjunto de moradores de loteamentos fechados. Ao contrário, busca-se a possibilidade de reprodutibilidade da metodologia de pesquisa, a partir do refinamento dos levantamentos e das entrevistas. Essa estratégia condiz com a natureza diversa dos loteamentos fechados no Brasil e, conseqüentemente, com o espectro diverso de seus moradores. Generalizá-los através de um grupo, geraria uma redução no entendimento dessa questão. Assim como Jean Delumeau (1989) faz ao analisar o medo na história ocidental, a escolha dos fatos e as explorações qualitativas são o que permitem as aproximações desejadas.

Utilizando os embasamentos teóricos sobre a construção das vivências urbanas

relacionadas ao afeto do medo, os resultados das entrevistas serão analisados no sentido de identificar discrepâncias e concordâncias entre os modos de uso do espaço e de socialização nos espaços intramuros e extramuros. Por exemplo, existe um proposital afastamento da vida pública e coletiva a partir da vivência entremuros? Outro ponto a ser observado, são os indicadores da sensação de medo. Que aspectos de um espaço específico conferem a ideia de ameaça ou sensação de insegurança? Estes indicadores podem ser encontrados em espaços intramuros?

A análise dos dados, e a pesquisa como um todo, não pretende encerrar o assunto ou sequer definir um veredicto a respeito das relações entre o morar na cidade e o medo; este é um trabalho de colocação de perspectivas e matização de dinâmicas urbanas atuais. Também não é objetivo das análises dos resultados confirmar ou refutar os dados obtidos na porção teórica da pesquisa, mas sim complementá-los a partir de dados empíricos.

De modo geral, a pesquisa se preocupa em perceber como o aparato urbano construído sobre a sensação de insegurança, medo e vigilância, e que resulta em vivências e espaços enraizados nesses afetos, se manifesta nas socializações cotidianas.

4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A investigação proposta nesse trabalho parte da noção de urbanização desigual e reprodução de espaços do medo, busca compreender como a urbanização brasileira a partir da década de 70 se relaciona com a segregação sócio-espacial e com a produção dos primeiros condomínios fechados no país. Buscou-se fazer uma atualização dos processos descritos nos trabalhos do fim do século XX, percebendo quais aspectos permanecem nos anos 2010 e quais se transformaram. Também é feita uma abordagem sobre a natureza dos enclaves fortificados, descrevendo sua produção, impactos na cidade, identificando a que demandas eles respondem, e onde estão localizados. Associadas aos enclaves, as estratégias de securitização do espaço configuram um modo de experimentar a cidade sob os olhos da vigilância constante. Assim, este capítulo também abordará as formas de securitização do espaço, os motivos de escolhas e impactos na vivên-

cia urbana. Esta etapa, que forma o Capítulo 1: Urbanização Desigual e Reprodução de Espaços do Medo, se refere à porção espacial da investigação teórica sobre as relações entre o viver urbano e afetos como o medo, insegurança e vigilância.

A partir do cenário descrito pelo capítulo anterior, aproxima-se dos objetos de pesquisa: os condomínios fechados na Região Metropolitana de Campinas. Aqui são apresentados e discutidos os casos aplicados. Para cada um dos casos é apresentada uma contextualização do loteamento em relação à cidade em que se situa. Nessa etapa também são descritos os processos de criação e aplicação das entrevistas aos moradores dos condomínios, como parte da investigação sociológica da pesquisa empírica. Ainda, são estudados e cruzados os resultados obtidos até aqui. Esta etapa constitui o Capítulo 2: Os Muros para o Indivíduo.

Buscando compreender as complexas relações interpessoais que se dão nos espaços residenciais fechados, são utilizados os dados dos capítulos 1 e 2 para compor um estudo sobre as relações sociais alteradas pelas dinâmicas do medo e da securitização do espaço da cidade. A abordagem utilizada é majoritariamente psicológica e sociológica relacionadas ao medo e ao espaço urbano. Dessa forma, esta parte do trabalho reflete sobre os símbolos da segurança urbana e como eles são eleitos, compartilhados e marketizados como soluções factíveis para a segurança urbana. Nesse contexto, também se evidencia uma premente desconfiança das alteridades, mergulhando o indivíduo num processo de permanente insegurança e supervalorização do “eu”. Entende-se aqui, que a vida entre muros, pautada por relações de medo, exagera estas questões a ponto de provocar sociabilidades pautadas pela exclusão e intolerância. Esta etapa forma o Capítulo 3: Sociabilidades em Jogo.

Por fim, a última etapa do trabalho problematiza os dados empíricos e teóricos levantados anteriormente, de modo a perseguir a pergunta principal da pesquisa: de que maneiras a sensação de medo na cidade, e as estratégias de securitização do espaço urbano afetam as sociabilidades e a percepção subjetiva do espaço urbano público, privado e coletivo?

CAPÍTULO 1

URBANIZAÇÃO DESIGUAL E REPRODUÇÃO DE ESPAÇOS DO MEDO

1 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA EM DIREÇÃO À SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL

A questão do medo na cidade tem lugar garantido na maioria dos noticiários. Alimentam um imaginário coletivo sobre a presença permanente da criminalidade e da insegurança, além de ser uma sensação já corriqueira na maioria dos grandes centros urbanos brasileiros; uma experiência atrelada a um constante medo. A vivência do cotidiano é uma produção, como diria Certeau (1990), que ocorre de tal maneira que não permite aos seus “consumidores” a deliberação do que fazer com seu produto. O medo pode ser lido como um dos afetos que integram essa máquina. Nesse sentido, entender um aspecto tão banal do presente, como a presença do medo no cotidiano, implica em perceber como ele se constrói na sociedade. No caso dessa pesquisa, pergunta-se especificamente como a organização do espaço urbano contribui para a manutenção ou ampliação desse afeto, ao mesmo tempo em que afetam as relações sociais.

A história do medo acompanha a história humana; está, inclusive, relacionada à urbanística, lembrando as cidades muradas da Idade Média e seus dispositivos de contenção de invasores. Ainda que as cidades contemporâneas sejam completamente diversas daquelas, o afeto do medo atravessa o tempo horizontalmente (do passado ao futuro) e verticalmente, interferindo nas esferas sociais: a estruturação social, a economia, o entendimento da subjetividade, a cultura, a política. A “cidade do medo”, hipotética mas facilmente reconhecível em inúmeras cidades brasileiras, é uma manifestação física e social desse afeto. Ou seja, para investigá-lo é preciso olhar obliquamente em sua direção, perceber o que o compõe nas esferas física e social. Nesse sentido, observar a urbanização dos grandes centros urbanos brasileiros pode elucidar como foi construída a cidade do medo atual.

É preciso fazer uma distinção de nomenclaturas em relação aos loteamentos e condomínios, de modo a estabelecer como eles serão referidos nesse trabalho. O ponto crucial dessa pesquisa reside na condição murada do empreendimento residencial. Esta condição murada condiciona comportamentos e percepções específicas nesses espaços e, conseqüentemente, vivências subjetivas atreladas a esta característica. A vivência murada e securitizada transcende as

definições dos condomínios, por vezes referidos como loteamentos residenciais fechados, em outras vezes como condomínios fechados, dependendo da forma de aprovação e legalização do empreendimento. Então, como este trabalho não se aterá às questões legais colocadas pela presença dos condomínios fechados (apesar da indiscutível importância do tema), será utilizada uma nomenclatura que englobe loteamentos e condomínios fechados horizontais. Seguindo a prática de Spósito e Góes (2013), que utilizaram o termo “Espaços Residenciais Fechados” para debater uma gama de espaços fechados, independente da sua situação legal, este trabalho se utilizará do mesmo termo, e sua sigla EREFs.

Este capítulo parte da exploração dos processos de urbanização desigual nas cidades brasileiras para construir a ideia de cidade partida. Em seguida são colocadas as formas de busca por espaços de segurança e suas relações com a criminalidade e aparatos de securitização, com ênfase para os EREFs. Por fim, este capítulo traz a realidade dos EREFs na Região Metropolitana de Campinas, recorte territorial desse estudo.

1.1 URBANIZAÇÃO DESIGUAL

Este trabalho busca uma leitura do medo na cidade a partir das transformações no espaço urbano e nas consequentes alterações no modo de perceber e experimentar a cidade. Para compreender algumas das dinâmicas atuais, entre elas a produção dos espaços residenciais fechados como alternativa para a segurança, é preciso buscar nos processos de urbanização brasileira algumas raízes desse fenômeno.

Para Caldeira (2000) um importante aspecto da organização das cidades, e que contribui consideravelmente para a investigação do medo urbano, é a segregação sócio espacial:

A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social.
(CALDEIRA, 2000, pg. 9)

Utilizando a cidade de São Paulo como exemplo, a autora evidencia que desde o início do século XX, a urbanização atravessou situações diversas no grau de segregação e como ela se manifesta. No ano de 1900, com uma taxa de crescimento populacional anual de 13,96%, a cidade tem sua industrialização intensificada, refletindo na construção de novas fábricas e moradias para os trabalhadores que chegavam, na forma de vilas operárias. Embora nesse momento os trabalhadores e a elite morassem relativamente próximos uns dos outros, a segregação entre eles se manifestava na escolha do local de moradia, de modo que as classes altas tendiam a ocupar a parte alta da cidade, onde se localizaria a Avenida Paulista; enquanto os trabalhadores viviam nas partes baixas da cidade, ladeando os rios Tamanduateí e Tietê, e a via ferroviária (CALDEIRA, 2000). Não se trata de uma questão de mera escolha do local de moradia. Na verdade, esta escolha se pauta pela capacidade de uma família de arcar com os gastos que um imóvel implica, sendo que este varia de acordo com sua localização e seu acesso às infraestruturas urbanas; soma-se a este fator, o ideário de moradia, que atrai moradores para os bairros entendidos como mais atrativos e nega aqueles vistos como problemáticos, ou seja, o ideário de moradia indica onde e como almeja-se morar. Ainda assim, esta cidade do início do século XX é caracterizada pela concentração de sua população. A aglomeração que se consolidava, processo impulsionado pela intensa industrialização, resultava em um espaço urbano em que desordens sociais, sujeira, doenças, promiscuidade e crime eram encarados pela elite como questões sanitárias. Assim, entre as obras públicas de sanitização da cidade, aqueles que detinham o poder buscaram resguardar seus espaços, preferencialmente desconectados dos espaços dos trabalhadores e classes pobres, estigmatizadas como anti-higiênicas e criminosas. Nesse contexto, a população pobre que ocupava as áreas das intervenções é empurrada para regiões mais distantes do centro urbano, locais onde o preço da terra é menor.

Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares. Tais fenômenos ocorrem paralelamente à valorização dos terrenos fabris e residenciais que torna, do ponto de vista da empresa, an-

ti-econômica a construção de vilas para “seus” operários, ainda ais quando, com a aceleração do fluxo migratório, acumula-se um excedente de força de trabalho na cidade. (KOWARICK, 1979, pg. 31)

A partir da década de 1930, a dinâmica de segregação nos grandes centros se caracteriza pelo deslocamento das populações pobres para periferias, onde a falta de infraestrutura e a distância do centro da cidade barateavam o preço da terra. Nesse processo de dispersão para as periferias, sob o agenciamento de loteadores de terrenos ilegais, grileiros, os terrenos poderiam se encontrar em condições ilegais ou irregulares, de modo a garantir o lucro do empreendimento para o proprietário, colocando a classe pobre à margem da lei, obrigando-os a recorrerem a estratégias de vivência condizentes com suas situações, como a autoconstrução de suas casas, ocupação de terras ociosas, reivindicação e pressão para melhores condições de vida na cidade. Estas melhorias, deixadas sob a responsabilidade dos próprios moradores, não recebiam financiamentos públicos, prolongando o quadro da precariedade durante décadas. Nesse período, intensificaram-se as migrações vindas do nordeste brasileiro em direção ao sudeste, as manufaturas têxteis e alimentícias deram espaço para a expansão das indústrias pesadas, e a implantação do transporte público através dos ônibus impulsionou a ocupação de áreas distantes do centro, já que agora havia meios de vencer o deslocamento centro-periferia, ainda que de maneira precária. (CALDEIRA, 2000)

Ainda que estas dinâmicas se refiram à cidade de São Paulo, sua força foi tamanha que, guardados os devidos detalhes, se reproduziram pelo Estado de São Paulo e pelo território nacional; ou ainda, transbordou das grandes metrópoles para as cidades pequenas e médias vizinhas, onde os processos de segregação continuam. Essencialmente, tem-se um jogo entre aqueles que têm condições de escolha do local de moradia, entenda-se que o ativo mais importante da moradia, nesse caso, é a localização; e aqueles que não têm condições de escolha, sendo então obrigados a se deslocarem para um espaço de custos menores. Ou seja, a segregação que se manifesta na cidade está diretamente relacionada com um aparato social falho, principalmente no que diz respeito aos regimes de baixos salários e a não provisão de condições básicas para a vivência. Como Flávio

Villaça (2001) explica, esta dinâmica que domina a estruturação do espaço intra-urbano brasileiro, concentrando as diferentes classes sociais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros, é uma manifestação espacial (especialmente urbanístico) de um sintoma social de desigualdade e precariedade. No entanto, é preciso salientar que o modo como Villaça define segregação, sugere uma separação espacial de diferentes grupos sociais na cidade, o que deve ser matizado. São comuns bairros precários e favelas adjacentes a áreas de classe média e alta, inclusive à EREFs, o que indicaria uma contradição na colocação de Villaça. Entretanto, nesses casos em que diferentes grupos ocupam uma mesma área da cidade, isso não se faz de modo orgânico. Permanecem separações, símbolos que definem os limites de cada parte: muros, grades, a rua, o rio, etc, devolvendo o argumento à Villaça. Estas nuances indicam a complexidade dessa questão nas cidades brasileiras.

A produção ilegal de moradias e o urbanismo segregador, estão, portanto, relacionados às características do processo de desenvolvimento industrial – na medida em que o salário do operário industrial não o qualifica para adquirir uma casa no mercado imobiliário legal, - às características do mercado imobiliário capitalista – sobre cujos agentes não pesa nenhum constrangimento anti-especulativo como seria o caso da aplicação da função social da propriedade – e também às características dos investimentos públicos – que favorecem a infraestrutura industrial e o mercado concentrado e restrito. (MARICATO, 1996, pg. 22)

A partir da década de 1960, período de intensa migração em direção às cidades e reprodução das dinâmicas de afastamento das classes pobres trabalhadoras para a periferia, a construção de edifícios de apartamentos e escritórios é impulsionada, principalmente no centro da cidade. Com o zoneamento definindo onde os edifícios poderiam ser levantados, e com limitações impostas para o direcionamento deles para classes baixas, a classe média e alta teve acesso privilegiado a este modo de morar. Mesmo com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), em 1964, estruturas de provisão de moradias para famílias de baixa e muito baixa renda, sabe-se

que no período de 1965 a 1985 apenas 6,4% dos recursos fornecidos pelo SFH foram destinados para famílias na faixa de renda menor do que 3,5 salários mínimos (CALDEIRA, 2000). Assim, o mercado imobiliário viu um crescimento do número de prédios para a classe média, principalmente durante a década de 1970. Dispondo de diversos artifícios legais e financeiros, a classe média conseguia adquirir sua moradia nesses apartamentos. O investimento feito pelo SFH nesse período foi tamanho, que fez com que fosse muito mais fácil a compra de um apartamento do que uma casa, diminuindo a força desse modo de morar e reforçando aquele. Enquanto isso, a população pobre, que raramente se qualificava para conseguir um empréstimo, construía as próprias casas na periferia da cidade, em meio à precariedade. Em defasagem social e espacial, as periferias conviviam com a falta de saneamento, água tratada, alta mortalidade, proliferação de doenças e comunicação deficitária. Fundamental para compreender como se naturalizou a segregação de classes na cidade, Teresa Caldeira (2000) coloca que a separação dos grupos sociais na cidade se cristalizou através de três elementos. Primeiro, a partição espacial entre as classes tornou o contato entre elas menos frequente e restrito a alguns pontos centrais na cidade; segundo, o crescimento econômico que se mostrou a partir da década de 1950 gerou um crédito da população na promessa do desenvolvimento e da mobilidade social; terceiro, a repressão dos governos da ditadura civil-militar, suprimindo organizações políticas e a expressão popular.

Durante a década de 1970 os edifícios se espalharam para fora do centro. Em São Paulo, com o crescimento da metrópole, diversificação de serviços, inchaço populacional e reformulações legais da gestão do espaço urbano, o novo zoneamento estimulou em algumas áreas a criação de edifícios que excedessem o coeficiente de aproveitamento, se criassem áreas verdes e equipamentos para uso coletivo. Assim, nessa década surgem os primeiros EREFs, se localizavam relativamente afastados do centro, já que eram necessários terrenos grandes para sua construção.

A escolha pela moradia em condomínios verticais (edifícios) ou em condomínios horizontais (loteamentos fechados) demonstra não só o poder de escolha de uma classe colocado em exercício, mas indica também que esta escolha é feita sob um pretexto. Ainda que não seja possível dizer que se tratavam de decisões

pautadas pelo medo, é possível dizer que buscavam certa separação social, frequentemente traduzida como “exclusividade” ou “privacidade”, e a permanência entre grupos sociais semelhantes a si.

A partir da década de 1980, os grandes centros urbanos brasileiros já se encontram mais complexos do que vinte anos antes. Os processos que deram origem à dinâmica centro-periferia se transformaram, gerando espacialidades novas e com elas novas questões. Houve uma modificação nos padrões de moradia das classes mais ricas e mais pobres, de modo que aqueles se deslocavam do centro para ocupar áreas distantes, em concentração nos EREFs (muitas vezes localizados em cidades vizinhas), ao mesmo tempo em que a autoconstrução para as populações pobres não representa uma alternativa tão viável quanto antes – devido a uma diminuição das rendas durante a crise econômica da década de 1980 e melhorias aplicadas nos bairros pobres, assim tornando estes bairros mais caros e empurrando (novamente) a população mais desamparada para favelas e cortiços, que tiveram significativo aumento nesse período. O setor industrial e as áreas que ele ocupava decaíram, dando espaço para atividades terciárias; incremento do crime violento e da sensação de medo, associados a uma naturalização de preconceitos pautados pelas posições sociais, estigmatizando áreas inteiras da cidade e parcelas da sociedade, então contribuindo definitivamente para a segregação social.

Percebe-se, então, que ao longo da história urbana brasileira, há um frequente movimento de populações pobres, buscando melhores condições de vida e trabalho. Migrações entre regiões, fixação em vilas operárias, deslocamento para terrenos baratos na periferia, dispersão da população pobre em bairros precários, favelas e cortiços dentro e fora dos centros urbanos. As populações de classe alta e média também se deslocaram, mas com uma importante diferença. Por possuírem escolha, suas decisões de movimentação, como a saída dos centros a partir da década de 1970, indicam um afastamento deliberado para longe das classes pobres e das áreas estigmatizadas como pobres. A segregação sócio espacial, então, se materializa a partir da reprodução da cidade desigual, onde as disparidades de ganhos salariais, custo de vida e acessibilidade à infraestrutura definem a separação de diferentes classes, por vezes distantes umas das outras, por vezes à distância de um muro.

Em alinhamento a Villaça (2001), ao longo da urbanização brasileira, considerada nos últimos 60 anos, há um evidente divórcio entre uma cidade equipada e “desenvolvida”, e outra desamparada e “subdesenvolvida”; a cidade dos ricos e dos pobres. Este processo, imperceptível se observado no período de uma década, se transforma ao longo do tempo num quadro endêmico, de modo que uma parcela da população não possui alternativas e tem que construir o próprio modo de viver na cidade, enquanto outra parcela ativamente opta por sua separação, já que possui escolha.

É perceptível, então, que a urbanização brasileira ao longo do século XX teve como elemento permanente, em maior ou menor grau, a segregação sócio espacial, que por sua vez, manifesta-se como uma faceta espacial de desigualdades sociais. Tal movimento segregatório se construiu a partir das escolhas e limitações oferecidas para as populações de classe pobre, média e alta. Se é possível constatar que as populações tenderam a se concentrar em áreas homogêneas, em relação à sua renda, a este quadro há uma grande parcela de contribuição da ineficácia de programas de complementação de renda, oferta de terras acessíveis em áreas equipadas de infraestrutura urbana, entre outras disparidades sociais profundas da sociedade brasileira que compõe as inequidades sociais. No entanto, a segregação como um fato urbano cria dinâmicas ao redor de si e se retroalimenta. Veremos que neste cenário da urbanização desigual, ao entrar em jogo a violência e a propaganda da violência, as forças das classes médias e altas se intensificarão no sentido do acirramento das separações sócio espaciais.

1.2 A CIDADE PARTIDA

A organização urbana, pautada pela localização das moradias, dos locais de trabalho e lazer, apesar de parecer arbitrária à primeira vista, guarda informações sobre o “DNA” da cidade. A organização de cidade que se apresenta no cotidiano se conforma a partir daquilo que é oferecido à população como oportunidade e é confrontado por ela segundo suas limitações, frequentemente, financeiras. Portanto, os momentos e modos de segregação observáveis derivam, em última análise, das disparidades do preço da terra e do custo de vida nas diferentes

localizações na cidade. Considerando a ausência de distribuição de renda igualitária¹ no Brasil, teremos como resultado uma parcela da população que não tem opção a não ser ocupar as terras mais baratas, por vezes localizadas distantes dos centros urbanos, ou em áreas degradadas dentro da área urbana; e outra parcela que tem o poder de escolha, e a exerce também dentro e fora dos limites urbanos, seja em moradias em EREFs nos limites da cidade, ou em áreas urbanas supervalorizadas.

Arroyo (2014) descreve a ideia de cidade partida a partir da realidade argentina durante a década de 2000. Para o autor, essa condição decorre de uma série de processos de transformação do espaço urbano (e das lógicas de produção desse espaço). São eles: verticalização da cidade, causando um aumento da densidade em localidades bem equipadas, quase sempre coincidindo com os centros tradicionais urbanos; a horizontalização da cidade via EREFs, que expandem a malha urbana sob o pretexto de livrar o morador dos conflitos urbanos cotidianos; crescimento de áreas precarizadas, devido à falta de subsídios e em resposta a uma dificuldade de acesso às áreas bem equipadas da cidade; áreas abandonadas, como edifícios desativados e áreas de vazios, como resultantes de processos econômicos que não se concretizaram, ou que se desmancharam ao longo das últimas décadas. Um espaço urbano com estes componentes, gera uma proliferação de barreiras materiais e simbólicas, ocasionando distanciamentos e quebras tanto geográficas quanto sociais e econômicas. Esta lógica acaba por desassociar grupos da população uns dos outros, intensificando uma prática autônoma de uso e da cidade.

As partes disjuntas (bairros tradicionais, bairros fechados, novos centros, enclaves de lazer e consumo, vilas, férias, clubes de campo) formam uma série de formações heteróclitas em co-presença, em vez de polaridades dialéticas

1 A publicação Human Development Report 2016, feita pela ONU, coloca o Brasil como o 10º país mais desigual do mundo. O cálculo é feito pelo coeficiente GINI, que mede as disparidades de renda de 20% da população mais pobre e 20% da população mais rica. O coeficiente GINI varia de 0 a 1, sendo 0 equivalente à total igualdade de renda entre a população e 1 equivalente à total concentração de renda. O Brasil recebeu o valor de 0,515, apontando-o como mais desigual do que países como Panamá (0,507), Ruanda (0,504) e Congo (0,489).

(integrado-marginal, central-periferia, urbano-rural); em vez de se reconhecerem como componentes críticos da pertença comum ao mesmo curso da história, essas formações lutam para se diferenciar de suas particularidades setoriais, gerando lógicas autônomas. (ARROYO, 2014, pg 514)

A co-presença, como descrita por Arroyo, pode ser observada na imagem seguinte, já bastante veiculada, que mostra o bairro de Paraisópolis em São Paulo. Também pode ser vista no Condomínio Chácara São Quirino, em Campinas, interior de São Paulo, que se localiza a alguns metros de um bairro precário, lindeiro ao Ribeirão das Anhumas. Conformações como estas são amostras da complexidade da segregação nas cidades brasileiras. Ou seja, a segregação aqui não pode ser vista apenas como uma questão espacial. Esta é apenas uma das faces dessa questão. Quando assentamentos precários se instalam em áreas distantes dos centros urbanos, ou quando um EREF é implantado próximo à área rural de uma cidade, pode-se dizer que configura-se uma segregação espacial, pois há de fato uma separação espacial de grupos da população, que são também separados devidos suas condições de classe: EREFs de luxo para classe alta, favelas para classe baixa, etc. No entanto, a expansão horizontal da malha urbana avança até que encontre estas formas urbanas antes distantes dos centros. Nesse encontro, muitas vezes aproximam-se ocupações precárias e bairros de classe média e alta. Nesses casos, como não há distância entre os grupos, a segregação se define fisicamente por marcadores de limites, como muros e grades. Há de se reconhecer ainda que o espaço é apenas um sintoma de uma disparidade social profunda na sociedade brasileira. A segregação então, se mostra não só nos espaços de morada das diferentes classes, mas também nos circuitos econômicos e políticos em que circulam. Não compartilham dos mesmos trabalhos, do mesmo sistema de educação, dos mesmos representantes políticos, da mesma associação de bairro. A segregação acontece mesmo na proximidade física.

Figura 1 - Paraisópolis, São Paulo.

Fonte: Tuca Vieira, 2002.

Figura 2 - EREF próximo à bairro precário em Campinas/SP.

Fonte: Google Maps, Baldam, 2018.

Nesse sentido, formas urbanas de segregação, como favelas, condomínios verticais, EREFs, cortiços, ruas fechadas, entre outras, podem ser vistas como algumas das diversas manifestações da desigualdade brasileira. Considerando a segregação espacial como categoria de estudo do urbanismo, é impossível de desassociá-la da desigualdade que sofre uma determinada população. Assim, um hipotético grupo social pobre tem suas limitações impostas pela sua renda, inclusive a limitação do morar: onde morar, que atributos a morada possui, etc. Em um contexto econômico em que a terra urbana é considerada um ativo comercial, o acesso a ela sofre cortes de acordo com a capacidade de compra e produção que os grupos sociais possuem. Contudo, como a moradia é um bem imprescindível a todos, a população marginalizada (aquela que não possui poder de escolha) confeccionará sua própria alternativa à moradia legalizada e equipada de infraestrutura: a moradia ilegal.

Para Samuel Jaramillo (2008), compreender o mercado de terras e o mercado de habitação dos países não centrais é uma chave para iluminar o território dos assentamentos ilegais, ocupações, autoconstruções, bairros precários, etc. Para o autor, os regimes de baixos salários, somados a um crescimento demográfico e urbanização velozes, que são aspectos comuns nos países latino-americanos, colocaram estes países em uma situação peculiar no quadro global: no contexto do capitalismo planetário, estes países de industrialização tardia tiveram que manufaturar seus próprios artifícios para participar da competição; daí o oferecimento da mão de obra barata e da exploração de recursos naturais. Em um cenário de crescente urbanização e aumento da população, a parcela da população com baixos salários não consegue ingressar no circuito formal de circulação do capital, ao mesmo tempo em que as políticas públicas não conseguem subsidiá-la, levando-a para a autopromoção da sua força de trabalho e estendendo-se à autoprodução da sua morada. A impossibilidade de acesso ao mercado formal de terras e moradia urbanas pela população excluída, se dá pela própria complexidade do produto-moradia. Seu longo tempo de produção, entidades promotoras sob a pressão da mais-valia, o atraso tecnológico da indústria da construção, o terra urbana como custo agregado ao produto final, a ação ineficiente do Estado, são alguns dos motivos que contribuem para o encarecimento da moradia urbana. No entanto, este é um fator do bem estar que é

imprescindível, e portanto, aqueles que não tem seu acesso a esse bem garantido, o farão por outros caminhos.

Este modo de fragilidade social, e sua transfiguração em precariedade espacial, consiste em um modo de segregação forçada. Como dito anteriormente, as alternativas de que as populações pobres dispõem não se localizam unicamente nas franjas urbanas, como era majoritário até a década de 1970. Terras baratas são encontradas também em áreas ambientalmente frágeis dentro do setor urbano, terrenos ociosos, geralmente porções de terra que não são do interesse da iniciativa imobiliária. Estes modos de ocupação do solo urbano, caracterizados pela precariedade, se encontram com a cidade formal por dois caminhos. Se há uma ocupação de terra ou uma favela nos limites da cidade, o crescimento desta pode levar até a sua justaposição ao bairro pobre. Outra forma de encontro se dá na formação de favelas urbanas e cortiços, e ocupação de terrenos ociosos na área urbana. A Ocupação Povo Sem Medo, por exemplo, organizada pelo MTST em São Bernardo do Campo/SP, pressiona o governo para a produção de moradias populares de faixa 1, ocupa um terreno de 60000m², vazio há mais de 40 anos². As mais de 8000 pessoas participando da ocupação encontram-se em um terreno que faz divisa com áreas residenciais e comerciais da cidade. Nesse contexto não há uma gradativa transição espacial, que acompanha as variações sociais da população. Ao contrário, há uma ruptura espacial que denuncia a ruptura social; ou ainda, mais um exemplo de que há segregação em meio à proximidade geográfica.

2 Ver CRISCI, Taís Di. Um grito por dignidade: conheça a ocupação Povo sem Medo – São Bernardo do Campo. 2017. Disponível em <http://www.mtst.org/mtst/um-grito-por-dignidade-conheca-a-ocupacao-povo-sem-medo-sao-bernardo-do-campo/> Acesso em 03 de Janeiro de 2018.

Figura 3 - Ocupação Povo sem Medo – São Bernardo do Campo/SP.

Fonte: Ricardo Stuckert, 2017.

Este embate entre estas “duas cidades” torna visível a disputa pelo uso do solo, e externa as disparidades tanto na produção do espaço urbano quanto nas formas apropriação dele. Na publicação *A Distância que nos Une*, da OXFAM Brasil (2017), são apresentados dados que confirmam a condição de vida desigual nas cidades brasileiras.

No Brasil, a situação é pior: apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. (OXFAM, 2017, pg. 6)

Quando analisamos o espaço urbano, esta desigualdade se materializa em bairros e áreas da cidade onde não há sequer a infraestrutura básica, e outros onde ela abunda. O relatório da OXFAM (2017) coloca como um dos motivos causadores dessas e de outras disparidades brasileiras, o sistema tributário brasileiro, que onera os pobres e a classe média em demasia enquanto o mesmo não acontece com a parcela mais rica da população. Isso reforça a ideia de que a pobreza e a desigualdade são resultado de políticas que direcionam o “desenvolvimento” a um caminho específico. O índice de GINI brasileiro, como apontado

anteriormente, coloca o Brasil em uma preocupante posição de grave desigualdade. Contudo, o atual valor de 0,515 é resultado de uma queda constante desde 1988, quando o coeficiente era de 0,616. De 30 anos para cá, apesar do Brasil ter melhorado sua posição nas tabelas comparativas de desigualdade mundial, é preciso reconhecer que o território brasileiro carrega (ainda) desigualdades gritantes quando observamos os dados em proximidade. Vale lembrar, o Brasil ocupa a posição de 10º país mais desigual do mundo, e o 3º mais desigual da América Latina.

Em relação à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%. (OXFAM, 2017, pg. 21)

Apesar dos dados relacionados à distribuição de renda sejam alarmantes, até porque eles confirmam a hipótese de que os desfalques e privilégios da vida na cidade são derivados do poder de compra da população, ao analisar outra faceta da desigualdade tem-se uma visão mais esclarecedora no que diz respeito ao espaço urbano. Como o relatório da OXFAM (2017) coloca, a distribuição de riqueza é ainda mais desbalanceada: o 1% mais rico acumula 48% de toda a riqueza nacional, enquanto 50% da população brasileira fica com 3% da riqueza total do país. Esta informação é especialmente importante para os estudos urbanos pois a definição de riqueza utilizada aqui é a de bens materiais como imóveis ou propriedades, e bens financeiros como ações e aplicações. 68% da riqueza analisada é composta por patrimônio não financeiro, como terras e imóveis. Então, é possível ter um vislumbre do grau de concentração em que se encontram as propriedades de imóveis nas mãos da parcela mais rica da população. Com a maioria das terras sob controle de uma parcela menor da população, este grupo detém um poder de monopólio, conduzindo os preços desse produto-terra-urbana e, voluntária ou involuntariamente, podendo induzir que áreas receberão maiores investimentos e quais não, influenciando então na localização das populações vulneráveis.

A concentração imobiliária nas cidades segue a mesma lógica. No município de São Paulo, 1% dos proprietários –

22400 pessoas – concentra 25% de todos os imóveis registrados na cidade, o que significa 45% do valor imobiliário municipal – R\$ 749 bilhões. (OXFAM, 2017, pg. 33)

Uma das consequências de uma distribuição desigual de renda, riqueza e terras é a discrepância de acesso às infraestruturas urbanas entre diferentes bairros e regiões. A Rede Nossa São Paulo elaborou em 2016 o Mapa da Desigualdade do município, onde coletou dados quantitativos sobre equipamentos públicos de cultura, educação, habitação, áreas verdes, atendimento à saúde, mortalidade, entre outros. Para cada uma das variáveis foi produzido um mapa com as subdivisões por distrito, de modo que torna-se evidente a heterogeneidade do território municipal. É importante perceber que as diferentes áreas da cidade se conformam a partir de suas diferenças. No entanto, quando a diferença se torna a tônica, as relações entre as diferentes áreas se concretizam sob a pauta da segregação. Um bairro sem equipamentos de lazer, ou sem boas escolas ou equipamentos de saúde, se torna refém de seu próprio território, o que possibilita duas alternativas: permanecer nesse espaço desfalcado, afirmando o aspecto segregatório; ou se deslocando para bairros e regiões que possuem as infraestruturas esperadas, reforçando então os valores de diferença entre as diversas regiões.

Figura 4 - Mapa da desigualdade de São Paulo, comparativo de favelas.

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2016.

Nesse contexto de desigualdades estruturais, o acesso a serviços essenciais para a vida urbana também sofre discrepâncias. Segundo o estudo da OXFAM (2017), que considera todo o território nacional, os 5% mais ricos têm 94% de cobertura no acesso a água, enquanto os 5% mais pobres têm 62% de alcance. A rede de esgoto alcança 80% dos 5% mais ricos e 25% dos 5% mais pobres. Vale ressaltar que é comum que estes extremos no acesso aos serviços se espacialize em áreas muito próximas umas às outras, como a favela Paraisópolis, localizada ao lado do bairro Morumbi, em São Paulo, onde o espaço da pobreza é vizinho do luxo.

Há indicadores de desigualdade que obtiveram melhorias. O estudo Faces da Desigualdade, coordenado por Tereza Campello (2017), aponta que a porcentagem de moradias precárias caiu, entre os 5% mais pobres da população. Em 2002, 16,1% da parcela mais pobre residia em casas sem paredes de alvenaria, madeira ou revestimentos adequados; em 2015 a parcela da população pobre nessa situação chegou a 7,5%. Programas como o PAC Urbanização e o Minha Casa Minha Vida, juntamente com os movimentos de luta por moradia, possibilitaram avanços como este, que devem continuar sendo feitos.

Ainda que haja alguns indicadores de melhorias no quadro da desigualdade nas cidades brasileiras, resiste o fato de uma produção de cidade desigual. Não há falta de planejamento urbano. As condições que levaram os primeiros moradores a ocuparem um terreno ilegalmente, ou a comprarem um lote em um loteamento irregular – como Maricato (1996) coloca, construindo um urbanismo de baixos salários – se estende até hoje seguindo princípios semelhantes: uma parcela da população que não consegue participar do mercado formal da cidade, cria seu próprio, informal e precário. Enquanto isso, outras áreas recebem investimentos de infraestrutura e projeção da urbanização, e seguem valorizando-se. O modo de viver na cidade da parcela mais rica, em contraposição à parcela mais pobre, quando observado sobre a lente da distribuição espacial, revela uma justaposição desses dois extremos. A segregação não é formada mais unicamente pela dinâmica centro-periferia, mas sim por células de segregação na malha urbana.

Em seu estudo sobre a cidade de Campinas, Turczyn (2013) atenta para este fato. Nomeado de “mutações urbanas”, são observados processos de constituição do espaço urbano sob lógicas que erguem uma cidade constituída por elementos que privilegiam e enfatizam o espaço privado, a vigilância e a exclusividade. Estes espaços que compõem esta cidade, e sua identificação pelo autor como tipologias do espaço e da paisagem, confirmam a ideia de uma cidade de construção pautada por elementos restritivos, sejam eles de passagem ou locais. Turczyn (2013) aponta, por exemplo, os Shoppings Centers localizados na Rodovia D. Pedro – Shopping Iguatemi, Shopping Galleria e Shopping D. Pedro – como parte desse sistema. São utilizados como centros de serviços, comércio, lazer e trabalho por grupos da população que busca algum tipo de afastamento dos centros urbanos (de Campinas, ou de cidades vizinhas). Assim, em combinação com EREFs, também apontados por Turczyn (2013) como um dos elementos da paisagem urbana “mutada”, tem-se o conjunto moradia-serviços-trabalho-lazer todos sob a égide dos enclaves fortificados. O deslocamento entre enclaves também sofre mutação. Uma vez que ele feito frequentemente a partir de automóveis particulares sobre rodovias, ou então em ruas com fachadas apenas de muros (EREFs), os elementos da paisagem urbana da pequena escala, da vida urbana na escala da rua não são utilizados e, portanto, não são implantados³. Os enclaves fortificados combinados a partir de trajetos “lisos”, sem paradas, conformam um sistema que divorcia-se das lógicas de uso e produção da cidade tradicional.

Até aqui, pretendeu-se pontuar que o modo de urbanização desigual, através do qual as cidades brasileiras foram formadas e continuam a se reproduzirem, é uma das manifestações de desigualdades sociais estruturais ao Brasil. Como repercussão no espaço das cidades, as discrepâncias sociais não solucionadas configuram espaços segregados, onde as limitações de acesso a serviços e equipamentos básicos aumentam as distâncias entre os extremos ricos e pobres.

3 Turczyn identifica estes elementos como “A Rua Murada”: Rua entre muros, conformada por uma completa falta de urbanidade e de elementos tradicionais da cidade tradicional, como fachadas diversas, janelas, portas, jardins, etc; e “A Calçada Tecnocrata”: Está nas margens dos muros dos enclaves e não apresenta características e equipamentos que instigue o caminhar. Não é pensada para o pedestre, mas sim para se adequar às exigências das legislações.

Em seguida, serão exploradas as alternativas que a parcela rica da população encontra para exercer seu direito de escolha do local de moradia. Frequentemente esta é uma escolha que reforça a segregação, motivada por um universo ideológico que valoriza certos bairros e certas tipologias de moradia, enquanto nega outros bairros, chegando a estigmatizá-los. Tal construção ideológica é impulsionada pela mídia, pela fuga da criminalidade e pela busca por espaços de segurança e, por vezes, pelo medo.

2 BUSCA PELOS ESPAÇOS DA SEGURANÇA

Os processos de urbanização desigual e segregada participam de uma tautologia do urbanismo, influenciam e são influenciados por um componente chave nas discussões urbanas: a segurança e a criminalidade. Estas questões tornam o entendimento da segregação sócio espacial ainda mais complexo. Áreas urbanas marcadas pela precariedade e pela pobreza, sejam elas novas ou historicamente reconhecidas, frequentemente vêm acompanhadas por uma imagem de criminalidade pressuposta. Esta associação é perigosa por criar estigmas que se colam aos espaços precarizados e aos seus moradores. A localização dessas áreas, nas periferias dos centros urbanos ou mesmo inseridas neles, implica em um “fechamento em si mesma”, voluntário ou não, causado por características espaciais dessas áreas, tão destoantes de seus entornos, ou pelo que a mídia apresenta como características fundamentais de favelas, cortiços e ocupações, levando a uma criação de restrições preconceituosas por parte dos que estão “de fora”. De qualquer modo, observa-se uma estigmatização dessas áreas, resumindo-as a espaços do crime. Como consequência, grupos sociais que não fazem parte e não têm contato com favelas, ocupações ou cortiços, tendem a se distanciar. Isso vale tanto para um distanciamento espacial quanto social. Ao cruzar com moradores de rua no centro de São Paulo, ou passar de carro em frente a uma favela, esta é não só estigmatizada como invisibilizada. Ainda, as dificuldades que os moradores desses espaços de precariedade enfrentam para que sejam reconhecidos e tenham suas demandas atendidas, os empurram para a permanência da pobreza, permanência da segregação.

[...] o processo de retorno à democracia (brasileira) dos anos subsequentes à década de 80, ou seja, após o declínio do governo ditatorial, ocorreu, paradoxalmente, com uma intensificação sem precedentes da criminalidade urbana violenta. [...] o estabelecimento da relação direta de causa e efeito entre pobreza e violência merece ser problematizado. Tal relação direta negligencia e obscurece a desigualdade sócio-econômica, que engendra a pobreza, correlaciona-se com outros fatores estruturais e possui maior potencial de influência sobre a criminalidade violenta. (LIRA, 2017, pg. 47)

Aqui, entende-se que os espaços segregados das cidades brasileiras e a violência são alguns dos elementos derivados de processos históricos de inequidades estruturais. Estes elementos se tornam parte da equação do convívio social nas cidades, tanto pela proximidade espacial entre tantos espaços de pobreza e riqueza, evidenciando uma cisão social, quanto pelas intersecções relacionais entre estas esferas, através de relações de trabalho e compartilhamento de espaços públicos. As sociabilidades que se desenham nesse contexto, moldadas por uma sociedade desigual e espacialmente segregadas, tornam-se ainda mais complexas a partir da perspectiva objetiva de estratégias de securitização que ganham espaço nos centros urbanos, e da perspectiva subjetiva, e abstrata, da insegurança e do medo.

Em um dos lados dessa equação temos os grupos sociais de classe média e alta, que possuem algum grau de poder de compra e escolha do local de moradia. Munidos de informações indiretas sobre as áreas precárias das cidades, das quais não fazem parte, a escolha pelo distanciamento se concretiza na criação e comercialização de produtos (no sentido mercadológico do termo) urbanos que têm no foco de seu marketing estratégias como o afastamento, segurança, isolamento, cercamento, vigilância, entre outros.

Figura 5 - Propaganda de Condomínio em Vinhedo/SP.

Fonte: Viva Real, 2018.

Na figura acima vemos um exemplo da colocação do adjetivo “isoladas” como valor positivo para o empreendimento. A ideia de não ser perturbado garante que o loteamento não compartilha do ônus dos centros urbanos, onde é impossível viver de maneira “isolada”. Além desse fato, atenta-se para o fato do anúncio referir-se a um espaço residencial fechado, mais uma vez colocando a exclusividade de acesso como valor positivo, em contraste ao acesso livre que os centros urbanos proporcionam.

A espacialização de áreas protegidas como EREFs, ruas fechadas, shoppings centers (moradia, comércio e serviços andam juntos em um projeto de securitização e segregação) usa como argumentos a busca por espaços de proteção de uma, real ou hipotética, onda de violência e criminalidade que assola as cidades brasileiras. Soma-se a este desejo de segurança (que é legítimo) um ideário de moradia exclusiva, de tranquilidade, do pronto atendimento às necessidades de serviços urbanos. Se não encontram estes fatores na cidade, recorrem aos espaços privatizados. É importante também considerar o papel da mídia convencional, mídias sociais e do marketing nesse contexto de cidade segura versus cidade insegura⁴.

2.1 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Lira (2017) coloca que o termo “violência” se refere a uma força em ação, colocada a valer em movimento por um corpo. Esta força transforma-se em violência quando ultrapassa limites e acordos pré-estabelecidos socialmente. No entanto, a linha definidora desses limites não é fixa, já que varia de acordo com a cultura local, e com o tempo histórico. Tal deturpação no desenho dos limites da violência é agravado pelos processos de urbanização já discutidos, como redirecionamento de fluxos migratórios, regime de baixos salários e déficit de empregos, desamparo social aos submetidos a esta situação; nessas condições não há linha delimitadora de ações ditas violentas, há uma névoa, onde um lado se vê obrigado a exercer o crime enquanto o outro criminaliza todo um estrato social.

A violência em si não é novidade na história da humanidade. Ela assumiu roupagens diversas ao longo do tempo, mas durante vários períodos históricos ela se fez presente. A novidade que ela carrega hoje, é sua preponderância em relação a outros temas críticos como a fome, o meio ambiente, guerras, etc. Ao longo da história é possível observar sua presença desde o Código de Hamurabi (2000 a.C.), onde a punição deveria ser idêntica ao crime cometido; durante os impérios egípcio, grego, romano a violência se manifestou através das guerras de expansão e escravização dos derrotados; nas invasões bárbaras na Europa, que

4 O Capítulo 3 – Sociabilidades em Jogo traz uma reflexão sobre o papel das mídias para o impulsionamento da mensagem dos EREFs.

modificou costumes e configurações espaciais de diversas cidades; na perseguição empreendida pela Igreja Católica durante a Idade Média, a Inquisição; no colonialismo do Novo Mundo acompanhado da escravização, violação dos indivíduos e combates; as guerras do século XX, as duas Guerras Mundiais, Guerra da Coréia, Guerra do Vietnã; entre outros diversos acontecimentos históricos relacionados a algum tipo de violência. (LIRA, 2017)

Para Lira (2017), estas formas históricas de violência se relacionam aquelas encontradas nas cidades contemporâneas por dois fatores: o panacronismo e o anacronismo. Panacrônico pois as violências observadas no dia a dia urbano possuem características comuns aos modos de violência praticados no passado, no sentido de acumulação social produzida, que propaga as formas, intensidades, técnicas e tecnologias para este fim. Anacrônico pois torna-se contraditória a constatação dos níveis de violência observados hoje, em pleno século XXI, momento em que, supostamente, tais formas de exercer o poder e a força já deveriam ter sido extintos pelos avanços culturais e tecnológicos disponíveis. O que não é o caso.

A colocação de Lira, no que diz respeito à parte anacrônica das formas de violência e exercício do poder atuais, não considera que os avanços tecnológicos servem a quem os detém, são ferramentas. Ao mesmo tempo, o exercício do poder transcende a escala temporal; ele muda suas formas de ação e os agentes que o colocam em prática, mas é sempre presente. A força, a violência e o poder estarão a par da situação cultural e tecnológica presente, ainda que queiramos associá-los a valores antigos.

No trabalho *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Caldeira (2000), após entrevistar moradores de diversos bairros paulistanos coloca que a presença da violência e do medo não é percebida de maneira uniforme ao longo dos bairros. Ela diz:

Na Mooca e no Morumbi, os crimes contra a propriedade, sobretudo arrombamento e furto de residências e roubo, são os mais frequentes. A preocupação com sequestro também é grande entre a elite. Na periferia, os crimes contra pessoas, inclusive assassinato, são frequentes. (CALDEIRA, 2000, pg. 76)

Em bairros precários e favelas a violência é um personagem de convívio frequente; embora ela ocorra também em outros espaços, se faz proeminente nos bairros pobres. Assassinatos e agressões físicas, violência policial são preocupações comuns da classe trabalhadora. Nos bairros de classe alta, o roubo de residências e carros, além de sequestros, indicam um outro modo de violência: tomar conta das posses das pessoas. Enquanto que nas favelas e bairros pobres, é mais comum que a violência ocorra sobre as pessoas, diretamente⁵.

A violência percebida no cotidiano, como assaltos a comércios, furtos de automóveis, atua em dois sentidos. Primeiro ela estigmatiza grupos sociais desamparados, associando-os inerentemente aos atos de violência. Em seguida, ela se transforma em um argumento para medidas de exclusão desses grupos, auto-reclusão dos grupos sociais privilegiados e permanente vigilância.

Dentro das narrativas do medo na cidade, a posição ocupada pela mulher merece destaque. A vivência urbana feminina está relacionada a uma permanente sensação de insegurança, que não é compartilhada pela população masculina. Esta sensação, impulsionada por uma condição de poder exercida pelo homem sobre a mulher, se manifesta no espaço público em diversos tipos de atitudes ameaçadoras para o corpo feminino. O projeto “Chega de Fiu Fiu”⁶, promovido pela ONG Think Olga, colheu dados de 7762 mulheres, das quais 99,6% delas afirmaram já terem sido assediadas. Quando questionadas sobre onde ocorreram estes assédios, a rua aparece em 98% dos depoimentos, espaços coletivos (parques, shoppings, etc) aparecem em 80%, a balada em 77%, o transporte público em 64% e o lugar de trabalho em 33%. A experiência do espaço público da cidade para a mulher se mostra desigual em relação aos homens, como coloca Santoro (2008):

Essa desigualdade que se dá no campo da vida pública, se expressa também na esfera territorial, expressão física da

5 Ver GOES, Ailton. Risco de jovem ser vítima de homicídio no Campo Limpo é 16 vezes maior do que na Vila Mariana. 2016. Disponível em <http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/risco-de-jovem-ser-vitima-de-homicidio-no-campo-limpo-e-16-vezes-maior-do-que-na-vila> Acesso em 04 de Janeiro de 2018.

6 A pesquisa completa pode ser vista no endereço: https://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/?fbclid=IwAR3o8IRXoOt5eAV-uHHH5iqUja0K8zQM4BvDF_bFDg-zY_EYb1dZ0aNydZI Acesso em 05/04/19.

vida pública. Pode-se afirmar que as mulheres também são mais afetadas pelas desigualdades socioterritoriais. Se, como nós urbanistas sempre afirmamos, nossas cidades são desiguais, talvez possamos afinar um pouco esse olhar e afirmar que, são diferentemente desiguais para homens e para mulheres. (SANTORO, 2008, pg. 6)

Tais pesquisas têm relatado que essa condição da mulher na cidade, bastante atrelada à insegurança, torna mais difícil para elas alcançar o direito à cidade de forma plena. Apesar de poderem circular pela cidade livremente no campo hipotético, na prática esses deslocamentos e usos do espaço urbano acontece sob constante insegurança e restrições auto impostas. Souto (2017) chega a afirmar, por exemplo, que os constrangimentos que as mulheres recebem no espaço público limitam o acesso das mulheres a certos espaços da cidade, fazendo-as preferir atividades em casa. No entanto, mesmo em lugares supostamente seguros, as relações desiguais entre homens e mulheres permanecem. Guerra (2013), ao tensionar as noções de segurança dentro dos EREFs, relata o caso de uma jovem que foi sequestrada, estuprada e morta dentro do loteamento Alphaville, em São Paulo em 1991. A cidade produzida desigualmente, é também experimentada de forma desigual, dependendo dos recortes sociais feitos para leitura. E ainda, mesmo na busca pelos espaços de segurança, percebe-se que não há garantias.

Sposito e Góes (2013), ao analisarem espaços urbanos fechados e suas relações com a criminalidade, optam por um direcionamento teórico diverso. Entendendo que a violência é um fenômeno plural, que pode manifestar-se em diversas esferas da vida e assumir formas diversas, as autoras optam por não restringir os estudos à categorização de “violência urbana”. Esta seria uma categoria ampla que abrigaria inúmeras formas de violências que se manifestam no espaço das cidades, como a violência política e econômica, que solapam direitos dos mais vulneráveis, a violência ideológica que impõe doutrinações religiosos e políticos sobre determinados grupos, além, claro, da violência dos pequenos furtos praticados no centro da cidade, dos sequestros, etc. Žižek (2014) atenta para as violências pouco óbvias, que não são aquelas visíveis no corpo do assassinado ou na repressão policial, são mais sutis e agem como formas de coerção, suste-

ntando regimes de dominação e exploração. Paradoxalmente, o filósofo coloca como exemplo a ameaça de violência como uma das formas de coerção violenta sutil. O papel da ameaça é amplamente explorado (voluntária ou involuntariamente) pela mídia televisiva e pelas mídias sociais digitais. O poder de projeção de comunicação que estas plataformas possuem, supera a veracidade dos dados anunciados. Assim, é possível que um bairro seja taxado de violento apenas a partir das indicações feitas por um canal de televisão ou um site, ainda que as alegações não sejam comprovadas, boatos, ainda é uma forma de dominação.

A violência que Žižek (2014) descreve, e que é perceptível no discurso de Sposito e Góes (2013), é ramificada pelas esferas de interação social, econômica e política. Então, metodologicamente, as autoras adotam a expressão insegurança urbana para descrever os processos mais diretamente relacionados à violência na cidade, e que são enfrentados com dispositivos arquitetônicos e urbanísticos de securitização, além de serem sustentados por um completo mercado da securitização⁷.

O estudo de Sposito e Góes (2013) observa as relações entre EREFs e a violência em cidades médias do interior paulista; já o trabalho de Caldeira (2000) faz algo semelhante, porém com foco na metrópole paulista. Uma grande diferença entre os dois trabalhos, como apontado por Sposito e Góes é que, ao observar os relatos de moradores de EREFs, ou seja, aqueles que optaram pela “moradia segura”, apesar deles relatarem o aumento na insegurança nas suas cidades e se referirem à violência, quase não foram descritos acontecimentos traumáticos com eles próprios; frequentemente eram descritos fatos ocorridos com conhecidos, ou em outras cidades, ou há anos passados. Diferentemente dos relatos obtidos por Caldeira, que relacionam violências diretas ocorridas com os entrevistados. Assim, a violência representada (pela mídia e pelo marketing) teria um peso maior do que a violência real, nestas cidades de médio porte? O que motivaria então a escolha pela moradia reclusa e exclusiva?

A segregação historicamente presente nas cidades brasileiras, somada aos crescentes níveis de criminalidade, e inflados pelas mídias e pelo marketing imo-

7 Este tema será tratado no item 2.2 desse mesmo capítulo.

biliário, acabam por gerar um clima generalizado de insegurança. Este medo social é então aproveitado na dialética das modificações no espaço urbano público e privado, visando a produção de espaços de segurança (seja ela confirmada ou não).

Diante disso, constata-se que, no cenário nacional, a “*endemia social contemporânea*”, a criminalidade violenta, se caracterizou, ao longo das três últimas décadas, como um problema comum à principais cidades brasileiras, influenciando transformações nas estruturas da organização espacial, agravamento dos processos de segregação social e significativas alterações nas formas e funções urbanas. (LIRA, 2017, pg. 61)

Estudos recentes têm demonstrado como a violência assume o protagonismo no desenho das cidades (não só brasileiras) e da arquitetura. O estudo *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management*⁸, obra de Timothy Crowe (1999), apresenta estratégias de contenção e prevenção de crimes utilizando conceitos arquitetônicos e urbanísticos como fundamentos. Em 2008 foram publicados os estudos do grupo de pesquisa *Arquitetura da Violência – ARQVIOL*, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Este trabalho mostrou como a violência tem moldado uma nova forma de produzir os espaços arquitetônicos e, conseqüentemente, da cidade, principalmente ao observar bairros residenciais de elites de São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ.

São perceptíveis as alterações no espaço urbano causadas pela insegurança. Essa transformação acontece basicamente sob a forma de proteções que antecipam um possível crime. A construção de muros altos, pilastras em frente à portas de comércio, câmeras de vigilância, espetos e pedras colocados para evitar que “indesejáveis” se acomodem. Estas estratégias, como coloca Firmino (2017), são implementadas como formas de controle através do design: atribui-se ao desenho do espaço a esperança de solucionar multifacetados problemas

8 Prevenção do crime através da arquitetura ambiental: aplicação do desenho arquitetônico e dos conceitos da administração do espaço. Tradução própria.

urbanos e sociais, ou ainda pretende-se que a arquitetura e o desenho urbano tenham um impacto neutralizador sobre as ressonâncias da criminalidade. Nesses casos objetiva-se o controle do uso do espaço, como uma programação.

Os enclaves fortificados habitacionais (objetos de análise desse estudo) fazem parte de um conjunto de produtos que prometem uma vida segura na cidade. A noção de vida controlada e vigiada passa pela habitação, transporte, trabalho e vida social; a estas esferas são incorporadas estratégias, ferramentas, produtos que pretendem eliminar os resquícios que a violência e a criminalidade deixa pelo cotidiano.

2.2 VIGÍLIA CONSTANTE DO MEDO

Espaços residenciais fechados, assim como os enclaves fortificados de outras naturezas (comerciais, educacionais, para trabalho, lazer, etc), podem ser entendidos como uma das estratégias de contorno da questão da insegurança presente no meio urbano. Essa resposta imobiliária vem daqueles que tem a possibilidade de escolha do local de moradia, ou seja, classe média e alta, e configura-se, primordialmente, a partir da reclusão, afastamento e exclusão. Seria inadequado considerar que esta é uma questão linear de demanda e procura, de problema e solução. Há diversos fatores laterais que tensionam a discussão do medo relacionado ao espaço urbano.

Os EREFs se tornam a alternativa ideal de moradia frente à insegurança urbana, graças a um esforço mercadológico de atestar que esta é a opção acertadamente mais segura. Há uma ligação entre o espaço habitacional e a segurança que deve-se sentir dentro dele. O marketing imobiliário sabe se aproveitar dessa relação para construir uma narrativa de que quanto mais exclusiva, isolada, vigiada, armada a residência estiver, mais segura ela será, e consequentemente, mais felizes serão seus moradores. Aproveita-se, ainda, do fato de que a moradia é um bem imprescindível para a vida urbana, logo, é apenas uma questão de tempo até uma pessoa, ou uma família, decidam onde irão morar. Uma vez imersos em um contexto de amplificação da violência pelas mídias, e soluções mercadológicas imobiliárias para contornar esta questão, opta-se pelos EREFs.

Esta opção de modo de morar e viver a cidade, pode ser acompanhada de uma série de “adereços” que corroboram ou amplificam os preceitos de exclusão, reclusão e afastamento. Ao redor da cidade do medo, gira um mercado do medo.

As classes média e alta estão criando seu sonho de independência e liberdade – tanto da cidade e sua mistura de classes quanto das tarefas domésticas diárias – com base na dependência de serviços realizados por pessoas da classe trabalhadora. (CALDEIRA, 2000, pg. 272)

Como Caldeira (2000) coloca, para efetivar a ideia de distanciamento de outros grupos sociais e da cidade em si, a independência das classes média e alta se baseia na contratação e controle de serviços domésticos, e incorporá-los ao produto-moradia. Nesse sentido é comum ver que a vida entre muros vem acompanhada de uma série de profissões subalternas. Empregadas domésticas, que não raro moram em bairros precários ou favelas próximas aos EREFs, garantem a ordem dentro de casa, a limpeza, o preparo das refeições e alguma porcentagem da educação dos filhos da família; para as crianças menores, as babás garantem seus cuidados, bem como parte do lazer e educação da criança; para tarefas burocráticas que tenham a necessidade de sair do EREFs, os moto-boys são chamados; para assegurar que haja segurança, guardas privados são contratados para vigiar as idas e vindas. Ou seja, a vida familiar próxima não acontece sem se mediada por alguma relação de trabalho. Limpar, educar, brincar, comer, cuidar, podem ser (e frequentemente são) executadas por trabalhadores, o que os coloca em óbvia situação de controle pelos seus contratantes, a família. Há uma transformação de valores acontecendo, em que ganham espaço as trocas mercadológicas em espaços típicos de valores familiares.

É interessante notar também que as classes média e alta, ao escolherem morar em um EREF, optam pelo distanciamento dos setores de classe baixa da sociedade, no sentido físico. No entanto, esta rede de trabalhadores que faz funcionar as casas e os próprios EREFs, é formada justamente, frequentemente, por pessoas de classes baixas. Isso mostra que a proximidade tolerada a se ter com a população pobre só se dá em ambientes de controle desta. Neste caso, o controle feito é empregatício, como contratante e contratado.

Seria possível argumentar ainda que esta rede de trabalhadores não constitui um mercado baseado no medo, já que estas pessoas estão desempenhando trabalhos cotidianos relacionados ao cuidar e organizar da casa. Contudo, a própria existência de tais vagas de trabalho localizadas em EREFs, é baseada nas necessidades de reclusão, afastamento e exclusão, na necessidade de viver em um EREFs por conta de um constante medo da vivência urbana compartilhada.

É importante salientar que esta é uma análise sobre como as classes média e alta lidam com a questão do medo na cidade. Enquanto as classes baixas se deparam com o medo diariamente desde sua chegada às grandes cidades – medo de não conseguir trabalho, medo de não ter onde morar, medo de ser despejado, medo de ocupar, medo da polícia, medo do desamparo, medo do crime, etc – e tentam lidar com este fato enquanto conquistam seus direitos, as classes média e alta lidam com o medo a partir de estratégias sociais e econômicas de controle, vigilância e afastamento. Como estes dois estratos sociais possuem maior poder de decisão na cidade, é importante que se atente a que tipo de cidade estas classes almejam, já que elas têm mais poder para conduzir à produção dessa cidade.

Enquanto um sistema de serviços internos aos EREFs é sustentado por estes trabalhadores, um outro sistema de serviços e comércio é alimentado pelas necessidades de vigilância e securitização dos espaços urbanos públicos e privados. Embora haja uma série de artifícios digitais de rastreamento e vigilância, que se tornaram mais presentes na vida cotidiana, e são utilizados também pelo afeto do medo, aqui nos concentraremos naqueles que utilizam o espaço como seu meio de reprodução.

Em termos espaciais, pode-se dizer que o território moderno é definido por uma porção do espaço onde coexistem diversos grupos sociais que compartilham regras, aceitam a existência de instituições e reconhecem o interno e o externo delimitado por fronteiras negociadas. A legitimidade de um território, entretanto, se dá a partir do reconhecimento de suas regras, instituições e limites por grupos sociais de outros territórios (nem sempre pacificamente). (FIRMINO, 2017, pg. 26)

Como Firmino (2017) coloca, a vivência no espaço público é delineada por “acordos sociais” agregados a estes espaços. Se é possível identificar um “acordo”, é possível dizer que uma determinada conformação espacial implica em um tipo (ou alguns tipos) de poder sobre seus usuários. Por outro lado, se o espaço não alcança a potência de condicionamento comportamental, já que outros demais fatores agem sobre o indivíduo além do espaço, ele, no mínimo, se apresenta enquanto mensagem, enquanto texto arquitetônico e urbanístico. Em outras palavras, se em um determinado espaço urbano é colocado algum artifício de segurança, por exemplo uma câmera, mesmo que ela não tenha poder de inibição da criminalidade, sua mensagem de vigilância permanece.

Como uma forma de uso da tecnologia enquanto instrumento de controle e poder, Melgaço (2010) aponta o uso da vigilância por câmeras como uma estratégia dúbia. Sob a promessa de que a constante observação de estranhos garanta a segurança, o autor coloca que há pouca evidência que confirme a eficácia desse tipo de medida contra o crime. Além disso, ele ainda coloca, utilizando a cidade de Campinas como exemplo, que a utilização de câmeras de vigilância no espaço público da cidade pode ter distorções da esfera privada. A exemplo, o sistema CIMCAMP – Central Integrada de Monitoramento de Campinas – de interesse público, depende da iniciativa privada para instalação de um conjunto de câmeras de vigilância. A partir da premissa de grupos privados agindo em um espaço público, não há garantias de que o interesse público está sendo preservado, quando nem ao menos foi feita uma consulta pública. Outro exemplo do exercício do poder mascarado como uma iniciativa de inteligência urbana moderna, é a vigilância de escolas. Às câmeras são depositadas responsabilidades de policiais, e a segurança entra no discurso como diferencial de estabelecimentos de educação, além das moradias. É possível (e preciso) questionar as formas atuais em que a tecnologia se conecta a uma suposta segurança, e atentar para os resultados que emergem dessa “parceria”.

Nesse sentido, associados à ideia de garantia de segurança na cidade, uma série de produtos e serviços movimenta um mercado da segurança. No limite dos EREFs é visível o esforço feito para seu fechamento com muros. A prática não se restringe apenas aos EREFs, mas também a outros espaços, como residências unifamiliares, edifícios residenciais e comerciais, rua, praças, etc.

O muro, então, de variadas formas e tecnologias, cumpre o papel de divisor e alerta: dele para dentro, as regras são outras. Atrelada à ideia de fortificação, a vigilância permanente se concretiza nas câmeras de segurança e sistemas de segurança privados. Estes métodos são bastante valorizados pelo marketing imobiliário. A fortificação dos muros é tida como ganhos em segurança, as câmeras, como inibição do crime. Ainda ligados a este mercado de antecipação do crime, ou mercado do medo, estão produtos como cercas elétricas, cercas de arames farpados, grupos de seguranças privados contratados por uma família para proteger sua casa, grupos de segurança privados coletivos que rondam uma rua ou um bairro, carros blindados, entre outros artifícios.

Há uma naturalização e banalização de artifícios capazes de promover uma manifestação e uma declaração físico-material-arquitetônica, em que cercas elétricas, câmeras, muros reforçados, cercas militares, guaritas, e outros tipos de elementos de securitização já se incorporaram à linguagem da arquitetura e do design, com ênfase em uma visível agressividade. Na verdade, percebe-se que há uma valorização excessiva no mercado imobiliário deste tipo de “ambiente protegido”. Muitas pessoas se sentiriam não apenas mais seguras atrás dos grandes muros condominiais, mas também incluídas em comunidades que podem pagar por certos modos de vida. (FIRMINO, 2017, pg. 30)

É importante colocar que estes são produtos e serviços oferecidos como solucionadores, ou pelos menos mitigadores, da sensação de insegurança urbana. Ou seja, estes produtos são aqueles que estão disponíveis no mercado para este fim, e (não por acaso) convergem às colocações feitas pela mídia sobre a questão da violência e insegurança na cidade. O cidadão que escolhe este modo de lidar com a insegurança urbana está, de certa maneira, limitado pelas opções que são oferecidas a ele, e condicionado por um discurso midiático alarmista. A reprodução desses artifícios de securitização do espaço prova que esta é uma fórmula eficiente.

Em um contexto mais amplo sobre a insegurança nas cidades e estratégias de segurança, Graham (2016) introduz o conceito de urbanismo militar, que pode ser definido como o uso de tecnologias civis e militares para o fim de vigilância e controle de aspectos da vida cotidiana, sustentadas pelo discurso da guerra como uma metáfora de justificação dessa abordagem: guerra contra as drogas, o crime, o terror, a violência, etc. Sob esta descrição, Graham aponta que os elementos urbanos locais de securitização, como por exemplo a colocação de câmeras de segurança em uma rua pública, são versões menores de um movimento de militarização urbana global. O autor coloca como algumas empresas e indústrias se alimentam da estratégia de securitização de cidades, como a experiência israelense de bloquear cidades, ou a cerca de alta tecnologia na fronteira entre os Estados Unidos e o México, que está sendo construída por um consórcio entre a Boeing e a empresa israelense Elbit, entre outros.

Basicamente, como o exemplo da Raytheon mais uma vez demonstra, com frequência as mesmas constelações de empresas de segurança estão envolvidas na venda, na implantação e na supervisão das técnicas e práticas do novo urbanismo militar tanto em cidades das zonas de guerra quanto em seus países. (GRAHAM, 2016, pg. 37)

Se considerarmos que muros altos, guaritas de vigilância, sistemas de monitoramento remoto e câmeras, guardam o espaço privado apenas, estaremos ignorando que estes elementos são direcionados também ao espaço público e aos limiares entre o público e o privado. Isso gera um desbalanceamento no entendimento de espaço público e privado. Se comparado a um contexto urbano sem estes elementos de securitização, em um contexto urbano de vigilância permanente e territorialmente generalizada, e de fronteiras fortificadas dos espaços privados, é possível dizer que o espaço público permanece o mesmo? Ou ele se torna um resquício do espaço privado? Como as interações sociais que decorrem do espaço público também se transformam a partir dessa transformação no entendimento da segurança e do medo?

O argumento aqui colocado é que sob o “mantra” do urbanismo inteligente e das racionalidades próprias da se-

gurança pública, há uma dispersão de micro e macro elementos territoriais-informacionais que se sobrepõem para minar o significado de lugares e espaços. [...] o exercício de poder sobre certas porções do espaço público por sistemas de segurança privados acontece de um modo ilegítimo, imposto e desregulado [...] (FIRMINO, 2017, pg. 32)

É importante considerar que enquanto o espaço público é alvo direto e indireto de políticas de securitização, e sofre modificações com isso, o espaço privado também. A conformação dos espaços privados e sua inevitável relação com o público, revela uma conformação do indivíduo, que através da reprodução de tais artifícios de segurança, se relaciona com as alteridades a partir da vigilância e da premeditação. Considerando ainda as escalas dos espaços privados isso se torna mais visível. Um espaço residencial fechado de alto padrão agrega espaços privados homogêneos, indivíduos com valores homogêneos (ditados por aquele modo de vida específico), e o loteamento, uma vez fechado, se torna uma espécie de macro-espaço privado. Ou seja, o que está colocado em jogo é que as estratégias de securitização do espaço, sejam direcionadas ao espaço público ou ao privado, têm impactos sobre os indivíduos nessas duas esferas. Então, é colocada em questão as sociabilidades possíveis entre esses indivíduos, agora condicionados pelos universos arquitetônico, urbanístico e social afetados pelo afeto do medo.

2.3 ENCLAVES FORTIFICADOS HABITACIONAIS

Em um contexto urbano onde as mídias tradicionais e digitais exploram e divulgam a violência cotidiana até banalizá-la, ao mesmo tempo em que o uso dos espaços públicos dos grandes centros é percebido com insegurança, se instala um medo coletivo da cidade. É possível considerar, como fez Bauman (2005), a insegurança como atributo inerente às cidades. Seja ela justificada ou não, em ambos os casos, muito da experiência urbana dos cidadãos acaba por ser definida pelo medo. Medo de ser assaltado, sequestrado, assassinado, atropelado, agredido. Além dos medos que dizem respeito à integridade física humana, há aqueles de caráter subjetivo e abstrato, que também são relacionados à vida

nas cidades: medo de ficar desempregado, de não poder pagar as contas, de se atrasar, de ser injustiçado, de não ter seus direitos atendidos, de não ser ouvido, medo de ficar sozinho, medo da multidão, de estranhos, de si mesmo, medo dos outros. A violência física, tão alarmante, é apenas um dos medos que aflige a população de uma cidade, mas seu caráter grave e urgente acaba por direcionar a maior parte das atenções a este mal. A segregação sócio espacial que toma forma nas cidades hoje, funciona como outro agravante dessa situação. Para uma parcela da população, ela mantém como desconhecidas partes da cidade e grupos sociais, impede que diferentes pessoas e diferentes modos de viver possam ser considerados próximos, e reconhecidos tanto pelas divergências quanto pelas convergências que possuem, como partes de um mesmo grupo maior.

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada desregulamentação) e suas consequências individualistas, no momento em que o parentesco entre homem e homem – aparentemente eterno, ou pelo menos presente desde tempo imemoriais -, assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou de uma corporação, foi fragilizado ou até rompido. (BAUMAN, 2009, sem paginação)

Da maneira que se apresentar possível, cada família e pessoa tenta se proteger dos males urbanos. Para alguns a proteção vem da ocupação dos espaços públicos urbanos, do uso intenso da cidade, da promoção de transporte público e políticas habitacionais. Para outros, a proteção vem do combate, da legalização do porte de armas, da lei do mais forte. E ainda para outros, a tal proteção acontece na forma de afastamento. É interessante perceber quais são as intersecções desses grupos, de modo que dependendo das situações sociais a que estão sujeitos, adequam suas lógicas para o benefício próprio. Por exemplo, é comum que hajam EREFs reclusos e exclusivos, e ainda possuam sistemas de segurança, guardas particulares armados, etc.

É possível perceber três características fundamentais que conformam a estratégia de proteção dos grupos que optam pelo afastamento: *reclusão*, *afastamento* e *exclusão*. A *reclusão* se refere à atitude de confinar a si próprio em um

determinado espaço. Esta característica diz respeito ao próprio indivíduo que busca a proteção: ele se resguarda entre seus iguais; de certo modo é o ponto de princípio para as outras características, pois indica a decisão de proteger-se através da definição de distâncias entre o eu e o outro. O *afastamento* diz respeito à localização escolhida para que a reclusão aconteça. A opção por morar em EREFs distantes dos centros urbanos, por exemplo, coloca como fator importante a distância da violência como forma de proteger-se dela. Mesmo em EREFs localizados próximos aos centros urbanos, ou incrustados nas cidades, essa distância se coloca com muros e guaritas de controle de acesso, como distâncias ideológicas. Longe ou perto, sempre distante.

Figura 6 - Propaganda Villaggio São Bento, casas isoladas.

SUPER SUCESSO DE VENDAS EM VINHEDO.

VILLAGGIO
SÃO BENTO
residencial

RESERVA
especial

VENHA CONHECER
E SE SURPREENDA

TEMOS 2 LINDAS
CASAS RESERVADAS
ESPECIALMENTE
PARA VOCÊ.

CASAS ISOLADAS EM CONDOMÍNIO FECHADO

117M² | 3 SUÍTES | LAZER COMPLETO

Financiamento:
Santander

Realização:
GARBELLINI
EMPREENDEIMENTOS

WWW.GARBELLINI.NET.BR

O Empreendimento "Condomínio Villaggio São Bento" está registrado no Oficial de Registro de Imóveis, "Títulos e Documentos" e Civil das Práticas Jurídicas de Vinhedo, registro "1.014", expedido em 10 de dezembro de 2014, inscrito no livro de matrículas 1.014.

Fonte: Google, 2017.

Por fim, a *exclusão* diz respeito aos outros. Uma vez conquistado este espaço de segurança, é necessário que ele possua controle de acesso, de modo que seu interior seja resguardado. O controle através de guaritas de acesso e cadastros para que seja possível entrar nos EREFs é a forma mais aparente. No entanto,

este controle também acontece de maneira invisível e perversa, através do preço dos lotes dentro dos EREFs, geralmente elevados, permitem que apenas uma pequena parcela da população tenha acesso à compra desses imóveis. Como consequência, é estabelecido um conjunto homogêneo de classe. A exclusão de outros grupos de participarem desse modo de vida é também uma forma de morar exclusiva.

Para Bauman (2009), as elites globais se organizam nas cidades não a partir dos interesses que possam descobrir, mas simplesmente para serem deixadas em paz. Assim, essa separação da vizinhança imediata leva ao necessário depósito de confiança na vigilância constante. O autor ainda coloca que, embora estas sejam condições observáveis no mundo todo, então se tornando questões de ordem social mundial, seu desenrolar só acontece na escala local. Cada EREFs age localmente no sentido de segregar um bairro de seu centro urbano. De cada atuação local como esta, constrói-se uma situação generalizada de segregação, medo e violência.

Para este pensamento de Bauman se faz necessário perceber certas nuances. Durante a década de 1970, no início da implantação dos loteamentos fechados no Brasil, este tipo de empreendimento estava direcionado para as classes altas. Promessas como “uma nova forma de moradia”, espaços de lazer e natureza, além da segurança conformavam um espaço para a elite. No entanto, nos 50 anos decorrentes até aqui, a moradia em EREFs e casas isoladas extravasou a classe A. A partir de uma produção imobiliária destinada à classe média e até à classe baixa, os conceitos utilizados para definir os EREFs passaram a ser procurados também por estas faixas. Atualmente é possível encontrar ofertas para qualquer faixa social. Isso significa que os valores associados a esta forma de moradia – segurança (presente em todos os loteamentos), contato com a natureza (que não é o caso em todos os loteamentos) e áreas livres para lazer – são compartilhados por todas as classes. Este fato não é surpresa, uma vez que trata-se de valores sociais básicos. Mas, é interessante perceber como esses valores são conseguidos, independentemente da classe social para que o EREFs é destinado. A segurança é conseguida, invariavelmente, através da vigilância constante, muros, policiamento privado, etc; o contato com a natureza e os espaços livres para lazer são alcançados a partir da delimitação de limites

dentro do loteamento. De qualquer maneira a forma de garantia desses valores se dá através do desenho urbano do loteamento e da preservação da exclusividade daqueles que ali residem. Apesar da elite continuar a se beneficiar desse tipo de empreendimento largamente (muitas vezes nas condições de moradores e empreendedores), não se trata mais de um desejo exclusivo dessa classe.

Desse modo, este argumento de Bauman se faz mais forte. Se os impactos dessas “ilhas de exclusividade” acontecem na escala local, uma vez que elas são ofertadas a todas as classes e não apenas à elite, amplia-se o campo de interferências dos EREFs no espaço urbano. Valores como a exclusividade, a homogeneidade de classe, a delimitação espacial e a vigilância ganham espaço dentro do contexto urbano.

Tereza Caldeira (2000), em seu trabalho *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, transforma esta opção de vida urbana em reclusão, afastamento e exclusão, em um conceito urbanístico, hoje já bastante difundido: os enclaves fortificados. Os exemplos colocados anteriormente focaram apenas na questão habitacional da segregação, contudo, a vida urbana permeada pela violência, mas principalmente pelo medo, produz formas de trabalho e lazer proporcionais aos espaços de moradia. Então, os enclaves fortificados são uma categoria de objetos arquitetônico e urbanísticos que conformam um tipo de fortificação. Podem ser EREFs, shoppings centers (o comércio e o lazer protegidos por muros), conjuntos de escritórios (o trabalho entre muros), entre outras formas; todas possuindo características em comum como as três já apresentadas (reclusão, afastamento e exclusão), e também a demarcação dos limites com muros, são espaços privados de uso coletivo, cultivam um sentimento de negação e ruptura com o restante da cidade, são sinônimo de status. O discurso do medo que alimenta a produção e o consumo desse tipo de empreendimento, se torna um fator importante para sua sustentação: a segurança se torna um instrumento de valorização do imóvel, que deve estar sempre presente. Com o tempo, há uma normalização da ideia de morar em um EREF, amparada pela constante propaganda que os posiciona como a última saída para esquivar-se da criminalidade. Cria-se então um imaginário coletivo, um ideário que acompanha essa forma de moradia e a associa à segurança, lazer, tranquilidade, e até retorno a valores nostálgicos.

Como o universo dos enclaves fortificados é amplo, este trabalho se debruça sobre aqueles para fins habitacionais apenas, entendendo que eles fazem parte de um sistema de empreendimentos, que abarcam o comércio, o lazer, a saúde e a educação sob a mesma ideia de enclaves fortificados.

Sposito e Góes (2013) diferenciam as denominações de condomínios fechados para “espaços residenciais fechados”, como elas explicam:

[...] tratamos especificamente da implantação e da apropriação dos ‘espaços residenciais fechados’, que assim denominamos, de modo genérico, a despeito das diferenças jurídicas entre aqueles estabelecidos em regime de propriedade condominial e os não condominais, ou seja, os loteados como áreas não muradas, aos quais foi concedido o direito de cercamento da gleba parcelada, ou os efetuidos sem essa concessão. (SPOSITO e GÓES, 2013, pg. 4)

Esta denominação, se faz necessária por separar as condições jurídicas do fechamento dos loteamentos, das condições espaciais e sociais desse feito.

A Lei nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964, que dispõe sobre condomínios em edificações e incorporações imobiliárias, cria a noção de parcela ideal do lote e rege a aprovação de condomínios verticais. Ocorre que frequentemente esta lei é distorcida para permitir a aprovação de condomínios horizontais, dos quais ela não trata. Já a Lei 6.766/79, lei do parcelamento do solo, prevê no ato do loteamento a doação de áreas de uso comum como ruas, praças e equipamentos sociais para a população. No entanto, através de autorizações de ordem local, o loteamento pode ter seus limites cercados, formando um bairro fechado. Os EREFs não são um modelo integralmente brasileiro, mas sim derivados das *gated communities* estadunidenses e importados para o território brasileiro. (FREITAS, 2008)

[...] o modelo de loteamento fechado exportado para os países da América Latina, especialmente para o Brasil, teve como referência conceitual o subúrbio americano, e os primeiros subúrbios ingleses. O relato histórico da origem dos subúrbios revela diversas características pre-

sentes nos projetos atuais. Valores como natureza como elemento de separação entre a moradia das elites e os bairros operários; padrões estéticos como herança aristocrática e signo de distinção e a especulação de terras rurais como forma de obtenção de lucros extraordinários nascem na origem dos subúrbios, já nos séculos XVIII e XIX. Na cidade industrial, o subúrbio se dá em oposição ao crescimento da classe operária, como signo de poder e dominação; instrumento de proteção dos privilégios da elite. (FREITAS, 2008, pg. 55)

Na Inglaterra do século XVIII, os arredores de Londres foram o palco de empreendimentos de loteamentos voltados para a classe média. Estes empreendimentos possuíam caráter especulativo, já que o proprietário das terras (normalmente rurais) as loteava e vendia para investidores, que em seguida vendiam para o consumidor final. Estes, ao comprarem os lotes, não se importavam com irregularidades ou falhas de construção, os ativos valorizados eram a localização e a paisagem. Estes subúrbios londrinos assumiam caráter de vilas pitorescas, cercadas pelo verde, como casas de veraneio típicas da aristocracia. Com o arquiteto John Nash, este modo de morar é sistematizado ainda em 1820, no projeto da Park Village, em Londres, que apresentava a sensação de “casas dentro de um parque”. Nesse sentido, este tipo de loteamento (que remete a um determinado modo de vida), ganha contornos de produto imobiliário, capaz de ser implantado em qualquer outro lugar. Alguns desses empreendimentos já possuíam muros de separação, como o Victoria Park, em Manchester, o que mostra que o distanciamento e a separação foram fatores importantes para garantir que os moradores dos subúrbios evitassem contato com a população trabalhadora, “indesejáveis” e “perigosos”. (FREITAS, 2008)

Conceitos como os apresentados por John Nash, são perceptíveis nos projetos dos americanos Ebenezer Howard, Barry Parker e Raymond Unwin para os subúrbios estadunidenses a partir de 1870. Estes, associavam a ideia de núcleo urbano autossuficiente, com limitação máxima de habitantes, à ideia de proteção pela natureza, um cinturão verde que isolaria estas cidades-jardins. Os subúrbios norte-americanos foram impulsionados ao mesmo tempo em que a metrópole

industrial crescia, recebendo grande quantidade de moradores da área rural. A busca pela moradia afastada dos emergentes grandes centros urbanos, encontrava a especulação imobiliária que estes empreendimentos de loteamentos de terras rurais praticavam. Os subúrbios eram bastante dependentes das condições que as cidades ofereciam, tornando necessário o deslocamento frequente dos subúrbios para a cidade. Com isso, não só os terrenos rurais loteados eram vendidos a valores muito maiores do que o preço original, mas também havia uma associação entre os empreendimentos de loteamento e os de construção de linhas férreas. Os *Railroads Suburbs* se consolidaram de modo que as terras adjacentes à implantação de estradas de ferro se valorizaram, o que também não acontecia ao acaso; grandes incorporadores imobiliários poderiam direcionar as linhas férreas de modo a atravessarem sua propriedade e assim conseguir margem para valorização daquela terra. Com o crescimento dos subúrbios estadunidenses, sua importância os tornou o elemento central da estrutura urbana da cidade. Sustentando este sistema de subúrbios encontram-se os sistemas de rodovias e a emergência do automóvel particular. (FREITAS, 2008)

Os ideais de exclusividade, proteção e afastamento presentes desde os subúrbios ingleses, ganham novos contornos para suprirem demandas do século XX. A partir de 1970, subúrbios estadunidenses começam a implantar fechamentos por portões e muros, sob a justificativa de aumento da proteção e garantia de exclusividades do morador. As *gated communities*, como são conhecidas nos Estados Unidos, se dividiriam em três tipos, basicamente: as *lifestyle communities*, que primam pelo descanso e lazer, normalmente associados a um campo de golfe, atendem a população de alta renda; as *prestige communities*, que funcionam como confirmação de status, a ostentação é um fator importante; e as *security zones communities*, refletem mais diretamente uma tentativa de proteger um bairro, a partir da iniciativa dos próprios moradores. Estes três modos de *communities* se assemelham pelo reforço do distanciamento e separação de outras parcelas da cidade, pela exclusividade e pelos discursos de valorização da natureza (próxima) e segurança. Embora as motivações para a reprodução e uso desses empreendimentos nem sempre sejam claras, é certo que todas elas objetivam a distinção espacial clara, e por vezes agressiva, entre “nós” e “eles”. (FREITAS, 2008)

No Brasil, os empreendimentos que produziram produtos imobiliários semelhantes aos ingleses e estadunidenses, começaram a se destacar em São Paulo durante a década de 1970, anunciando espaços que reuniam habitação de alto padrão, centros comerciais e escritórios. Para estes novos bairros fechados, a publicidade teve grande importância para sedimentar ideias e conceitos que se tornariam objetivos de consumo, e de vida, daqueles que anseiam por uma “nova vida urbana”. Caldeira (2000), ao analisar a publicidade de empreendimentos imobiliários em São Paulo de 1975 a 1996 coloca que

Nos últimos 20 anos, esses anúncios elaboraram o que chamam de “um novo conceito de moradia” e o transformaram no tipo mais desejável de residência. Esse “novo conceito de moradia” articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. A imagem que confere o maior status (e é mais sedutora) é a da residência enclausurada, fortificada e isolada, um ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais. (CALDEIRA, 2000, pg. 265)

O marketing imobiliário de empreendimentos de EREFs se apoia fortemente na ideia de contraste com o espaço urbano tradicional. A violência dos centros urbanos é substituída pela tranquilidade e pela vigilância, a falta de espaços de lazer é substituída em amplos espaços verdes e equipamentos como quadras e salões de festas, as diferentes classes sociais que compartilham o espaço da cidade são substituídas por grupos sociais homogêneos.

O estudo feito por Sposito e Góes (2013) sobre espaços residenciais fechados em cidades médias (Marília, São Carlos e Presidente Prudente), constata que a medida em que este modelo de moradia e uso da cidade é adotado pela população, esta transforma seus indivíduos de cidadãos a sujeitos da insegurança. Como consequência, são favorecidas as ofertas que garantam integridade social e física do morador, ainda que sejam medidas que reforçam a insegurança fora dos muros, a segregação sócio espacial e a intolerância às diferenças.

Freitas (2008) aponta que a proliferação de empreendimentos do tipo EREFs, implicam em diversos revezes para o espaço urbano como um todo. Há uma mudança na escala da segregação e aumento dos custos sociais; a implantação de empreendimentos para a elite nas periferias restringe a oferta de terras a serem destinadas a moradia social, com a inflação dos preços das terras vizinhas torna-se ainda mais difícil que a população pobre consiga adquirir os terrenos, o que os força a deslocarem-se para outro local onde o preço da terra seja mais baixo. Um dos atributos sempre valorizado nos empreendimentos residenciais fechados é a proximidade da natureza; no entanto, para conseguir este ativo, as incorporações são acompanhadas por altos índices de impermeabilização dos solos, represamento de rios e córregos, e interferência agressiva na paisagem transformada de rural em urbana no processo. Quando a postura frente à violência e ao medo é o distanciamento, não são resolvidos os problemas, apenas não os vemos mais. Desse modo, quanto mais residências se localizarem “entremuros”, mais aquelas que estão “fora dos muros” sofrerão com a violência e o medo não solucionados. O esvaziamento de bairros inteiros, deixando-os gradativamente mais perigosos, pode relacionar-se à esta ideia de prevenção da violência; se há deslocamentos em direção aos EREFs, torna-se mais difícil a aplicação de recursos de melhoramento de infraestruturas nas áreas centrais e “bairros abertos”. De certa forma, o modelo de EREFs promete a segurança no seu interior ao mesmo tempo em que condena seu exterior à insegurança. Há ainda o reforço de identidades homogêneas. A partir do momento em que a diversidade sócio cultural da cidade é excluída do interior dos EREFs, ali convivem grupos sem contato com outras realidades; torna-se mais difícil a prática de compreensão das diferenças, tão exercitada nos espaços urbanos tradicionais. (FREITAS, 2008)

Buscou-se evidenciar como os espaços residenciais fechados constituem um modo de morar segregado e pautado em escolhas de status social e/ou insegurança; como este objeto urbanístico deriva de uma série de conceitos e projetos ingleses e estadunidenses que também se pautavam pela preservação da segurança, distinção de grupos sociais diferenciados e nutrição de um certo status social evidenciado pela moradia. Embora nem todos os empreendimentos imobiliários nesse espectro se fundamentem na segurança para fazer sua pro-

paganda, eles certamente a consideram, já que este é um tema completamente urgente. É importante perceber também que os EREFs fazem parte de um modo de perceber a vida em comunidade, mais especificamente a vida urbana, um modo que se baseia na autopreservação e na vigilância para construir suas relações sociais, econômicas e políticas. Assim, os EREFs são apenas um dos elementos que constituem um tipo de “vida sob o medo”, e que invariavelmente reverbera no espaço urbano e nos produtos espaciais reproduzidos. Para além dos EREFs existe uma variedade de artifícios acessórios e estratégias, que corroboram e potencializam a experiência urbana segregada e vigiada.

Como Bauman (2009) coloca, as construções conceituais e macroestruturas globais se manifestam no território local, nas cidades. Buscado aproximar-se da escala que este estudo propõe, em seguida será analisado como a ideia dos EREFs se manifesta na realidade urbana da Região Metropolitana de Campinas. Este recorte territorial selecionado se justifica por trazer em suas dinâmicas internas aspectos relevantes entre os apresentados no item anterior; e também por seus municípios integrantes já possuírem relações econômicas, sociais, culturais entre si, esta torna-se uma categoria territorial coesa para o estudo.

3 RMC E OS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS

A RMC foi criada pela lei complementar estadual nº 870, de 19 de junho de 2000. As projeções da Agemcamp (Agência Metropolitana de Campinas) indicam para a RMC, em 2019, uma população de 3 158 030 pessoas; densidade demográfica média de 832 hab/km²; grau de urbanização de 97,59%⁹. Ela é formada por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Aqui é identificado o universo de loteamentos residenciais fechados existentes na RMC, a partir do qual serão extraídos os objetos de análise da pesquisa. Como

9 Informações retiradas do site da AGEMCAMP. Disponível em <http://www.agemcamp.sp.gov.br/produtos/perfilnc/view/perfil.php#> . Acesso em 24/03/2019.

ponto de partida tem-se os trabalhos de Freitas (2008) e Pasquotto (2015)¹⁰, que fazem um esforço de mapeamento dos loteamentos em toda a RMC. Ambos os trabalhos emparelham-se a esta pesquisa por considerarem em suas explorações a mesma categoria de loteamentos estudados: espaços residenciais fechados horizontais. Sendo assim, o levantamento feito por ambas as autoras pode ser aplicado (como início) a esta pesquisa. Os mapas produzidos pelas duas autoras traziam, em sua maioria, informações coincidentes, mas havia informações que figuravam em apenas um dos mapas. Por conta disso, ambos os mapas foram somados e unificados em um, como apresentado pela Figura 7.

A decisão de construir um universo próprio de EREFs, e não utilizar completamente um mapeamento já feito, permite que o mapa e as consequentes informações que ele comunica se liguem diretamente aos objetivos dessa pesquisa, diminuindo os riscos de que os dados sejam enviesados por objetivos de outras pesquisas semelhantes.

Figura 7 - Mapa Loteamentos Residenciais Fechados na RMC.

Fonte: Freitas, 2008; Pasquotto, 2015; Baldam, 2018.

10 O trabalho consultado teve como escopo inicial o resultado de um trabalho da disciplina de Planejamento Urbano Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Paulista-Unip ministrado pelos docentes Prof. Dra. Geise B. Pasquotto e Prof. Ms. Ricardo A da Silva.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Loteamentos Residenciais Urbanos Fechados

Loteamentos Residenciais Urbanos Fechados

Limites Municipais
Malha Urbana
Norte

0m 500m 2000m

Fonte: Geise Brizotti Pasquotto, 2015; Eleusina de Freitas, 2008.

O mapa da figura 7 apresenta todos os municípios da RMC bem como todos os loteamentos residenciais horizontais fechados levantados pelas autoras. A partir desse mapa é possível colocar algumas características da RMC em relação aos EREFs.

Observando a posição dos polígonos vermelhos em relação à mancha urbana dos municípios, vê-se que os EREFs se localizam em maioria nas franjas urbanas (SILVA, 2008), contribuindo para um cenário de urbanização dispersa. Como os empreendimentos de EREFs demandam uma área loteável de grandes dimensões, áreas periurbanas e áreas rurais são atrativas por possuírem grande disponibilidade de área e pelo valor da terra ser mais baixo do que aquele da terra urbanizada, viabilizando o empreendimento do ponto de vista comercial. Diferentemente da situação da Região Metropolitana de São Paulo, onde é observável largo grau de conurbação dos municípios, a RMC se caracteriza principalmente pela dispersão dos núcleos urbanos; possuindo apenas alguns pontos de conurbação, como entre Campinas, Valinhos e Vinhedo ou Campinas e Hortolândia (MASSARETTO, 2010). Esta dispersão é sustentada em grande parte pela estrutura viária da região – principalmente pelas rodovias Bandeirantes (SP-348), Anhanguera (SP-330) e D. Pedro I (SP-065) – que possibilitam a implantação de loteamentos e espaços residenciais fechados ao longo do seu curso, descontextualizados dos centros urbanos. Essa estrutura viária, além de favorecer o movimento pendular de uma população que estabelece suas relações de moradia e trabalho entre cidades na RMC (MIGLIORANZA, 2005), também corrobora com a propagação de um sistema de enclaves, como posto por Caldeira (2000), do qual os EREFs fazem parte, mas também os shoppings centers, condomínios empresariais e grandes estabelecimentos comerciais como hipermercados; todos interligados pela rodovia, percorrida pelo automóvel individual, que também é incluído no “mercado do medo”, como mais uma barreira de proteção do indivíduo. Pera (2016) e Marinho (2017) apontam, inclusive, para uma tendência do modelo de urbanização dentro da RMC, tendo na implantação de EREFs um dos seus maiores artifícios. Desse ponto de vista, com a expansão urbana sendo feita a partir de EREFs, há uma intensificação do sistema de enclaves e seus acessórios, além de inclinar-se para uma produção urbana exclusivista (já que quem tem acesso a estes espaços é apenas uma parcela pequena da popu-

lação). Para Turczyn (2013), a estrutura de urbanização da RMC é caracterizada por “mutações urbanas”, resultantes da urbanização dispersa, implantação de EREFs, sistema de rodovias e espaços residuais. Para o autor, as mutações agem como transformações em um ou mais elementos da forma urbana, de modo que sua composição ao longo do tempo com outras transformações leva a um rompimento com as estruturas precedentes da forma urbana. A complexidade da formação urbana da RMC exigiu que fosse feito uma refinação do mapa apresentado na Figura 7, de modo a retirar as marcações de loteamentos que não correspondessem à tipologia escolhida para o estudo, ou que porventura estivessem equivocadas.

A partir dessa cartografia inicial partiu-se para a certificação de cada loteamento e catalogação de características que seriam úteis no futuro, como área, perímetro, tamanho de lote e cidade em que se localizada. Para cada marcação em vermelho do mapa unificado (acima) buscou-se sua localização via Google Earth onde, uma vez identificado o loteamento, foram determinados sua área (em ha), perímetro (em km) e área média dos lotes (em m²). Estas informações dimensionais foram obtidas através de um recurso próprio do software Google Earth.

Figura 8 - Exemplo de identificação de EREF.

Fonte: Google Earth, Baldam, 2018.

Concomitantemente ao levantamento georreferenciado¹¹, foi compilada uma tabela de controle de dados. Para cada loteamento identificado, foram organizados nesta tabela (reproduzida abaixo, em parte¹²) as informações de entrada: número de identificação, nome, área, perímetro, cidade e tamanho médio do lote.

Tabela 1 - Trecho da Tabela de controle do levantamento dos loteamentos.

TABELA DE CONTROLE: LEVANTAMENTO DOS EREFs (TRECHO)					
n°	nome	área (ha)	perímetro (km)	cidade	área lotes (m ²)
267	Residencial Santa Paula	13,8	1,74	Americana	490,00
268	Residencial Barra do Cisne	27,5	2,85	Americana	1300,00
269	Residencial Terras do Imperador	33,5	2,42	Americana	470,00
270	Residencial Portal dos Nobres	42,7	3,91	Americana	1400,00
271	late Clube Americana	28	3,11	Americana	300,00

Fonte: Baldam, 2018.

A construção dessa tabela, em conjunto com o georreferenciamento, permitiu o refinamento do mapeamento unificado a partir de Freitas (2008) e Pasquotto (2015), de modo que foram eliminadas marcações equivocadas e adicionadas novas marcações que não haviam sido consideradas antes. Ao fim dessa primeira coleta, foram identificados 489 EREFs por toda a RMC. Em seguida foi feita uma revisão de cada loteamento, para que fosse possível identificar possíveis marcações que não correspondessem à tipologia de loteamento escolhida para o estudo. Então, foram excluídos loteamentos que possuíam lote coletivo¹³, que fossem verticalizados¹⁴, que não fossem majoritariamente residenciais¹⁵ (pelos motivos já explicitados) ou que ainda estivessem em fase de movimentação de terra e implantação inacabada¹⁶.

11 Junto a este trabalho foi entregue um CD com todos os arquivos do trabalho, inclusive os arquivos de localização georreferenciada dos EREFs.

12 A tabela completa pode ser encontrada ao fim desse trabalho, em Anexos.

13 Exemplo: Residencial Villa de San Pietro, em Campinas, n° id 446.

14 Exemplo: Condomínio Rossi Ideal Vitória Régia, em Campinas, n° id 413.

15 Exemplo: Sem Nome, em Nova Odessa, n° id 264.

16 Exemplo: Sem Nome, em St. Antônio de Posse, n° id 28.

Figura 9 - Residencial Vila de San Pietro, retirado do estudo.

Fonte: Google Earth, Baldam, 2018.

Figura 10 - Condomínio Rossi Ideal Vitória, retirado do estudo.

Fonte: Google Earth, Baldam, 2018.

Assim, após este refinamento, o universo de loteamentos residenciais fechados na RMC sofreu uma redução de 22 loteamentos, restando então 467 deles, resultando no mapa a seguir.

Figura 11 - Loteamentos residenciais fechados na RMC.

Fonte: Google Earth, Baldam, 2018.

A partir desse levantamento geral dos loteamentos, partiu-se para a extração de informações e agrupamento de dados. A seguir serão colocadas as informações separadas por categorias, enquanto a tabela completa pode ser vista no item Anexos. As informações extraídas do levantamento geral compreendem aspectos que ajudam a caracterizar a RMC quanto à quantidade e dimensões dos EREFs em seu território. Todos os dados são comparáveis aos outros municípios da RMC quanto à média geral da RMC.

3.1 MACRO CARACTERIZAÇÃO DOS EREFS NA RMC

Tabela 2 - Número de EREFs e área por município.

NÚMERO DE EREFs E ÁREA POR MUNICÍPIO		
município	quantidade	área total loteamentos (ha)
Campinas	166	2961,47
Valinhos	71	868,06
Indaiatuba	51	1679,82
Vinhedo	32	1096,97
Itatiba	28	1302,84
Paulínia	26	443,8
Americana	22	313,94
Jaguariúna	14	598,53
Artur Nogueira	12	156,89
Hortolândia	7	146,99
Engenheiro Coelho	6	168,9
Nova Odessa	6	133,7
Sumaré	6	217,7
Monte Mor	5	232
Cosmópolis	4	37,57
Holambra	4	97,56
St. Bárbara d'Oeste	4	90,3
Morungaba	1	16,4
Pedreira	1	18,5
St. Antônio de Posse	1	18,4
RMC	467	10600,34

Fonte: Baldam, 2018.

As quantidades apresentadas na tabela são referência direta ao mapa da Figura 11, onde pode ser visualizada a mancha de implantação de EREFs pela RMC. Ao mesmo tempo em que se faz compreensível que Campinas possua a maior quantidade (166), por ser a maior cidade da região e por concentrar uma série de dinâmicas econômicas e políticas da região, é perceptível o fato de Valinhos, uma cidade com 19% da área territorial de Campinas, possua a segunda maior contagem (71). Uma grande quantidade de EREFs aprovados em um mesmo município pode implicar em maiores restrições a acessos a determinadas partes da cidade, já que o acesso através dos loteamentos é dificultado. Ainda, nos

casos em que os loteamentos forem aprovados através da lei 6.766/79, seu fechamento retira o acesso a áreas que deveriam ser públicas (ruas, calçadas, etc) (SPÓSITO e GOES, 2013). Quanto maior a quantidade de loteamentos aprovados sob esta lei, maior é a quantidade de áreas públicas privatizadas. Este dado se complementa quando levamos em conta a extensão da área ocupada pelos empreendimentos. Apesar de Valinhos apresentar a segunda maior contagem, municípios com menor contagem, como Indaiatuba, Itatiba e Vinhedo, possuem maior área ocupada por EREFs do que Valinhos, o que indica que aqueles localizados nesta cidade são de menor porte. Em seguida, são colocados os dados percentuais de ocupação dos loteamentos em relação à área urbana dos municípios¹⁷.

Tabela 3 - Porcentagem de área urbana ocupada por EREFs.

% DE ÁREA URBANA OCUPADA POR EREFs			
município	quantidade	área total loteamentos (ha)	área urbana ocupada
Vinhedo	32	1096,97	21,3%
Itatiba	28	1302,84	15,5%
Jaguariúna	14	598,53	14,1%
Valinhos	71	868,06	12,7%
Indaiatuba	51	1679,82	10,6%
Holambra	4	97,56	8,3%
Campinas	166	2961,47	7,6%
Engenheiro Coelho	6	168,9	7,3%
Artur Nogueira	12	156,89	4,0%
Paulínia	26	443,8	3,2%
Nova Odessa	6	133,7	3,2%
Americana	22	313,94	3,1%
Sumaré	6	217,7	2,9%
Cosmópolis	4	37,57	2,5%
Hortolândia	7	146,99	2,5%
Morungaba	1	16,4	2,1%
St. Antônio de Posse	1	18,4	1,7%
Monte Mor	5	232	1,6%
St. Bárbara d'Oeste	4	90,3	0,9%
Pedreira	1	18,5	0,7%
<i>RMC</i>	<i>467</i>	<i>10600,34</i>	<i>7%</i>

Fonte: Baldam, 2018.

¹⁷ Atenta-se para o fato de que a ordem dos municípios listados se altera quando priorizamos a ordenação a partir das porcentagens.

A adição desse dado coloca mais clareza sobre a situação dos municípios da RMC. Vinhedo, cidade com a quarta maior quantidade de EREFs (32), é a que mais possui área urbana tomada por estes empreendimentos. Itatiba e Jaguariúna seguem o mesmo padrão. Campinas, município com o maior número de loteamentos e maior área total, ocupa 7,6% da sua área urbana com seus 166 EREFs. Outros casos importantes são Holambra e Engenheiro Coelho que, respectivamente, com 4 e 6 EREFs, uma contagem baixa, ocupam 8,3% e 7,3% da área urbana municipal. A partir desse dado é possível inferir que mesmo municípios com contagem relativamente baixa de EREFs, possuem grande parte da sua área urbana ocupada por eles. Como Spósito e Góes (2013) apontam, esta conformação urbana favorece à fragmentação sócio espacial e dificuldade de acesso a certas áreas da cidade, devido às imposições que os muros aplicam sobre o território. Em seguida são apresentadas as porcentagens de área que EREFs ocupam em relação à área total do município.

Tabela 4 - Porcentagem de área total do município ocupada por EREFs.

% DE ÁREA TOTAL DO MUNICÍPIO OCUPADA POR EREFs			
município	quantidade	área total loteamentos (ha)	área total do município ocupada
Vinhedo	32	1096,97	13,4%
Valinhos	71	868,06	5,8%
Indaiatuba	51	1679,82	5,4%
Jaguariúna	14	598,53	4,2%
Itatiba	28	1302,84	4,0%
Campinas	166	2961,47	3,7%
Paulínia	26	443,8	3,2%
Hortolândia	7	146,99	2,4%
Americana	22	313,94	2,3%
Nova Odessa	6	133,7	1,8%
Engenheiro Coelho	6	168,9	1,5%
Holambra	4	97,56	1,5%
Sumaré	6	217,7	1,4%
Monte Mor	5	232	1,0%
Artur Nogueira	12	156,89	0,9%
St. Bárbara d'Oeste	4	90,3	0,3%
Cosmópolis	4	37,57	0,2%
Pedreira	1	18,5	0,2%
St. Antônio de Posse	1	18,4	0,1%
Morungaba	1	16,4	0,1%
RMC	467	10600,34	2,8%

Fonte: Baldam, 2018

A visualização da área total do município ocupada por EREFs mostra que os sete municípios com maior área urbana ocupada são também os que possuem maior área total do município ocupada, com destaque para Vinhedo, que tem 13,4% de sua área total coberta por EREFs. Em seguida são apresentados os dados relativos à metragem quadrada média dos lotes dos EREFs, por município.

Tabela 5 - Metragem quadrada média dos lotes de EREFs.

METRAGEM QUADRADA MÉDIA DOS LOTES DE EREFs	
município	m² média
Morungaba	1628
St. Antônio de Posse	1243
Artur Nogueira	1131
Nova Odessa	1106
Jaguariúna	982
Itatiba	862
Americana	858
Monte Mor	803
Vinhedo	791
Indaiatuba	782
Holambra	772
Engenheiro Coelho	731
Valinhos	599
Campinas	585
Pedreira	486
Cosmópolis	466
Paulínia	399
Sumaré	309
Hortolândia	284
St. Bárbara d'Oeste	200
<i>RMC</i>	<i>751</i>

Fonte: Baldam, 2018.

Aqui, municípios que possuem baixa contagem de EREFs, como Morungaba e St. Antônio de Posse possuem as maiores áreas de lote, ultrapassando 1200m². Municípios com grande área coberta por EREFs ou com alta contagem, como Itatiba, Campinas, Vinhedo e Valinhos figuram aqui em uma média de 500 a 860m². Empreendimentos com oferecimento de lotes de grandes dimensões indicam o público para o qual é direcionado, em geral, grupos sociais de alta renda. Empreendimentos com tamanho de lote médio, e esta é a faixa com maior quan-

tidade de loteamentos em toda a RMC, indicam que a oferta é feita para classes média e média alta. No entanto é interessante perceber que quanto maior é a oferta por lotes médios e pequenos em EREFs, maior é o indicativo de que este é um modo de moradia amplamente aceitável, ultrapassando delimitações de classe, de modo que o mercado imobiliário se empenha em abranger a maior quantidade possível de consumidores. Ainda assim, a oferta por lotes pequenos em EREFs (até 300m²) é pequena se comparada às outras formas de oferta. O próximo conjunto de dados apresentados refere-se ao Índice GINI na RMC.

Tabela 6 - Índice Gini.

ÍNDICE GINI	
município	índice GINI
Campinas	0,56
Holambra	0,54
Valinhos	0,54
Vinhedo	0,53
Jaguariúna	0,49
Itatiba	0,48
Paulínia	0,48
Americana	0,47
Indaiatuba	0,47
Artur Nogueira	0,46
Engenheiro Coelho	0,45
Sumaré	0,45
St. Antônio de Posse	0,44
Monte Mor	0,44
Pedreira	0,42
Cosmópolis	0,42
Morungaba	0,41
Nova Odessa	0,41
Hortolândia	0,41
St. Bárbara d'Oeste	0,41
<i>RMC</i>	<i>0,52</i>

Fonte: Atlas Brasil, Human Development Report 2016 UNDP, 2018.

A partir dos dados levantados que colocam o tamanho médio dos lotes como 751m² (considerando toda a RMC), é possível aferir que a oferta de lotes em

EREFs destina-se majoritariamente para classes média alta e alta, já que classes de baixa renda não participam da dinâmica mercadológica de lotes desse tamanho. Então, é possível emparelhar a esta afirmação, que a oferta de EREFs com lotes de grandes dimensões está relacionada à presença de grupos sociais com poder de compra. Nesse sentido, parece interessante trazer a informação, neste caso quantificada, do grau de inequidade social presente nos municípios. Este dado corrobora com as questões apresentadas no Capítulo 1 Urbanização Desigual e Reprodução dos Espaços de Medo, onde é apresentada a ideia de “cidade partida” para explicar a presença de áreas de baixa renda e favelas coexistindo com áreas de EREFs de alta renda. Assim, como coloca Arantes (2015), a presença de EREFs acaba por acirrar a sensação de mixofobia¹⁸, favorecendo a segregação sócio espacial.

Figura 12 - Territorialização do índice GINI na RMC.

Fonte: Atlas Brasil, Baldam, 2018.

18 Medo ou aflição em misturar-se com pessoas e grupos diferentes de si.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, acesso em Abril de 2018, disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>, adaptado pelo autor.

A medição feita pelo índice GINI lê-se de modo que 0 significa que todos os indivíduos possuem a mesma renda, enquanto 1 significa que um indivíduo possui toda a renda. Neste caso, Campinas, Holambra, Valinhos e Vinhedo figuram como as mais desiguais da RMC. É possível verificar algumas correspondências entre os dados levantados. Por exemplo, com alguma alteração no ordenamento, as mesmas cidades que figuram como mais desiguais, são as que possuem maior quantidade de EREFs e as que mais tem seu espaço urbano ocupado por eles.

A caracterização da RMC e do papel dos loteamentos residenciais fechados nela serve como fundamentação para um refinamento na escala de observação. Como o intuito dessa pesquisa não é formar definições generalistas, mas sim se aproximar de realidades na pequena escala, a do indivíduo, exige-se um afunilamento no universo disponível de loteamentos a serem estudados. Enquanto a situação da RMC como um todo fornece um plano de fundo que estrutura as dinâmicas entre esses municípios, inclusive aquelas relativas à produção imobiliária e habitação, a leitura da pequena escala fornece uma visão da experiência pessoal submetida àquela supraestrutura.

Após o levantamento e análise dos dados dos municípios, partiu-se para a constituição de indicadores que definirão quais cidades e quais EREFs serão estudados. Para isso, foram compilados 8 indicadores, de modo a elencar os 5 municípios com maior contagem para cada indicador.

Tabela 7 - Indicadores por município.

INDICADORES					
nº de EREFs		área total de EREFs (ha)		área EREFs/área município	
Campinas	165	Campinas	2952,37	Vinhedo	13,4%
Valinhos	71	Indaiatuba	1679,82	Valinhos	5,8%
Indaiatuba	51	Itatiba	1302,84	Indaiatuba	5,4%
Vinhedo	32	Vinhedo	1096,97	Jaguariúna	4,2%
Itatiba	28	Valinhos	868,06	Itatiba	4,0%
índice GINI		área EREFs/área urbana		tamanho médio de lotes (m²)	
Campinas	0,56	Vinhedo	21,3%	Morungaba	1628
Valinhos	0,54	Itatiba	15,5%	St. Antônio de Posse	1243
Holambra	0,54	Jaguariúna	14,1%	Artur Nogueira	1131
Vinhedo	0,53	Valinhos	12,7%	Nova Odessa	1106
Jaguariúna	0,49	Indaiatuba	10,6%	Jaguariúna	982
maiores EREFs em área (ha)					
Colinas do Monasterio e Terras de Itaici	506	Indaiatuba			
Condomínio Colinas do Atibaia	362	Campinas			
Vale das Laranjeiras	342	Indaiatuba			
Condomínio Estância Marambaia	262	Vinhedo			
Condomínio Fazenda Duas Marias	257	Jaguariúna			
maiores EREFs em perímetro (km)					
Condomínio Colinas do Atibaia	14	Campinas			
Colinas do Monasterio e Terras de Itaici	12,4	Indaiatuba			
Condomínio Vale da Santa Fé	10,7	Vinhedo			
Condomínio Fazenda Duas Marias	8,51	Jaguariúna			
Vale das Laranjeiras	8,23	Indaiatuba			

RESUMO INDICADORES	
Indaiatuba	8
Vinhedo	7
Jaguariúna	6
Campinas	5
Valinhos	5
Itatiba	4
Holambra	1
Morungaba	1
St. Antônio de Posse	1
Artur Nogueira	1
Nova Odessa	1

Fonte: Baldam, 2018.

Como pode ser observado na tabela acima, foram elencados 8 indicadores, selecionados a partir do levantamento geral realizado e ordenados de modo decrescente segundo sua ocorrência nos municípios da RMC. São eles: número de EREFs, área total dos loteamentos, porcentagem da área dos loteamentos em relação à área do município, índice GINI, porcentagem de área dos loteamentos em relação à área urbana dos municípios, tamanho médio dos lotes dos EREFs, maiores loteamentos em área e maiores loteamentos em perímetro. A seleção especificamente desses indicadores, se deu por sua combinação representar um recorte de municípios onde há uma produção de cidade (enquanto espaço construído e espaço vivido) pautada pela fragmentação sócio espacial, caracterizada aqui pela forte presença de loteamentos residenciais horizontais fechados; segundo os preceitos já apresentados anteriormente nesse estudo. Desse modo, entende-se que quanto mais um município figura nessa lista de indicadores, mais provável se torna que ele acumule práticas de produção de espaços

urbanizados fragmentados, sociabilidades confinadas em ambientes homogeneizados e estimule a produção de loteamentos residenciais horizontais fechados.

A partir dessa compilação de indicadores foram verificados quais os municípios com maior número de entradas, gerando a tabela “Resumo Indicadores” (Tabela 7), onde o número à direita indica quantas vezes aquele município aparece em meio aos indicadores. Há duas considerações importantes a serem feitas em relação a esta tabela. Os municípios com apenas 1 aparição (Morungaba, St. Antônio de Posse, Artur Nogueira e Nova Odessa) o fazem devido a contagem de metragem quadrada média dos lotes. Ou seja, apesar desses municípios não concentrarem grandes quantidades de EREFs e nem desses serem de grandes dimensões, eles possuem, em média, os maiores lotes, indicando que se destinam a um público de alta renda. O município de Holambra, que também aparece entre os indicadores em apenas uma entrada, figura como um dos cinco municípios mais desiguais segundo o índice GINI. Ao mesmo tempo, apresentando maior número de entradas entre os indicadores, os municípios de Indaiatuba [8], Vinhedo [7], Jaguariúna [6], Campinas [5], Valinhos [5] e Itatiba [4] mostram que a oferta por loteamentos residenciais horizontais fechados nessas cidades se materializa em espaços residenciais de grandes proporções, tanto em área quanto em perímetro, ocupando uma porção grande da área urbana e da área municipal, além de corroborar com o índice GINI atribuído.

Esta leitura dos dados coletados e agrupados permite afirmar que a oferta e demanda por espaços residenciais horizontais fechados se torna complexa por relacionar-se com diversos fatores da produção e vivência no espaço urbanizado. Em municípios em que os EREFs não têm grande expressividade em número e área, são procurados e ofertados por sua considerável metragem quadrada dos lotes; e por visarem um público de renda alta reafirmam a posição dos EREFs como espaços de exclusividade, privilégio, fragmentação e homogeneização social. Por outro lado, os municípios que apresentam grande número de EREFs e têm grande parte de sua área urbana tomada por estes empreendimentos, comprovam o sucesso econômico dessa proposta. Mas não apenas isso. Nesses casos, a contagem da metragem quadrada média dos lotes ainda é alta, se considerada em comparação com a média dos lotes presentes na “cidade fora dos muros”. Ou seja, o público a que se destinam refere-se (ainda) às classes

média alta e alta. Soma-se a este fato, a larga presença numérica de EREFs em meio à área urbana o que torna consequente o difícil acesso a determinadas áreas dos municípios, já que os loteamentos impõem uma lógica de controle de acesso, impedindo a travessia pelo interior dos loteamentos, forçando com que os deslocamentos de um ponto a outro da cidade contornem seu perímetro. Outro fator considerável em municípios da RMC que possuem alta contagem de EREFs e grande área coberta por eles, é o papel desempenhado por eles no processo de expansão do perímetro urbano e de área urbanizada. Como coloca Pera (2016), ao analisar o processo recente de expansão da área urbana em municípios da RMC:

A configuração espacial dispersa e fragmentada expandiu-se a partir de eixos de urbanização ao longo das principais rodovias, por meio da implantação de armazéns industriais e de logística e de loteamentos residenciais afastados dos aglomerados urbanos consolidados. As áreas residenciais foram implantadas tanto com recursos públicos, voltadas às camadas de baixa renda, com construção de conjuntos habitacionais, quanto por intermédio do setor privado voltado à produção do mercado, responsável pela implantação de condomínios, loteamentos fechados e áreas de chácaras e sítios de recreio.

A expansão urbana foi acompanhada e impulsionada por sucessivas e constantes ampliações dos perímetros urbanos em praticamente todos os municípios da RMC. (grifos nossos) (PERA, 2016, p. 200)

A prática de oferta e demanda por este modo de moradia, para além da suposta resolução do problema da insegurança urbana e conquista de um espaço de segurança (para seus moradores), implica na complexificação das dinâmicas “extra-muros”, impactando no preço da terra, transformação de terra rural em urbana, fragmentação do tecido urbano, descontinuidade dos trajetos e acessos, entre outros.

Por fim, entre os 11 municípios citados entre os indicadores extraídos, foram selecionados os 6 primeiros (Indaiatuba, Vinhedo, Jaguariúna, Campinas, Valinhos e Itatiba), por concentrarem a maior parte das entradas. Estes 6 municípios então, serão os focos de estudo, onde serão localizados os EREFs específicos para a aplicação das entrevistas. Estes 6 municípios concentram 77% dos EREFs da RMC, 362 dos 467. Lembrando que este estudo não pretende construir uma confirmação estatística a respeito da vivência nos espaços residenciais fechados, não interessa aqui o estudo de todos os 362 loteamentos. O intuito colocado por este estudo, é de oferecer uma observação qualificada sobre situações em que se apliquem os conceitos apresentados de vivência e sociabilidades em loteamentos residenciais horizontais fechados, para que a partir dessa categoria de análise, seja possível fazer ponderações sobre os modos de apropriação desses espaços e sobre as formas de sociabilidades possíveis que ali acontecem. Assim, para cada uma das 6 cidades selecionadas, buscou-se os 5 maiores EREFs (em área) como foco para aplicação das entrevistas, tendo como resultado a tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Maiores EREFs (área).

MAIORES EREFs (EM ÁREA)	
indaiatuba	vinhedo
Colinas do Monasterio e Terras de Itaici [506ha]	Condomínio Estância Marambaia [262ha]
Vale das Laranjeiras [342ha]	Condomínio Vale da Santa Fé [168ha]
Residencial Lagos de Shanadu [180ha]	Condomínio Fazenda São Joaquim [119ha]
Condomínio Recanto das Flores [126ha]	Residencial Campo de Toscana [68,7ha]
Residencial Polaris [52,5ha]	Condomínio Vinhas Vista Alegre [47,8ha]
jaguariúna	campinas
Condomínio Fazenda Duas Marias [257ha]	Condomínio Colinas do Atibaia [362ha]
Sem Nome [76,1ha]	Condomínio Alphaville Campinas [224ha]
Sem Nome [67,4ha]	Residencial Caminhos de San Conrado [221ha]
Tamboré Jaguariúna [60,8ha]	Condomínio Chácaras do Alto da Nova Campinas [143ha]
Residencial Ana Helena [52,8ha]	Sem Nome [122ha]
valinhos	itatiba
Residencial Sans Souci [91,8ha]	Ville Chamonix [129ha]
Clube de Campo Valinhos [81,8ha]	Condomínio Capela do Barreiro [126ha]
Residencial Vale do Itamaracá [59,9ha]	Condomínio Dona Carolina [111ha]
Condomínio Nova Suiça / Monte Acrópole [59,3ha]	Condomínio Itaembu [102ha]
Village Visconde de Itamaracá [48,3ha]	Clube de Campo Fazenda [95,6ha]

Fonte: Baldam, 2018.

Para a composição dessa tabela, priorizou-se o fator “extensão territorial em área” (ao invés de, por exemplo, maior tamanho de lotes) por considerar que estes loteamentos têm um impacto maior na malha urbana dessas cidades, devido

suas grandes dimensões; maior é o cercamento feito no território, configurando uma ampla área destinada a estes enclaves fortificados. Ainda, quanto maior é o EREF, mais diluída se torna a sensação de cercamento para seus moradores, já que a sensação entre muros é próxima de uma “cidade aberta” (ou de uma simulação de cidade); isso gera outra contradição com aqueles que estão fora dos muros do loteamento, para os quais a sensação de imposição de limite e exclusão é tanto maior, quanto maior é sua extensão territorial.

Os loteamentos com título “Sem Nome” indicam aqueles em que não foi possível identificar placas ou totens indicativos de seu nome. Contudo, estão devidamente georreferenciados e vinculados a um número de registro.

Com o intuito de se aproximar de uma análise na escala do indivíduo, e observar como este lida com as questões colocadas pela vida entremuros, buscou-se esta escala de observação a partir da leitura de alguns EREFs, através de levantamentos in loco e digitais, e de seus moradores, através de entrevistas. Estas diferentes escalas sobrepostas no estudo pretendem conferir visões encadeadas sobre o tema, indo desde o contexto geral estruturante da RMC, até a percepção individual cotidiana de um morador de EREFs.

Devido à dificuldade de acesso ao interior dos loteamentos (como já foi sinalizado por Spósito e Góes [2013] em pesquisa análoga), priorizou-se o contato a partir de pessoas próximas ao pesquisador que morassem em algum desses loteamentos, o que facilitaria o contato com outros moradores e o acesso ao seu interior. No caso de não ser possível encontrar moradores disponíveis para a aplicação da entrevista em algum desses loteamentos, este foi substituído pelo próximo maior loteamento, seguindo a lista do levantamento inicial feito¹⁹.

Após feitos os contatos com moradores de EREFs, foram estabelecidos 9 loteamentos para estudo, com possibilidade de entrevistas entre 10 e 15 moradores. Estes 9 loteamentos se concentram entre os 6 municípios apontados como aqueles que mais acumulam indicadores relacionados aos EREFs. Na cidade de Itatiba foram estudados os loteamentos: Residencial Country Club e Ville de France; em Valinhos: Village Visconde de Itamaracá e Reserva Colonial; em Campinas:

19 Ver seção Anexos.

Residencial Parque Rio das Pedras, Residencial Mirantes da Fazenda e Condomínio Alphaville; em Vinhedo: Condomínio Vale da Santa Fé e Condomínio Estância Marambaia. Com exceção do Condomínio Residencial Mirantes da Fazenda, todos possuem grande extensão; todos se encaixam na tipologia de loteamentos residenciais horizontais fechados; e todos possuem características de securitização do espaço, como será explorado mais em detalhes a seguir.

CAPÍTULO 2

OS MUROS PARA O INDIVÍDUO

Os EREFs considerados para este trabalho correspondem a espaços cercados destinados à habitação da classe alta, com controle de acesso, segmentando o tecido urbano por impor uma distinção entre “quem pode entrar” e “quem não pode”. A própria formação urbanística de um espaço residencial fechado gera inequidade, uma vez que em seu interior há uma tendência a homogeneização social em termos de classe social, enquanto seu redor é ocupado, não raramente, por segmentos sociais de renda inferior. Esta conformação urbanística está, usualmente, associada a um sistema de enclaves, marcado pelo EREF, pelos shoppings centers e pelo deslocamento via automóvel individual. Ainda há o impacto que as estratégias de segurança imprimem sobre o cotidiano dos moradores, trabalhadores e visitantes de tais EREFs. Esta prática embaralha as noções de público e privado, de segurança e direitos individuais. Este contexto define contornos espaciais da lógica dos espaços residenciais fechados, que são ao mesmo tempo influenciados e influenciadores das vivências que ali acontecem.

Entendendo este desenho geral da problemática é colocada em maiores detalhes a metodologia utilizada para as investigações de campo. Aqui pretende-se que as explorações no território contribuam com um espectro de informações que a revisão bibliográfica não dá conta: dados retirados especificamente do território delimitado para esta pesquisa: Região Metropolitana de Campinas; e dados subjetivos dos sujeitos de pesquisa selecionados: moradores de espaços residenciais fechados.

Esta etapa empírica do trabalho se configura como “Casos Aplicados” pois, dentro do universo observável dos EREFs na RMC, foi elencado um conjunto de exemplos que permitissem a análise dialógica entre a etapa teórica e a empírica. Desse modo, a amostra escolhida é resultado de uma construção de indicadores, que orientou a definição da grandeza dessa amostra. Como esta é uma pesquisa que investiga a vivência humana em sua subjetividade, interessa aqui uma abordagem de pequena abrangência numérica. Não há intenções de validações estatísticas a partir dos casos apresentados, mas sim a construção de contrapontos em campo, para as colocações teóricas. Esta pesquisa se alinha à estratégia que Spósito e Góes (2013) definem para a pesquisa desenvolvida por elas.

Frente à complexidade da realidade com a qual nos deparamos cotidianamente, duas alternativas assumem particular relevância nesta pesquisa: a busca da interdisciplinaridade e o reconhecimento da importância de uma dimensão subjetiva da realidade, não como dimensão separada ou acima da dimensão objetiva, mas como dimensão constitutiva, que está a exigir instrumentos analíticos específicos, ainda em desenvolvimento. (SPÓSITO E GÓES, 2013, pg.13)

Como colocado na Introdução, foram utilizadas entrevistas com moradores dos EREFs como ferramentas de investigação da subjetividade da vida entre muros. As entrevistas aplicadas tiveram como objetivo principal, a compreensão da perspectiva dos moradores de EREFs sobre seu próprio cotidiano. Que lugares frequenta, onde se dão os encontros, como são feitos os deslocamentos, qual a relação com a insegurança e a promessa de segurança, por exemplo. Importante ressaltar que, tanto quanto o uso e apropriação dos espaços internos aos EREFs, interessa à pesquisa o uso e apropriações dos espaços externos a eles, principalmente tratando das relações entre os moradores e espaços públicos da cidade. Assim é possível observar a questão dos espaços residenciais fechados sob uma ótima multiescalar.

Este capítulo apresentará a construção da escolha dos casos aplicados, bem como a discussão sobre sua aplicação e resultados. Assim, serão colocadas as determinantes para o levantamento dos espaços residenciais fechados, entendendo como se deu a delimitação deles; em seguida, a partir do universo identificado, serão explicitados os critérios de escolha dos casos aplicados. De modo a incrementar as discussões promovidas pelas entrevistas, são apresentados levantamentos espaciais dos EREFs selecionados, atentando para sua composição urbanística, arquitetônica e estratégias de segurança. Por fim, são colocadas as entrevistas, desde a produção do questionário até a problematização dos dados coletados.

1 ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NA ESCALA DO INDIVÍDUO

A sensação de insegurança urbana que permeia a vivência nas cidades contemporâneas se manifesta a partir de estímulos diversos e de diferentes maneiras. Como Arantes (2015) coloca, a sensação de medo na cidade (ou da cidade) é uma resposta, em partes, às taxas de criminalidade, que em casos de aumento, implicam em um aumento de práticas violentas como furtos, homicídios, sequestros, por exemplo, que são experimentadas diretamente pela população. Também são estímulos a uma permanente sensação de insegurança, a apropriação do discurso do medo que a mídia faz, através de alarmantes notícias de jornal, programas televisivos e websites, que buscam audiência a partir de relatos sensacionalistas de violências. Esta prática alimenta uma “fala do crime” (CALDEIRA, 2000), que repercute na sociedade compondo um imaginário do medo, que nem sempre acompanha as reais taxas de criminalidade. Arantes (2015) aponta em estudo feito sobre a Região Metropolitana de Salvador, que mesmo em um período (2010-2014) em que as taxas de homicídio declinem, a sensação de insegurança na cidade de Salvador permanece alta. Ou seja, há uma mescla de violência real e imaginário social na composição do medo urbano. Este cenário de dubiedade é reforçado no momento em que é estabelecido um mercado, de diversos segmentos, que apropria-se desse discurso do medo. Desse “capital do medo”¹, como Bauman (2009) coloca, fazem parte a oferta de carros blindados, privatização de eventos e espaços antes públicos, materiais de construção blindados, contratação de empresas de segurança privada, construção de enclaves fortificados para lazer, serviços e comércio (shopping centers), trabalho (condomínios de escritórios) e habitação (loteamentos e condomínios horizontais fechados).

Este estudo foca no produto habitacional do capital do medo: espaços residenciais fechados. No entanto, é preciso especificar quais serão aqueles analisados, dentro do espectro de oferta de EREFs. Uma vez que a lógica de fortificação e securitização dos espaços residenciais tem ampla aceitação social e é aplicada

1 Este tema foi tratado também no item 2.3 do capítulo Urbanização Desigual e Reprodução dos espaços do medo, neste trabalho.

em espaços residenciais de variadas classes sociais, o direcionamento do olhar para determinado segmento social implica em uma escolha de estratégias e objetivos correspondentes a este segmento. Nesse sentido, a esta pesquisa interessam as práticas urbanas daqueles que exercem seu “poder de escolha” sobre seu local de moradia, e o fazem elegendo sua morada num processo (consciente ou não) de auto segregação. Esta escolha metodológica determina um corte social e espacial que direciona este estudo. Não por acaso, este corte mantém inseridas no seu universo de análise as categorias sociais de classes média alta e alta, e a categoria espacial de loteamentos residenciais horizontais fechados.

Esta forma de espaços residenciais fechados foi escolhida pois representa um dos elementos centrais tanto das estratégias de auto segregação e securitização da vida urbana, quanto das dinâmicas atuais de produção do espaço urbano. Em empreendimentos de espaços residenciais fechados horizontais destinados a um público de classe média alta e alta, é comum que haja a presença de instrumentos de securitização como guaritas, câmeras, guardas armados, etc. É importante também frisar que o espaço interno ao EREF reproduz as estruturas da “cidade aberta”, tanto em seu desenho urbano, como ruas, quarteirões, praças, calçadas, quanto pela oferta de comodidades, como academias, serviços, comércios, etc. Tais práticas que visam a permanência do morador no interior do EREF. Sem necessidade de sair de lá, de ir “até a cidade”, modos de morar como este contribuem para um isolamento do indivíduo, distanciamento de alteridades, dificuldades de negociar e dialogar entre diferentes (BAUMAN, 2009). A implantação de espaços residenciais fechados horizontais ao longo de rodovias, ou em áreas afastadas dos centros urbanos, contribui significativamente à expansão do perímetro urbano municipal de diversas cidades da Região Metropolitana de Campinas (PERA, 2016). Este modelo de expansão urbana provoca uma série de implicações à vivência urbana, como a dependência do automóvel individual e de rodovias, encarecimento de terras adjacentes aos EREFs, dispersão e fragmentação do tecido urbano, entraves legais quanto a urbanização próxima a reservas ambientais e irregularidades urbanísticas quanto ao fechamento de vias e equipamentos coletivos que deveriam ser públicos (SPOSITO e GOES, 2013).

Compreendendo que os EREFs ocupam uma posição importante na dinâmicas urbanas atuais, este trabalho direciona sua visão para eles, entendendo-os como

peças chave para estudar formas de sociabilidades e percepção de espaços sob um regime de insegurança urbana.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS EREFS SELECIONADOS

A vivência em EREFs, apesar de possuírem uma série de características em comum, possuem particularidades. Seja pela sua localização no contexto urbano, pela sua dimensão ou pela infraestrutura disponível aos moradores, o uso desse espaço acontece de formas diferentes, dependendo do EREF. Antes de apresentarmos as entrevistas, fez-se importante contextualizar os relatos coletados e assim posicioná-los em um território específico.

Para cada um dos nove EREFs onde foram coletadas as entrevistas, foi construída uma ficha resumo. Seu objetivo foi condensar a realidade espacial de cada EREF, tornando possível a comparação entre eles e também a correlação entre as falas dos entrevistados e suas relações com o espaço físico. Cada uma das fichas será apresentada separadamente, seguidas de uma ponderação sobre os dados obtidos.

As fichas foram construídas de modo que apresentassem parâmetros comparáveis entre os EREFs selecionados, e que pudessem ser aplicados sobre outros condomínios, ou ainda adaptados para outros contextos de pesquisa. Tais parâmetros foram selecionados de agrupados a partir da observação de estudos semelhantes (CALDEIRA, 2000; SPÓSITO E GÓES, 2013; FREITAS, 2008; GUERRA, 2013) atentando-se para elementos comuns aos EREFs. Essa caracterização é feita em relação ao espaço da cidade e em relação aos atributos internos do EREF. A primeira parte da ficha apresenta uma breve descrição do condomínio, em que cidade se localiza e em que área dessa cidade está implantado. Em seguida, a partir de imagens de satélite, vê-se as delimitações perimetrais do EREFs e sua relação com a malha urbana existente; e a partir de fotos, evidencia-se a entrada principal e os limites cercados na escala pedestre. Em seguida são apresentados dados quantificadores que ajudam a delinear a escala de tamanho do EREF bem como sua relação com a cidade. São eles: modo de

inserção na malha urbana², ano de aprovação³, área total do EREF, perímetro murado, metragem quadrada média dos lotes e porcentagem de lotes ocupados⁴. A identificação ID/Ficha serve apenas como controle, relacionando uma determinada ficha ao levantamento geral georreferenciado. O identificador numérico Entrevista significa o número de identificação da entrevista conduzida com o morador daquele EREF. Em seguida foram construídos uma série de ícones que sinalizam elementos internos tipicamente presentes em EREFs, categorizados por tema. A partir da observação dos EREFs e de outros estudos semelhantes foi construído um “conjunto comum” de atributos presentes em EREFs, como um tipo de consenso construído cujos elementos podem ser observáveis ou não em cada um dos EREFs selecionados. Para a categoria Segurança foram elencados os itens: muros, guaritas, patrulha interna, patrulha armada, circuito de câmeras, cerca elétrica, cerca cortante e blindagem; para Serviços: padaria, farmácia, escola, supermercado, igreja, pet shop; para Acesso: ônibus, carro e moto, pedestre; para Lazer: piscina, academia, eventos, quadras, lago, praça, playground, salão de festas, parque, clube, centro comunitário. A intenção de identificar tais elementos nos EREFs remete à ideia de que quanto mais atributos como estes ele possui, menor é sua dependência da cidade aberta, reforçando então a ideia do EREF como espaço descolado do contexto da cidade, segregado.

1.1.1 RESIDENCIAL COUNTRY CLUB – ITATIBA

Loteamento de grande porte, com área de 92ha e perímetro murado de 4,3km; localizado na região sudeste da área urbana de Itatiba; aprovado em 2001 e por ser implantado nos limites da malha urbana (assim como a maioria dos EREFs de Itatiba), parte do EREF está em contato com o contexto urbano da cidade e parte

2 Como modos de inserção foram definidas as categorias: Contextualizada, para EREFs implantados em contato com a malha urbana; Parcialmente Contextualizada, para EREFs implantados nas bordas da área urbana; parte do seu perímetro fica em contato com a malha urbana, parte em contato com vazios e áreas verdes; Descontextualizada, para EREFs implantados fora do contexto urbano, em meio a áreas verdes e vazios, ligam-se à malha urbana por rodovias ou estradas isoladas; e Cluster, para EREFs implantados em meio a outros condomínios, formando uma “vizinhança murada”.

3 Nas situações em que não foi possível estabelecer o ano exato, foi feita uma estimativa baseada em imagens de satélite.

4 Calculada a partir de estimativas por imagens de satélite.

em contato com vazios, áreas verdes e rurais. Os lotes, com média de 365m², se destinam para classes média alta e alta, como observável pelo perfil das construções. Os principais valores observáveis nesse EREF são a segurança, perceptível na presença de seguranças, burocracia para atravessar a portaria, rondas, câmeras de vigilância e cercas elétricas; e a proximidade da natureza, identificável por uma grande área de reserva dentro do EREF, conservada como parque. Há serviços próximos, fora dos seus muros; no entanto, como Itatiba é uma cidade de médio porte, não é necessário percorrer grandes distâncias para chegar ao centro da cidade ou à comércios e serviços.

1.1.2 VILLE DE FRANCE - ITATIBA

Loteamento fechado localizado na porção noroeste da cidade de Itatiba, também implantado nas bordas da área urbana, no entanto, neste caso, o EREF se encontra descontextualizado da malha urbana, fazendo divisa com vazios, áreas verdes, lotes de chácaras e área rural. Aprovado em 1994, possui área de 20,4ha e perímetro murado ou cercado de 2,86km. EREF de médio porte com lotes ofertados para classe alta, variando sobre a metragem quadrada de 455m². Apesar de estar em contato limítrofe com uma vasta área verde, este EREF não possui grande área interna destinada a parques. Apesar de não haver uma presença forte de muros e cercas, e haver pouca burocracia na passagem pela portaria, aparentando um espaço residencial mais “livre”, a segurança se faz por uma ampla cobertura de sistema de câmeras e guardas armados. O EREF também fomenta uma série de atividades comunitárias e eventos de lazer internos, para os moradores, além de possuir infraestrutura de lazer como quadras, playground, pistas de corrida, etc.

1.1.3 VILLAGE VISCONDE DE ITAMARACÁ – VALINHOS

Loteamento localizado na região oeste de Valinhos, aprovado por volta de 1992⁵,

5 Para alguns EREFs não foi possível obter a data exata de aprovação do projeto. Foi feita uma estimativa a partir de imagens satélite, que permitiam ver quando a implantação do loteamento foi iniciada.

e implantada em um contexto de “clusters” de EREFs. A junção dos municípios Campinas, Valinhos e Vinhedo, forma uma faixa contínua de EREFs (observáveis nos mapas das fichas), formando uma região em que o “contexto urbano” é feito por EREFs. O principal valor desse EREF é a proximidade à natureza e a preservação ambiental, possuindo inclusive uma grande área verde dentro dos seus limites; possui as medidas de segurança como portaria, muros, cercas elétricas e rondas internas. É um EREF de grande porte e alto padrão, com 48,3ha de área, 3,27km de perímetro murado e média de lotes com 1000m².

1.1.4 RESERVA COLONIAL – VALINHOS

EREF na área sudoeste de Valinhos, também localizado na faixa de EREFs que vai de Vinhedo, passa por Valinhos e chega a Campinas, fazendo com que ele também se caracterize por estar em um contexto de “cluster” de EREFs. Possui uma grande área verde remanescente em seu interior, infraestrutura de lazer como área de festas, pistas de passeio, etc; seus lotes, com metragem média de 600m², direcionam-se para classes média alta e alta. Enquanto medidas de segurança o EREF apresenta os instrumentos já convencionais: câmeras de segurança, muramento, cercas elétricas, guardas e guaritas. A relação com as imediações do EREF são desfavoráveis aos moradores (a menos que possuam automóvel) por não possuir serviços e comércio próximos, ou sequer calçadas.

1.1.5 RESIDENCIAL PARQUE RIO DAS PEDRAS – CAMPINAS

Loteamento fechado de grande porte no bairro Barão Geraldo em Campinas; possui 47ha de área e 3,25km de limites murados, lotes com média de 640m². Localizado na região noroeste de Campinas, implantado em um contexto de “cluster” de EREFs, possui grande ênfase no contato com a natureza. Como instrumentos de segurança, possui circuito de câmeras, ronda interna e muramentos. Por conta de se localizar em um “cluster” de EREFs, para chegar às atividades de serviços e comércio é preciso usar carro. Quanto ao lazer e vida social dentro do EREF, ele dispõe de quadras, salão de festas, existem aulas coletivas e eventos para os moradores.

1.1.6 RESIDENCIAL MIRANTES DA FAZENDA – CAMPINAS

EREF de pequeno porte, com 3,56ha de área e 0,8km de perímetro, possuindo 33 residências, localizado na porção leste de Campinas; implantado em uma das bordas da área urbana em Campinas, está em contato em parte com uma grande área de vazio, e parte com um contexto de outros EREFs. Enquanto artifícios de segurança, possui muramento, câmeras de segurança, uma guarita com guarda. Para o lazer, há uma área com centro de convivência, piscina, mirante e quadras.

1.1.7 CONDOMÍNIO ALPHAVILLE – CAMPINAS

EREF de alto padrão e grandes proporções, sendo um dos maiores da RMC, com 224ha e 6,51km de perímetro; direcionado para classes média alta e alta, os lotes têm a média de 1200m²; possui uma série de portarias de entrada, guardas de ronda, muramento e câmeras, além de uma fiscalização intensa nas portarias de entrada e saída; tem acesso fácil à rodovia Campinas-Mogi Mirim, e está implantado em meio a outros EREFs, no formato de “cluster”. Possui grande área de lazer, formatada como um clube próprio para os moradores, além de uma série de eventos e atividades organizadas pela Associação dos Moradores.

1.1.8 CONDOMÍNIO VALE DA SANTA FÉ – VINHEDO

Um dos maiores EREFs da região, com 168ha de área e 11,2km de perímetro, e lotes médios de 2900m², ofertados para classe alta. É implantado na área leste de Vinhedo de modo descontextualizado da malha urbana: está em contato direto com áreas verdes e vazios. EREF criado com ênfase na proximidade da natureza e preservação, mas que sofreu alterações com o tempo levando a uma intensificação das medidas de segurança, que antes eram escassas. Hoje possuem ronda interna, burocracia e revista na portaria, alarmes em todas as casas. O EREF promove alguns eventos e festas para os moradores, apesar de não possuir infraestrutura para lazer, apenas um salão de festas.

1.1.9 CONDOMÍNIO ESTÂNCIA MARAMBAIA – VINHEDO

EREF de grande porte localizado na região sudoeste de Vinhedo, possui área de 262ha e perímetro de 7,67km. Implantado ao mesmo tempo em contato com o contexto da malha urbana da cidade e com a rodovia Anhanguera, devido suas dimensões, mesmo motivo pelo qual se faz necessário o deslocamento via automóvel para serviços e comércio. Destinado à classe media alta e alta, possui como atributos de segurança muramento, circuito de câmeras, cercas elétricas e rondas internas. O EREF possui grande infraestrutura de lazer, inclusive conta com um clube privado em seu interior.

*

Para facilitar a leitura, as fichas de cada EREF apresentado estão colocadas a seguir, seguindo a mesma ordem dos itens anteriores. A seção Anexos também trás um infográfico resumido dos EREFs selecionados.

Residencial Country Club

Loteamento fechado de grande porte, destinado às classes B e A; localizado em uma das bordas da área urbana de Itatiba; próximo ao bairro São Francisco, considerado de baixa renda.

■ loteamento em estudo
■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#058

Entrevistas

5801

Localização

RMC

Itatiba

inserção

PARCIALMENTE
DESCONTEXTUALIZADA

aprovação 2001

Entorno

Loteamento

área 92 ha

perímetro 4,3 km

Entrada

Limites

lotes ~365 m²

ocupação ~85 %

Residencial Country Club

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#058

Entrevistas

5801

Ville de France

Loteamento fechado de médio porte, destinado às classes B e A; próximo à Rodovia D. Pedro; localizado em uma das bordas da área urbana; próximo a outro condomínio e de um bairro de classe média.

■ loteamento em estudo
■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#075

Entrevistas

7501

Localização

RMC

Itatiba

inserção

DESCONTEXTUALIZADA

aprovação 1994

Entorno

Loteamento

área 20,4 ha

perímetro 2,86 km

Entrada

Limites

lotes ~455 m²

ocupação ~60 %

Ville de France

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#075

Entrevistas

7501

muros

S

guaritas

S

padaria

S/C

farmácia

S/C

escola

S/C

patrulha interna

S

guardas armados

S

supermercado

S/C

igreja

S/C

pet shop

S/C

circuito de câmeras

S

cerca elétrica

S

acesso ônibus

A

acesso carros/motos

A

acesso pedestres

A

cerca cortante

S

blindagem

S

piscina coletiva

AC

academia

AC

eventos

AC

quadras

AC

lago

AC

praça

AC

playground

AC

salão de festas

AC

parque

AC

clube

AC

centro comunitário

AC

Village Visconde de Itamaracá

Loteamento fechado de alto padrão e grandes dimensões; sua imagem é vinculada fortemente à natureza e à preservação ambiental, atributos usados para sua promoção.

■ loteamento em estudo

■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#116

Entrevistas

11601

Localização

RMC

Valinhos

inserção

CLUSTER CONDOMÍNIOS

aprovação ~1992

Entorno

Loteamento

área 48,3 ha

perímetro 3,27 km

Entrada

Limites

lotes ~1020 m²

ocupação ~95 %

Village Visconde de Itamaracá

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#116

Entrevistas

11601

Reserva Colonial

Loteamento de médio porte, direcionado para classe média, localizado em meio a outros 15 loteamentos, a sudoeste do município; possui grande área verde remanescente.

■ loteamento em estudo
■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#110

Entrevistas

11001

Localização

RMC

Valinhos

inserção

CLUSTER CONDOMÍNIOS

aprovação ~1998

Entorno

Loteamento

área 40,7 ha

perímetro 2,83 km

Entrada

Limites

lotes ~600 m²

ocupação ~95 %

Reserva Colonial

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#110

Entrevistas

11001

muros

S

guaritas

S

padaria

S/C

farmácia

S/C

escola

S/C

patrulha interna

S

guardas armados

S

supermercado

S/C

igreja

S/C

pet shop

S/C

circuito de câmeras

S

cerca elétrica

S

acesso ônibus

A

acesso carros/motos

A

acesso pedestres

A

cerca cortante

S

blindagem

S

piscina coletiva

AC

academia

AC

eventos

AC

quadras

AC

lago

AC

praça

AC

playground

AC

salão de festas

AC

parque

AC

clubes

AC

centro comunitário

AC

Residencial Parque Rio das Pedras

Loteamento de grande porte em Barão Geraldo, com ênfase na relação com a natureza, apesar de ter um grande lago, não possui muitos atributos de lazer possui lotes de grandes dimensões.

■ loteamento em estudo

■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#316

Entrevistas

31601

Localização

RMC

Campinas

inserção

CLUSTER CONDOMÍNIOS

aprovação <1990

Entorno

Loteamento

área 47 ha

perímetro 3,25 km

Entrada

Limites

lotes ~640 m²

ocupação ~90 %

Residencial Parque Rio das Pedras

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#316

Entrevistas

31601

muros

S

guaritas

S

padaria

S/C

farmácia

S/C

escola

S/C

patrulha interna

S

guardas armados

S

supermercado

S/C

igreja

S/C

pet shop

S/C

circuito de câmeras

S

cerca elétrica

S

acesso ônibus

A

acesso carros/motos

A

acesso pedestres

A

cerca cortante

S

blindagem

S

piscina coletiva

AC

academia

AC

eventos

AC

quadras

AC

lago

AC

praça

AC

playground

AC

salão de festas

AC

parque

AC

clube

AC

centro comunitário

AC

Residencial Mirantes da Fazenda

Loteamento de pequeno porte, com 33 residências, lotes de tamanho médio, próximo a grandes condomínio e uma grande área de vazios.

■ loteamento em estudo

■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#389

Entrevistas

38901

Localização

RMC

Campinas

inserção

PARCIALMENTE
DESCONTEXTUALIZADA

aprovação 1999

Entorno

Loteamento

área 3,56 ha

perímetro 0,8 km

Entrada

Limites

lotes ~450 m²

ocupação 100 %

Residencial Mirantes da Fazenda

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#389

Entrevistas

38901

Condomínio Alphaville

Loteamento de alto padrão e de grandes proporções, destinado a classe A, próximo a uma área de vazios urbanos, possui áreas exclusivas dentro do condomínio.

■ loteamento em estudo
■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#368

Entrevistas

36801/36802

Localização

RMC

Campinas

inserção

CLUSTER CONDOMÍNIOS

aprovação 1997

Entorno

Loteamento

área 224 ha

perímetro 6,51 km

Entrada

Limites

lotes ~1200 m²

ocupação ~85 %

Condomínio Alphaville

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#368

Entrevistas

36801/36802

muros

S

guaritas

S

padaria

S/C

farmácia

S/C

escola

S/C

patrulha interna

S

guardas armados

S

supermercado

S/C

igreja

S/C

pet shop

S/C

circuito de câmeras

S

cerca elétrica

S

acesso ônibus

A

acesso carros/motos

A

acesso pedestres

A

cerca cortante

S

blindagem

S

piscina coletiva

AC

academia

AC

eventos

AC

quadras

AC

lago

AC

praça

AC

playground

AC

salão de festas

AC

parque

AC

clube

AC

centro comunitário

AC

Condomínio Vale da Santa Fé

Loteamento de grande porte, com lotes de grandes dimensões, destinado a classe A, com grande ênfase nos seus atributos de natureza.

■ loteamento em estudo
■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#94

Entrevistas

9401

Localização

RMC

Vinhedo

inserção

DESCONTEXTUALIZADA

aprovação <1985

Entorno

Loteamento

área 168 ha

perímetro 11,2 km

Entrada

Limites

lotes ~2900 m²

ocupação ~70 %

Condomínio Vale da Santa Fé

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#94

Entrevistas

9401

Condomínio Estância Marambaia

Loteamento de grandes dimensões, destinado a classes A e B, tem bastante foco nos atributos de lazer e natureza, possui dimensões comparáveis à área urbana do município.

■ loteamento em estudo
■ outros loteamentos na RMC

ID / Ficha

#98

Entrevistas

9801

Localização

RMC

Vinhedo

inserção

CONTEXTUALIZADA

aprovação 1974

Entorno

Loteamento

área 262 ha

perímetro 7,67 km

Entrada

Limites

lotes ~850 m²

ocupação ~90 %

Condomínio Estância Marambaia

Os itens abaixo mostram atributos presentes em loteamentos fechados que reforçam sua independência em relação à cidade. Os itens estão separados pelas categorias: segurança (S), serviços e comércio (S/C), acesso (A), áreas de convívio (AC).

ID / Ficha

#98

Entrevistas

9801

muros

S

guaritas

S

padaria

S/C

farmácia

S/C

escola

S/C

patrulha interna

S

guardas armados

S

supermercado

S/C

igreja

S/C

pet shop

S/C

circuito de câmeras

S

cerca elétrica

S

acesso ônibus

A

acesso carros/motos

A

acesso pedestres

A

cerca cortante

S

blindagem

S

piscina coletiva

AC

academia

AC

eventos

AC

quadras

AC

lago

AC

praça

AC

playground

AC

salão de festas

AC

parque

AC

clube

AC

centro comunitário

AC

2 SUBJETIVIDADES CONSTRUÍDAS ENTRE MUROS

Como já foi apontado, este estudo não pretende encerrar visões definitivas sobre as questões levantadas. Por este motivo, não pretende-se aqui construir uma narrativa a ser confirmada ou reprovada através de uma constatação estatística. O estudo conduzido aqui visa alcançar uma visão qualitativa da vivência de moradores em EREFs, para isso aproximando-se de uma investigação do cotidiano dessas pessoas. Também a entrevista oferece um universo de observação, de onde pode-se resgatar questões para serem trabalhadas em detalhe. Ou seja, ao lado da pesquisa bibliográfica, se torna mais uma fonte de alimentação dos questionamentos que a pesquisa propõe.

Para Yin (2001), a utilização de entrevistas como recurso de pesquisa serve a um propósito análogo a ter-se um informante. Na interação entre entrevistador e entrevistado, o autor sugere que podem surgir pistas e indicativos de informações que corroborem com determinada visão do pesquisador. Segundo o autor, a entrevista funciona como um dispositivo para extração de informações com origem no cotidiano e na subjetividade dos entrevistados. Kauark (2010) evidencia que a entrevista é um método de coleta de dados primários, que pode ser utilizada com possibilidade de aberturas de temas durante a entrevista, ou com roteiro estritamente fechado. Para Gil (2008), a entrevista pode ser considerada uma técnica típica da pesquisa social. A partir dela, é possível perceber o que as pessoas sentem, creem, sabem, esperam, querem, ou seja, evidencia-se a perspectiva pessoal sobre determinado tema. O direcionamento adotado por esta pesquisa de mestrado se afasta da concepção colocada por Yin (2001), já que as entrevistas utilizadas aqui não possuíram qualquer intenção de confirmar ou refutar uma determinada visão; ao contrário, se alinha à visão de Gil (2008) e Kauark (2010), por entender que este método é aquele através do qual é colocada luz sobre as vivências pessoais dos entrevistados, sejam quais forem suas percepções sobre o tema estudado. Por fim, a entrevista coloca-se ao lado da investigação bibliográfica, dos levantamentos de dados estatísticos e dos levantamentos territoriais, contribuindo com uma gama de informações que estes outros métodos são incapazes de produzir.

Baseando-se principalmente nos trabalhos de Caldeira (2000) e Spósito e Góes (2013), que também investigaram aspectos relacionados à vivência urbana entre muros, aqui foi adotada a entrevista como ferramenta de pesquisa; método que também foi utilizado pelas autoras citadas. Caldeira (2000) aplica este método para entrevistar pessoas de diversas classes sociais, moradores de diversas áreas da cidade de São Paulo, dentro e fora de EREFs, além de representantes do setor imobiliário, poder público e movimentos sociais. Vale lembrar que os espaços residenciais fechados não são o objeto de estudo da autora, eles figuram com uma manifestação urbanística e arquitetônica de um sintoma observado por ela no âmbito da esfera pública, das sociabilidades de modo geral e na política econômica no início da década de 1990. Spósito e Góes (2013) se concentram em moradores de EREFs e representantes do setor imobiliário e poder público, nas cidades de Marília, Presidente Prudente e São Carlos, no interior paulista. Estas autoras têm como objeto central de estudo os espaços residenciais fechados, e o utilizam para articular discussões com maior amplitude sobre formas de sociabilidades, direitos sociais, moradia, segurança e criminalidade, entre outros.

Esta dissertação de mestrado utiliza do mesmo método de entrevista por valorizar as características qualitativas que ele é capaz de ressaltar: a riqueza de detalhes, a experiência subjetiva de vivência urbana, a visão de macro dinâmicas urbanas a partir da perspectiva do indivíduo, o desenrolar cotidiano sob a luz das construções teóricas. Existindo estudos tão importantes que direcionam seus olhares para a cidade de São Paulo e para cidades do interior do oeste paulista, esta pesquisa, por concentrar seus esforços nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, oferece um conjunto de informações delimitadas territorialmente, compondo então, juntamente com os trabalhos de Caldeira (2000) e Spósito e Góes (2013), um olhar para vivência entre muros no estado de São Paulo. Trabalhos como de Lira (2017), Souza (2008), Firmino (2017), entre outros, que também exploram as relações entre violência, medo urbano, securitização, vida em EREFs, são incorporados a esta dissertação. No entanto, estão em evidência os trabalhos de Caldeira (2000) e Spósito e Góes (2013) por constituírem um continuum de pesquisa no mesmo tema, por métodos semelhantes e num território contíguo.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro pré-definido. Utilizando como base a pesquisa de Spósito e Góes (2013), foi construído um roteiro de entrevista com 9 seções, totalizando 42 questões estruturantes, que poderiam sofrer pequenas alterações ou derivações durante a entrevista, caso fosse necessário⁶. A subdivisão em seções (Perfil, Motivação, Cotidiano E Cidade, Lazer E Cidade, Vizinhança, Visitas, Serviços, Regras, Avaliação) e o ordenamento das questões visou um desenrolar progressivo da entrevista⁷. Os principais objetivos das entrevistas foi compreender como se dão os usos dos espaços coletivos internos ao EREF, como são aproveitados os espaços públicos da “cidade aberta”, e como se dão as sociabilidades dentro e fora do contexto dos muros. Para atingir tais objetivos, as questões buscavam explorar como era o cotidiano dos entrevistados, qual sua composição familiar, relações com violência e segurança, atividades preferidas de lazer, acesso de familiares ao EREF e convivência com vizinhos⁸. As entrevistas assumiram uma aplicação semi-estruturada, onde os tópicos foram colocados pelo entrevistador, mas caso os entrevistados quisessem comentar algo além do perguntado, possuíam esta abertura.

Foi feito um contato preliminar com os possíveis entrevistados, onde era perguntado de maneira informal em que EREF residia e se aceitaria participar da pesquisa. Também nessa etapa foi aberto aos possíveis entrevistados a possibilidade de eles próprios escolherem o local da entrevista. É uma questão conhecida em pesquisas relacionadas a espaços residenciais fechados a dificuldade de acesso às informações, aos moradores e aos espaços. Entre o grupo de pessoas que escolheu residir em EREFs e, portanto, se proteger pelos muros, há uma resistência em oferecer informações sobre si e sobre o próprio espaço de moradia. Pensando nisso, para que o entrevistado estivesse mais confortável,

6 Durante o exame de qualificação, do qual Eda Maria Góes participou, ela própria sugeriu que as questões para as entrevistas fossem construídas com base no trabalho feito por ela e Spósito, em 2013.

7 O roteiro completo pode ser visto na seção Anexos.

8 As entrevistas aplicadas foram avaliadas e aprovadas pela Plataforma Brasil, que garante a ética durante toda esta etapa da pesquisa. Esta pesquisa está registrada na Plataforma Brasil sob o código CAAE: 90747718.5.0000.5504. Na seção Anexos consta o parecer final emitido pela Plataforma Brasil aprovando o processo de entrevista. Como exigência da Plataforma Brasil, todos os entrevistados tiveram que assinar o documento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como colocado na seção Anexos.

foi oferecido a ele a escolha de onde a entrevista se daria. Dos 10 entrevistados, nove optaram pela entrevista via internet, enquanto 1 (um casal) optou pela entrevista ser na casa de parentes, fora do EREF.

Em uma das entrevistas, a moradora C⁹, residente do Loteamento Ville de France em Itatiba, após eu iniciar os questionamentos sobre os instrumentos de segurança do EREFs (câmeras, guardas, etc) interveio questionando com quem aquelas informações seriam compartilhadas em um claro momento de desconfiança. Um trecho está transcrito a seguir:

Isso daí você vai falar pra quem? Agora você tá me fazendo perguntas que são de segurança né. São só os alunos? [...] Porque se você der todos os detalhes da minha casa assim publicamente aí... eu não sei né, aí é a falta da segurança que eu vou ter. Contar da minha casa se ela tem ou não segurança entendeu? [...] Se você não colocar meu nome e falar: entrevistei a senhora V por exemplo, ou der outro nome no condomínio Ville de France. Por que assim, você vai perguntar onde que eu pus câmera onde não pus, né. E vai que esse projeto, essa coisa é publicada e sabem os detalhes né. Aí vou ficar com um pouco de receio. (C, 52 anos, Condomínio Ville de France, Itatiba)

A intervenção de C revela questões sobre a pesquisa acadêmica em si e sobre a própria condição da morada entre muros. Com o intuito de investigar e revelar as deturpações que os espaços residenciais fechados, enquanto objetos urbanísticos causam no espaço urbano (seja sociologicamente, economicamente, ambientalmente, etc), torna-se frequente destituir aquele espaço de seus moradores, de modo que os próprios moradores se tornam cúmplices do EREF. Se a sensação de insegurança urbana leva uma população ao ato de comprar uma casa em um EREF, e isso os torna apoiadores involuntários desse modo de vida (e de produção de cidade), devemos então discutir o que é oferecido a esta população enquanto moradia segura. Se esta é a forma majoritária de oferta de moradia

9 Foram atribuídas letras aleatórias para cada entrevistado para mantê-los anônimos.

segura, como seus moradores poderiam desejar outros modelos de casa e cidade? Trata-se de uma pesquisa sobre a casa dessas pessoas, seus lares; por mais que haja inúmeros motivos para questionar a legalidade e eficácia desse modelo de moradia e de produção de cidade, não deve-se perder de vista que trata-se de um espaço de morada, que guarda uma série de valores emocionais e subjetivos caros aos seus moradores.

Conceitos como segregação, afastamento e exclusividade territoriais acompanham este e outros estudos sobre EREFs; naturalmente, pois trata-se de um modo de vida que associa-se a estes adjetivos. Então, ao ingressar em uma pesquisa acadêmica sobre o tema é preciso compreender que o muro tem dois lados. Ao mesmo tempo que ele, enquanto elemento arquitetônico-urbanístico, opera uma série de significantes aos moradores – segurança, exclusividade, proteção – também o faz em relação ao mundo extra-muros: interrupção, ocultamento. Como resultante, aquele que não está inserido no universo interno dos EREFs, ou seja, aquele que o observa desde fora (o pesquisador, por exemplo), tem que compreender este “outro” que habita os espaços intramuros. Desse modo, o muro é um articulador de ocultamentos dos dois lados: seus adeptos se ocultam por detrás deles, impedindo que saibamos quem são de fato; enquanto afasta aqueles que estão “do lado de fora”, tornando mais difícil a comunicação entre todos estes “outros”. Há de se sublinhar, no entanto, que, mesmo que o muro opere em ambos os sentidos, ele é imposto por apenas um dos lados, aqueles que produzem e reproduzem os EREFs. A reprodução de muros na cidade é um processo de redução da comunicação entre partes.

É importante ressaltar que foi feito um esforço para que a entrevista não se centrasse nas questões de insegurança, medo urbano, criminalidade e violência. Embora estes pontos sejam importantes e constituam uma parte da vivência dos entrevistados, as entrevistas buscaram observar como se constituem as vivências sociais, considerando que elas já foram submetidas a uma imposição colocada pela insegurança urbana, já que todos são moradores de EREFs. Isso não significa que todos os entrevistados e todos os moradores tenham escolhido viver em um EREFs por conta de uma crescente sensação de insegurança urbana; independentemente dos motivos que conduziram estas pessoas a morarem nesses espaços murados, elas submeteram-se a um modelo arquitetônico e ur-

banístico que construiu (e continua a construir) seus valores ao redor da cultura do medo, e que conseqüentemente molda as experiências cotidianas de seus moradores.

2.1 SEGURANÇA

O conjunto de EREFs selecionados para os estudos de campo representam um tipo específico de EREF: são residenciais, de implantação espraiada (horizontais)¹⁰, com claras definições de limites. Esta escolha elimina do universo de análise loteamentos de torres residenciais, loteamentos de uso misto, ruas com acesso restrito ou fechadas, por exemplo. Isso significa que a própria escolha da tipologia de espaços residenciais a serem estudados pressupõe um determinado resultado; ou seja, era esperado que os EREFs estudados apresentassem fatores em comum, como foi o caso dos artifícios de segurança. Por isso, não pode ser considerada surpresa ou mesmo um indicador o fato de todos os EREFs estudados apresentarem uma série de ferramentas de segurança. No entanto, há que se atentar para alguns fatos. Se todos os EREFs estudados apresentam tais aparatos de segurança, e foram encontrados com bastante facilidade, inclusive utilizando estas características como atrativos para moradores, significa que este é um valor oferecido no mercado imobiliário¹¹. Mas mais do que isso: é um dos valores com maior visibilidade na hora da busca por uma moradia para a classe média e alta, como a larga maioria dos anúncios de EREFs demonstram.

Condomínio Reserva Colonial, Valinhos/SP

A Segurança é tema prioritário no Reserva Colonial, não abrimos mão e nem fazemos concessões quando o tema é segurança. Nosso perímetro e mais as áreas internas são monitorados por seguranças armados, com cães e por câmeras, 24 horas do dia.

10 Há apenas uma exceção. O Condomínio Mirantes da Fazenda em Campinas, não tem uma ocupação espraiada pois é composto por poucas residências, mas ainda assim se configura como um EREFs horizontal além das outras características em comum aos outros loteamentos estudados.

11 O capítulo 3 irá tratar com maior atenção a questão do marketing imobiliário e o papel dos EREFs.

*Viva com liberdade e segurança, em uma das regiões mais privilegiadas de Valinhos e um dos lugares mais tranquilos da região.*¹²

Todas as entrevistas feitas mostraram que os EREFs têm uma preocupação onipresente com a segurança, que é apresentada nos seus anúncios e manifestada nos espaços físicos. Uma exceção apenas, o Condomínio Vale da Santa Fé, em Vinhedo, formado por terrenos de chácaras durante a década de 1980, tinha como seu mote o contato com a natureza, e não o fator segurança. No entanto, mesmo nesse caso, ao longo dos anos foram implementadas medidas de segurança.

O condomínio tem uma portaria bem chata agora, que não tinha. Como eu fiquei lá 30 anos eu vi mudar muito essas estratégias. E tem um conflito lá dentro entre as pessoas que querem preservar as características; como é muito bonito de ver o céu a noite então teve gente que não quis que colocasse iluminação na rua. Então não tem iluminação na rua. [...] Os condôminos tem a leitura digital. Tem câmeras de segurança agora, não tinha. (D, 36 anos, Condomínio Vale da Santa Fé, Valinhos)

Como diversas pesquisas já demonstraram (CALDEIRA, 2000; FIRMINO, 2017; FREITAS, 2008; GUERRA, 2013; MELGAÇO, 2010; SPÓSITO E GÓES, 2013), as entrevistas reforçaram o “ecossistema” de artefatos de segurança adotados pelos EREFs. Trata-se de um conjunto de medidas, quase como um pacote de segurança. As fichas dos espaços residenciais fechados apresentadas anteriormente deixam claro quais são os elementos desses “pacotes de segurança”: muros, guaritas, patrulha interna (armada ou não), circuito de câmeras, cercamento elétrico e cercamento cortante. Nem todos os EREFs possuem todos estes elementos, mas sempre possuem pelo menos cinco deles, sendo os muros e o circuito de câmeras unânimes.

12 Chamada no site do Condomínio. Disponível em www.reservacolonial.com.br. Acesso em 29 de Março de 2019.

A gente tem portaria, que tem 2 catracas e um portão além da catraca, que é fechado à noite, [...] tem uma ronda de carro, hoje tem de bicicleta e as vezes tem a pé. E às vezes eles revistam porta-malas de alguns visitantes.

Tem sistema de câmeras?

Sim, também. (Z, 22 anos, Residencial Rio das Pedras, Campinas)

Cercado, portaria, que a portaria tem isso de cadastro digital pra morador, e visitante tem que fazer cadastro. Que acho que isso é normal de condomínio. Cerca elétrica que acho que é normal também. E vigilante 24h, circulando de moto e um que fica numa casinha numa portaria.

Possui sistema de câmeras?

Sim. (Q, 22 anos, Condomínio Reserva Colonial, Valinhos)

Ali tem desde monitoramento, veículos, ronda 24h por dia, seguranças armados, portaria 24h, tem sistema de cerca elétrica. Então é toda a infraestrutura que o condomínio oferece em questão de segurança, nos conforta e nos dá uma certeza de que... Só se, se quiser roubar, rouba entra, de alguma forma rouba, isso aí até o condomínio Quinta Da Baronesa, que é um dos mais requintados hoje da região foi assaltado 1 ou 2 vezes que a gente conhece. Mas, nos passa uma segurança que em parte de infraestrutura está bem, estamos bem seguros... não é seguros, estamos protegidos. (B e F, 39 e 46 anos, Condomínio Country Club, Itatiba)

É interessante perceber que em vários depoimentos, quando os entrevistados foram perguntados “quais os elementos de segurança que o condomínio oferece”, não se lembraram de elencar as câmeras de segurança, que logo em seguida foram confirmadas pela pergunta seguinte, ou então confirmadas pelo site do EREF. A câmera de vigilância poderia estar tão naturalizada no ambiente

de moradia que passaria despercebida? Ou então, poderia ser que a câmera de vigilância não configurasse aos olhos do morador um elemento de segurança? De qualquer maneira, também foi presente durante algumas entrevistas a constatação dos entrevistados de que eles mal se davam conta de alguns desses artefatos de segurança (principalmente das câmeras), mal refletiam sobre eles.

Sim eu acho que é o único condomínio da cidade de Itatiba que tem câmeras em volta dele todo, porque ele não é um condomínio muito grande. O condomínio tem bastante câmeras, rede elétrica, cerca elétrica, tem os guardas que passam; agora começou a ter guarda armado, é um excesso ao meu ver, mas os vizinhos querem que seja assim, e a gente tem que acatar.

Você comentou da cerca elétrica, guarda, câmera...

Tem por todos os lados, na pista de caminhada, vários locais tem câmera, e eu não sei direito onde elas estão, se estão escondidas no meio das árvores, algumas a gente até sabe onde estão. (C, 52 anos, Condomínio Ville de France, Itatiba)

Observar como um ato de prevenção e manutenção da segurança já foi algo indicado por Jane Jacobs ao colocar a função dos “olhos da rua”. O contexto apresentado aqui difere diametralmente da colocação de Jacobs, embora permaneça a ideia de que o olhar e a observação têm poder de combate à criminalidade. A câmera gera um incremento do olhar, tanto em quantidade – por possibilitar a observação em diversos lugares ao mesmo tempo e em tempo real – quanto em temporalidade. Como Melgaço (2010) coloca, a câmera de vigilância atua sobre os tempos passado, presente e futuro. Ela funciona no passado por ser capaz de fornecer imagens de eventos ocorridos, gravações que podem informar sobre crimes e suspeitos, criando um banco de dados. A grande quantidade de armazenamento de vídeos possível hoje leva à necessidade de construir tecnologias de reconhecimento de fenótipos, como reconhecimento de rostos, cor de pele, tipo físico, etc. Ou seja, confia-se no algoritmo para identificação de uma situação de risco, um possível crime. A atuação da câmera no presente se mostra a

mais fraca, pois ela relaciona-se ao flagrante. Além da câmera estar observando algo suspeito, é preciso que haja alguém observando as imagens da câmera, alguém que irá acionar a guarda em tempo real. No tempo presente, então, a câmera amplia a área de vigilância, mas a agilidade de intervenção depende ainda de corpos físicos. Em relação ao tempo futuro, as câmeras funcionam como advertências àqueles que as percebem. Para isso, a câmera não pode ser escondida, deve se mostrar na esperança de que haja um constrangimento por parte do possível criminoso, que agora percebe que está sendo observado. No entanto, é interessante perceber que, assim como colocado em algumas das entrevistas, chega um momento em que o objeto-câmera se mistura à paisagem, chega a ser ignorado por se tornar banal. Assim, seu impacto enquanto objeto intimidador só dura até o momento em que ele começa a ser ignorado. A instalação de câmeras de vigilância e a confiança depositada nela também indica que tipos de crimes importa que sejam identificados. Roubos, sequestros e vandalismos, crimes visíveis, podem ser identificados pela câmera; no entanto, uma série de crimes invisíveis às câmeras: violência doméstica, corrupção, racismo, por exemplo. Medidas de prevenção e combate a crimes como esses são inexistentes no contexto de EREFs, mesmo que eles também representem uma forma de insegurança. Ou seja, os crimes observáveis, ou os “crimes que importam” são aqueles cometidos contra a propriedade, seja o corpo, a casa, o carro, às posses.

Outro elemento bastante presente e que causa sensações controversas nos moradores, são os guardas internos, ou patrulhas internas, como são chamadas. Prática bastante comum em espaços residenciais fechados, os guardas fazem a vigia das ruas do EREF, conduzem visitantes para o destino, alertam para atividades suspeitas, entre outras atividades. A atuação dessa guarda interna se torna conflituosa nos casos em que são empregados guardas armados. Como algumas entrevistas mostraram, esta parece ser uma medida exagerada.

Essa ronda, guarda interna é armada?

Não são armados. Já teve armada, mas teve briga no condomínio e não tem mais. (Z, 22 anos, Residencial Rio das Pedras, Campinas)

O condomínio tem bastante câmeras, rede elétrica, cerca elétrica, tem os guardas que passam; agora começou a ter guarda armado, é um excesso ao meu ver, mas os vizinhos querem que seja assim, e a gente tem que acatar. (C, 52 anos, Condomínio Ville de France, Itatiba)

A ideia de uma guarda particular, terceirizada e que patrulhas as ruas e a vivência dos moradores do EREF pode ser facilmente vista como uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que figura como uma força de proteção àqueles que residem no EREF, contribuindo para a supressão de possíveis crimes, é também uma força paralela, que tem acesso aos horários e costumes dos moradores. Então é compreensível que alguns moradores manifestem resistência à guarda armada, pois outorga-se uma força desproporcional aos vigias, de modo que ela pode se voltar contra os próprios moradores. Esta se torna, inclusive uma questão da gestão dos trabalhadores da guarda em alguns dos EREFs.

Tem uma quantidade significativa de viaturas que ficam circulando pelo condomínio inteiro, porque é um condomínio de 1000 lotes então ele é dividido em 4 setores, que eles deixam de 3 a 4 viaturas por setor pra ficar circulando por 24h. Então caso você precise de alguma coisa você pode chamar a viatura. O que eu sei da segurança é que ela é uma segurança terceirizada, então não é do próprio condomínio, e como objetivo de segurança eles procuram trocar de 2 em 2 anos pra própria segurança não criar uma intimidade com o condômino.

Trocar os funcionários?

A empresa. Trocam a empresa. (T, 23 anos, Alphaville, Campinas)

Isso se torna mais complexo ainda quando a força da guarda interna é contrastada com a polícia civil ou militar, que atua na “cidade aberta” e frequentemente não é permitida sua entrada nos EREFs. Esse jogo de forças configura casos que vão desde a imobilidade dos guardas internos, que tem um limite para sua atuação: eles não podem prender alguém, por exemplo; até a sobreposição de forças em casos em que a polícia precisou intervir dentro de EREFs.

Uma vez eu entrei aqui, estava tendo uma blitz na avenida dentro do condomínio.

Da guarda interna?

Não, da polícia civil. Eu fiquei muito assustada. Aí eu dei ré e voltei pra portaria e falei: “o que tá acontecendo? A polícia tá aqui dentro”. É muito estranho né, um lugar que é privado mas é público e a polícia tá aqui dentro. Não sei o que aconteceu, mas me informaram que tinha algo suspeito. Eu dei ré, mas pra você ver que é meio uma terra sem lei mesmo porque na rua pública eu jamais daria ré numa polícia, porque não faz sentido dar ré na polícia, porque iam me perseguir, mas aqui eu consegui fazer isso. Esse dia eu fiquei muito nervosa. Mas é isso que acontece, é meio conflituoso, você não sabe muito bem o que é dentro o que é fora. (R, 28 anos, Alphaville, Campinas)

Mas teve alguns relatos de pessoas, filhos de moradores que levaram amigos de fora, aí perceberam a casa de um vizinho parada, a pessoa fica a semana inteira [fora], não mora aqui, tem casa de veraneio. Foram lá e começaram a mexer, não roubaram, começaram a mexer na geladeira, pegar bebida, pegar uma coisa ou outra. Aí, coincidiu-se de no dia o morador chegar e pegar em flagrante os meninos lá. Foi acionada a segurança do condomínio primeiro, que chamou a PM. Precisou chamar a polícia de fora, pra chegar e tomar as devidas providências. (B e F, 39 e 46 anos, Condomínio Country Club, Itatiba)

O que se configura é que, apesar da presença dos muros que delimitam a área de ação da guarda interna, ela se sobrepõe à ordem das polícias que atuam na “cidade aberta”, gerando momentos em que os limites de atuação entre uma e outra força se borram. Esta é uma condição que os EREFs criam: a sobreposição entre as forças internas aos seus limites, e entre as forças já estabelecidas na cidade. Frequentemente foram relatados casos durante as entrevistas,

que evidenciam a dubiedade da questão da segurança entre muros; seja pelas limitações que a guarda interna tem, seja pela possibilidade de intrusão de criminosos no EREF. Apesar do apelo à segurança que os EREFs fazem e tanto prezam, ele é acompanhado por eventos de violência da diversas naturezas, indo desde o vandalismo até o sequestro.

Um assaltante entrou com um cara sequestrado no porta malas, esse cara entrou e fizeram a “rapa” na casa e saíram com tudo no porta malas. Também teve, nessa época tinha uma tubulação de esgoto que saia daqui de dentro e ia pra fora e não tinha grade, e entraram por essa tubulação. E assaltaram uma casa, porque essa casa dava o fundo para a tubulação. (R, 28 anos, Alphaville, Campinas)

Há uma aparente contradição nas constatações de crimes em espaços ditos seguros, como os EREFs. Pois, não seria a segurança um dos principais valores associados a eles? E ainda há o complicador de que as informações sobre crimes dentro de espaços residenciais fechados são restringidas para dentro dos muros, prevenindo que haja grande repercussão sobre os crimes internos e uma consequente desvalorização dos imóveis (GUERRA, 2013). Com as informações restritas aos moradores e à administração dos EREFs se torna mais difícil saber a real quantidade de crimes cometidos entremuros. Para Graham (2016), vivemos em um momento de redefinições de fronteiras, o que vale tanto para a escala supranacional quanto para a subnacional. O que o autor chama de “guerra securocrática” pode ser visto como um estado de organização em que volta-se a segurança para o interno enquanto ao externo são direcionados valores como insegurança, perigo, atrito. Para o autor, esta redefinição de fronteiras significa dizer que elas não correspondem de fato às organizações da ordem da vivência e construções sociais na cidade atual. Por isso, as fronteiras construídas são automaticamente frágeis. A ideia de fronteira só faz sentido quando há algo que a justifique, uma violência que comprove sua necessidade. Para este jogo funcionar, há de haver constante vigilância, de modo que ela identifique a “normalidade” versus os eventos adversos, violências.

O crucial é que essas guerras invocam uma série conectada de limites vulneráveis – do corpo, do lar, do bairro, da cidade, da nação, do ciberespaço, do sistema de circulação – como sendo perigosamente transparentes e enfrentando um ataque sem precedentes de uma gama de ameaças, rupturas ou incursões móveis em proliferação. Essa condição de vulnerabilidade requer uma cultura de constante vigilância, antecipação e preparo, conforme os cidadãos são mobilizados como cidadãos-soldados para monitorar pessoalmente suas paisagens cotidianas, para estar sempre de olho para o “incomum”, sempre esquivo e indefinido (GRAHAM, 2016, pg 162)

A partir da construção das fichas de resumo dos EREFs, das falas dos entrevistados sobre os elementos de segurança e sobre a bibliografia disponível, é possível perceber um tipo de “catálogo” de artifícios de segurança a partir do qual são elencados itens que serão implantados no EREF. Muros, guaritas, patrulha (armada ou não), circuito de câmeras, cerca elétrica, cerca cortante, blindagem. Como marcadores de segurança, estas são as ferramentas disponíveis. Vale lembrar que são todos produtos ou serviços passíveis de compra e contratação, ou seja, fazem parte de um mercado. Não há, por exemplo, colocação de práticas sociais ou melhorias de iluminação como ações de segurança. A divulgação dos EREFs também carrega estes elementos como forma de convencimento de que o empreendimento é seguro. O site do Condomínio Village Visconde de Itamaracá, em Valinhos, define o empreendimento:

Village Visconde de Itamaracá, Valinhos/SP

[...] a oportunidade de circular pelas ruas com segurança e tranquilidade, curtir o aconchego do lar sem se preocupar com o perigo à espreita [...] Todo o projeto foi desenvolvido para e estar em constante aprimoramento. Assim, é possível o aumento da segurança dentro do Village. São duas portarias independentes, sendo uma de acesso social e outra de serviço, para o controle na entrada e agilidade no

*cadastro de visitantes. Além disso, você encontra monitoramento por câmeras, células de segurança, sistemas de controle de acesso, Sensores de presença, entre outras tecnologias.*¹³

Também foi perguntado aos entrevistados quais as diferenças que sentiam ao utilizar a cidade aberta, se se sentiam mais seguros ou não. As respostas foram bastante variadas. Enquanto alguns entrevistados se consideravam “tranquilos”, ou seja, não se preocupavam com a segurança ao utilizar o espaço público da cidade, outros diziam que é preciso ter cuidado sempre. Essa variação parece estar mais intimamente ligada às subjetividades e às experiências de cada um, que acabam por formar um modo de agir na cidade.

Você sente diferença em relação à segurança dentro e fora do condomínio?

Um pouco sim. É que ainda mais aqui em Barão [Geraldo], que toda hora publicam no grupo da Unicamp que tá muito perigoso e tal. Aí eu fico meio receosa de ficar a noite na rua, dando bobeira, ficar parada sozinha e tal. Lá no condomínio eu sei que tem riscos, mas já me sinto um pouco mais tranquila em relação andar sozinha de noite. Até por ter guardinhas circulando. (Q, 22 anos, Reserva Colonial, Valinhos)

Acho que atento sempre tem que estar em qualquer lugar. Acho que infelizmente acaba fazendo parte, sempre estar atento. Mas eu não sinto “nossa que perigo” não tenho essa “nóia”, eu sempre tô atenta, mas só isso. (N, 24 anos, Visconde de Itamaracá, Valinhos)

Não, sou muito tranquila. (C, 52 anos, Ville de France, Itatiba)

13

Disponível em <http://www.villageitamaraca.com.br/>. Acesso em 04/04/2019.

A partir dos relatos coletados é visível a formação de um consenso do que seria uma moradia segura. Consenso fabricado sobre as imagens desses artefatos; consensos que ajudam a delimitar produtos imobiliários, uma vez que um loteamento lançado que não cite seus mecanismos de segurança, ou que apresente algo fora desse conjunto, poderá ser visto com desconfiança. Acontece que o que é oferecido como moradia segura é aquilo que desenha o imaginário da moradia segura, define consensos transmitidos em quantidade via marketing e informalmente via contatos pessoais: coletivamente se forma uma ideia de quais produtos são necessários para se sentir seguro.

2.2 VIDA SOCIAL E LAZER

A maneira como os EREFs se apresentam como um produto autossuficiente de moradia, incorporando valores como segurança, qualidade de vida, status, etc, faz com que sua proposta se aproxime de uma ideia de delimitações claras dos aspectos da vida urbana. No caso dos aparatos de segurança, delimitar significa definir o que é estar seguro e o que é estar inseguro. A saber, se está seguro quando há câmeras, guardas e muros; se está inseguro nas ocasiões onde ausentam-se estas ferramentas. Esta é a mensagem implicada na veiculação da ideia dos EREFs como espaço ideal de moradia segura. O filósofo Byung-Chul Han (2014) apresenta a hipótese de que o momento histórico em que vivemos se caracteriza pela necessidade de evidenciar as delimitações da vida. Para o autor, esta delimitação vem da crescente complexidade de significados que permeia a vida, de modo que a saída para interagir com tais significados e símbolos atuais, estes devem ser explícitos, de visibilidade exacerbada. É possível verificar nos EREFs uma manifestação física dessa constatação de Han: os muros delimitam claramente – segundo os valores estipulados pelos próprios EREFs – um território controlado. Controle que pretende ser colocado sobre os diversos aspectos da vida urbana: segurança, acesso a serviços, qualidade de vida e lazer. Essa delimitação espacial se reflete na percepção dos moradores.

Por exemplo, até chegar no meu condomínio, na portaria, a gente passa por um muro, que é do próprio condomínio, que dá uma sensação de “que lugar horrível”. Tem um

muro e um gramado, é isso. Então, quando você entra e tem a “sociedade” de novo você fica “ok, estou bem”. Mas eu acho que é muito essa coisa desse contraste criado pela própria parte externa do condomínio. (Z, 22 anos, Residencial Rio das Pedras, Campinas)

As delimitações que se tornam explícitas dentro dos espaços residenciais fechados, também são aplicadas sobre o lazer. Assim como os artifícios de segurança são elencados e agregados a estes EREFs, ganhando uma espécie de “certificação de segurança”, o lazer também é tratado como um pacote de benefícios oferecido ao morador, como um conjunto de atividades e equipamentos que garantem que o EREF oferece este valor. O assunto “lazer” normalmente é tratado com uma combinação entre equipamentos de lazer – quadras, piscina, salão de festas, playground, etc – e eventos programados para os moradores – feiras, shows, etc.

Tem um negócio que eles chamam de área de lazer aqui. Que tem uma piscina grandinha até, tem um campinho de futebol, tem alguns jogos, ping-pong, pebolim, tem playground, um salão de festas e um mirante que fica em cima de tudo. (O, 25 anos, Condomínio Mirantes da Fazenda, Campinas)

Aqui tem quadra de futebol, quadra de tênis, tem um clube com alguns equipamentos de ginástica, tem piscina, tem a pista de caminhada e corrida, tem praça de frutas, tem parquinho no meio das praças, esses são os lazeres que a gente tem aqui. (C, 52 anos, Condomínio Ville de France, Itatiba)

Tem um bar lanchonete, tem piscina, não sei se o lago considera (é que eles reformaram, fizeram uma infraestrutura para andar em volta assim, um caminho), tem um parquinho pra criança, tem uma academia de idosos, academia ao ar livre, tem a churrasqueira, o salão de festas pra alugar, acho que de lazer é isso. Tem uma quadra de futebol e uma

de tênis e uma de vôlei de areia. (Q, 22 anos, Condomínio Reserva Colonial, Valinhos)

É interessante perceber nessas enumerações quais são os elementos considerados lazer, e suas frequentes repetições. No entendimento de que um EREF, ao ser implantado, deve oferecer uma experiência completa de vivência urbana, ou ainda uma experiência “melhorada” da vivência urbana (como é frequentemente conotado nas suas propagandas), seria imprescindível o reconhecimento do lazer como um dos aspectos necessários para atingir este objetivo. Então, o empreendimento prevê áreas destinadas a este fim e as ocupa com uma definição de lazer. Definição que, ao que parece, se conforma de modo generalizado e generalista, implicando em uma demarcação do que é lazer naquele espaço. Em última análise, o grupo gerador do EREF (empreendedores, arquitetos, engenheiros, aqueles que pensam e desenham estes espaços) define o lazer do grupo de moradores, oferece a eles um pacote. Caso este não seja suficiente, as alternativas dos moradores são duas: reinventar o lazer entre muros, através da ocupação e ressignificação dos espaços do EREF, ou até através do vandalismo; ou então buscar o lazer em lugares fora dele.

Sobre a construção de sociabilidades dentro do EREF, quando perguntados da relação com os vizinhos, os entrevistados ofereceram respostas bastante variadas. A gama de relações com o vizinhos vão desde relações conflituosas, passando pela inexistência de relação até formação de vínculos fortes de amizade. Nesse sentido, não parece haver grande diferença das relações entre vizinhos fora de EREFs.

Ao lado dos equipamentos de lazer estão os eventos organizados para os moradores, como outro elemento garantidor do lazer e da sociabilidade dentro dos EREFs. Diferente dos equipamentos de lazer, estes eventos frequentemente têm ênfase na sociabilização dos moradores e na possibilidade de comércio.

O condomínio oferece bastante a parte de eventos. Todo ano tem festa junina, toda quarta feira tem a feirinha. Eles fazem uma feirinha, é tudo orgânico, então eles vendem comida congelada, tem até uma barraquinha de pastel, é uma feira mesmo lá. Então tem toda a parte de produto

orgânico, verdura, fruta, legumes, tem comida congelada, tem uma pessoa lá dentro que faz pizza e eles entregam pizza internamente. Tem a parte, acho que é diretoria de cultura do condomínio, que tem esses eventos já predefinidos, então eles que organizam e lançam os eventos. Tem outro evento também que ocorre todo no verão que é o Boteco do Country, então tem som tem tudo. Lógico, é um valor, não vai pagar um valor de fora, mas paga-se, mas é um valor acessível ne. (B e F, 39 e 46 anos, Condomínio Country Club, Itatiba)

No primeiro [condomínio] tinha Halloween, festa junina, feira não tinha tanto, mas eram mais esses eventos que acontecem em colégio, e aconteciam no condomínio. (N, 24 anos, Estância Marambaia, Vinhedo)

Tem festa junina, tem um salão de festas que os moradores podem fazer os eventos privados, e tem eventos gerais, tem uma yoga coletiva de manhã pros velhinhos. [...] As crianças tem Halloween, de sair pegar doces, galera enfeitada as casas. (Z, 22 anos, Residencial Rio das Pedras, Campinas)

Ao primeiro olhar, os esforços que estes eventos mostram, parecem indicar iniciativas de confecção da comunidade daquele EREF: há contatos pessoais, trocas, reconhecimento. No entanto, vale lembrar que, assim como os equipamentos de lazer, estes eventos favorecem apenas os moradores, excluindo moradores da “cidade aberta” que também poderiam se beneficiar de tais eventos, enquanto que os moradores podem se beneficiar tanto dos eventos internos ao EREF quanto externos. A este respeito, Bauman (2003) caracteriza a elite¹⁴ como extraterritorial. A possibilidade que moradores de EREFs (grupo que contém as elites) tem de buscar na cidade extra muros o que lhes falta, dá a eles o privilégio

14 Aqui faz-se um paralelo entre a classe alta e moradores de EREFs, entendendo que ambos são detentores de privilégios e, muitas vezes, são grupos coincidentes; ainda que moradores de EREFs não pertençam exclusivamente à classe alta.

de não precisar construir uma comunidade interna aos muros. É uma questão do privilégio do deslocamento e do acesso a espaços, que não restringe a experiência urbana dessa classe a um espaço específico. A extraterritorialidade implica em uma suspensão de atitudes que fomentam a criação de uma comunidade de fato.

O único atrativo do exílio voluntário é a ausência de compromissos, especialmente de compromissos de longo prazo, do tipo dos que impedem a liberdade de movimento numa comunidade com sua “confusa intimidade”. [...] As “comunidades cercadas” pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são “comunidades” só no nome. (BAUMAN, 2003, pg. 51-52)

Na ocasião de eventos internos ao EREF, vários entrevistados relataram que a entrada é permitida para visitante, desde que acompanhados de um morador. Isso leva a outra questão colocada à sociabilidade e ao lazer dos que moram em EREFs. É colocado um anteparo frente à possibilidade de socialização e lazer em conjunto com pessoas de fora do EREF, este anteparo é construído, principalmente, pela tecnoesfera da segurança, como colocada por Melgaço (2010). Para este autor, a tecnoesfera da segurança compreende uma construção espacial e tecnológica aplicada a fim de vigiar, restringir, intimidar: nos EREFs isso se traduz em câmeras, guaritas, guardas armados, etc. Para o autor, esta construção da seguridade se dá em consequência da realização da psicoesfera do medo: uma identificação social generalizada de que a cidade é um lugar inseguro, que faz emergir o medo como um afeto legítimo.

Quando um amigo pretende visitar a casa de um morador de um EREF, ele encontrará no caminho a tecnoesfera da segurança, mesmo que sua visita não ofereça qualquer intenção de transgressão, crime ou violência. Na prática, esta é uma ilustração da permanente vigilância: todos são suspeitos, todos devem passar pelo escrutínio da tecnoesfera da segurança. O ato de cruzar a delimitação dos muros que indicam claramente o dentro e o fora, implica em lidar com

procedimentos absolutamente desnecessários do ponto de vista subjetivo, mas obrigatórios sob o ponto de vista da vigilância constante, necessária para corroborar com a ideia de moradia segura em um EREF.

Como é a relação do seu condomínio com visitas de pessoas de fora?

Não é de assustar mas é aquele negócio, vai demorar 10 minutos pra entrar. É tem uma primeira parte que é interfone, que a pessoa pergunta RG, se já tem cadastro e depois essa pessoa tem que se dirigir à entrada, que tem mais um interfone. Aí ela passa as informações do morador, onde você tá indo. Aí você pega um cartãozinho, você passa por duas catracas e você entra. Pra sair você tem que devolver esse cartãozinho pra abrir a catraca de saída. (Z, 22 anos, Residencial Rio das Pedras, Campinas)

Tanto pra prestação de serviço quanto pra visitante, quando é sua primeira vez no condomínio você precisa estar com documento do seu carro ou um documento com foto, passar todos os seus dados. Então passa RG, passa nome completo, data de nascimento, placa do carro. Eles fazem um pré-cadastro seu pra ter você no sistema, então vão tirar uma foto sua e você vai ter um pré-cadastro lá. Depois desse primeiro cadastro eles interfonam em casa e perguntam se eu autorizo tal pessoa a entrar. Pra isso eu preciso ser uma moradora. Por exemplo a pessoa que trabalha em casa não pode dar essa autorização. Eles perguntam com quem eles tão falando aí eu falo meu nome e eles perguntam algum dado meu pra eu confirmar que sou eu que estou autorizando. Por exemplo minha data de nascimento. Aí a pessoa ganha um cartão de visitante, porque a nossa entrada é controlada por cartão, inclusive dos moradores, então os moradores passam sempre um mesmo cartão e digitam uma senha de acesso e os visitantes ganham um

cartão sem senha. Aí todo carro é revistado, eles olham pelos vidros e olham o porta-malas do visitante e autorizam ele a entrar. (T, 23 anos, Alphaville, Campinas)

Figura 13 - Carro sendo revistado na portaria do Condomínio Vale da Santa Fé, em Vinhedo.

Fonte: Google Earth, 2018.

O simples ato de visitar uma pessoa se transforma em burocracia, no mínimo, e nas situações mais drásticas, em posturas invasivas e restritivas. É perceptível que é justamente nas fronteiras que as contradições se tornam mais evidentes. Ao sentido de deslocamento fora-dentro a tecnoesfera da segurança se impõe. No entanto, o sentido dentro-fora não sofre com barreiras. Como relatado por todos os entrevistados, as atividades de lazer são complementadas com eventos fora dos muros, na “cidade aberta”.

Mas de cultura e lazer eu vou pro centro, pros museus, pro SESC, pro Senac. (R, 28 anos, Alphaville, Campinas)

Então o lazer, as vezes é mais fácil ir pra outra cidade até do que nessa própria cidade aqui, como o Parque da Juventude, eu uso o clube umas 2 ou 3 vezes por semana,

o Itatiba EC¹⁵. (C, 52 anos, Condomínio Ville de France, Itatiba)

Fora, na cidade, em Valinhos não tem muita coisa pra fazer, então quando saía era mais em casa de amigos, essas coisas, ou algum evento esporádico. Quando tem quermesse eu vou, ou quando tem a festa do figo. Depois de um tempo surgiu o shopping, mas eu não gosto muito então não vou muito. E acho que em Valinhos não tem muito mais o que fazer. Aí a gente acabava usando muito Campinas, então sempre vim muito pra Campinas. (Q, 22 anos, Condomínio Reserva Colonial, Valinhos)

O que quer-se evidenciar aqui é a discrepância de tratamento instituída pela delimitação clara de fronteiras, dos muros. Em um primeiro olhar a diferenciação de tratamentos (para os moradores e para os não-moradores) é óbvia: quem pagou para morar ali tem o direito. No entanto, a intenção aqui é jogar luz sobre o que subjaz à obviedade. Sob o pleno direito dos moradores usufruírem daquilo pelo que pagaram, reside uma realidade de vigilância constante, que traduz-se na máxima de que todos são suspeitos. O empreendimento do EREF pretende construir um bairro de boa qualidade, o que de fato consegue: há áreas para lazer, infraestrutura, contato com a natureza, etc. Contudo, ele impõe a exclusividade: enquanto aquele espaço pode ser usufruído apenas pelos moradores, estes podem usufruir da cidade toda. É claro que o oferecimento de tais equipamentos e atividades não é em si problemático. A questão colocada aqui é que o EREF se localiza numa condição controversa entre o que ele oferece exclusivamente aos seus moradores e o que estes moradores desfrutam da “cidade aberta”. Se não há uma determinada atividade de lazer dentro do EREF, seus moradores podem encontra-la em um shopping próximo ou no centro da cidade; no entanto, moradores de um bairro vizinho ao EREF não poderão desfrutar dos equipamentos de lazer que estão para dentro das catracas e que são ausentes em seus bairros. Os muros que delimitam o espaço residencial fechado possuem um caráter de porosidade quando observados do ponto de vista dos moradores: eles podem

15 Clube privado na cidade de Itatiba.

atravessá-lo, e o fazem segundo suas necessidades. No sentido inverso é que o muro se faz muro completo.

Para Sennett (2018), a vivência em uma comunidade heterogênea exige uma postura resguardada em relação ao próximo. O reconhecimento das diferenças entre os indivíduos faz com que os contatos entre eles sejam mais cautelosos, não se expõe muito da vida pessoal, uma vez que há grande chance de conflito. O autor ainda exemplifica que atos superficiais de cortesia com aquele que é diferente, pavimenta uma relação possível entre eles, ainda que sejam subjetividades heterogêneas. Analisando o interior de um EREF, muito da heterogeneidade é substituída por uma quase homogeneidade entre seus moradores, visto que fazem parte de classes sociais semelhantes. Nesse caso, as diferenças entre as subjetividades de dois moradores de um mesmo EREF não são claras, por isso então precisam de delimitações claras, afirmações de subjetividade: a casa projetada ao seu gosto, a vigilância, o EREF ao seu favor.

O conjunto de equipamentos de lazer disponíveis aos moradores, bem como os eventos a que têm acesso, somados à possibilidade de desfrutar do que a “cidade aberta” oferece, desenha uma ideia do que é liberdade em relação ao lazer, um consenso. É consenso, por exemplo, possuir acesso ao que está ao dispor dentro dos espaços residenciais fechados e ao que está fora, ao mesmo tempo que os atributos internos aos muros são exclusivos. A ideia de liberdade atrelada à ideia de exclusividade pode alimentar uma identificação entre a permanência da desigualdade social e o desejo de morar bem. Como se a única forma de alcançar uma morada de qualidade fosse a partir da exclusão: dos grupos de “indesejados” e de todos os ônus da vivência na sociedade urbanizada.

2.3 PERTENCER AO LUGAR

Como você morou num condomínio desde pequena, consegue lembrar como foi sua infância aí dentro? Foi um espaço bom pra crescer?

Isso foi. Bastante. Eu consigo até comparar um pouco com o outro condomínio que eu morava, porque aqui eu sentia muito mais liberdade mesmo, tinha mais espaço eu podia

correr livremente, não tinha problema, quase não passa carro nessa rua também, esse espaço de lazer que era um espaço nosso mesmo, não ia ter preocupação de talvez vir alguém de fora que a gente não sabia quais as intenções da pessoa, alguma coisa assim. (O, 25 anos, Condomínio Mirantes da Fazenda, Campinas)

Durante as entrevistas, todos os entrevistados que passaram a infância dentro do EREF se diziam muito satisfeitos com o espaço de que puderam desfrutar. De certa forma este é um indício de que o modo de morar edificado pelos EREFs, mesmo apresentando diversas contradições, consegue oferecer aquilo que constitui uma vivência revestida pela sensação de segurança. Analisando pelo viés de quem cresceu em um EREF, as vias com baixo fluxo de carros, as áreas de lazer, o contato com a natureza, e o afastamento da cidade contribuem para uma infância proveitosa, como os relatos confirmam.

No primeiro [condomínio] sim, acho que foi bom. Pra minha adolescência, por ter os amigos próximos, por ter a liberdade de “estou no condomínio” talvez se eu não morasse no condomínio minha mãe não deixaria eu fazer as coisas que eu fazia lá, de andar e ficar sozinha e essa questão de que ela via de segurança. Acho que foi importante na minha adolescência. Pra mim foram uteis. Então foi pra minha adolescência foi bom. (N, 24 anos, Village Visconde de Itamaracá, Valinhos)

Por um lado há a crítica urbanística feita ao modelo dos EREFs, por suas diversas contradições e impactos no contexto urbano, por outro lado há uma parcela da vida que faz sentido naquele espaço. A vida da criança na “cidade aberta” também é possível, no entanto o discurso que leva os pais a escolherem a vida em EREFs faz com que surja mais um consenso: de que a vida da criança será muito melhor se tiver ao seu dispor os atributos que o EREF oferece. Não por acaso, é comum que os anúncios de lançamento de EREFs mostrem uma família, geralmente com crianças pequenas, implicando uma ideia de família e espaços ideais.

Figura 14 - Flyer do Condomínio Vitória Régia, em Natal-RN.

Fonte: Vitória Regia Condomínio, 2018.

Eu acho que os pais oferecem a segurança, então a criança pode circular de forma mais tranquila. O pai fala: “lá você pode brincar”, acho que isso pode dar pra criança um espaço mais largo do que se ela fosse brincar na rua e o pai: “a meu deus, e não sei o que “. Então vamos juntar todas as crianças nesse quadradinho e falar: “nesse quadradinho pode”. Mas chega uma hora que você não quer ficar mais nesse quadradinho. Mas deve ter uma relação com isso que os pais oferecem, não sei, essa continência que os pais dão e não os muros do condomínio. (D, 36 anos, Condomínio Vale da Santa Fé, Vinhedo)

Em algumas das entrevistas, a ideia de espaço seguro se confunde com a noção de apropriação do espaço. Ou seja, à medida que o morador toma o EREF como seu, como seu próprio bairro, sua sensação de segurança cresce, e isso não está relacionado diretamente aos aparatos de segurança. Apesar desse não ter sido um relato unânime, é válido por ativar questões quanto a eficácia dos instrumentos de segurança em causar a sensação de segurança, e também por questionar qual a capacidade que os espaços dos EREFs têm de receber intervenções e atrelar significados subjetivos.

Acho que tem muito a ver com essa sensação [de pertencimento]. Porque eu nunca parei pra pensar “os muros me protegem, as câmeras me protegem, se acontecer alguma coisa vai estar filmando”. É mais uma sensação mesmo. Me sinto mais segura naquele ambiente. Eu conheço mais as pessoas daqui, e se acontecer alguma coisa as pessoas vão me ajudar, eu sei pra onde ir. (Z, 22 anos, Residencial Rio das Pedras, Campinas)

Esta sensação de pertencimento também foi associada em algumas entrevistas com a possibilidade de alteração do espaço, de toma-lo para si. Se pensarmos que o EREF estabelece um conjunto de regras de uso do seu espaço, esta ideia de alteração se torna possivelmente uma transgressão. Ou seja, o contexto de comportamento no EREF pode transformar uma atitude de intervenção no espaço em algo de valor depreciativo.

Eu acho que no começo, até era mais criança, era mais fácil de se apropriar. Chegou algum momento em que eu tinha vontade de mexer em coisas. Tanto é que a gente fazia um monte de coisa. Onde tem uma área de lazer, que fica bem no meio do condomínio, as vezes a gente tentava mudar mudo, fazia assembleia das crianças do condomínio pra colocar as coisas do nosso jeito. Mas em questão de me sentir pertencente completamente eu nunca senti, mas tinha momentos em que eu queria fazer algumas modificações pra me apropriar mais do espaço. (O, 25 anos, Condomínio Mirantes da Fazenda, Campinas)

A partir dos relatos coletados foi possível observar que os laços estabelecidos entre os moradores e os EREFs estão ligados, principalmente, à infância. O apelo ao contato com a natureza, espaços abertos para as crianças brincarem sem supervisão e equipamentos de lazer serve em grande parte para a fase infantil. Após a infância as condições parecem mudar. Todos os entrevistados estudam e trabalham fora dos EREFs. Ou seja, os laços estabelecidos no ambiente de trabalho e estudo não estão ligadas ao espaço do condomínio fechado, mas sim

à porção da cidade extra-muros. Há que se considerar, no entanto, que isso não garante que estes indivíduo estejam vivenciando a “cidade aberta” de fato, já que a ideia de trânsito entre enclaves está presente em alguns casos. Caldeira (2000) atentou para este fato, dizendo que ao enclave fortificado habitacional se associam outros enclaves, como o empresarial, o comercial, educacional, todos compartilhando características de delimitações, muros, vigilância e controle, e ainda fazendo o trânsito entre eles através do automóvel individual (um enclave móvel). Então, apesar de saírem das delimitações dos muros, não significa necessariamente que estejam ingressando na “cidade aberta”, no espaço público de fato, mas sim em outras formas de espaços fechados.

A condição contraditória do espaço residencial fechado, além de se apresentar na bibliografia crítica ao seu modelo de urbanização e morada, também aparece quando foi perguntado aos entrevistados se gostariam de morar em um EREF no futuro, ou se pretendiam continuar morando em um.

Hoje eu moraria num apartamento no meio da cidade.

Quais seriam os motivos?

Tem uma coisa muito da minha sensação aqui dentro. Tem pouquíssimos ônibus que passam aqui em casa. Eu não tenho como ir pra faculdade de bicicleta, e eu moro a 8 minutos da faculdade. Então não tem porque ter uma estrada no meio, eu não tenho como. Se eu for pegar um ônibus eu demoro o mesmo tempo do que eu for andando, demora 1h30. Então eu moro do lado de um supermercado, literalmente, minha casa está do lado de um supermercado. Só que pra chegar nele eu preciso andar muito, por que a portaria tá do outro lado. Então eu não consigo fazer nada, eu tô presa, eu me sinto enclausurada. É uma sensação horrível. (Z, 22 anos, Residencial Rio das Pedras, Campinas)

Acho que talvez eu voltaria pra a ideia de apartamento, que acho hoje em dia confortável. [...] pelo menos não num condomínio como o Alphaville que eu acho ele muito restrito e muito controlado. Acho muito fechado pra uma pessoa

viver lá e falar que mora na cidade. Eu prefiro muito mais me apropriar num espaço dentro da cidade. Porque ele fica muito isolado tudo que eu tenho que fazer pra sair dele levo pelo menos 15 minutos e tenho que pegar 5km de rodovia.
(T, 23 anos, Alphaville, Campinas)

Eu acho que condomínio fechado não deveria existir. Porque a gente se isola da cidade, da comunidade. Porém quando você vive num momento na sua vida que você tem vontade de fazer algumas coisas que você precisa e acha que vai ter mais segurança, você acaba indo; ou que você quer mais conforto e que não quer ser observado, “olha fulano vive com conforto e não sei o que” e você acaba indo. O meu caso foi de fazer uma casa mais confortável mais gostosa. Nossa casa não é luxuosa mas ela é, onde você pode esquecer uma janela aberta, uma porta. Porque tenho 3 filhos, eles gostam as vezes de sair no meio da noite e voltam, são meio desligados, onde você não tivesse um portão eletrônico, aqui nós não temos, não precisamos de um portão, inclusive é até regra não ter um portão. Então isso daí faz a gente vir pra um condomínio. Mas a medida que o tempo passa talvez fique um condomínio que você tem uma casa já um pouco grande pra você e seu marido, e os filhos vão embora, já fique uma coisa meio obsoleta. E é isso, na verdade eu acho que não deveriam existir os condomínios, mas a população deveria se sentir segura morando dentro da cidade, segurança é uma coisa que não é de polícia, não é, vem da educação, de ter saúde pra todo mundo, alimentação, educação, condições sócio econômicas, condições de trabalho para as pessoas, uma sociedade mais igualitária, não precisaria de condomínios.
(C, 52 anos, Condomínio Ville de France, Itatiba)

Estes e outros relatos indicando a vontade de morar fora dos EREFs vêm de moradores que avaliam como positiva a vivência que tiveram lá dentro. De certa

maneira, relatos como estes indicam que é possível perceber alguns limites da ideia construída de que o EREF é o espaço ideal de moradia. Então, quando estes limites surgem na forma de dificuldade de acesso a serviços ou lazer, ou pela transformação do núcleo familiar que passa a ser incompatível com aquele modo de vivência, aí o EREF perde seus atrativos.

As entrevistas foram conduzidas com o intuito de recolher informações sobre a perspectiva da vivência subjetiva daqueles que moram em EREFs. Essa perspectiva contribui para a compreensão de questões que os EREFs implicam a partir da sua presença no espaço urbano. O conhecimento da realidade dos moradores gera, por fim, uma complexificação das questões. Por um lado (por fora dos muros) há uma crítica generalizada na academia que pesa sobre os EREFs como perpetuadores da individualização e segregação na cidade; por outro lado (por dentro dos muros) há a construção de subjetividades pautadas pelos consensos compartilhados socialmente e amplificados pela mídia: consensos sobre segurança, sobre o modo ideal de viver, sobre o valor da nostalgia, etc. As entrevistas evidenciaram, principalmente, um jogo entre consensos e contradições no que diz respeito ao posto que os EREFs ocupam no imaginário coletivo e no que a vivência dentro de um EREF de fato é.

CAPÍTULO 3

SOCIABILIDADES EM JOGO

Os espaços residenciais horizontais fechados (agrupados aqui sob a sigla EREFs) são viabilizados e idealizados enquanto uma forma de moradia que garante a qualidade de vida (ênfase ao verbo garante). Grande parte do sucesso desses empreendimentos vem de uma ideia generalizada da cidade como um espaço perigoso, marcada pelo crime e desigualdades. Frente a esta imagem de cidade, aqueles que possuem poder de escolha do local de moradia – entendendo que este poder de escolha está diretamente relacionado ao poder de compra – buscam frequentar (ou talvez consumir) lugares com marcadores de segurança. Daí a ênfase no verbo garantir, como dito antes. Para um cenário sustentado sobre a ideia de medo urbano generalizado, ergue-se um mercado que se apropria dessa condição para posicionar seus produtos nesse contexto, produtos que prometem uma vida tranquila. Os EREFs são um desses produtos, ao lado de empresas de segurança privada, empresas de armamento, cercas elétricas, cercas cortantes, blindagem, sistemas de câmeras, alarmes. Como algumas das entrevistas apresentadas mostraram, nem todos os moradores de condomínios fechados escolhem este tipo de morada por conta da segurança unicamente; no entanto esta justificativa está sempre presente. E ainda, mesmo que um indivíduo escolha morar em um EREF por motivos outros que não a segurança, ainda assim ele estará consumindo um produto imobiliário concebido a partir da ideia de medo urbano, ou seja, a ideia de que é impossível estar seguro e ter qualidade de vida na “cidade aberta”; esta é a fundação da ideia do condomínio fechado, qualquer que seja a justificativa subjetiva para morar entre muros.

Como todas as outras formas de coabitação humana, nossa sociedade líquido-moderna é um dispositivo que tenta tornar a vida com medo uma coisa tolerável. Em outras palavras, um dispositivo destinado a reprimir o horror ao perigo, potencialmente conciliatório e incapacitante; a silenciar os medos derivados de perigos que não podem – ou não devem, pela preservação da ordem social – ser efetivamente evitados. (BAUMAN, 2008, pg. 13)

A partir da visão de Bauman, o condomínio pode ser considerado um dispositivo de ocultamento do medo, no sentido de que ocultar significa ao mesmo tempo

permanecer, mas permanecer fora de vista. Esta discussão sobre visibilidade do medo será retomada mais à frente.

Este capítulo explorará o conceito de sociabilidade e o que está presente nas dinâmicas de interação social, como o afastamento necessário, o medo e o afeto. Serão também trabalhadas as ideias de consenso e contradição que compõem a narrativa dos EREFs, e que contribuem para a normalização de práticas sociais de uso ou recusa do espaço da cidade. Por fim serão exploradas as implicações internas à sociabilidade entremuros e como ela é afetada pelas noções de fronteira, limite e comunidade.

1 ENCONTRAR O OUTRO NA CIDADE

Em seu trabalho *Violência*, ŽIŽEK (2008) utiliza do cinema como artifício reflexivo para pensar sobre as intersecções entre laços sociais, comunidade, violência e narrativa. Analisando o filme *A Vila* (2004), ele discute a formação de uma comunidade protegida (fisicamente, pelo afastamento e barreiras limítrofes; e esteticamente, pela invisibilidade, e pela narrativa construída que impede que os moradores saiam) que nasce a partir do aumento da criminalidade urbana. *A Vila* retrata uma sociedade fechada, com costumes e estética de século XVIII, remetendo a valores como a definição de papéis comunitários claros (o chefe, o médico), produção de subsistência, ritos religiosos e uma permanente segurança. A comunidade é cercada por uma floresta, na qual nenhum habitante pode entrar, sob a justificativa da presença de monstros que a guardam. Essa mitologia dos monstros é reforçada pelo “grupo gestor” da comunidade, e difundida por todos os moradores. Após um acidente com um dos moradores, faz-se necessária a saída da vila para a busca de remédios que tratem do ferimento, colocando em cheque a narrativa dos monstros guardiões da floresta. A saída da vila é feita por uma moradora jovem e cega. No seu trajeto, após vencer a floresta e os limites da comunidade, revela-se que os monstros não existem, são fantasias criadas pelos próprios gestores da comunidade para impedir que alguém se aventure fora da Vila, e assim comprometendo a situação de segurança construída ali. Outra descoberta no trajeto, a Vila, que até então seria uma típica vila camponesa do século XVIII norte americana, revela-se uma construção artificial, implan-

tada em uma reserva florestal em pleno século XX. O pai da jovem cega explica. Nos anos de 1970, um grupo de pessoas sofre com a criminalidade crescente nas grandes cidades norte americanas, e decide formar uma comunidade protegida, aos moldes campestres do século XVIII. Retiram-se para uma reserva florestal, criam a narrativa vigente de comunidade rural protegida e garantem (através do mito dos monstros) que aquela ordem não seja distorcida por pessoas entrando ou saindo da Vila.

Temos dois universos: a “sociedade de risco” moderna e aberta versus a segurança do velho universo fechado do Sentido – mas o preço do Sentido é um espaço finito, fechado e guardado por monstros inomináveis. O mal não é simplesmente excluído nesse espaço utópico fechado – é também transformado numa ameaça mítica com a qual a comunidade estabelece uma trégua temporária e contra a qual deve manter um estado de emergência permanente (ZIZEK, 2014, pg. 34)

O que a análise de Zizek (2014) mostra, além da evidente semelhança ideológica entre a comunidade protegida do filme e os EREFs atuais, é o papel (ou papéis) que a sociabilidade exerce em um contexto de sociedades fundadas na ideia da auto proteção, vigilância e auto segregação. A sociabilidade dos moradores pode ser vista a partir de duas perspectivas. Primeiro, é a partir dela que se constrói a ideia do que é esta comunidade auto segregada e segura. No caso do filme, os próprios moradores aprendem o que é aquela sociedade protegida, seus limites e regras a partir da sociabilidade, do contato com outros moradores, com os gestores e com as histórias difundidas sobre aquela realidade em que estão. No caso dos EREFs, a ideia do que é um condomínio fechado é apreendida por todos na sociedade, a partir do marketing e propagandas do segmento imobiliário, impulsionadas pelo jornalismo que infla o discurso da cidade como espaço violento e caótico. Aqui também é a sociabilidade que constrói o significado dos EREFs, no contato com familiares ou amigos que moram nesses espaços, nos boatos sobre casos de violência na cidade, etc. Segundo, a vivência nesses espaços causa uma sociabilidade específica para seus moradores. Há, por exemplo, a convivência nos espaços coletivos, nas áreas de lazer internas

ao EREF; há ainda o contato com as pessoas de fora do condomínio, sejam parentes ou amigos, cuja sociabilidade só é possível a partir da superação dos muros: atravessá-los requer um processo de logística quando o sentido é de dentro para fora, e um processo burocrático no sentido é de fora para dentro.

Nos 50 anos de condomínios fechados no Brasil, os esforços da propaganda imobiliária se voltaram a definir e “ensinar” o que é a vida dentro dos condomínios fechados. Um produto novo no Brasil da década de 1970 requeria uma narrativa condizente para o sucesso de seu empreendimento. Assim, o marketing tem se apropriado de símbolos para comunicar o que é segurança no espaço da cidade, e associado esses símbolos ao produto dos condomínios residenciais horizontais fechados. Este mercado imobiliário-tecnológico erguido sobre a ideia de medo urbano depende de um entendimento coletivo de medo (fornecido por inúmeras mídias, jornais sensacionalistas, canais de fake news, etc) e um entendimento coletivo de segurança (fornecido pela propaganda de empresas desse ramo).

Entende-se aqui que a própria noção do que é um EREF, condição necessária para o sucesso mercadológico do condomínio como produto, é resultado de processos de sociabilidade: a definição dos EREF é passada como mensagem de pessoa a pessoa, de grupo social a grupo social e disseminada pela mídia e propaganda. Blumer (1969) descreve uma teoria social da comunicação que pode ser aplicada para este contexto. Para o autor, as informações se deslocam pela sociedade através de interações entre as pessoas (ações de sociabilidade), que são mediadas por uma série de símbolos e etapas de interpretação. Assim, indivíduos e instituições atribuem valores às coisas, e ao fazê-lo, retiram-na de seu contexto holístico para marcá-la com um significado. Segundo o autor, as ações são produtos do processo de auto-indicação: trata-se de um processo comunicativo onde o indivíduo percebe as coisas, estima seu valor, dá significado a elas e age com base nesse significado. Quando considerado em meio a um grupo, este processo individual se alinha ao comportamento do grupo, que estabelece coletivamente símbolos e significados que os representam. O indivíduo recolhe estes estímulos vindos do grupo para compor sua própria matriz de valores. Este processo, nomeado por Blumer como interacionismo-simbólico pode ajudar a compreender como é construído um consenso sobre a ideia dos condomínios fechados enquanto refúgios urbanos.

A peculiaridade consiste no fato de que o ser humano interpreta ou “define” as ações dos outros, ao invés de meramente reagir às ações dos outros. Sua “resposta” não é feita diretamente à ação do outro, ao invés, é baseada no significado que ele atribui a estas ações. Logo, a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, por interpretação ou por averiguação do significado das ações dos outros. (BLUMER, 1969, pg. 79)

Considerando a teoria de Blummer, toma-se o condomínio fechado como objeto de análise: o condomínio é colocado como alternativa válida à violência urbana através da propaganda (impulsionadas pelo jornalismo focado na violência). O indivíduo que recebe esta informação inicia seu processo de auto-indicação: ele percebeu o objeto, agora deve estimar seu valor. Para isso, é preciso lembrar a que grupos este indivíduo faz parte. Sua classe social, raça, religião, a família, podem ser alguns marcadores que indicam quem são seus pares, ou seja, são aqueles com os quais há maior interação social, troca de informações. A partir dessas interações, o indivíduo, para dar significado ao objeto em questão, precisa interpretar as informações e símbolos recolhidos. Estas se interpolam entre a informação inicial oferecida pelos anúncios do condomínio. Então, o indivíduo age. Como os trabalhos de Caldeira (2000) e Spósito e Góes (2013) sugerem através das entrevistas conduzidas – além das confirmações obtidas nas entrevistas dessa própria pesquisa – é comum que moradores de condomínios fechados (ou seja, pessoas que já atribuíram ao condomínio o significado de “boa opção de morada”) influenciem, direta ou indiretamente, pessoas próximas na família ou amigos a morarem em espaços semelhantes. Este seria um exemplo de alinhamento individual ao posicionamento do grupo (família). Ou seja, este processo é resultado de práticas de sociabilidade.

Outro pesquisador da sociabilidade cotidiana, que corrobora com a hipótese de Blummer, é Goffman (2012). Segundo ele, as noções do que é real para cada indivíduo depende do conjunto de quadros atravessados por ele, que são

uma coletividade de definições de situações que governam eventos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles (GOFFMAN, 2012, pg. 10)

Assim, as narrativas sobre um determinado objeto desenham um quadro ao seu redor, definindo-o, e depois deslocando-se pela sociedade através de contatos sociais. O autor inclusive utiliza a mídia como um exemplo de veiculador de quadros e narrativas, transferindo significados para os observadores. Novamente, colocando os EREFs na posição de objeto analítico da hipótese de Goffman, é possível estabelecer relações sobre como a própria ideia do que é um condomínio fechado transita pela sociedade. Desde o início da presença dos EREFs no Brasil na década de 1970, foi preciso “aprender” o que eles eram (e são), pois constituíam um objeto novo na cidade, sem significados atrelados até então. Nesse sentido, é a partir dos processos de sociabilidade, de encontro entre pessoas, que a ideia do condomínio fechado é disseminada e sedimentada no imaginário coletivo.

Em um processo de construção de objetos – assim como do consequente relacionamento com eles – o sujeito colocaria neles “um pouco” de sua subjetividade que, de alguma forma, acaba contribuindo para o formato final deste objeto, inclusive determinando a maneira este como deve ser utilizado no interior da sociedade. Além disso, o seu uso contínuo no interior da sociedade, nas relações sociais, determina um conjunto de elementos outros que dizem respeito diretamente à característica fundamental do objeto, deixando de ser puramente algo material. Desta forma, há, novamente, uma assimilação subjetiva, constituindo um novo sujeito a partir da forma e da importância do lugar ocupado por este objeto no interior da sociedade. (RODRIGUES, 2013, pg. 137)

Percebe-se, então, um ciclo de compreensão-construção da ideia do condomínio fechado. À medida que a mídia, a propaganda e a vivência urbana (por vezes violenta) propagam a necessidade de espaços seguros na cidade, cria-se o indivíduo potencial consumidor dos EREFs, que por sua vez integrará o processo de disseminação dos conceitos dos condomínios. No entanto, uma vez integrado a este processo, o indivíduo passa a estar sujeito a um modo de sociabilidade específico, resultante do contexto espacial que os EREFs implicam na cidade e na vida cotidiana subjetiva.

Aqui parte-se da ideia de que as conformações espaciais e as configurações sociais que se desdobram num determinado espaço se entrelaçam, uma influenciando a outra. Sennett (2018) distingue estas duas construções conceituais. *Citè*, para o autor, refere-se ao modo de vida num determinado lugar, as práticas sociais que se desenvolvem nele, os encontros, os modos de uso do espaço, ou ainda um tipo de consciência construída a partir da vida naquele contexto urbano, algo próximo à ideia de cidadania. Já a ideia de *Ville*, estaria ligada à conformação espacial da cidade, incluindo as relações entre os prédios, os vazios, o desenho do espaço público, entendendo que estes elementos também se comunicam.

A *citè*, como colocada por Sennett, foi, na Berlim do início do século XX, fonte de interesse de Georg Simmel (1903). Ele via que as cidades de grande porte que despontavam na Europa daquele período (início das metrópoles no mundo) traziam consigo novas formas de se relacionar com as outras pessoas e consigo mesmo. Para o autor a própria ideia de sociedade seria composta a partir dos processos de interação microssociológicos, através dos quais são construídas associações de significado, pessoas e lugares.

Nesse quadro, um dos conceitos que permitem aprofundar a compreensão do modo como se organiza a sociedade através de uma associação básica é justamente o de sociabilidade, um tipo ideal entendido como o “social puro”, forma lúdica e arquetípica de toda socialização humana, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma, vividas em espécies de jogos, nos quais uma das regras implícitas seria atuar como se todos fossem iguais. (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, pg. 9)

O que fica evidente na conceitualização de Simmel é a condição do indivíduo dentro da grande cidade, agora exposto a uma enorme quantidade de estímulos, à aceleração da vida social, econômica, política e cultural. Desse modo, este indivíduo constantemente bombardeado por informações acabaria por sofrer uma sobrecarga nervosa, ansiedade. Ao mesmo tempo que Haussmann buscava intensificar a vida urbana, Simmel a temia. A cidade seria então uma contradição:

ao mesmo tempo em que abriga a multidão, uma multiplicidade de pessoas convivendo numa mesma área e propensa à infinitas interações microssociológicas, descritas por Simmel como peça fundamental da composição de uma sociedade una; é também onde o indivíduo tenderá a se atomizar devido a grande carga de informações direcionada a ele, que adotará uma postura que Simmel chamou de “blasé”, que é o embotamento frente à distinção das coisas, como se o significado das coisas se saturasse, de modo que tudo e todos passassem a ser vistos com sentido nulo. O que Simmel (1903) apresenta pode ser lido como uma cisão entre o sentido coletivo e o sentido individual da vida na cidade, que se dá com a modernidade.

É interessante contrapor as colocações de Simmel à realidade dos EREFs, considerando que ele não se refere a este tipo de espaço. Como as entrevistas parecem sugerir, a escolha de moradia em um condomínio fechado vai na direção de reduzir a quantidade de interações microssociológicas, enfatizando então as interações com pessoas conhecidas, familiares e amigos. Por certo há interações sociais dentro dos EREFs, mas estão muito menos sujeitas ao acaso, já que aquele ambiente é controlado nas formas de acesso, nos aparatos de segurança em vigilância constante, nas regras internas de uso dos espaços. A lógica de organização e funcionamento dos condomínios, estando a sociabilidade incluída nesse conjunto, parece ser a busca por uma garantia do que esperar daquele lugar. Como já discutido, a questão dos “pacotes” de segurança, lazer e eventos são uma forma de oferecer ao morador definições estáveis de onde ter lazer, como estar seguro e como encontrar outras pessoas.

A condição blasé que o urbanita carrega é relida por Sennett (2018). Para ele, vestir a “máscara” blasé é importante para nutrir uma sociabilidade harmoniosa, principalmente em contextos de populações de alta heterogeneidade compartilhando uma mesma área. Na prática, blasé significa não expor características fundantes do indivíduo, é resguardar sua subjetividade de modo que durante a interação social apenas seja visível uma porção objetiva da identidade, aquilo que é facilmente identificável e aceito pelo outro. Assim durante o contato social o que estaria em primeiro plano não seriam as idiossincrasias de cada um, as diferenças entre cada um, mas sim o motivo do contato, seja ele qual for. Simmel (1903), Goffman (2012) e Sennet (2018) inclusive, apontam a importância da conversação para

a vitalidade urbana. Ambos entendem que é a partir do ato de conversar com estranhos que é exercitada a noções de indivíduo público pertencente a uma localidade; é a troca de palavras entre pessoas que possibilita o zelo por aquela relação, fomentado por uma ação recíproca.

As metrópoles do início do século XX, objetos de análise de Simmel e Goffman, eram vistas com interesse por sociólogos por representarem uma nova forma de perceber o indivíduo em meio a um grupo, a multidão que começa a habitar as cidades. Com isso vem uma condição de potencial anonimato para o indivíduo, e de possibilidades disponíveis para ele nos campos sociais, cultural e laboral: a ideia de que o espírito da cidade liberta. A essa liberdade está associado o conjunto de estímulos descritos por Simmel (1903) como estafadores, e também um conjunto de novos medos. A vida nos grandes centros urbanos não inventa esse afeto, mas inaugura uma série de medos antes raros, como o medo de ser assaltado, de perder o emprego, de se atrasar, e uma série de medos colocados pela ordem econômica da máquina moderna. Como também já foi apontado nesse trabalho, os medos também possuem uma compartimentação subjetiva e uma configuração coletiva – esta chamada por Bauman (2008) de “medo de segundo grau”, por ser culturalmente reciclado –, apontado por Delumeau (1989) como uma das dificuldades de se estudar o tema.

Febvre vinculava essa ubiquidade do medo à escuridão, que começada exatamente do outro lado da porta da cabana e envolvia o mundo situado além da cerca da fazenda. [...] A modernidade seria o grande salto à frente: para longe desse medo, na direção de um mundo livre do destino cego e impenetrável – a estufa dos temores. [...] Em outras palavras, um tempo livre de toda matéria de que são feitos os medos. O que deveria ser uma rota de fuga, contudo, revelou-se, em vez disso, um longo desvio. Cinco séculos depois, para nós que estamos na outra extremidade do imenso cemitério de esperanças frustradas, o veredicto de Febvre parece – mais uma vez – notavelmente adequado e atual. Vivemos de novo numa era de temores. (BAUMAN, 2008, pg. 9)

A inauguração de novos medos que as cidades proporcionam leva a novas estratégias de coibição dos mesmos. Como Freud (2011 [1930]) já apontava em 1930, uma das estratégias para remediação do sofrimento é o auto afastamento, a reclusão. Um dos principais motivos apontados por moradores de EREFs para essa escolha de moradia é a ideia de liberdade, possível entre muros pela segurança prometida. Como pôde ser visto nas entrevistas conduzidas, essa liberdade se traduz, na prática, em espaços em que os filhos possam brincar sem supervisão constante, baixo ou nenhum fluxo de carros, uso noturno dos espaços coletivos, etc. Ferreira (2012), ao analisar os espaços coletivos de EREFs, identificou que a maior quantidade de atividades sociais (aquelas que precisam da presença de outros para acontecerem) acontecia entre crianças e adolescentes, utilizando as ruas para brincar, ou então entre adultos em casos onde havia uma área de comércio e serviços dentro do condomínio.

Se por um lado a liberdade na cidade aberta é considerada cerceada pela violência ou pela falta de espaços adequados para uso de variadas idades (idosos, crianças) – daí a escolha pela moradia em EREFs – por outro lado a liberdade dentro dos condomínios fechados deve ser considerada com uma nota de rodapé: apesar de livres para praticarem atividades noturnas e possuir espaços para crianças, essa liberdade está atrelada a uma constante vigilância, feita por guardas (armados ou não) e sistemas de monitoramento (por imagens, por controle de acesso), e ainda faz-se necessário lembrar que o crime não é completamente ausente nos EREFs, como mostra Guerra (2013), Melgaço (2013), Lira (2017), Spósito e Góes (2013), entre outros.

[...] se a violência da cidade como um dado estatístico é supostamente posta para fora dos muros dos condomínios, novas formas de violência e representações da mesma tencionam a sociabilidade gestada no interior desses complexos habitacionais. (FERREIRA, 2007, pg. 43)

Em uma das entrevistas feitas para este trabalho, quando perguntada sobre as maiores diferenças entre a vivência dentro e fora de um condomínio, a entrevistada comenta:

Acho que é o ritmo. Quando você entra no condomínio ele não tem o ritmo da cidade. Não tem trânsito, pode estacionar, não tem aquela coisa acelerada, desce correndo no mercado, vai, vira... (D, 36 anos, Vale da Santa Fé, Vinhedo)

“D” fala daquilo que Simmel (1903) apresentava no início do século XX, a aceleração e incremento de estímulos que a vida urbana trás. A vida entre muros (como apontado por D e outros entrevistados) possui uma outra lógica, buscam os EREFs quem procura tranquilidade, sendo este um dos substantivos mais frequentes em propagandas para condomínios. Outro conceito bastante comum no marketing para EREFs é a estética de cidades pequenas; estética não somente na questão visual, mas no “sentimento” de lugar, de pertencimento e proximidade. Tomando as ideias de sociabilidade de Simmel e Sennett, vê-se que os EREFs acabam por diminuir a saturação dos estímulos urbanos, restando uma homogeneidade espacial (formada principalmente por residências e equipamentos de lazer pré-estabelecidos) e experiencial (o conjunto de possibilidades de encontros, práticas e oportunidades) dentro do condomínio. Assim como é comum que a propaganda de EREFs revelem um desejo nostálgico (“More como antigamente”, “Espaços para viver e brincar como antigamente”), está presente também nesse desejo esta necessidade de retorno a um estado de baixos estímulos externos; não por acaso, inclusive, os EREFs flertam com uma estética de vida rural, pautada pela proximidade com a natureza, verde, afastamento da cidade, presença de animais, etc. Em contrapartida à ideia de redução de estímulos e homogeneização de experiências, ao estudar EREFs em Viçosa-MG, Portugal (2009) aponta um cenário de relações sociais intramuros heterogêneas, conformando uma certa hierarquia dentro do condomínio e até a identificação de moradores possuindo a sensação de outsiders em relação àquele local. A pesquisadora atenta para a constatação de que a sociabilidade dentro dos EREFs acontece com dificuldades, à muito custo. Segundo ela, como um dos motivos para os moradores escolherem a vida em condomínio é o afastamento do ritmo de vida do centro da cidade, do tumulto e da multidão, então a sociabilidade feita entre muros é retraída para apenas o essencial.

Para Koury (2002) esta atitude de resguardar-se durante as interações sociais está ligada a um tipo de medo frente ao desconhecido. Este seria um medo permanente que atua frente a uma pessoa desconhecida de modo a garantir um afastamento dela, como coloca Sennett (2018). Sob essa perspectiva, há uma vigilância constante dos próprios atos no sentido de preservar-se, e distanciar-se da possibilidade de sofrer com uma “traição” nas corriqueiras relações sociais com desconhecidos; processo chamado pelo autor de estranhamento. Nas relações onde não há estranhamento, há uma anestesia do contato social, não há dinâmica. Seria tentador argumentar que da homogeneidade de valores que compõem os EREFs, resultariam moradores que carregam esse mesmo conjunto de valores e, portanto, homogeneizando os indivíduos, o que corroboraria com a hipótese de anestesia social dentro dos EREFs. No entanto, como apontou Portugal (2009), há heterogeneias na composição individual e na posição desses indivíduos nos grupos de moradores de EREFs. O que os estudos de Portugal parecem sugerir é que a escassez de sociabilidade entremuros não se deve por uma linearidade de valores e identidades presentes nos moradores, mas sim pela auto reclusão em grupos menores, como a família. Ou seja, a sociabilidade dentro dos condomínios estaria mais sujeita a interferências da auto segregação (dentro das próprias casas e famílias) do que da homogeneidade social.

Os muros que delimitam o condomínio e cercam um grupo de população, não conseguem, na maioria das vezes, criar laços de relacionamento. Neste caso, o condomínio, não constitui um espaço privilegiado de sociabilidade, as pessoas não conhecem os seus vizinhos, não participam das festas de integração. As quadras de esporte, a piscina e todos os espaços comuns ficam vazios, a maioria dos moradores possuindo os seus equipamentos próprios (piscina, churrasqueira...). Evidentemente, a rede de sociabilidade é construída fora do condomínio, com os amigos e principalmente com os membros da família. (LE GUIRRIEC, 2008, pg. 171)

Os apontamentos feitos por Le Guirriec (2008) devem ser levados com cautela. Por um lado o autor desenha uma imagem dos EREFs com seus espaços coletivos completamente vazios, o que não pode ser considerado verdade absoluta. Como as entrevistas dessa pesquisa de mestrado mostraram, além dos trabalhos de Portugal (2009), Ferreira (2007) e Ferreira (2012), as áreas de lazer e áreas coletivas em geral dentro dos condomínios costumam ser utilizadas em grande medida por crianças e adolescentes; e também, todos os entrevistados apontaram que percebiam que as áreas coletivas eram bastante utilizadas por outros moradores, mesmo que eles próprios não utilizassem. Por outro lado, Le Guirriec acerta ao dizer que a sociabilidade dos moradores se constrói fora dos EREFs, já que o trânsito de dentro para fora é muito mais facilitado do que o inverso; e também pelo fato dos moradores carregarem relações anteriores à mudança para o condomínio. De fato, a construção de novas relações entremuros se faz dificultada devido à própria lógica que governa estes espaços: são construídos como espaços para afastar-se da cidade, recolher-se dela; uma vez lá dentro, prevalece a condição de autoproteção. Le Guirriec (2008) ainda propõe uma categorização das formas de sociabilidade desenvolvidas dentro dos EREFs, são elas de natureza conflituosa, comunitária ou anônima. Ao utilizar categorias amplas como estas, elas se tornam aplicáveis a contextos urbanos que não necessariamente os EREFs, elas poderiam, por exemplo, serem utilizadas para avaliar a sociabilidade em um bairro ou rua na cidade aberta. Ainda assim, ao aplicar estas categorias ao contexto de sociabilidades de condomínios fechados tem-se como resultado um panorama de observação válido. As relações de conflito podem ser observadas nos entraves acerca do desrespeito a regras de convivência e comportamento entre os vizinhos, como som alto após determinado horário, carros estacionados em frente a casas vizinhas, e vandalismo cometido (geralmente) por adolescentes. As relações comunitárias são encorajadas principalmente via eventos e festas organizadas por e para os moradores, como festas juninas e de halloween (citadas por quase todos os entrevistados). As relações de anonimato, que prevalecem sobre as outras, constituem os encontros cotidianos sem profundidade, que resguardam o indivíduo de conflitos e afetos. Dunker (2015, 2009), ao descrever a “lógica do condomínio”, aponta para a condição de gestão dos sofrimentos e afetos, praticada pela figura do síndico.

O síndico é uma figura pois pode representar um grupo gestor, uma assembleia, etc de modo que seja um corpo terceiro que se ocupa de gerir problemas. A questão da integração social, por exemplo, deve ser resolvida pela intervenção do síndico, promovendo eventos e festas por exemplo, pois não a sociabilidade não será organicamente criada. Da mesma forma, os conflitos entremuros entre vizinhos, na presença do síndico, têm um mediador, alguém (seja uma pessoa ou comissão) a quem se possa exportar o problema.

A partir do entendimento das condições de sociabilidade que os EREFs implicam ao sujeito, faz-se necessário compreender como se dá a “eleição” do condomínio fechado como ideal de moradia e bem estar na cidade, e as contradições que ela guarda.

2 CONSENSO E CONTRADIÇÃO

Partindo de um cenário de implantação massiva de condomínios residenciais fechados no Brasil desde a década de 1970 (como apontado por Caldeira (2000), Spósito e Góes (2013) entre outros), é importante atentar-se à associações ao ideário do medo urbano e da insegurança coletivos, que têm os espaços residenciais fechados “eleitos” como soluções. Lira (2017), Graham (2016), Cruz (2010), como já apontados, direcionam reflexões para compreender a cidade enquanto espaços violentos, em contraste a espaços de segurança, refúgios.

Entende-se que as conformações espaciais e sociais que se formam nesse contexto implicam em uma transformação do tecido social e do entendimento do indivíduo em si. Nesse sentido, autores como Dunker (2015), Bauman (2003, 2005), Han (2017), entre outros, procuram explicar como a sociedade e o indivíduo podem ser afetados pelos arranjos contemporâneos pautados pela violência e medo urbanos. Dunker e Bauman, inclusive, utilizam o condomínio fechado ora como uma ideia, uma categoria de explicação geral da sociedade atual, ora como elemento urbanístico produto dessa mesma lógica. O condomínio fechado, então, se comporta como um elemento chave, simbólico e factual, que permeia atuais dinâmicas urbanísticas, sociais, psicológicas, econômicas e políticas.

É preciso compreender, portanto, as estratégias que culminam na “eleição” dessas formas de moradia como símbolos de segurança e status. Trata-se da construção dos significados dos condomínios fechados. No entanto, é possível verificar narrativas diversas quanto a eficácia dos condomínios. Desse modo, é apresentada uma análise da construção de consensos e contradições sobre a vida entre muros, nos condomínios fechados, como apresentados pela propaganda e pelo cinema. Ou seja, aqui, o foco está colocado sobre estratégias de convencimento colocadas a favor dos condomínios, no caso da propaganda, e contraditórias a eles, no caso do cinema. Este embate acontece no campo dos discursos. A partir do crescimento da violência urbana (e também em casos onde não há crescimento evidente) são forjadas soluções para ela. Sistemas de câmeras e vigilância, grupos privados de guardas, carros blindados, condomínios residenciais fechados e toda sua indumentária: cerca elétrica, blindagem, guaritas, rondas, cercas cortantes, etc. Estas estratégias e instrumentos ganham visibilidade e potencial aderência da população a partir da construção de narrativas que às associam à segurança, cria-se um consenso; prática levada a cabo pelo marketing relacionado aos condomínios. O cinema, por outro lado, utiliza da sua linguagem para trazer rupturas nesse consenso, representando entraves à vivência supostamente pacífica dos condomínios. É importante ressaltar que o cinema, geralmente, não se posiciona como contrário a esta forma de vivência, mas propõe contradições possíveis, que vão de encontro a uma ideia cristalizada socialmente de que dentro dos condomínios se está livre de qualquer distúrbio.

Seguindo esse direcionamento, são analisados trechos de divulgação e marketing de alguns condomínios horizontais fechados da Região Metropolitana de Campinas. Também serão analisados os filmes de ficção: “La Zona” (2007), “História del Miedo” (2014), “Alphaville” (1965), “Safe” (2018) e “Complex of Fear” (1993). A partir de histórias internas a loteamentos residenciais fechados, ou de metáforas a eles, os filmes lidam com questões do crime, violência, medo e segurança. Apesar de serem longas metragens estrangeiras, é possível utilizá-las para refletir sobre a condição brasileira devido a similaridades que o desenvolvimento urbano produziu no mundo ocidental, e também por semelhanças estéticas e éticas entre os loteamentos e condomínio fechados brasileiros e realidades

internacionais¹. Como matriz comparativa, entre as linguagens da propaganda e do cinema, são utilizadas algumas categorias, já presentes na grande maioria dos discursos relacionados à segurança urbana e a condomínios fechados. São elas: relação com a natureza, artifícios de segurança, disposição de serviços, lazer e estilo de vida diferenciado. Estes conceitos guiarão as leituras das peças de propaganda e dos filmes. Assim, pretende-se evidenciar onde se localizam e como são articuladas as divergências entre estas duas formas de representar a vida entre muros.

Assim, às questões relacionadas ao medo urbano e às respostas oferecidas pela securitização do espaço das cidades, está relacionado o papel do discurso usado para justificar as estratégias de segurança e explicar a violência. Esta dinâmica de significação desses fenômenos urbanos acaba por construir consensos, que a propaganda emprega como a ideia do condomínio fechado como espaço ideal; e contradições desse discurso, no caso do cinema, que traz problematizações da vida entremuros.

2.1 CRIANDO NARRATIVAS PARA O ESPAÇO RESIDENCIAL FECHADO

Caldeira (2000), em seu estudo sobre a cidade de São Paulo, destaca uma parte do seu trabalho para analisar anúncios de apartamentos e condomínios fechados. Para a autora, a mídia carrega um importante papel na construção de um imaginário do local ideal de moradia. Para isso, a mídia deve veicular narrativas de valores e estilos de vida compatíveis com seu público alvo. Assim, é possível analisar peças de propaganda para extrair delas valores considerados importantes para os consumidores de determinado produto. Os condomínios horizontais fechados, identificados aqui como produtos imobiliários, aparecem como uma solução de um pacote de problemas que a vida na cidade contemporânea

1 É importante ressaltar que alguns significados dos condomínios fechados não traduzem o mesmo objeto urbanístico em outros países. O filme “Complex of Fear”, por exemplo retrata um condominium estadunidense; enquanto a série “Safe” retrata uma gated community na Inglaterra. Ambas as situações não correspondem à realidade dos condomínios horizontais fechados brasileiros, por suas configurações espaciais. No entanto, há aspectos que permitem a comparação, como a acentuação da segurança, do controle e a delimitação espacial da segurança.

carrega. Os atores que contribuem para a formação de um consenso sobre a viabilidade do condomínio fechado como resposta à violência são vários. Anúncios promovidos pelas próprias empresas imobiliárias e incorporadores, em jornais, revistas e internet são os mais óbvios locais onde encontrar essa narrativa. Reforçando-os, o jornalismo com foco na violência e programas sensacionalistas, alimentam a ideia de que vivemos em meio à barbárie, contribuindo para um tipo de urgência nas atitudes de proteção e reclusão. Por fim, a própria convivência entre iguais faz reverberar uma ideia comum.

Para Fernandes (2014), analisando a região metropolitana de Vitória, o marketing desempenha um papel importante na narrativa do condomínio fechado pois ele dialoga diretamente com os processos econômicos que o produto movimenta: o condomínio fechado é apresentado como um produto exclusivo, assim incrementando seu valor, traduzindo-o em maiores rendimentos. Outro fator apresentado pelo autor, é a produção cultural de novas necessidades. Uma peça publicitária tem o poder de indicar ações, objetos e valores que devem ser considerados como importantes para determinado grupo social. No entanto, vale lembrar que o cinema também tem esse poder, induzindo tendências culturais.

No processo do interacionismo simbólico, como descrito por Blummer (1969), os condomínios fechados funcionam como símbolos, cujo significado muda de forma à medida em que é jogado de indivíduo a indivíduo, de grupo a grupo, cada um interpretando-o segundo sua própria construção simbólica. Não é por acaso que, apesar de condomínios fechados serem um produto imobiliário de grande sucesso no Brasil, ou seja, é um símbolo com valores positivos para os produtores e consumidores desse produto; ele é visto por setores da crítica urbanística, da geografia, da política urbana e da teoria social a partir outra ótica, atrelada a valores negativos. Ou seja, o mesmo símbolo troca de significado. Essa ideia pode também ajudar a compreender a seguinte colocação que Caldeira (2000) faz ao analisar um anúncio de um condomínio em 1975:

Pelo menos dez anos antes do crime violento aumentar e se tornar uma das principais preocupações dos moradores de São Paulo, a insegurança da cidade já estava sendo construída nas imagens das imobiliárias para justificar um

novo tipo de empreendimento urbano e de investimento.
(CALDEIRA, 2000, pg. 266)

Caldeira fala de um fator também analisado por Spósito e Góes (2013). As autoras perceberam que nem sempre há uma equivalência entre os índices de criminalidade e a adesão por condomínios fechados, de modo que mesmo em momentos em que os índices de criminalidade estão em declínio ou em baixa, a opção por moradia em condomínios horizontais fechados parece permanecer alta (a sensação de insegurança permanece presente, mesmo quando não há estímulos reais ao medo). Lembrando do interacionismo simbólico, a simbologia que o condomínio fechado representa, enquanto refúgio, permanece inabalada até hoje. A teoria de Blummer também pode ser aplicada à sensação de insegurança, que reverbera socialmente mesmo na ausência da violência de fato. Há, nesse caso, a informação de que a cidade abriga a violência permanentemente. Este objeto, a violência, é interpretada pelo indivíduo então como um afeto constante, um lençol sobre a cidade. Sua ação decorrente disso é buscar refúgio, em um condomínio fechado.

Assim, o caráter difuso da violência, como nos disse literalmente outra entrevistada, Rosa Maria, “está em toda parte”, em grande medida graças às câmeras de TV, satélites, internet, que também estão em toda parte e que possibilitam o contato com certas imagens em tempo real, fazendo circular o medo através da repetição e do sensacionalismo, com consequências como inversões, a partir das quais, frequentemente, o particular assume papel de regra; incorporação, por parte dos moradores das pequenas e médias cidades, da sensação de insegurança dos moradores das metrópoles, em função do foco nelas direcionado pela mídia, cujas imagens são diariamente consumidas pelos telespectadores. (SPÓSITO E GÓES, 2013, pg. 173)

Spósito e Góes (2013) trabalharam sobre condomínios fechados no interior paulista, e segundo as autoras, é comum os moradores desses espaços relatarem nunca terem passado eles próprios por eventos de violência como assaltos, se-

questros ou roubos, ao mesmo tempo em que elencam a violência como um dos principais motivos para escolherem morar em um condomínio fechado. Mesmo assim, optam por este espaço como moradia. Isso significa que o sucesso dos condomínios fechados enquanto produtos imobiliários não pode ser visto apenas como resultado de índices de criminalidade em alta, insegurança urbana e medo, mas também de uma ideia coletiva, um consenso construído de que este modo de morar, com seus valores colocados em evidência, é o modo ideal de viver na cidade, ou ainda, é aquele capaz de garantir uma vida tranquila na cidade. Há, portanto, um grande peso para o fator “narrativa” sobre o objeto do condomínios fechado.

2.1.1 MARKETING: CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

A percepção de insegurança urbana e a suscetibilidade à criminalidade podem, sem dúvida, configurar uma moldura dentro da qual são encaixadas diversos produtos, mecanismos e aparatos que promovem a ideia de segurança. Nos casos em que a insegurança é justificada, como em cidades e bairros com altos índices de criminalidade (ou em ascensão), estes aparatos são vistos como indispensáveis, atributos mínimos de uma casa. Ou seja, são incorporados ao entendimento coletivo do quê compõe uma moradia. No entanto, bairros ou cidades comumente associados à violência e criminalidade ganham tais adjetivos através da lógica da sinédoque: um bairro todo é pintado como violento a partir de apenas algumas ocorrências; uma cidade toda é considerada como refém do crime apesar deste não ter influência nela toda (CARRIÓN, VEGA, 2006). Com isso, as estratégias de securitização “transbordam” dos espaços em que são justificáveis para os espaços em que não são. Partindo de uma lógica de “antecipação do crime”, este imaginário conduz as ações individuais à preferência a adoção de mecanismos de securitização antes mesmo que algo aconteça, ou até mesmo sem ser possível comprovar a eficácia de cada instrumentos. Esta preferência também pode ser interpretada a partir do Interacionismo Simbólico de Blumer (1969), como uma prática individual que reverbera do imaginário coletivo do qual faz parte.

Dessa perspectiva é possível considerar que o fator “estética” é importante na

disputa por espaços de segurança na cidade. Por exemplo, ao comprar um produto como uma cerca eletrificada, esta será instalada ao redor de uma residência. Mesmo que não se saiba a real eficácia desse produto, e mesmo ainda que nenhuma tentativa de assalto tenha acontecido para justificar essa compra (como é caso em muitas residências, demonstrado pela pesquisa de Spósito e Góes, 2013), a constatação de que “há uma cerca elétrica instalada e é possível vê-la” é suficiente para garantir a sensação de segurança. É um sentimento construído pela estética. No entanto, deve-se considerar que a percepção estética tem impactos na forma de uso dos espaços. Em seu trabalho sobre segurança urbana acerca de ameaças terroristas, Coaffee, O’Hare e Hawkesworth (2009) indicam que a estética das intervenções feitas nos edifícios (e no espaço público) em prol de uma suposta segurança impactam tanto na percepção da população sobre a sensação de segurança (por vezes reforçando-a e por vezes enfraquecendo-a), quanto na alteração nas formas de uso de tais espaços.

Entendendo a estética como um fator chave para compreender a disseminação de aparatos de segurança na cidade, residências fortificadas e condomínios horizontais fechados, é preciso considerar que produtos e serviços dessa natureza constituem um mercado. Entende-se “mercado” como um produto ou serviço associado a uma rede produtos e serviços análogos e que comunicam-se com um propósito comum, nesse caso, a segurança urbana. Sendo assim, a este conjunto de produtos e serviços estão associadas propagandas, campanhas de marketing, públicos-alvo, objetivos mercadológicos, e todo o arsenal de que a publicidade se vale para o sucesso da implantação de um produto no mercado.

O objetivo das propagandas é seduzir. Os anúncios usam um repertório de imagens e valores que fala à sensibilidade e fantasia das pessoas a fim de atingir seus desejos. [...] Para conseguir esse efeito, os anúncios e as pessoas a quem eles apelam têm que compartilhar um repertório comum. Se os anúncios falham em articular imagens que as pessoas possam entender e reconhecer como suas, eles falham em seduzir. (CALDEIRA, 2000, pg. 264)

A vida entremuros dos condomínios, então, deve ser criada e representada como aquela em que não haja conflitos, superfícies ásperas, rugosidades; deve ser vista como uma vida segura, livre de problemas, lisa. Esta construção narrativa deve então reverberar naquele indivíduo que busca se sentir seguro. Independente se a vida em um condomínio fechado é realmente livre de conflitos, esta é a imagem edificada e transmitida. A partir do momento em que o indivíduo se sente representado por essa imagem, como algo que contém valores caros a ele, inicia-se um processo de construção de identidade em diálogo com os atributos propagandeados pelo modo de vida entremuros. Logo, a identidade do indivíduo passa a possuir laços com a estética de um produto imobiliário (e portanto, que possui intenção final de lucro) montado sobre uma narrativa de insegurança urbana, que pode ser justificável ou não. Há uma construção narrativa do indivíduo, do produto imobiliário e da vida resultante da união desses dois. Assim é conduzido um consenso coletivo de que a melhor forma de proteger-se na cidade é passando a morar em um espaço residencial fechado securitizado. Tal consenso, importante para garantir o sucesso mercadológico desse produto, e de tantos outros que fazem parte do “pacote” (carros blindados, guardas particulares, sistemas de câmeras, etc), é resultado tanto de campanhas de marketing, quanto de noticiários sensacionalistas, divulgação de índices de violência, cultura do entretenimento.

A necessidade da comunidade estética gerada pela ocupação com a identidade é o campo preferencial que alimenta a indústria do entretenimento: a amplitude da necessidade explica em boa medida o sucesso impressionante e contínuo dessa indústria. (BAUMAN, 2003, pg. 63)

No entendimento de “comunidade” de Bauman (2003), o condomínio fechado pode ser entendido como resultado de uma busca legítima por uma comunidade, um espaço de segurança. Mas, como o autor mesmo coloca, a construção de uma comunidade artificial, programada, faz dela uma falsa comunidade, uma que se sustenta mais pela estética do que pela ética. Nesse sentido, a construção de um consenso de quem seria o morador dos condomínios fechados, e do que seria viver nesses refúgios urbanos, é veiculada massivamente por suas propagandas.

É interessante perceber também que apesar dos condomínios residenciais fechados serem um resultado de uma busca por uma comunidade (segurança, segundo Bauman [2003]), nenhum dos anúncios cita a convivência com outras pessoas ou a criação de laços pessoais em comunidade. Ao contrário, os atributos são sempre direcionados ao indivíduo solitário.

No estudo de Caldeira (2000), *Cidades de Muros*, onde a autora dedica um trecho para a investigação dos anúncios de condomínios fechados, ela o faz através de propagandas de jornal; o que é condizente com o período em que a pesquisa foi feita, de 1975 a 1996. No caso dessa pesquisa de mestrado, a busca por peças de marketing dos condomínios se deu em redes sociais, websites de vendas de imóveis, websites de construtoras e gerenciadoras de condomínios e websites do próprio condomínio. Com a atual facilidade de criação de conteúdo digital, o marketing via internet tem grande alcance de público e liberdade quase irrestrita. A busca em redes sociais e sites de vendas de imóveis podem oferecer uma perspectiva da percepção da população sobre os condomínios fechados, expressos nos anúncios e comentários.

Condomínio Reserva Colonial²

A Segurança é tema prioritário no Reserva Colonial, não abrimos mão e nem fazemos concessões quando o tema é segurança. Nosso perímetro e mais as áreas internas são monitorados por seguranças armados, com cães e por câmeras, 24 horas do dia. Viva com liberdade e segurança, em uma das regiões mais privilegiadas de Valinhos e um dos lugares mais tranquilos da região. O condomínio Reserva Colonial busca de maneira harmoniosa manter suas áreas verdes da forma mais preservada possível, visando o bem estar de seus condôminos e a manutenção dos recursos naturais incidentes em sua propriedade.

São perceptíveis cinco temas presentes na maioria das peças de publicidade de condomínios fechados: contato com a natureza, garantia de segurança, serviços

2 Retirado do website do próprio condomínio <<http://www.reservacolonial.com.br>>

à disposição, lazer à disposição e estilo de vida privilegiado. A questão da segurança tem bastante ênfase na larga maioria dos anúncios, e não é raro que ela esteja associada à possibilidade de lazer das crianças e à nostalgia, sob frases como “onde é possível brincar na rua como antigamente”. A relação com a natureza e os equipamentos de lazer são colocados como atributos de qualidade de vida, como um serviço do qual os moradores podem se servir, mesmo que não o façam. Como conjunto, esses fatores desenham a imagem do morar no condomínio fechado, possuem a forma de “privilégio”: o local onde se mora e os atributos ali presentes constituem a persona de quem ali mora, alguém que diferencia-se do restante da população.

Como Dacanal e Guimarães (2005) colocam, a imagem construída por essa narrativa é feita em oposição à cidade, colocada como caótica e perigosa. Desse modo, a mensagem dos condomínios se aproxima de utopias urbanas. Livres de atritos, livres da população indesejável, livres de qualquer negatividade que a vida na cidade poderia trazer. Este seria um sintoma da sociedade da transparência que Han (2017) coloca. Para este filósofo, uma das características sobre a qual a sociedade da transparência é construída, é a ideia de positividade das coisas, ou seja, tudo tende a ter seu lado negativo suprimido. Dessa forma, a vida na cidade, com seus imprevistos e assimetrias sociais, seria vista como uma vivência imperfeita passível de ser “consertada”, quando aplicada determinada quantidade de capital. Os condomínios, e o marketing que os impulsionam, apelam justamente para esta possibilidade, uma espécie de domínio sobre as negatividades do espaço urbano.

Condomínio Village Visconde de Itamaracá³

Village Visconde De Itamaracá oferece o fundamental para a qualidade de vida. Uma casa confortável, o som dos passarinhos, o cheiro de grama, a sombra da árvore, a oportunidade de circular pelas ruas com segurança e tranquilidade, curtir o aconchego do lar sem se preocupar com o perigo à espreita, localização privilegiada, crianças

usufruindo do melhor que pode ser oferecido na infância, espaço para brincar. A escolha de onde morar vai além da garantia de um teto, mas agrega a busca pelo fundamental: a qualidade de vida. Cenários deslumbrantes, natureza viva e abundante com vegetação e pássaros, infraestrutura cuidadosamente planejada, sistemas de segurança, acesso facilitado; Projetados para oferecer tudo aquilo que as pessoas almejam quando vão escolher o local para, não apenas morar, mas viver, crescer, construir e estabelecer a base para o dia a dia. Todo o projeto foi desenvolvido para e estar em constante aprimoramento. Assim, é possível o aumento da segurança dentro do Village. São duas portarias independentes, sendo uma de acesso social e outra de serviço, para o controle na entrada e agilidade no cadastro de visitantes. Além disso, você encontra monitoramento por câmeras, células de segurança, sistemas de controle de acesso, Sensores de presença, entre outras tecnologias.

São constantemente reiterados os fatores que agregam qualidade de vida ao condomínio: espaços para brincar, contato com a natureza, segurança. Ou seja, a imagem que está sendo desenhada pelo anúncio se vale de noções estéticas do morar e transfere esses atributos à personalidade do morador: “se eu morar em um local como esse, terei uma vida melhor, logo, serei melhor”. Tais imagens e ideias são incorporadas pelo consumidor muito antes deles adquirirem um imóvel em condomínio horizontal fechado, ou antes de morarem em um, de modo que o que se objetiva com os anúncios, considerando o conjunto global deles, é a criação do mito da cidade ideal. Ainda, para edificá-lo são eleitos símbolos visíveis (estéticos) de comprovação da qualidade de vida prometida. São símbolos estéticos pois sua eficácia prática torna-se dispensável à primeira vista, quando sua mera presença já cumpre o papel. Como Blummer (1969) aponta, é a partir da eleição de símbolos e da sua circulação no imaginário social e na linguagem, que eles são interpretados e ganham significados atrelados a si. Ora, quando há um setor econômico (imobiliário residencial) que ativamente

agrega significados positivos a objetos e serviços (símbolos eleitos) como muros altos, segurança privada, guardas armados, exclusividade e separação, e ainda conta com a ajuda de uma mídia jornalística sensacionalista de alta circulação na sociedade, é claro que a ideia de condomínios e loteamentos residenciais horizontais fechados vai se fixar como a alternativa mais viável, se não a única, para vencer a barbárie da cidade.

Há, no entanto, um potencial descompasso entre a realidade e a imagem da realidade. Enquanto o marketing atua na sedução, uma vez que conquiste o consumidor, sua ação passa a ser reproduzida pelo indivíduo, até que este encontre, na realidade da vida entremuros, impasses e atritos, ao contrário do que lhe foi prometido.

2.1.2 CINEMA: REFÚGIOS INSEGUROS

Polícia investiga onda de furtos em condomínios fechados de Goiânia⁴

Em um residencial, 4 casas foram invadidas no fim de semana de feriado. Suspeita é de que criminosos sejam empregados ou prestadores de serviço.

Furtos preocupam moradores de condomínios fechados em Rio Preto⁵

Alto número em condomínios de luxo chamou atenção da polícia. Segundo especialista, profissionais treinados são essenciais.

Em “O mal-estar na civilização”, Freud (2011 [1930]) apresenta algumas estratégias de mitigação do sofrimento em sociedade. A maioria delas se configura em

4 Manchete no Portal G1 de notícias, 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/11/policia-investiga-onda-de-furtos-em-condominios-fechados-de-goiania.html>>

5 Manchete no Portal G1 de notícias, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2013/02/furtos-preocupam-moradores-de-condominios-fechados-em-rio-preto.html>>

concordância à lógica do condomínio fechado, ou seja, regidas pela estética, pelo afastamento de si em relação à sociedade e pela exclusividade. O condomínio residencial horizontal fechado pode ser lido tanto como uma manifestação espacial da busca por segurança, como uma metáfora do indivíduo em meio à sociedade (DUNKER, 2015).

Três anos depois da aparição da lei brasileira sobre condomínios e cinco anos antes de nossa experiência modelo nos arredores de São Paulo, Lacan postulava que a expansão dos mercados comuns nos levaria à acentuação da segregação como princípio social. (DUNKER, 2015, pg. 71)

Para explicar o condomínio residencial fechado como parábola da sociedade brasileira contemporânea, Dunker (2015) utiliza como ferramenta o cenário cinematográfico brasileiro do início dos anos 2000. Segundo ele, filmes como *Lavoura Arcaica* (2001), *À Deriva* (2009), *Edifício Master* (2002), entre outros, indicariam conceitos e construções estéticas que se tornariam primordiais para a discussão social-urbana nos anos seguintes, como temáticas da justiça, vingança, impasses sem orientação pragmática, etc.

É possível entender que as narrativas que o cinema apresenta têm dupla relação com a realidade social que retrata. Primeiro, em termos de produção, quando diretor e roteirista atuam como receptores de questões presentes na sociedade; assim o filme refletirá sobre estas condições, tecendo cenários e críticas sobre a realidade, interpretando-a. Segundo, em termos de representação, quando a narrativa vista na tela é reconhecida pelo sujeito (aquele que vê e ouve o filme) como parte da sua realidade subjetiva; desse modo, o filme funciona como um objeto de diálogo entre a experiência real subjetiva e a experiência representada narrativa.

O mais importante é entender a arte, como uma relação entre o problema da sociedade e a expressão plástica. A arte não é apenas a glorificação do belo, do significativo, mas a relação implícita que existe entre o fato social e a sua expressão. (MOSQUERA, 1976, pg. 63)

A cidade é alvo das lentes do cinema desde o início do século XX, de modo que é possível perceber a história da metrópole ocidental fundir-se à história do cinema. O cinema de suspense, o thriller investigativo, gênero bastante popular, é quase que totalmente localizado em ambientes urbanos, grandes centros, visto em filmes como “Seven” (1995), “Os Infiltrados” (2006), “Dia de Treinamento” (2002), entre outros. Não raramente, o tema criminal se interpola a uma concepção distópica da cidade do futuro, como nos filmes “O quinto elemento” (1997), “Blade Runner” (1982), “Dark City” (1998), e outros. Assim, é comum que o crime e a violência façam parte do universo cinematográfico que buscar representar a cidade. Há no entanto, uma porção menor de filmes que partindo da narrativa do crime, focam nos espaços de segurança da cidade e, frequentemente, subvertem a ideia de “refúgio blindado” que tais espaços apresentam.

Para compreender como a imagem dos condomínios fechados é constituída coletivamente, em contraposição aos anúncios de marketing, serão apresentadas análises de filmes – utilizados como ferramentas dialógicas entre a realidade e a crítica – que trazem conflitos presentes na vida entremuros. São eles “La Zona” (2007), de Rodrigo Plá, “Historia del Miedo” (2014), de Benjamin Naishtat, “Alphaville” (1965), de Jean-Luc Godard, “Safe” (2018), de Harlan Coben e “Complex of Fear” (1993), de Brian Grant. Enquanto o esforço da propaganda é criar um consenso de que os condomínios são uma alternativa confiável de moradia segura, estes filmes (escolhidos entre um conjunto de filmes que tratam do mesmo tema) colocam contradições à noção generalizada de primazia da moradia exclusiva, segregada, vigiada e protegida.

“La Zona”: o elemento intruso e a autorregulação interna

Um condomínio de alto padrão e alto grau de segurança (leia-se, vigilância) é a personagem principal do longa. A trama começa quando uma parte de seu muro cai, por conta de uma forte chuva, e um grupo de pessoas do bairro pobre vizinho entra no condomínio, comete um assalto, durante o qual uma das moradoras é assassinada. Durante a fuga, o grupo é emboscado e três integrantes morrem enquanto um sobrevive e se esconde em uma das casas do condomínio. Durante a confusão, um dos moradores mata um dos guardas internos por engano,

imaginando que se tratasse de um dos assaltantes.

Aqui é possível identificar um elemento apontado por Dunker (2015) como um artifício de justificação de sofrimentos: o elemento estrangeiro. Sobre o estrangeiro, no caso do filme representado pelos moradores pobres, é colocada toda a culpa dos problemas presentes e dos que virão. Essa justificativa está presente nas políticas de controle de acesso em condomínios fechados, que impedem a livre passagem pelos seus portões, e proíbem a entrada de motoboys, entregadores, ou então adotam um tratamento escrutinador para que essas pessoas possam atravessar as catracas. Ou seja, para garantir a tranquilidade e a segurança dos “de dentro”, exclui-se os “de fora”, já que está neles o problema.

No desenvolver da narrativa do filme, a polícia é impedida pelos moradores de entrar no condomínio e conduzir as investigações sobre o assalto e os assassinatos. Esta atitude visa preservar privilégios que os condôminos possuem em relação à administração pública. Desse modo é criado um grupo interno aos muros, formado por moradores, que irá caçar o assaltante sobrevivente, que ainda se esconde dentro do condomínio. Essa perseguição é adotada também pelos jovens, como uma brincadeira. Fugindo de seu esconderijo, o assaltante, um garoto como um daqueles que o perseguira, é alcançado pelo grupo de buscas formado pelos condôminos. Enraivecidos, espancam o garoto até a morte.

Outro tema se faz presente durante o filme: a autorregulação. Sendo o condomínio um território demarcado por regras que diferem daquelas extra-muros, em certa medida sua administração utiliza-se de um poder de regulação interna própria, pautada por normas de comportamento e uso dos espaços e normas construtivas, na superfície. Sob as aparências, são presentes na literatura constatações de aprovações de condomínios fechados em desacordo com legislações locais. De qualquer maneira constitui-se ali um poder de regulação interno, invisível à cidade. No filme esta característica ganha contornos intensos quando a polícia é impedida de entrar, quando é formada a comissão de busca e quando a viúva do guarda assassinado por engano é impedida de levar o corpo do marido para ser sepultado fora do condomínio; a crise instalada ali dentro, a partir dos crimes e das buscas, transborda para a vida familiar e social dos envolvidos. Concordando com a colocação de Caldeira (2000), a narrativa do crime

divide os acontecimentos traumáticos na dualidade “antes do acontecimento” e “depois do acontecimento”. No filme, há uma quebra da coesão social interna a partir da invasão (acontecimento traumático). Buscando retornar à normalidade anterior aos crimes, os moradores buscam, instintivamente, o retorno à imagem do condomínio ideal, veiculada pelo marketing. Contudo, para alcançar este ideal, sendo o meio escolhido a violência, o momento “pós trauma” não poderá ser visto como um retorno à normalidade, mas como uma supernormalidade, que torna invisível suas causas.

Para Guerrero, Martí e Avalos (2009), “La Zona” apresenta a questão central da visualização. Para os autores, o muro é o elemento chave que articula as diferentes miradas colocadas em prática pelas personagens: aqueles que moram fora do condomínio observam os de dentro a partir de um viés, enquanto estes observam os de fora a partir da sua perspectiva. A questão da mirada é presente ao longo do filme de outras maneiras, como a constante observação através das câmeras de vigilância para encontrar o fugitivo, e a transformação no olhar entre os moradores, que ao longo da trama passam a discordar sobre os acontecimentos.

Em “La Zona” fica clara a consequência da narrativa apresentada em tela: o consenso de que o condomínio fechado é um espaço de segurança imaculado é desmontado; evidencia-se que os conflitos sociais são permeáveis. Mariana Guerra (2013) relata em seu trabalho *Vende-se qualidade de vida: Alphaville Barueri – implantação e consolidação de uma cidade privada*, que o crime também tem lugar dentro dos condomínios. A autora ainda evidencia que a dificuldade para acessar dados sobre a criminalidade dentro dos condomínios, bem como a o intencional encobrimento de informações tem relação direta com a preservação do valor dos imóveis.

No dia 6 de outubro de 2012, uma residência foi invadida no condomínio fechado Scenic. Os ladrões cortaram a cerca de arame farpado que separa o condomínio de uma mata vizinha e levaram equipamentos eletrônicos e outros pertences dos moradores. O caso que mais repercutiu nos jornais no entanto, aconteceu no dia seguinte no Residen-

cial 10. Ladrões fortemente armados cavaram um buraco de um metro de diâmetro embaixo do muro do residencial e invadiram duas residências. [...] Uma das vítimas decidiu romper a “lei do silêncio” e escreveu o relato do roubo na rede social Facebook, o que gerou de imediato fortes reações por parte dos moradores de Alphaville. [...] Nos depoimentos, muitos moradores comentam que a fama de lugar seguro já não corresponde exatamente à realidade e ficam indignados com a não divulgação dos casos. Alguns, no entanto, ainda acham prudente não divulgar as ocorrências, para não expor as falhas de segurança e não desvalorizar seu patrimônio. (GUERRA, 2013, pg 200-201)

“Historia del Miedo”: antecipação à violência

A trama do filme “Historia del Miedo” gira em torno de uma família em que parte dela mora em um condomínio de alto padrão, vigiado, e outra parte mora em um condomínio vertical, um edifício na cidade. Interação com essas personagens, pessoas de classe baixa, normalmente trabalhadores, que frequentam o condomínio ou que transitam próximos a ele. Após um anúncio de despejo de bairros próximos, uma série de acontecimentos triviais dentro do condomínio passam a ganhar contornos de paranoia. Uma pessoa se comporta de modo estranho na lanchonete, um alarme residencial dispara sem motivo aparente, um estranho toca a campainha, parte da cerca é cortada, é encontrado lixo próximo ao local do corte, constantes faltas de energia, o carro de um dos guardas é atacado com lama, um pedinte para em frente ao carro em movimento.

A narrativa apresentada coloca estes acontecimentos como momentos de tensão, quebras da normalidade da vida regrada, de modo que as personagens sofrem, se preocupam, angustiam-se. No entanto é preciso ressaltar que nada acontece além disso. Não há assalto, assassinato, ou qualquer crime. Ao contrário de “La Zona”, este filme se concentra nas atitudes de antecipação da violência e do crime. Esta é representada a partir da impressão de tensão e preocupação no contato com o outro. O estranho que toca o interfone e tenta acessar o aparta-

mento, não foi chamado; o buraco feito na cerca, por não se sabe quem, é talvez uma indicação de tentativa de acesso ao condomínio. O que “Historia del Miedo” propõe é uma investigação dos resquícios do contato entre as alteridades, e como elas são tratadas com desconfiança. Mesmo quando não há outras pessoas envolvidas em um determinado acontecimento, as personagens suspeitam de alguém, um elemento estranho inventado. É um exemplo desse pensamento uma cena em que, durante um jantar, há uma queda de energia e, em meio à escuridão, todos saem preocupados a procurar as crianças. O desespero crescente dos adultos é interrompido pela volta repentina da energia, que mostra que nada havia de estranho ali.

Diferentemente de “La Zona”, em que o foco crítico do filme está no objeto urbanístico do condomínio fechado, aqui o comentário social que o filme proporciona está mais diretamente relacionado ao medo e insegurança urbanos permanentes. Estes se desdobram em desconfiança das alteridades, mesmo quando não há de quem desconfiar, cria-se alguém para desconfiar; e na constituição de espaços como condomínios verticais e horizontais fechados. Logo, nesse filme, o condomínio fechado não é o objeto de análise, mas uma repercussão de um objeto anterior, o medo.

Ambos os filmes apresentados possuem características em comum, como o recorte territorial centrado em condomínios residenciais horizontais fechados, e a trama baseada na insegurança e no medo. Apesar das diferenças que levam os filmes a conclusões diferentes, eles fazem parte de um conjunto de narrativas que procuram problematizar condições tidas como hegemônicas em relação à vida na sociedade urbana atual. Especificamente, a partir do peso adquirido ao longo do tempo pelo condomínio residencial fechado como um produto imobiliário idealizado, que garante o bem estar e o status de seus moradores, cresce uma necessidade de mostrar que a realidade opera de maneira mais complexa; que a delimitação e nomeação de um território como seguros, não significa que ele é de fato. Dessa perspectiva, a intenção desse artigo em contrapor a narrativa do marketing, à do cinema, é de evidenciar a produção de uma imagem ideal de habitação (e sociedade), ou seja, a construção de um consenso coletivo que elege os condomínios fechados como espaços de segurança por excelência; em contraste a uma outra imagem desses mesmos espaços, em que são repre-

sentadas contradições advindas da imposição de uma racionalidade à vida em sociedade, e da superexploração da insegurança por estratégias de vigilância, exclusão e controle.

Como colocado aqui, trata-se de um jogo entre representação e representado; em última análise, uma disputa de significados. Se de um lado a indústria imobiliária e o jornalismo sensacionalista invadem o senso comum a favor dos condomínios fechados e colando sua imagem à imagem da morada ideal; de outro, a academia e o cinema procuram mostrar que esta associação está fadada a ser constantemente rompida, que a realidade é por demais complexa para que uma solução estética dada à violência, resolva tensões tão profundas da sociedade.

“Alphaville”: controle pela razão

O filme “Alphaville” (1965), de Jean-Luc Godard, apesar de pré-datar em 10 anos a implantação do empreendimento homônimo em São Paulo (o primeiro do Brasil), traz conceitos que se aproximam daqueles praticados na vida entremuros. O filme estrutura uma crítica social e política através da representação de uma cidade, Alphaville, que é controlada pela razão e pela lógica. Ali são claras as delimitações do que se deve fazer ou não, assim como as delimitações espaciais: é claro onde quando se está dentro ou fora de Alphaville. Goddard mostra que o regime de controle que cobre esta cidade gera um estado normal, no qual as regras são simplesmente cumpridas. Aqui a cidade é utilizada como metáfora de uma situação social maior: é uma cidade-artifício narrativo.

Alphaville é uma sociedade planejada, em que até as palavras em circulação são controladas pelo computador, de modo que o horizonte existencial de cada habitante se encontra artificialmente limitado. (PUCCI JUNIOR, 2009, pg 3)

Como paralelos à dinâmica dos condomínios fechados, é preciso salientar que o filme não trata de tais objetos urbanísticos. Ao contrário, pode-se argumentar que os condomínios fechados são manifestações físicas urbanas da própria estrutura de funcionamento da sociedade que Godard apresenta. Ou seja, está na

própria síntese dos condomínios fechados a ideia de concretizar uma vida sob controle. Assim, a ideia de implantação de um bairro completo, munido dos mais diversos artifícios de securitização, funciona como uma versão real da metáfora utilizada por Godard.

“Safe” e “Complex of Fear”: o desconhecido ao lado

“Safe” (2018) é uma série de ficção criada por Harlan Coben, que se passa em uma gated community na Inglaterra; “Complex of Fear” (1993) é um filme de ficção dirigido por Brian Grant, e se passa em um condomínio nos Estados Unidos. Ambas as peças de ficção centram sua narrativa em um crime ou uma série de crimes ocorridos dentro da área residencial fechada. Ou seja, o subtexto das narrativas indica que mesmo nos espaços designados como seguros, construídos e aprimorados segundo esse valor, não se está livre do crime e da violência. A normalidade instalada nos condomínios sofre uma disrupção e, ao invés de apresentar como agente da quebra o “elemento intruso” (como feito em “La Zona”), estes filmes apresentam a ideia do “desconhecido que mora ao lado”.

A narrativa colocada nesses casos trabalha a dupla noção de limites que os espaços residenciais fechados invocam. Há os limites físicos impostos pelos muros e guaritas, que delimitam o espaço de segurança, refúgio, ou pelo menos esta é a imagem que se projeta no imaginário coletivo. Uma vez dentro desses limites físicos, no entanto, ainda existem os limites do indivíduo, resguardado pela sua própria identidade e sua casa. É aceitável colocar que os residentes de um mesmo condomínio compartilhem valores e posições sociais semelhantes (frequentemente ditadas pela localização do condomínio e pelo preço dos lotes), e também que eles reconheçam essas similaridades entre si. Assim, as semelhanças aparentes se bastam para definir o outro, ignorando que mesmo num ambiente homogêneo como este, há diferenças nas subjetividades. Decorre disso que seja comum não conhecer os próprios vizinhos. Estes filmes utilizam esta ideia e a levam ao extremo: entre os vizinhos há um criminoso, entre aqueles com quem o espaço é compartilhado, há um desconhecido.

Percorre sob ambos os filmes que mesmo quando há um intenso grau de controle e instrumentalização da segurança em um determinado espaço, perman-

ece um elo fraco, justamente o humano. A natureza do indivíduo, dentro dos seus próprios limites subjetivos não pode ser vigiada, o que leva à possibilidade de penetração do crime nos condomínios, de dentro para fora.

2.2 FICCIONALIZAR A REALIDADE

Ao analisar a complexidade da vida urbana é impossível não reconhecer o papel que a insegurança desempenha no cotidiano. Seja através de noticiários com manchetes alarmantes, ou pelo testemunho do crime nas ruas, ou ainda pela transformação do espaço urbano sob este pretexto. Fisicamente, a cidade começa a ser direcionada para o desenvolvimento de espaços altamente vigiados, murados, militarizados, fechados. Ao mesmo tempo (e por conta disso), a experiência de habitar uma cidade também altera-se: o controle sobre os espaços é comumente disfarçado e pode facilmente se sobrepor à liberdades individuais.

É possível perceber duas frentes onde são dinamizadas as questões sobre a insegurança urbana e os modos de minimizá-la ou resolvê-la. A primeira frente é prática. Fazem parte dela as transformações físicas no espaço urbano feitas sob o pretexto da segurança: construção de condomínios fechados, muros, cercas elétricas e cortantes, instalação de sistemas de câmeras, etc. Estas atitudes são respostas à sensação de insegurança que vem sendo verbalizada pela população e pela mídia. Soluções como estas tendem a agir na ponta final do problema, inibindo o criminoso de cometer o crime; a mensagem que um muro alto carrega e a mesma de uma cerca elétrica: “você não consegue passar por aqui”. Estes são exemplos de soluções estéticas, que não agem nas causas do problema da criminalidade, mas sim sobre a percepção do indivíduo sobre o espaço ao seu redor: após comprar um sistema de câmeras, o indivíduo se sente mais seguro. No entanto, não há como saber esse ferramental realmente é efetivo, por dois motivos. Primeiro, já não são raras as notícias de crimes cometidos dentro de condomínios fechados, muitos equipados com forte segurança; segundo, o crime que não é cometido não é percebido nem noticiado, tornando a eficácia dos equipamentos de segurança difíceis de medir. Por fim, estas estratégias visam em sua maioria a proteção de propriedades privadas, sejam de caráter

residenciais ou comerciais. Se há uma pressão pela securitização do ambiente de trabalho e do ambiente da morada, conseqüentemente há uma pressão pela securitização dos espaços entre estes dois. Assim, os trajetos e o espaço público ganham a necessidade de serem adequados à segurança, seja pelo uso de carros blindados, controle de acesso ou vigilância de espaços públicos. A proliferação dessas ações práticas de mitigação da insegurança são resultado de um consenso coletivo, construído para eleger essas estratégias como efetivas.

A segunda frente onde este debate acontece é a frente do discurso. É importante lembrar que grande parte da discussão sobre segurança urbana está colocada sobre uma plataforma de mercado. Casas em condomínios fechados, carros blindados, armas, câmeras, guardas, são produtos e serviços propagandeados como soluções à insegurança, ou seja, a própria noção de segurança pode ser comprada. Outro aspecto importante à considerar é que estes produtos não prometem a solução da criminalidade, mas sim da insegurança, reforçando o peso estético dado a estas estratégias. Para que tais produtos ganhem aceitação pública, eles precisam que sua mensagem seja divulgada, papel que a propaganda e o marketing faz; e o faz tão bem que estes produtos ultrapassaram a aceitação pública e passam a ser considerados necessidades básicas para a vivência na cidade. As propagandas de condomínios fechados, por exemplo, procuram desenhar uma espécie de cenário consagrado pelo bem estar, lazer, segurança e natureza; garante-se que ali os infortúnios da cidade não chegam. Este é o centro do consenso coletivo fabricado: uma vez que você compre estes produtos e adote um determinado modo de vida, estará seguro. Esta ideia de uma morada idealizada tem um contraponto no cinema.

Em “La Zona”, as principais questões que desafiam a imunidade do condomínio fechado são a falha das diversas camadas de segurança colocadas a postos (muro, cerca, câmeras, guardas); a inserção do sujeito “estranho” àquele lugar e o atrito que ele implica; e a autorregulação interna, que culmina no ato criminoso e violento praticado por aqueles próprios que buscavam a segurança. Já em “Historia del Miedo” vemos tomar forma a desconfiança e o medo a partir de acontecimentos banais ocorridos dentro de um determinado círculo de segurança. “Alphaville”, apresenta um contexto social que serve de pano de fundo para a dinâmica dos condomínios fechados atuais. Ali, a vida é controlada pela

razão, com limites definidos. “Safe” e “Complex of Fear” acrescentam mais uma contradição à vida entremuros: a ideia de que é impossível conhecer verdadeiramente quem está ao nosso lado. Desse modo, mesmo em ambientes de suposta segurança, o indivíduo próximo pode ser um agente da insegurança.

Entre as principais colocações que a ficção permite elaborar, estão a exacerbação da desconfiança dos outros, a submissão à regimes de autocontrole e autovigilância e a falência da imunidade dos espaços de segurança. O cinema, então, participa da narrativa dos condomínios fechados acrescentando problemáticas à ideia de refúgio, consagrada pelo marketing.

É incontestável que países desiguais, como o Brasil, sofrem com a criminalidade. No entanto, soluções pautadas por um discurso estético, impulsionadas pela propaganda, e que não agem sobre o problema em si mas sobre seus sintomas, estão fadadas à obsolescência. Ainda, sua implantação em larga escala nas cidades tende a alargar as distâncias entre o “eu” e o “outro” e também entre a realidade e o discurso.

3 DO DISCURSO À PRÁTICA: LIMITES E COMUNIDADES

A atuação da propaganda dos EREFs, veiculada como uma promessa de vida sem atritos e sem revezes, ganha poder e área de influência devido à própria natureza da propaganda: nos atinge quando estamos desprotegidos. Via televisão, rádio, redes sociais, aplicativos de celular, folhetos entregues no trânsito, a mensagem do marketing desliza pela sociedade com facilidade (ao contrário do cinema, cuja mensagem só recebemos a partir da nossa própria escolha de recebê-la). Com um amplo campo de atuação, esta mensagem-imagem colada aos condomínios fechados e distribuída a todos, dá a sensação de que moramos primeiro na imagem dos condomínios para depois morarmos neles de fato. Aí insere-se uma cisão: há discrepâncias entre a vida vivida entremuros, e a vida prometida entremuros. Por exemplo como foi apontado em algumas entrevistas a existência de crimes dentro dos condomínios. Tal cisão transforma os consensos em contradições, que impactam diretamente no modo como os moradores percebem e realizam suas sociabilidades. A vida social vista a partir da ruptura entre o real e o representado gera uma série de distorções no entendimento do

“eu”, do “outro” e do “nós”, como será explorado em sequência. Em primeiro plano aqui coloca-se as relações que se dão entre os moradores dos condomínios e a cidade aberta. Ou seja, pretende-se explorar nesse momento a dialética que atravessa os muros, enquanto que as relações resguardadas pelos muros internamente serão tratadas em seguida.

Como observado nas entrevistas, é comum que a administração de alguns condomínios fechados promovam uma série de eventos de confraternização, para seus moradores. São festas de halloween, festas juninas, eventos com food trucks; eventos que de uma forma ou de outra pretendem tecer laços sociais entre as pessoas: são eventos de encontro dos moradores. Em outras palavras, ações como estas buscam transformar o morador do condomínio em um indivíduo parte de daquela comunidade. Curioso perceber que nenhum dos canais de propaganda dos condomínios analisados nessa pesquisa (e em outras) utiliza a ideia da possibilidade de participação em uma comunidade como um valor positivo para o condomínio. Esta criação de vínculos interpessoais é apenas reforçado no âmbito da família nuclear.

Bauman (2003) a condição social atual permite que seja alcançada uma unidade (como uma comunidade) a partir de apenas um caminho: o acordo artificialmente produzido.

De agora em diante, toda homogeneidade deve ser “pinçada” de uma massa confusa e variada por via de seleção, separação e exclusão; toda unidade precisa ser construída; o acordo “artificialmente produzido” é a única forma disponível de unidade. (BAUMAN, 2003, pg. 19)

Vale lembrar que o autor não descrevia a organização de um EREF, mas o funcionamento da sociedade como um todo. Isso revela um indício de que o modo de operação da sociedade possui elementos visíveis no modo de operação dos EREFs; o que se torna óbvio se pensarmos que as forças que moldam a sociedade, também moldam o espaço físico urbanístico, erigindo, por exemplo, o condomínio fechado.

Assim, Bauman coloca que se a ideia de comunidade é possível de ser alcançada apenas pela construção sintética, esta comunidade criada deverá ser

estabelecida a partir de acordos, ou consensos. Aqui é possível compreender estes consensos como sendo tanto aqueles veiculados pela propaganda dos EREFs, que buscam equalizar os desejos relacionados à moradia, segurança e qualidade de vida na cidade; quanto os consensos aos quais os moradores são submetidos uma vez que passam a morar nos condomínios: o conjunto de regras internas impostas pela administração dos condomínios, como regras de construção, de comportamento ou de uso dos equipamentos e espaços coletivos. Essa fundação de normas circunscreve uma proposta de comunidade que, segundo Bauman, está fadada a apoiar-se em regras como formadoras de laços, como forças externas que perimetizam forças internas (a própria vida cotidiana). Por isso, a partir da análise baumaniana, o condomínio lido como uma comunidade artificialmente construída deve ser constantemente vigiado e reforçado, pois é frágil. Ele continua:

As “comunidades cercadas” pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são “comunidades” só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos. (BAUMAN, 2003, pg. 52)

Esta crítica de Bauman está inscrita na sua crítica maior, de que o indivíduo da sociedade atual direciona seus interesses cada vez mais para si e para seus círculos mais próximos (como a família), e os afasta do âmbito público. É possível entender que a partir da descrição que o autor faz da “liquidez” da sociedade – como algo em constante transformação e de difícil apreensão – esta se tornaria cada vez mais difícil de se lidar, já que é caracterizada pela indeterminação das coisas. Então, o indivíduo em busca de garantias, preservação de si e suas relações, fabricaria espaços onde pudesse alcançar algum tipo de certeza. No caso do objeto de estudo desse trabalho, os EREFs funcionariam, então, como espaços de garantia de uma vida segura e de qualidade em meio a uma cidade incerta, confusa e perigosa.

Ainda que diversos condomínios fechados se localizem próximos de áreas urbanas ou mesmo inseridos no contexto urbano, ou seja, com uma relação de proximidade espacial, o que a delimitação dos muros propõem é um distanciamento e ocultamento social. O jogo semiótico que os muros dos condomínios operam no espaço da cidade fazem com que o território seja lido a partir de contrastes: dentro/fora, seguro/inseguro. Além disso, esta delimitação territorial está diretamente ligada às noções de “nós” e “eles”, de modo a identificar o “nós” como o grupo destacado do corpo urbano que reside em um espaço seguro, e o “eles” como aqueles que fazem parte da cidade perigosa, e que por extensão, são parte do perigo. Essa delimitação interfere, portanto, na própria ideia de comunidade que poderia surgir ali dentro. Nesse sentido há um jogo dialético entre o tratamento territorial e as definições sociais. Para Dunker (2017), as definições da ideia de “nós” estão ligadas aos sofrimentos cotidianos e a uma interpretação espacial desse conceito. Ele coloca que à medida que entramos em contato com violências diárias, ou apenas tornamo-nos cientes delas, a extensão do que chamamos “nós” se contrai. Como uma forma de proteção, atribuímos as origens do perigo a quem está fora desse limite do “nós”, a “eles”, por fim delimitando o mal-estar em um território externo enquanto preserva-se um território interno salvo. Essa estratégia, nomeada cercamento, como descrita pelo psicanalista, carrega também um fator relativo à visibilidade.

Nesse caso, não é apenas o tamanho do nós que diminui, mas é a extensão do saber que fica retida por uma espécie de muro de mal-estar, atrás do qual tudo o mais é invisível.
(DUNKER, 2017, não paginado)

Relembrando: o filme *La Zona*, apresentado anteriormente, trabalha como uma das suas questões centrais, a visibilidade. Esta é explorada tanto de modo tecnológico, através das imagens de câmera de segurança que vigiam o condomínio; de modo analógico, uma vez que a narrativa se desenvolve a partir de um elemento que se esconde no condomínio e, portanto, as autoridades buscam encontra-lo, descobri-lo, vê-lo; e de modo metafórico, já que o que acontece no interior daquele condomínio se restringe aos seus limites, é visível apenas para seus moradores, percebendo que a polícia não tem força ali dentro e que as decisões são tomadas internamente pelo seu grupo gestor.

O questionamento que La Zona propõe, e que é percebido na crítica de Dunker (2017), é que a delimitação territorial e subjetiva do “nós”, materializada pelos muros dos condomínios, implica na colocação de um anteparo à visão em ambos os sentidos: sabe-se menos dos que estão dentro, sabe-se menos dos que estão fora; um grupo sabe menos sobre o outro. A pesquisa de Guerra (2013) é um exemplo disso. A autora apresenta que a divulgação da ocorrência de crimes dentro de condomínios fechados sofre restrições, impedindo que pessoas que moram fora de EREFs, além da mídia, saibam do ocorrido. Neste caso, segundo a autora, os motivos são financeiros, pois à associação de crimes àquele território supostamente seguro decorreria a desvalorização dos imóveis. O muro de mal-estar descrito por Dunker assume uma forma urbanística na implantação dos condomínios fechados. Nessa dinâmica de “quanto mais se isola menos se sabe sobre o outro”, Bauman (2009) completa que evidenciam-se as diferenças entre “nós” e “eles” justamente por causa das fronteiras delimitadas; propondo que as diferenças servem de legitimação para as fronteiras. Então, as relações dos moradores de EREFs com pessoas que moram na cidade aberta se dão nesse cenário de marcadores como o “nós” e “eles”, e da constante travessia de muros.

O único atrativo do exílio voluntário é a ausência de compromissos, especialmente de compromissos de longo prazo, do tipo dos que impedem a liberdade de movimento numa comunidade com sua “confusa intimidade”. (BAUMAN, 2003, pg. 51)

A questão que Bauman coloca acima se configura como um desvio da ideia de responsabilidade coletiva, que caracterizaria uma comunidade, mas que se esvai em contextos de “comunidades artificiais”, como ele mesmo define. Para o funcionamento dessa consideração, é preciso colar aos EREFs a noção de que constituem comunidades artificiais. Isso faz sentido ao perceber o conjunto de valores que são agregados aos EREFs e oferecidos ao consumidor (não ao cidadão) como pacotes: de lazer, de segurança, de sociabilidade. Tal pré-organização de valores é apresentada pela alienação do marketing como uma estrutura pronta, da qual o morador poderá se apropriar. Ou seja, é oferecido um modo de vida pré-desenhado, tendo a vida em comunidade como um de seus

fatores, e a sociabilidade, portanto, seria também afetada. Seguindo a lógica de Bauman, em um contexto com valores e condições lançadas de antemão, reduz-se a necessidade de trabalhar as relações interpessoais, pois já foram estabelecidas; e ainda, torna-se mais difícil perceber quais benefícios traz a vida em uma comunidade solidária, que já não foram obtidos via compra de serviços e esforço próprio. Acredita-se que as outras pessoas que compartilham aquele espaço estão em sintonia com tais condições. Assume-se, portanto, que todos ali são “iguais”, atendidos por uma identidade fabricada. Dunker (2015) atenta para este fato. Para ele essa falsa unidade tem como símbolo o próprio muro dos EREFs, que ao instituir uma delimitação territorial para a comunidade criada, evidencia o que Freud (1930) chamou de “narcisismo das pequenas diferenças”: em um ambiente supostamente homogêneo, os sentimentos de hostilidade e estranheza se manifestariam a partir de pequenas atitudes que diferem de pessoa a pessoa, próprias da subjetividade de cada um. A não construção do modo de vida pelos próprios moradores implica na ausência de compromisso em mantê-la ou melhorá-la, segundo Bauman (2003), já que apoia-se na instituição do EREF para cumprir esse papel. Instituição que implanta ao mesmo tempo um território delimitado e um modo de vida programado.

Para Carvalho (2018), a vida em um EREFs possibilitaria mais facilmente a instituição de uma comunidade de fato (ao contrário do que Bauman e Dunker colocam). Para a autora o fato dos indivíduos compartilharem um espaço comum, com valores em comum, já seria um indicativo de conexão social entre eles; um estreitamento de laços, pois percebe-se que aquele outro indivíduo compartilha consigo os mesmos valores instituídos por aquele espaço (do EREF). Desse modo, intensifica-se a sensação de proximidade entre os indivíduos, e ameniza-se o estranhamento entre eles.

Em relação a moradia em condomínio fechado, a familiaridade e segurança percebidas na conexão do morador com esse ambiente favorece a formação de vínculos consistentes entre os condôminos. Relações harmoniosas, com correspondências de afetos e atitudes, podem fazer dos locais comuns, um espaço satisfatório às demandas sociais e psíquicas dos moradores. (CARVALHO, 2018, pg. 47)

A colocação feita por Carvalho (2018) parece contradizer a noção de “falsa comunidade” proposta por Bauman. As entrevistas conduzidas nesse estudo, por exemplo, mostram que não há uma condição especial instituída pelo condomínio que facilitaria as relações entre vizinhos, ou que as tornariam mais harmoniosas. Vê-se que estas relações variam, como variam na cidade aberta: há boas relações com alguns, e atritos com outros. No entanto, ao dizer que ao compartilhar aquele espaço (e por consequência os valores atrelados a este espaço), estes indivíduos aproximam seus valores e reduzem seus estranhamentos mútuos, a autora restringe sua análise à superfície do contato social: contatos corriqueiros cotidianos, sem profundidade; e neste caso, nessa escala de análise, sua colocação se encaixa. O conjunto de valores que os EREFs carregam e que (a partir da compra do lote) seus moradores compartilham, criam uma sensação de proximidade, de pertencimento à primeira vista. Então, de certo modo, esta colocação corrobora com Bauman e Dunker, que procuram analisar as relações sociais em um nível mais profundo, onde se mostram as contradições existentes.

Inscrita no modo de vida entremuros, percebe-se uma distinção entre “frente” e “fundo” que se manifesta de diversas formas. Têm-se os muros como “frente” dos EREFs, símbolos de segurança e limite territorial; no “fundo” vê-se a presença de assaltos e outros crimes acontecendo no interior deles. À “frente” observa-se a homogeneidade dos moradores, que compartilham valores em comum disponibilizados pelo condomínio; ao “fundo” percebe-se o narcisismo das pequenas diferenças entre os iguais. À “frente” têm-se a estratégia de propaganda, que promete uma vida sem atritos e feliz; ao “fundo” a vida em um EREFs é repleta de atritos e não está diretamente atrelada à felicidade. Analisando por este viés, os EREFs mobilizam uma questão central, que é a da visibilidade: mostra-se aquilo que fomenta as próprias qualidades (mesmo que não sejam completamente verdade), e esconde-se aquilo que contradiz o próprio discurso.

Bauman ainda coloca outro motivo pelo qual o auto isolamento reverbera em isenção de responsabilidade: a extraterritorialidade. O “direito de manter-se à distância” (BAUMAN, 2013), comprado pelos moradores, separa do contexto da cidade aquela porção murada. Então, os problemas da cidade se tornam externos àquele território delimitado, portanto a responsabilidade sobre eles é deferida aos que estão na cidade aberta. O descolamento do território se manifesta na

medida em que não há vínculos com a construção daquele espaço, ou então na medida que estes vínculos possam ser conseguidos em outros espaços semelhantes. A construção estética e moral proposta pelos EREFs, que compartilham os mesmos “pacotes” que compõe o modo de vida entremuros, corrobora com a ideia de que estes espaços podem ser intercambiáveis. Soma-se a isso a facilidade de deslocamento que acompanha os moradores desses EREFs. Como o trabalho de Turczyn (2013) permite observar, a produção desses condomínios está associada ao sistema de rodovias, que por sua vez enfatiza o protagonismo do automóvel individual (um enclave fortificado em pequena escala, se preferir) na rede de deslocamentos feitos entre EREFs e entre enclaves diversos. Entre os condomínios estudados, atenta-se para o Condomínio Alphaville em Campinas, Village Visconde de Itamaracá e Reserva Colonial em Valinhos, Condomínio Estância Marambaia em Vinhedo, e os condomínios Ville de France e Country Club em Itatiba, como exemplos de EREFs que se localizam próximos de rodovias, com acesso fácil para outras cidades.

Partindo da colocação de Dunker, o muro é percebido como elemento simbólico para as dinâmicas engendradas pelos EREFs: ele é um demarcador territorial, é símbolo de segurança, é um ocultador do que está em seu interior. Segundo a leitura que Han (2017) faz da sociedade contemporânea, o muro ganha mais um contorno. O que o filósofo chama de “Sociedade da Transparência”, diagnóstico dos tempos atuais, compõe uma série de práticas, entre elas uma prática de visibilidade e ocultamento. Para o autor, precisamos, hoje, de garantias da forma e localização das coisas. Em outras palavras, precisamos de definições claras para dar conta de um mundo em constante e cada vez mais veloz transformação. Assim, tudo deve ser exposto, nomeado e enumerado. Levando em consideração os EREFs e seus muros, seria tentador dizer que a teoria de Han não se aplica a estes casos, já que os muros ocultam e não revelam, eles não trabalhariam então para esta sociedade da transparência. Contudo, é preciso atentar ao papel que os muros cumprem para além da sua condição física de encobrimento visual de um espaço. A responsabilidade que os muros têm no ecossistema do EREF é de encerrar aquele espaço, e fazê-lo de forma clara. A partir da sua implantação não resta dúvidas sobre onde começa e onde termina o EREF; eles delimitam fisicamente no território uma área à qual estão associados determinados valores.

Associa-se a estes espaços todo o conteúdo veiculado pela mídia e propaganda sobre condomínios, que os elegem como espaços seguros e ideias para viver com tranquilidade. Tudo isso é contido pelos muros, que passa a representar o próprio EREF. A delimitação que os muros impõem funciona como a transparência que Han descreve: deixa-se claro que aquele espaço faz parte de outra lógica, que não a da cidade aberta, que ali tem-se (supostamente) segurança, qualidade de vida, status. Na cidade aberta a convivência e sociabilidade é confusa e difusa entre os bairros e vizinhos, diferentes classes sociais se cruzam no espaço público, as delimitações não são claras. Mover essa convivência para um espaço controlado e identificado significa nomear aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora. Como já colocada anteriormente a relação entre “frente” e “fundo”, Han (2013) a traduz da seguinte maneira:

O valor expositivo depende sobretudo da bela aparência. Assim, a coação por exposição gera uma coação por beleza e por fitness; a “operação beleza” tem como objetivo maximizar o valor expositivo. Nesse sentido, os paradigmas atuais não transmitem qualquer valor interior, mas medidas exteriores, às quais se procura corresponder, mesmo que às vezes seja necessário lançar mão de recursos violentos. O imperativo expositivo leva a uma absolutização do visível e do exterior. O invisível não existe, pois não possui valor expositivo algum, não chama a atenção. (HAN, 2017, pg. 34)

Percebe-se vários elementos que participam da narrativa dos EREFs nesse trecho. A coação por beleza é claramente visível nas peças de marketing, que buscam evidenciar e até imacular a imagem dos condomínios através das ideias de proximidade à natureza, segurança garantida, tranquilidade; e também pela vontade de ordenação da vida na cidade que os EREFs propõem, como regras de conduta e de construção internas, além da premissa geral de afastar-se do ambiente urbano “caótico”. Quanto aos “recursos violentos”, é possível considerar o barramento da malha urbana pelos muros dos EREFs como um ato violento, segundo a definição dada por Žižek (2014), que abrange a violência de modo geral, ramificada pela linguagem e simbologia. Ou ainda, seguindo a

mesma lógica, violência simbólica poderia ser considerada a proposital negligência de problemas da cidade aberta enquanto refugia-se em um EREF. Por fim, os EREFs se reproduzem a partir da absolutização do visível, daquilo que eles representam mais do que aquilo que são de fato: representam uma chance de vida de qualidade na cidade, mas com raízes na segregação sócio espacial e na desigualdade social; são de fato uma sobreposição de limites no território onde não estão garantidas a segurança nem a qualidade de vida como prometidas.

As implicações que os EREFs causam na vida urbana derivam em grande parte da natureza dos seus limites, tendo os muros como sua manifestação física. Sennett (2018), emprestando do léxico ecológico, define como divisas os “limites duros” que não permitem trocas entre os lados, sem permeabilidade, sem porosidades (de acesso, visibilidade, transações). O papel das divisas é impedir que determinados corpos atravessem para o outro lado. Ao contrário das divisas, as fronteiras, como colocadas por Sennett, são limites porosos, que permitem trocas entre os lados. Traduzindo esta dinâmica para o espaço urbano, os muros dos EREFs podem ser lidos como divisas, uma vez que suas únicas aberturas para troca são controladas e restritas (portões de entrada e saída); durante todo o restante do perímetro a única função empregada pelos muros é a de divisa. De certo modo essa tradução do ecológico para o urbano não pode ser feita sem perdas. É preciso considerar que há trocas nos limites dos EREFs, em suas portarias, por mais que sejam trocas mediadas pela burocracia dos cadastros, da vigia dos guardas e serem trocas bastante específicas, como entregas e visitas apenas. Como coloca Stavrides (2006), na cidade particionada contemporânea os limites estão sendo substituídos por check-points: áreas de controle e regulação de acesso de acordo com determinada normativa que aquele espaço demanda. Justamente essa é a função que as portarias dos EREFs desempenham. Stavrides (2006) ainda indica o que seria um outro elemento dos limites, a porosidade:

Porosidade pode ser considerada, então, uma experiência do habitar, que articula a vida urbana enquanto também afrouxa os limites erigidos para proteger uma ordem social espacial e temporal estrita. (STAVRIDES, 2006, pg. 2)

Sennett (2018) evidencia que a qualidade de porosidade dos limites indica um maior ou menor grau de sociabilidade possível entre áreas adjacentes. Tais sociabilidades podem tomar forma de trocas comerciais, relações pessoais, relações de pertencimento; como também podem ser palco de tensões nos casos de encontros entre etnias, religiões ou classes sociais diversas. Não é como se as ações estivessem contidas em um espaço, mas sim elas compõem uma rede de práticas que transforma todo espaço em potenciais encontros, sociabilidades. De qualquer forma, a vida social é impactada pela natureza dos limites colocados na malha urbana, sejam divisas ou fronteiras. A presença dos EREFs nos espaços urbanos implica constantemente na definição de divisas, devido a própria natureza de seus muros, tendo como consequência a supressão ou, no mínimo, a burocratização de sociabilidades possíveis no seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

LIDAR COM O MEDO NA CIDADE

Este estudo parte do entendimento do medo como um afeto presente no cotidiano, de modo que ele pode ser considerado uma forma de organização da sociedade, não porque esta se organize ao seu redor, mas porque o medo define limites à sociedade. Por consequência, este afeto se localiza nos pontos de atrito da vida compartilhada na cidade. O espaço urbano, como uma das esferas de produção social, política, econômica e material não está isento de transformações pautadas pelo medo. À medida que cresce a necessidade da sensação de segurança, vê-se a cidade sendo “equipada” para que atinja o patamar de segura. Seja através da implantação de um design urbano defensivo, da instalação de câmeras de vigilância pelo espaço público, pela presença da força militar nas ruas ou pela presença de condomínios fechados e outros enclaves fortificados como promessas de segurança, a cidade é moldada também por este afeto. Nesse contexto, o indivíduo que ocupa estes espaços militarizados e está em constante contato com a sensação de insegurança (seja ela real ou fictícia) também modifica seu modo de experimentar a cidade e as relações com as alteridades. Essas forças indicam vetores no sentido da atomização do indivíduo e do auto afastamento como estratégia de proteção.

Partindo desses pressupostos, o objetivo geral desse trabalho foi investigar de que maneiras a sensação de medo na cidade, além das estratégias de securitização do espaço urbano, afetam as sociabilidades e a percepção subjetiva do espaço urbano, usando como objeto analítico os espaços residenciais fechados localizados na RMC. Considera-se que esse objetivo foi alcançado, de modo a revelar ao longo de todo o trabalho uma lógica de interação entre o afeto do medo, a produção de espaços residenciais fechados e o uso e percepção do espaço urbano.

Compreender como se dá a segregação sócio espacial na cidade, a partir da reprodução de enclaves fortificados, foi o primeiro objetivo específico a ser alcançado de modo a compreender a situação urbana que envolve os EREFs e o afeto do medo. Entende-se aqui que a condição urbana presente hoje, que abriga os EREFs como espaços ideais exclusivos de qualidade de vida na cidade, se deve ao processo de urbanização desigual que constitui a própria lógica de produção das cidades brasileiras. Ao mesmo tempo em que uma parcela da população tem acesso à infraestrutura urbana e boas condições de trabalho, outra

parcela precisa recorrer à moradia irregular e ao trabalho informal. Portanto há uma população que possui capacidade de escolha da moradia e outra que não. Quem não tem essa escolha e tem como moradia favelas ou ocupações de imóveis ociosos, acabam por serem estigmatizados por sua posição social, associando-os (pessoas e até bairros inteiros) de modo generalizado ao crime, por exemplo. O movimento de implantação de EREFs para classes altas nas bordas da cidade gerou uma alteração no paradigma centro-rico e periferia-pobre, de modo que as periferias também abrigam estes empreendimentos de luxo, que frequentemente têm como vizinhos bairros precários e favelas. Essa discrepância de vivências urbanas revela um desamparo pela parcela pobre da população, enquanto a porção rica consegue conquistar seus direitos com relativa facilidade. A cidade partida resultante é um sintoma do desinteresse daqueles com poder em solucionar questões críticas como a desigualdade social, distribuição de renda ou o acesso universal à moradia.

A partir da década de 1970, quando começam a ampliar-se os índices de violência no Brasil, concomitantemente ao inchamento dos grandes centros urbanos, o ambiente urbano começa a ser percebido como potencialmente perigoso, e a partir desse estímulo o mercado imobiliário apresenta os condomínios fechados como uma solução. O afastamento da cidade, o contato com a natureza, a segurança e a vontade nostálgica de uma vivência de qualidade serviam como chamarizes para este novo empreendimento que surgia em São Paulo. Aqui é importante perceber que o EREF surge como uma manifestação urbanística-arquitetônica de um desejo mercadológico, organizado sobre as ideias de insegurança, exclusividade e qualidade de vida. Entendendo este modo de moradia como um produto dessa lógica de organização, percebe-se também uma série de outros produtos que se agregam a este, conformando uma proposta para a vivência segura na cidade. A associação dos EREFs a shopping centers e a condomínios empresariais por exemplo, é uma forma de criar espaços pautados pelo controle de acesso e vigilância; o deslocamento feito entre estes espaços, geralmente por rodovias, priorizando o automóvel individual, são outras formas do indivíduo participar da cidade de modo fechado ao seu exterior, atomizado na sua experiência; ainda tem-se produtos agregados aos enclaves fortificados, como sistemas de câmeras, equipes de segurança privada, blindagem, cercas

elétricas e cortantes, etc. O conjunto formado por estes produtos e serviços delineia um mercado baseado na ideia da insegurança urbana, e ainda propõe que a segurança pode ser obtida a partir de uma troca de compra e venda. Como “pacotes de segurança” estes artefatos passam a figurar como obrigatórios em EREFs e em determinados espaços públicos, jogando com as ideias de liberdade e segurança, vigilância e privacidade. É importante ressaltar que a presença desses instrumentos não garante a segurança, existindo diversos relatos de crimes acontecidos dentro de condomínios, inclusive entre as entrevistas conduzidas nesse trabalho. No caso dos EREFs a liberdade conquistada naquela vivência entremuros só é alcançada a partir de restrições espaciais e comportamentais estipuladas pela gestão do condomínio, e por uma permanente vigilância, sob a qual passa-se a aceita-la, se este for o preço para a tranquilidade.

O levantamento de 469 EREFs feito na Região Metropolitana de Campinas, revelou uma dinâmica de implantação destes associada às grandes rodovias da Região (Rodovia D. Pedro I, Rodovia Anhanguera e Rodovia Bandeirantes), apontando para uma ligação desses empreendimentos com a necessidade de deslocamentos fáceis para cidades vizinhas ou para o centro da cidade. A maior concentração de EREFs encontrada foi em Campinas, o que era esperado já que é o maior município da região e de certa forma organiza uma série de dinâmicas de trabalho e deslocamentos entre os municípios. Considerando um território de análise da escala da RMC percebe-se que a lógica dos EREFs é extramunicipal, com moradores de condomínios em Valinhos e Vinhedo, por exemplo, trabalhando em Campinas. Isso revela, mais uma vez, uma dissociação do indivíduo com o território que ocupa, com as responsabilidades com a coisa pública do município que faz parte.

A partir dos levantamentos dos EREFs feitos e das entrevistas conduzidas, o segundo objetivo específico foi alcançado: ficaram claras as estratégias para securitização do espaço de moradia, bem como as formas de uso do espaço privado e público se dão à luz da sensação de insegurança e pela busca ao lazer e sociabilidades. Foram identificados padrões de valores e composições espaciais que conduzem a experiência de vivência entre muros. Tais padrões constituem consensos sobre quais atributos um condomínio deve oferecer no que diz respeito à segurança, lazer e sociabilidade. Na prática, as entrevistas

conduzidas com moradores de condomínios fechados confirmaram essa tendência homogeneizante da experiência de vida entre muros. No quesito segurança, sem dúvida um dos pontos mais enfáticos de convencimento para a escolha de morar em um EREF foi percebido um consenso sobre o “pacote de segurança” oferecido em todos os condomínios: muros, cercas elétricas e cortantes, guardas particulares (armados ou não) e sistemas de câmera de vigilância. Estes elementos acabam por constituir pré-requisitos básicos para obter a sensação de segurança. As entrevistas mostraram que a sensação dentro dos condomínios é de maior segurança, principalmente quando comparada à vivência no espaço público. No entanto, é preciso questionar, como vários entrevistados fizeram entender, se a sensação de segurança se deve aos aparatos de segurança presentes ou à noção de pertencimento que os moradores têm àquele bairro. Duas contradições principais foram percebidas nas falas dos moradores. A primeira diz sobre as medidas de segurança, que para muitos moradores são excessivas, apesar desses mesmos moradores confirmarem que se sentem seguros lá dentro. A segunda, já apontada em pesquisas anteriores, confirmou o fato de ser comum que moradores de EREFs busquem espaços de segurança mesmo sem ter sofrido nenhum tipo de violência até então. A decisão de viver entre muros acaba por se concretizar a partir de influências externas como amigos, familiares ou a mídia. Percebeu-se ainda que os instrumentos de segurança associados aos EREFs, mesmo que não tenham sua eficiência comprovada pois agem na inibição dos crimes, servem apenas para vigiar certos tipos de crimes, aqueles tidos como visíveis. Vandalismo, roubo, sequestro, estupro são crimes que podem ser vistos por uma câmera ou flagrados por um guarda. Nos EREFs busca-se reprimir estes crimes ao mesmo tempo em que crimes como implantação do condomínio em áreas ambientalmente protegidas, ou aprovações de loteamentos irregulares, por exemplo, não são observados, não existe câmeras para estes delitos. Mais uma vez, isso mostra uma preocupação com a propriedade individual apenas, deixando responsabilidades coletivas em segundo plano.

O lazer e as sociabilidades se concentram ao redor de “pacotes” que compreendem uma série de equipamentos de lazer (quadras, piscinas, centro de convivência, pista de corrida, etc) com pouca ou nenhuma variação entre condomínios, e também uma série de eventos organizados para os moradores, como festas

juninas, festas de halloween e feiras. Segundo os entrevistados, mesmo que eles não utilizassem muito os equipamentos ou não participassem dos eventos, confirmavam quem outros moradores o faziam, indicando que são elementos em uso. A questão da formulação desses “pacotes” de segurança, lazer e sociabilidades é o estreitamento desses conceitos, que são reduzidos a apenas os elementos presentes nos condomínios. Por exemplo, alguém que não sinta prazer nos eventos oferecidos ou nos equipamentos disponíveis dificilmente encontrará lazer entremuros, apesar deste ser anunciado como garantia. Esta limitação desses conceitos faz com que os moradores busquem complementar sua experiência de vida fora dos condomínios, buscando lazer, por exemplo, em bares, cinemas, ou outros espaços que não estão nos condomínios. Isso gera um desbalanço entre os moradores e quem está além dos muros: os moradores tem acesso aos benefícios internos ao condomínio e àquilo que a cidade oferece; o contrário não é verdade, já que os moradores da “cidade aberta” não tem acesso ao lazer, segurança e sociabilidades disponíveis para os moradores dos EREFs. Isso é perceptível quando há visitas dentro dos condomínios. Um contato simples, que seria a visita à casa de um familiar ou amigo morador do condomínio deve passar por um processo burocrático de controle de acesso e se submeter à vigilância daquele espaço. Apesar do contato social nunca ser anunciado como um atrativo para os condomínios, os eventos programados lá dentro cumprem essa função, de oferecer sociabilidade aos moradores e a criação de uma possível comunidade. A ideia de uma comunidade criada por terceiros (nesse caso a administração do condomínio) alude a uma artificialidade desse grupo. Excluindo-se os grupos de amigos formados organicamente, o grupo constituído por todos os moradores de um EREFs soa como falsa comunidade. A construção de relações entre moradores e entre os moradores e o espaço parece se dar em grande parte pela vivência das crianças, que conseguem se apropriar dos espaços, como diversas entrevistas mostraram, através de brincadeiras na rua e encontros com amigos nos equipamentos de lazer. Ao contrário delas, a sociabilidade dos adultos parece não diferir daquela obtida na “cidade aberta”. Há boas e ruins relações com vizinhos, mas mais importante há grande quantidade de enclausuramento dentro do núcleo familiar. Isso pode indicar que a sociabilidade adulta não é necessariamente ampliada ou incrementada por se localizar nos EREFs.

Foi compreendido ao longo das entrevistas e dos estudos que nem todos os atributos dos EREFs são sustentados pelo medo urbano, grande parte da idealização dos condomínios vem também da ideia de status e da nostalgia. No entanto é preciso ressaltar que o modelo urbanístico e ideológico do condomínio foi construído sim sobre uma narrativa do medo, de contraposição do espaço murado seguro à cidade caótica e perigosa; que manteve-se como uma constante desde o início da sua implantação no Brasil na década de 1970. É preciso também atentar aos elementos envolvidos na pesquisa. Além do objeto urbanístico de análise (os próprios condomínios fechados) é preciso considerar a natureza dos moradores. Faz-se necessário descolar da imagem do morador a imagem de causador do problema atribuído aos EREFs (segregação, exclusão, desigualdade, etc). O atributo dos condomínios que a maioria dos moradores busca é a promessa de segurança. É preciso perceber que os EREFs são a única proposta de vivência segura na cidade oferecida à sociedade associada a uma produção sólida e a um mercado. Enquanto não houver outras propostas urbanísticas para viver em segurança na cidade – que articulem outros valores que não sejam exclusivistas ou discriminatórios – e ofereça-las em ampla escala comercial, o condomínio fechado continuará a ser a escolha de moradia daqueles que tem escolha.

Com o objetivo de compreender como as dinâmicas de uso do espaço urbano (público e privado) e de interação social se modificam em um contexto pautado pelo medo e constante busca pela segurança – terceiro objetivo alcançado – buscou-se apoiar-se em conceitos e autores da psicologia, sociologia e filosofia. A aproximação a estes campos do conhecimento evidenciaram uma série de comportamentos associados à vida entremuros (direta ou indiretamente), que interferem na compreensão da ideia de comunidade, espaço público, coletividade e exclusividade.

A quantidade crescente de estímulos que a vida nas grandes cidades causa em seus habitantes, e com ela a possibilidade de saturação do indivíduo, faz levantar questionamentos sobre outro atributo bastante comum aos EREFs: a tranquilidade. Essa tranquilidade se traduziria na vontade de menos contatos sociais corriqueiros, ou pelo menos, em contatos controlados onde haja maior homogeneidade entre as partes. A sociabilidade participa das dinâmicas dos EREFs

de duas maneiras. Primeiro, é a partir dela que a ideia do que é um condomínio fechado circula, acessando grupos de familiares e amigos. Como já apontado, muitos moradores escolhem morar em condomínios devido a indicação de pessoas próximas. E ainda, é a partir da sociabilidade que se constroem os valores associados aos condomínios, seja pelos contatos pessoais ou pela narrativa que a mídia veicula, erigindo aos poucos os consensos sobre segurança e lazer presentes nesses espaços. Segundo, a presença dos EREFs na cidade implica em novas organizações de sociabilidade. Algumas já apontadas, como aquelas conseguidas a partir dos eventos programados aos moradores; outras dizem respeito às passagens dos moradores pela “cidade aberta” e a construção de uma relação “aérea” com as pessoas e territórios fora do condomínio. Este descolamento do território, ou extraterritorialidade, caracteriza-se por uma postura do morador de adoção do espaço do condomínio como seu espaço resguardado, e o espaço da cidade como se estivesse ao seu dispor. Soma-se a isso a facilidade de deslocamento, em ambos os sentidos (de dentro para fora, e fora para dentro), feito principalmente via automóveis individuais, que evidencia o caráter passageiro da vivência na “cidade aberta”.

A construção da ideia do que são os EREFs através dos consensos (já citados) ignora uma série de contradições existentes entre muros. Por exemplo, a presença de crimes apesar da promessa de segurança, a liberdade num contexto de permanente vigilância das ações dos moradores. Isso coloca a questão de que os condomínios também participam de uma disputa de narrativa: de um lado a noção idealizada de que são um lugar onde se tem qualidade de vida urbana garantida; de outro as problemas presentes. Grande parte das narrativas dos condomínios é produzida e disseminada pela propaganda, que constrói os valores necessários para que o EREFs seja um empreendimento de sucesso.

Se tornou perceptível nos condomínios a presença de uma lógica de exportação de problemas para terceiros, também chamada de “lógica do condomínio”. Sob esta forma de funcionamento faz-se necessária a figura de um síndico, entidade simbólica (ou não) que se encarrega de gerir os problemas; é ele que precisa resolver a sociabilidade em falta, o lazer, a segurança, etc, que são problemas de todos os moradores, mas nessa condição são conferidos ao poder do síndico. A sociabilidade dentro dos condomínios tende a reduzir o tamanho da noção de

“nós”, cada vez mais resguardando-se ao núcleo familiar apenas, preferindo o afastamento inclusive de outros moradores do EREF, o que leva a questionar a ideia de homogeneidade interna.

É necessário superar a ideia de condenação simplista do condomínio e seus moradores; é preciso então redirecionar a crítica. Os EREFs têm características que todo bairro aberto gostaria de ter (segurança, eventos sociais, infraestrutura, etc). Além disso foi unânime nas entrevistas a colocação de que os moradores conseguiam estabelecer relações com o lugar e criar vínculos positivos ali. O resultado final, a “frente” do condomínio se apresenta como benéfica. Mas isso é conseguido via a exclusão da responsabilidade individual frente ao coletivo, exclusão que toma forma no momento em que o condomínio se apresenta como um lugar com valores, conceitos e práticas pré-determinadas, às quais o indivíduo deverá se adaptar. O “fundo” do condomínio se sustenta sobre o monopólio da oferta de “cidade segura” que monopoliza inclusive os valores envolvidos para alcançar esta realidade almejada. Este deve ser o direcionamento da crítica aos EREFs.

Constatou-se que a sensação de segurança importa mais do que a segurança de fato, então estar vigiado constantemente passa a não ser um problema. Os enclaves fortificados têm papel fundamental para concretizar a sensação de segurança no espaço urbano, pois eles delimitam claramente um perímetro de “segurança” que contrapõe-se à generalização da insegurança na cidade (bastante disseminada pela mídia sensacionalista), com isso ganhando credibilidade. A sensação de segurança se coloca através das estratégias de securitização, que não agem sobre as causas da violência, mas sobre seus sintomas. A vigilância, que age na inibição do crime, é uma aposta sem certeza da eficácia desse produto. São medidas que afastam a insegurança para outro lugar, não as resolvem, significando que o que importa aqui é a sensação subjetiva de segurança, e não a implantação de um estado de segurança coletiva; quem pode resolver a própria situação tem o direito de ignorar aqueles que não podem. Assim, gerando um afastamento do indivíduo de responsabilidades coletivas, principalmente em situações com atores heterogêneos. É clara a necessidade implícita que há nos EREFs de conseguir garantias de homogeneidade, de sociabilidades sem riscos, de confirmação, afinal o que os EREFs oferecem é um conjunto de regras

estipuladas num determinado espaço: oferecem uma proposta de vida na cidade ordenada e clara.

Percebe-se, por fim, a constância da importância da imagem das coisas: o condomínio seguro, que não é tão seguro assim, o afastamento do centro da cidade via implantação de muros (que tem ao lado uma favela), os aparatos de segurança que tornam-se fundamentais mas que não sabe-se a real eficácia deles, relacionar-se a um grupo teoricamente homogêneo a si e perceber que existem diferenças e conflitos também ali. Tudo para evidenciar a sensação de segurança; segurança tanto do ponto de vista da violência e o desejo de afastar-se dos riscos da criminalidade, quanto de segurança num sentido mais amplo, que abarque a segurança de possuir contatos sem conflitos, de ter uma casa absolutamente protegida, de possuir uma possibilidade imaculada de vida na cidade. Contraposta à ideia do caos da cidade, está a invenção de um lugar onde há certezas.

Como questões colocadas para pesquisas correlatas futuras, dada a extensão desse tema, são duas. Primeiro, faz-se necessária uma pesquisa etnográfica aprofundada sobre os moradores de condomínios fechados, para compreender em detalhes o modo como as classes altas (porção da população que possui escolha de moradia) operam seus desejos na cidade. Segundo, é preciso compreender o condomínio fechado como apenas uma das manifestações de forças maiores, sociais, econômicas e políticas que moldam a contemporaneidade em diversas esferas; e por isso, associar os condomínios fechados a outras manifestações (não necessariamente urbanísticas) dessas forças para compreender para onde apontam e quem detém os vetores do poder atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Rafael de Aguiar. **A Cidade do Medo: segregação, violência e sociabilidade urbana em Salvador**. Cadernos do CEAS, n. 235, p. 45-73, 2015.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Trad: Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, [orig. 1970].

ARROYO, Julio. Procesos Extremos em las ciudades argentinas de las últimas décadas. **Cidades – processos extremos na constituição da cidade: da crise à emergência dos espaços contemporâneos**. Vol. 11, n° 19, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, e-book, 2009.

_____. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, e-book, 2014, [orig. 2013].

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interacionism: Perspective and Method**. Los Angeles: University of California Press, 1969.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

CAMPELLO, Tereza. **Faces da Desigualdade no Brasil: Um olhar sobre os que ficam para trás**. CLACSO, FLACSO Brasil, 2017.

CARRIÓN, Fernando; VEGA, Jorge Nuñez. La inseguridad en la ciudad: hacia una comprensión de la producción social del miedo. **EURE**, vol. 32, n 97. pg. 7-16. 2006.

CARVALHO, Cecília Cortez. **Vida em Condomínio: a construção de vínculos no ambiente de moradia**. 2018. 137 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed, 1998 [orig. 1990].

COAFFEE, Jon; O'HARE, Paul; HAWKESWORTH, Marian. The visibility of (in) security: the aesthetics of planning urban defences against terrorism. **Security Dialogue**, vol. 40, n 4-5, pp. 489-511. 2009.

CRUZ, Luciana Maria. **Morfologias Urbanas do Medo: a materialização da (in)segurança em bairros nobres do Recife**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DACANAL, Cristiane; GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. **A imagem de condomínios horizontais**. In: Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Londrina, 2005.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo; FELIX, Sueli Andruccioli. Pensando a cidade, suas contradições e a construção das sociabilidades sob o dilema da insegurança. **Aurora**, ano V, n. 7, 2011.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800 uma cidade sitiada**. Trad: Maria Lucia Machado e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, [orig. 1978].

D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?** 2008. 298f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Reinvenção da Intimidade, Políticas do sofrimento cotidiano**. São Paulo: Ubu Editora, E-book, 2017.

_____. A lógica do condomínio ou O síndico e seus descontentes. **Leitura Flutuante**, v. 1, 2009

FERNANDES, Erick Alessandro Schunig. **O marketing e a propaganda como protagonistas no processo de construção de condomínios nos municípios de Vitória e Serra**. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014.

FERREIRA, Christiane Nicolau Rosendo. **Entre Muros: os espaços coletivos dos condomínios residenciais fechados**. 2012, 128f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FERREIRA, Francisco Barnabé. **Transformações urbanas na cidade de São Carlos: condomínios horizontais fechados e novas formas de sociabilidade**. 2007, 241f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. **Risco**, vol. 15, n. 1, pg. 23-35, 2017.

FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de. **Loteamentos Fechados**. 2008. 206 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 1ª ed, 2011, [orig. 1930].

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 6ª ed, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GONÇALVES JUNIOR, Francisco de Assis. **Paisagem e sustentabilidade urbana: o papel dos loteamentos fechados e condomínios horizontais em Vinhedo – SP**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUERRA, Mariana Falcone. **Vende-se qualidade de vida: Alphaville Barueri – implantação e consolidação de uma cidade privada**. Dissertação (Mestrado

em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2013.

GUERRERO, Gerardo Fernández; MARTÍ, Sandra Amelia; ÁVALOS, Martha Isabel Flores. La Zona: la idea de protección a partir del libre confinamiento en la sociedad globalizada. **Nueva Época**, año 22, nº 61. Pp. 127-138. 2009.

HAN, Byung-Chul. **A Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Topologia da violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INNERARITY, Daniel. **El nuevo espacio público**. Madrid: Espasa Hoy, 2006.

JARAMILLO, Samuel. Reflexiones sobre la “informalidad” fundiária como peculiaridad de los mercados del suelo em las ciudades de la América Latina. **Territórios**, n. 18-19, pg. 11-53, 2008.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medo, Vida cotidiana e sociabilidade. **Política & Trabalho**, n. 18, pg. 9-19, 2002.

LE GUIRRIEC, Patrick. A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia. **Cronos**, v. 9, n. 1, pg. 167-178. 2008.

LEONELLI, Gisela Cunha Viana. **A construção da Lei Federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do século XX a 1979**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2010.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do Crime e Arquitetura do Medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2ª ed, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINHO, Marla Jessica. **A expansão urbana murada, legislação de loteamento e áreas públicas em Indaiatuba**. 2017. 188f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidades) – Faculdade de Engenharia Civil Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2017.

MASSARETTO, Nadya. **Quando a cidade vira muro: os condomínios residenciais fechados de Itatiba-SP**. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – PUC Campinas, Campinas, 2010.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.

MIGLIORANZA, Eliana. **Condomínios fechados: localizações de pendularidade, um estudo de caso no município de Valinhos, SP**. 2005. 113f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2005.

MOSQUERA, Juan José Mouriño. **Psicologia da Arte**. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed, 1976.

ORELLANA, Rodrigo Castro. **Panoptismo, biopolítica y espacio re-flexivo**. In: Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y arquitectura. Espanha: Lampreave, 2011, pg 47-67.

OXFAM Brasil. **A Distância que nos Une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017.

PERA, Carolina Krobath Luz. **Processo contemporâneo de expansão urbana: legislação urbanística e lógicas de produção do espaço urbano – estudo da Região Metropolitana de Campinas**. 2016. 224f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – PUC Campinas, Campinas, 2016.

PORTUGAL, Josélia Godoy. **A sociabilidade em condomínios fechados: o caso do condomínio residencial Recanto da Serra em Viçosa-MG**. 2009, 169f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

PUCCI JUNIOR, Renato Luiz. **Conflitos teóricos na pesquisa sobre cinema: em**

torno de Alphaville, de Godard. **E-compós**, v. 12, n. 1, pg 1-13, 2009.

RODRIGUES, Wallace Faustino da Rocha. Sociabilidade e fragmentação subjetiva: reflexões sobre a constituição do indivíduo moderno a partir de Georg Simmel. **Mediações**. Londrina, v. 18, n. 2, pg 133-147, 2013.

SABINO, Fernando. **A Cidade Vazia**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

SANTORO, Paula Freire. **Gênero e Planejamento Territorial: uma aproximação**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, 2008.

SENNETT, Richard. **Construir e Habitar: Ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

_____. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Editora Record, e-book, 2015.

SILVA, Dafne Sponchiado Firmino da. **Para dentro das portarias, por detrás das cancelas: características e condicionantes da autosegregação das elites em Campinas**. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2016.

SILVA, Paula Francisca Ferreira. **A expansão urbana de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974-2005)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP/EESC, São Carlos, 2008.

SILVA, Veridiana Lima da. **Mudanças na forma de ocupação do espaço urbano em Valinhos – SP: a expansão dos condomínios fechados**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2008.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, n. 11, v. 2, pg. 577-591, 2005.

SOUTO, Anna Luiza Salles. **Gênero e Cidade: violência, assédio e exclusão**. In: *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo:

Editora Unesp, 2013.

STAVRIDES, Stavros. **Heterotopias and the Experience of Porous Urban Space**. In: Loose Space: Possibility and diversity in urban life. Londres: Routledge, 2006. Pg 174-192.

TURCZYN, Daniel Teixeira. **Mutação Urbana em Campinas: sua forma e paisagem**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2013.

TURCZYN, Daniel Teixeira; MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. **Mutações Urbanas na Região Metropolitana de Campinas**. PNUM 2018: A produção do território: formas, processos, desígnios, 2018.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 2016**. New York: UNDP, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2ª ed, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2ª ed, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Trad: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 1ª ed, 2014, [orig. 2008].

BRASIL, **Lei 4.591**. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. 1964.

BRASIL, **Lei 6.766**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. 1979.

Alphaville. Direção: Jean-Luc Godard, França, 1965. 99 min, som, pb.

Complex of Fear. Direção: Brian Grant, Estados Unidos, 1993. 120 min, som, cor.

Historia del Miedo. Direção: Benjamin Naishtat. Argentina: Rei Cine, 2014. 79 min, som cor.

La Zona. Direção: Rodrigo Plá. México, Espanha: Morena Films, 2007. 97 min, som, cor.

Safe. Direção: Harlan Coben e Danny Brocklehurst, Estados Unidos, 2018. Série, 45 min (episódio), som, cor.

RESERVA COLONIAL. Disponível em <<http://www.reservacolonial.com.br>> Acesso em 9 de Outubro de 2018.

THINK OLGA. Disponível em <<https://thinkolga.com/>> Acesso em 05 de Abril de 2019.

VISCONDE DE ITAMARACÁ. Disponível em <<http://www.villageitamaraca.com.br>> Acesso em 9 de Outubro de 2018.

ANEXOS

1 ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL

1. Idade
2. Atividade
3. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas
4. Renda familiar aproximada
5. Há quanto tempo moram nesse condomínio?
6. Onde moravam antes? (apartamento, casa, bairro, cidade, próprio, alugado)

MOTIVAÇÃO

7. Quais os principais motivos que te levaram a morar em um condomínio?
 - a. (Caso tenha mencionado a questão da insegurança) A que você atribui esse aumento da violência na cidade?
 - b. Como essa violência aparece no seu cotidiano?
8. (Caso não tenha sido mencionada) Quais são as medidas de segurança adotadas pelo condomínio?
9. Você considera adequadas essas medidas?
 - a. Você e sua família adotam medidas de segurança em sua casa ou depois que mudaram para cá isso não foi mais necessário?
 - b. Você se sente seguro(a) no condomínio?
 - c. Você já sofreu algum episódio de violência/crime depois de mudar para o condomínio? O fato aconteceu dentro ou fora dele?
10. (Caso não tenha sido mencionada) A decisão de morar nesse condomínio tem relação com sua identidade social ou cultural com os outros moradores? Se sente pertencente ao universo do condomínio?
11. Pensa em morar fora do condomínio no futuro? Por quais motivos?
 - a. Pensa em morar em outro condomínio? Por quê?
 - b. Seus filhos já foram morar fora do condomínio?
 - c. Como foi sua infância no condomínio?

COTIDIANO E CIDADE

12. Descreva a rotina da sua família.
13. O que mudou, nessa rotina, quando mudaram para esse condomínio?
14. (Caso não tenha sido mencionado) E seus deslocamentos pela cidade? São feitos de carro, ônibus, a pé, etc?
15. Em relação à trabalho, onde ele é feito (dentro, fora do condomínio)?
16. (Caso não tenha sido mencionado) Atividades cotidianas como ir ao supermercado, farmácia, etc, são feitas como? Onde? Com que frequência?
 - a. (Caso não tenha sido mencionado) Gostaria que houvesse mais atividades comerciais e de serviços dentro ou perto do condomínio para evitar a frequência a outros espaços da cidade?
17. Sobre seu círculo de amigos, existem alguns que morem neste ou em outros condomínios?
18. Há amizades feitas dentro do condomínio?

LAZER E CIDADE

19. Que atividades fazem parte do lazer da sua família?
20. O que mudou, nesse lazer, quando mudaram para este condomínio?
21. A escolha do lazer também é feita em função da segurança?
22. (Caso não tenha sido mencionado) Fora do condomínio, que espaços costumam frequentar para o lazer? (bares, praças, cinemas, shoppings, parques, etc)
 - a. Com que frequência utilizam estes espaços?
 - b. Frequentam espaços na cidade com muitas pessoas? Em que ocasiões?
 - c. Como é a sensação de utilizar estes espaços na cidade? (segurança, tranquilidade, medo)
23. Quais instalações de lazer o condomínio possui?

- a. (Caso não tenha sido mencionado) Utilizam as instalações de lazer que o condomínio possui?
 - b. (Em caso de positiva) Qual a frequência dessa utilização?
 - c. Como é a sensação de usar estes espaços dentro do condomínio?
24. Percebem se outros moradores do condomínio utilizam as áreas coletivas do condomínio?
25. Há algum tipo de atividade coletiva do condomínio?
- a. (Em caso de negativa) Por que não utilizam?
 - b. Quem organiza? Quem pode participar?

VIZINHANÇA

26. Você conhece seus vizinhos?
- a. (Em caso de positiva) Costuma realizar atividades conjuntas com eles?
27. Há encontros, reuniões dos moradores?
28. Gostaria que houvesse maior ou menor interação entre os moradores, ou não faz diferença?
29. Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?
30. Há algum tipo de comunicação interna do condomínio?

VISITAS

31. Você e sua família costumam receber visitas de pessoas que não moram no condomínio?
- a. (Em caso de positiva) As regras desse condomínio interferem nessas visitas?

REGRAS

32. O que mais você pode nos dizer sobre as regras desse condomínio?
- a. (Caso não tenha sido mencionado) Há problemas com o cumprimento de algumas regras?
 - b. (Em caso de positiva) Você notou algum esforço do condomínio para que esses casos fossem resolvidos?
 - c. (Em caso de positiva) Você notou algum esforço do condomínio para que esses casos não fossem divulgados?
33. Como é o controle feito para os trabalhadores que entram no condomínio? (empregadas, entregadores, etc)
34. Existem regras para uso dos espaços comuns?

SERVIÇOS

35. Há empregados na sua residência?
- d. (Em caso de positiva) Como as regras do condomínio interferem no cotidiano de seus empregados?
36. Como seu(s) empregado(s) chegam até o trabalho?
37. Quais são os serviços oferecidos pelo condomínio aos moradores?
38. Quais são as despesas decorrentes desses serviços? Considera que são altas, baixas ou condizentes?
39. As regras e procedimentos do condomínio interferem no seu cotidiano?
40. Há serviços da cidade oferecidos dentro do condomínio? (lixeiro, correios, sabesp, etc)
- e. Há moradores que oferecem serviços?

AValiação

41. Você está satisfeito(a) por morar aqui? Destacar pontos positivos e negativos.
42. Considera que o valor pago pelo condomínio é coerente com os benefícios?

2 TERMO DE CONSENTIMENTO

_____, ____ de _____ de 2018

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados do Pesquisador

Rafael Baldam

Telefone: (19) 981607905 E-mail: rafabaldam@gmail.com

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU USP São Carlos, nUSP 9858622

Pesquisa FAPESP 2017/20389-0

Dados do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar

Endereço: Rod. Washington Luiz Km 235, Jardim Guanabara, São Carlos/SP

Telefone: (16) 33519683 E-mail: cephumanos@ufscar.br

CAAE: 90747718.5.0000.5504

Este documento visa conceder o consentimento da entrevista pelo entrevistado, bem como o aceite para uso dos dados coletados durante a entrevista. Por favor leia atentamente os itens abaixo.

1. Esta entrevista faz parte da metodologia da pesquisa de mestrado do pesquisador Rafael Baldam, matriculado no curso de mestrado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos, com apoio da FAPESP;
2. A entrevista será gravada em áudio e serão feitas anotações escritas pelo pesquisador;
3. Os nomes dos entrevistados não serão divulgados;
4. As entrevistas não serão divulgadas integralmente, apenas trechos das conversas;
5. Esta pesquisa de mestrado investiga, entre outros pontos, os modos de uso e percepção do espaço urbano público e dos espaços coletivos internos à condomínios fechados, bem como as formas como se dão as relações sociais nesses meios;
6. Este Termo de Consentimento atende às recomendações da Plataforma Brasil, bem como das instituições relacionadas (FAPESP e IAU-USP);
7. Riscos: durante a entrevista, pode ser que surjam temas pessoais e possivelmente delicados sobre a vida cotidiana do entrevistado. Se em algum momento o entrevistado se sentir desconfortável com o assunto ou questão, poderá solicitar que o entrevistador pule a questão;
8. Em qualquer momento da entrevista, o entrevistado poderá solicitar sua desistência;
9. Ao assinar este Termo de Consentimento, o entrevistado concorda com os itens acima e concede o uso dos dados obtidos durante a entrevista.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador

3 PARECER PLATAFORMA BRASIL

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Medo e segregação na cidade: sociabilidades em jogo em um contexto de enclaves fortificados

Pesquisador: RAFAEL BALDAM

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 90747718.5.0000.5504

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.832.776

Apresentação do Projeto:

O estudo consiste na coleta de informações pessoais, via entrevistas e questionários, de moradores de condomínios fechados, localizados na Região Metropolitana de Campinas. Esta coleta visa obter a percepção subjetiva desses moradores quanto à sociabilidade colocada em prática dentro e fora dos condomínios fechados. Esta vivência social em condomínios fechados se coloca como uma questão quando observada sob o prisma do medo urbano; afeto que tende a ditar os modos de uso e percepção do espaço das cidades, assim como molda as relações sociais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar de que maneiras a sensação de medo na cidade, e as estratégias de securitização do espaço urbano afetam as sociabilidades e a percepção subjetiva do espaço urbano.

Objetivo Secundário:

- Compreender como se dá a segregação sócio espacial na cidade, a partir da reprodução de enclaves fortificados;
- Analisar as estratégias adotadas para a securitização do espaço urbano (público e privado), como resposta ao medo;
- Compreender como as dinâmicas de uso do espaço urbano (público e privado) e de interação

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 2.832.776

social se modificam em um contexto urbano pautado pelo medo

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante a entrevista, há o risco de tocar em assuntos pessoais e potencialmente delicados, que envolvam, direta ou indiretamente, os temas da violência e do medo.

Benefícios:

A pesquisa contribui por oferecer uma visão subjetiva das sociabilidades e da vivência em condomínios, levando em consideração os sentimentos e motivações pessoais dos moradores. É uma perspectiva intimista de um assunto tratado frequentemente na escala macro.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa pertinente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados de acordo.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendência.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1133631.pdf	09/07/2018 19:56:16		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimento2.pdf	09/07/2018 19:53:44	RAFAEL BALDAM	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa_RafaelBaldam_ME.pdf	17/05/2018 16:21:50	RAFAEL BALDAM	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Assinada.pdf	17/05/2018 15:32:57	RAFAEL BALDAM	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS

Continuação do Parecer: 2.832.776

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 21 de Agosto de 2018

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

4 TABELA RESUMO DOS LEVANTAMENTOS DE EREFS

Total RMC		469	10538,54	159081,22
Cidade	n° de Condomínios	Área Total Condomínios (ha)	Área Urbana Município (ha)	
Vinhedo	32	1111,97	5141,05	
Itatiba	28	1302,84	8379,18	
Jaguariúna	14	598,53	4230,42	
Valinhos	71	873,26	6832,75	
Indaiatuba	51	1679,82	15867	
Holambra	4	97,56	1180,39	
Campinas	168	2879,47	38890	
Engenheiro Coelho	6	168,9	2308,76	
Artur Nogueira	12	156,89	3927,09	
Paulínia	26	443,8	13877,7	
Nova Odessa	6	133,7	4233,22	
Americana	22	313,94	10161,2	
Sumaré	6	217,7	7519,79	
Cosmópolis	4	37,57	1485	
Hortolândia	7	146,99	5978,20	
Morungaba	1	16,4	777,79	
St. Antônio de Posse	1	18,4	1058,96	
Monte Mor	5	232	14831	
St. Bárbara d'Oeste	4	90,3	9800	
Pedreira	1	18,5	2602,06	

Total RMC	7%		379179	2,8%
Cidade	Condomínio/Área Urbana Munic.	Área Total Município (ha)	Condomínio/Área Total Munic.	
Vinhedo	21,6%	8160,4	13,6%	
Itatiba	15,5%	32227,6	4,0%	
Jaguariúna	14,1%	14139,1	4,2%	
Valinhos	12,8%	14853,8	5,9%	
Indaiatuba	10,6%	31154,5	5,4%	
Holambra	8,3%	6557,7	1,5%	
Campinas	7,4%	79457,1	3,6%	
Engenheiro Coelho	7,3%	10994,1	1,5%	
Artur Nogueira	4,0%	17802,6	0,9%	
Paulínia	3,2%	13877,7	3,2%	
Nova Odessa	3,2%	7378,8	1,8%	
Americana	3,1%	13391,2	2,3%	
Sumaré	2,9%	15346,5	1,4%	
Cosmópolis	2,5%	15466,5	0,2%	
Hortolândia	2,5%	6241,6	2,4%	
Morungaba	2,1%	14675,2	0,1%	
St. Antônio de Posse	1,7%	15413,3	0,1%	
Monte Mor	1,6%	24056,6	1,0%	
St. Bárbara d'Oeste	0,9%	27103	0,3%	
Pedreira	0,7%	10881,7	0,2%	

Total RMC		0,52	751
Cidade	Índice GINI 2010	Lotes Tamanho Méd. (m²)	
Vinhedo	0,53		791
Itatiba	0,48		862
Jaguariúna	0,49		982
Valinhos	0,54		599
Indaiatuba	0,47		782
Holambra	0,54		772
Campinas	0,56		585
Engenheiro Coelho	0,45		731
Artur Nogueira	0,46		1131
Paulínia	0,48		399
Nova Odessa	0,41		1106
Americana	0,47		858
Sumaré	0,45		309
Cosmópolis	0,42		466
Hortolândia	0,41		284
Morungaba	0,41		1628
St. Antônio de Posse	0,44		1243
Monte Mor	0,44		803
St. Bárbara d'Oeste	0,41		200
Pedreira	0,42		486

#	Nome	Área (ha)	Perímetro (km)	Cidade	~ Lotes (m²)
1	Sem Nome	11,3	1,78	Engenheiro Coelho	736,20
2	Residencial Lagoa Bonita III	39	3,45	Engenheiro Coelho	701,43
3	Sparta Park	43,6	2,89	Engenheiro Coelho	681,50
4	Residencial Portal do Lago	11,3	1,4	Engenheiro Coelho	1061,29
5	Residencial Lagoa Bonita I	32,4	2,61	Engenheiro Coelho	637,09
6	Residencial Jacarandá	31,3	2,54	Engenheiro Coelho	566,00
7	Condomínio Califórnia	18,5	1,79	Artur Nogueira	977,14
8	Sem Nome	12,7	1,71	Artur Nogueira	998,78
9	Residencial da Torre	9,53	1,49	Artur Nogueira	133,78
10	Parque das Palmeiras	26	2,53	Artur Nogueira	1024,00
11	Sem Nome	10,9	1,36	Artur Nogueira	986,50
12	Sem Nome	3,66	0,87	Artur Nogueira	5101,50
13	Sem Nome	9,58	1,32	Artur Nogueira	452,43
14	Condomínio Residencial Manacás	20,8	1,87	Artur Nogueira	543,33
15	Sem Nome	8,52	1,83	Artur Nogueira	1318,17
16	Sem Nome	21,4	1,92	Artur Nogueira	393,63
17	Sem Nome	5,62	1,56	Artur Nogueira	692,60
18	Sem Nome	9,68	1,3	Artur Nogueira	950,40
19	Sem Nome	15,3	2	Cosmópolis	336,60
20	Sem Nome	6,49	1	Cosmópolis	956,33
21	Sem Nome	12,5	1,51	Cosmópolis	283,86
22	Sem Nome	3,28	0,89	Cosmópolis	287,20
23	Residencial Nova Holanda	29,6	2,33	Holambra	462,75
24	Residencial Vila de Holanda	9,46	1,23	Holambra	1011,40
25	Residencial Palm Park	26,9	2,3	Holambra	1071,83
26	Residencial Flor d'Aldeia	31,6	2,17	Holambra	542,86
27	Condomínio Monte Belo	18,4	2,22	St. Antônio de Posse	1243,00
28	Sem Nome			St. Antônio de Posse	
29	Residencial Ana Helena	52,8	4	Jaguariúna	1046,29
30	Condomínio Lago da Barra	37,5	3,65	Jaguariúna	596,80
31	Sem Nome	45,4	3,41	Jaguariúna	1060,40
32	Sem Nome	10,5	1,54	Jaguariúna	343,67
33	Quinta do Conde			Jaguariúna	
34	Quinta das Laranjeiras	4,11	0,85	Jaguariúna	225,00
35	Residencial Recanto Jaguary			Jaguariúna	
36	Sem Nome			Jaguariúna	
37	Condomínio Quinta das Pitangueiras			Jaguariúna	
38	Condomínio Panini	14,7	1,63	Jaguariúna	317,20

loteamento não finalizado

RETIRADO DO ESTUDO

RETIRADO DO ESTUDO

RETIRADO DO ESTUDO

RETIRADO DO ESTUDO

RETIRADO DO ESTUDO

RETIRADO DO ESTUDO

RETIRADO DO ESTUDO

RETIRADO DO ESTUDO

39	Residencial Primavera	4,52	0,9	Jaguariúna	368,00
40	Condomínio Quinta da Boa Vista	4	0,99	Jaguariúna	397,50
41	Condomínio Quinta da Boa Vista II	0,73	0,42	Jaguariúna	247,20
42	Sem Nome	1,37	0,55	Jaguariúna	376,60
43	Tamboré Jaguariúna	60,8	4,77	Jaguariúna	578,80
44	Condomínio Fazenda Duas Marias	257	8,51	Jaguariúna	5638,71
45	Sem Nome	76,1	4,29	Jaguariúna	1104,25
46	Chácara Long Island	29	2,19	Jaguariúna	1449,67
47	Colinas de São Pedro	18,5	2,29	Pedreira	485,60
48	Condomínio 40 Casas	16,4	1,48	Morungaba	1628,40
49	Residencial Sete Lagos	59	3,83	Itatiba	531,43
50	Condomínio Cachoeiras do Imaratã	26	2,79	Itatiba	1250,20
51	Sem Nome	67,4	3,52	Itatiba	0,00
52	Residencial Bosque dos Pires	32,4	2,96	Itatiba	530,40
53	Condomínio Itaembu	102	4	Itatiba	4890,40
54	Clube de Campo Fazenda	95,6	6,99	Itatiba	680,10
55	Condomínio Capela do Barreiro	126	8,1	Itatiba	2070,75
56	Condomínio Dona Carolina	111	8	Itatiba	1795,43
57	Residencial Jardim Botânico	2,42	0,68	Itatiba	328,67
58	Residencial Country Club	92	4,3	Itatiba	366,90
59	Jardim do Leste	16,4	1,7	Itatiba	1129,00
60	Parque das Laranjeiras	12	1,42	Itatiba	1129,57
61	Jardim Santa Rosa	17,9	2,17	Itatiba	1069,20
62	Residencial Dolce Vita	7,46	1,1	Itatiba	767,00
63	Reserva Santa Rosa	66,1	3,43	Itatiba	562,00
64	Parque São Gabriel	48,5	3,13	Itatiba	1019,83
65	Ecologie Residencial Itatiba	37,6	3,14	Itatiba	0,00
66	Sem Nome	71,6	3,75	Itatiba	0,00
67	Condomínio Villagio Paradiso	86,9	3,85	Itatiba	884,29
68	Condomínio Terras de Santa Cruz	12	1,53	Itatiba	556,17
69	Vila Ravenna	16,3	2,51	Itatiba	571,71
70	Sem Nome	5,3	1,32	Itatiba	0,00
71	Residencial Vila Marieta	1,2	0,51	Itatiba	278,80
72	Residencial Vila Veneto	2,66	0,93	Itatiba	283,20
73	Sem Nome	21,9	2,22	Itatiba	1116,20
74	Sem Nome	15,8	2,14	Itatiba	303,20
75	Ville de France	20,4	2,86	Itatiba	455,00
76	Ville Chamonix	129	4,86	Itatiba	1576,20
77	Residencial Terras de Vinhedo	27,9	2,19	Vinhedo	650,00

Sem Nome		15,6	2,36	Vinhedo	590,00
78	Jardim das Palmeiras	5,25	0,94	Vinhedo	320,00
79	Residencial Reserva da Mata	6,58	1,25	Vinhedo	260,00
80	Residencial Morada do Sol	8,72	1,25	Vinhedo	1100,00
81	Villagio di Verona	5	0,89	Vinhedo	450,00
82	Jardim Paulista II	3,19	0,81	Vinhedo	900,00
83	Sem Nome	3,66	0,91	Vinhedo	820,00
84	Condomínio Jardim Paulista Residencial	18,8	2	Vinhedo	680,00
85	Residencial Ipê Velho	4,71	0,89	Vinhedo	1200,00
86	Residencial Recanto dos Paturis	16,7	1,69	Vinhedo	387,50
87	Condomínio Vista Verde	2,18	1	Vinhedo	294,00
88	Sem Nome	5,9	1,46	Vinhedo	1020,00
89	Residencial Recanto das Canjaranas	52,3	4,4	Vinhedo	975,00
90	Sem Nome	0,48	0,31	Vinhedo	225,00
91	Residencial Chácara do Lago	50,3	3,68	Vinhedo	1100,00
92	Condomínio Vale da Santa Fé	168	11,2	Vinhedo	2925,75
93	Condomínio Vista Alegre	47,8	5,21	Vinhedo	980,00
94	Condomínio Vinhas Vista Alegre	118	4,63	Vinhedo	800,00
95	Sem Nome	1,97	0,66	Vinhedo	325,00
96	Condomínio Estância Marambaia	262	7,67	Vinhedo	850,00
97	Sol Vinhedo Village	11	1,44	Vinhedo	1100,00
98	Residencial São Miguel	6,1	1	Vinhedo	530,00
99	Sem Nome	1,1	0,46	Vinhedo	600,00
100	Condomínio Fazenda São Joaquim	119	4,8	Vinhedo	1040,00
101	Condomínio Alpes de Vinhedo	14,3	1,61	Vinhedo	680,00
102	Condomínio Grape Village	8,42	1,24	Vinhedo	275,00
103	Condomínio Terras de São Francisco	20,4	2,57	Vinhedo	380,00
104	Residencial Campo de Toscana	68,7	7,17	Vinhedo	720,00
105	Residencial Vila Hípica II	14,9	2,1	Vinhedo	900,00
106	Residencial Vila Hípica I	14,3	1,59	Vinhedo	1050,00
107	Residencial Recanto Florido	8,71	1,4	Vinhedo	1200,00
108	Reserva Colonial	40,7	2,83	Valinhos	600,00
109	Residencial Querência	15,5	2	Valinhos	650,00
110	Condomínio Vila D'Este	2,77	0,7	Valinhos	1600,00
111	Residencial Sans Souci	91,8	4,87	Valinhos	4200,00
112	Residencial Portal do Lago	8,98	1,81	Valinhos	800,00
113	Residencial Green Boulevard	7,38	1,49	Valinhos	750,00
114	Village Visconde de Itamaracá	48,3	3,27	Valinhos	1020,00
115					
116					

117	Residencial Vale do Itamaracá	59,9	4,46	Valinhos	1050,00
118	Residencial Camburi	1,35	0,49	Valinhos	325,00
119	Villa Toscana	1,49	0,49	Valinhos	450,00
120	Sem Nome	0,97	0,41	Valinhos	340,00
121	Condomínio Vila Araucária	0,51	0,34	Valinhos	165,00
122	Condomínio Villagio de Cortona	0,64	0,34	Valinhos	190,00
123	Residencial Monterosso	0,6	0,33	Valinhos	160,00
124	Residencial Morada Nascentes	17,7	2,1	Valinhos	425,00
125	Condomínio Residencial Millenium	11	1,39	Valinhos	440,00
126	Porto Seguro Village	3,89	0,84	Valinhos	570,00
127	Condomínio Residencial Oruam	2,78	0,67	Valinhos	620,00
128	Condomínio Villagio Florença	4,39	0,9	Valinhos	375,00
129	Residencial Portal Quiririm	7,45	1,26	Valinhos	560,00
130	Terras do Paiquerê	4,83	1,18	Valinhos	660,00
131	Residencial Athenas	3,59	0,81	Valinhos	540,00
132	Residencial Canto del Bosco	2,61	0,78	Valinhos	550,00
133	Residencial Monte Carlo	2,8	0,74	Valinhos	540,00
134	Residencial Vila Brasileira	2,98	1,11	Valinhos	800,00
135	Residencial Reserva das Palmeiras	7,66	1,79	Valinhos	580,00
136	Residencial Ouro Verde	3,39	1,24	Valinhos	670,00
137	Residencial Aldeia Mata	1,11	0,46	Valinhos	360,00
138	Residencial Bouganvillea	1,93	0,69	Valinhos	860,00
139	Sem Nome			Valinhos	
140	Sem Nome	0,95	0,45	Valinhos	530,00
141	Residencial Itamambuca	3,54	1	Valinhos	220,00
142	Residencial Jardim Fiorella	3,68	0,84	Valinhos	400,00
143	Parque Residencial Maison Blanche	15,4	2,3	Valinhos	600,00
144	Condominio San Marino	4,83	0,95	Valinhos	350,00
145	Sem Nome	5,55	1,11	Valinhos	360,00
146	Residencial Moinho de Vento	45	3,47	Valinhos	1100,00
147	Condomínio Nova Suíça / Monte Acrópole	59,3	3,3	Valinhos	1800,00
148	Clube de Campo Valinhos	81,8	6,18	Valinhos	1100,00
149	Residencial Colina dos Álamos	22,9	1,97	Valinhos	780,00
150	Parque Lausane	10,3	1,31	Valinhos	450,00
151	Condomínio Florada da Mata	3,1	0,76	Valinhos	460,00
152	Residencial Centerville	3,21	0,72	Valinhos	330,00
153	Condomínio Quaresmeiras	5,1	1,11	Valinhos	280,00
154	Condomínio Chácara Flora	18,3	1,78	Valinhos	1000,00
155	Condomínio Via Veneto	2,29	0,73	Valinhos	430,00

156	Condomínio Vila Real	2	0,68	Valinhos	420,00
157	Condomínio São Joaquim	17,5	2,75	Valinhos	210,00
158	Condomínio Madre Maria Vilac	9,64	1,29	Valinhos	350,00
159	Condomínio São Domingos Valinhos	3,36	0,86	Valinhos	320,00
160	Residencial Mont'Alcino	6,96	1,68	Valinhos	390,00
161	Sem Nome	16,4	1,85	Valinhos	350,00
162	Condomínio Flor da Serra	7,79	1,43	Valinhos	330,00
163	Residencial Villagio di Napoli	9,4	1,27	Valinhos	350,00
164	Residencial Vivenda das Cerejeiras	14,6	1,58	Valinhos	340,00
165	Condomínio Le Village	7,11	1,1	Valinhos	330,00
166	Residencial Terras do Oriente	25,4	2,1	Valinhos	380,00
167	Residencial Terras do Caribe	26,3	2,32	Valinhos	500,00
168	Sem Nome	2,55	0,67	Valinhos	290,00
169	Residencial Porto do Sol	6,1	1,28	Valinhos	360,00
170	Condomínio Mirante do Lenheiro	11,7	1,48	Valinhos	220,00
171	Residencial Villagio Venneto	1,32	0,5	Valinhos	600,00
172	Condomínio Solarium	0,94	0,4	Valinhos	370,00
173	Residencial Village Monet	1,44	0,53	Valinhos	330,00
174	Vila Fontana	3,46	0,76	Valinhos	420,00
175	Residencial Villagio Fiorentino	6,64	1,18	Valinhos	400,00
176	Condomínio Portal do Jequitibá	20,7	2,24	Valinhos	350,00
177	Condomínio Águas da Serra	6,29	1	Valinhos	360,00
178	Residencial Itapema	3,99	0,86	Valinhos	200,00
179	Residencial Tabatinga	4,71	1,2	Valinhos	200,00
180	Contry Club La Campagne	2,11	0,58	Valinhos	1700,00
181	Condomínio Green Golf	10,6	1,42	Valinhos	1400,00
182	Residencial Lagos de Shanadu	180	7,1	Indaiatuba	4700,00
183	Residencial Vila das Palmeiras	2,3	0,67	Indaiatuba	170,00
184	Residencial da Lagoa	0,85	0,39	Indaiatuba	300,00
185	Residencial Maria Bonita	1,65	0,7	Indaiatuba	260,00
186	Residencial Park Avenida	3	0,87	Indaiatuba	530,00
187	Residencial Jardim Esplendor	7,13	1,1	Indaiatuba	460,00
188	Condomínio Vila Cocais	0,4	0,28	Indaiatuba	120,00
189	Residencial Belavile	1,97	0,58	Indaiatuba	600,00
190	Residencial Ville Couvert	3,97	0,8	Indaiatuba	500,00
191	Vila Inglesa	2,57	0,64	Indaiatuba	500,00
192	Residencial Village Terras de Indaiá	5,81	1	Indaiatuba	430,00
193	Sem Nome	3,48	0,77	Indaiatuba	340,00
194	Residencial Helvétia Park	28,4	3,72	Indaiatuba	520,00

195	Residencial Polaris	52,5	3,24	Indaiatuba	5000,00	
196	Residencial Helvétia Country	44,8	2,9	Indaiatuba	2300,00	
197	Condomínio Green Village	1,86	0,59	Indaiatuba	194,00	
198	Residencial Vila Romana	11,4	1,35	Indaiatuba	450,00	
199	Residencial Maison du Parc	20,2	2,54	Indaiatuba	530,00	
200	Residencial Vila Borguese	3,25	0,71	Indaiatuba	570,00	
201	Residencial Duas Marias	14	1,94	Indaiatuba	430,00	
202	Residencial Jardim da Vila Suíça	7,75	1,36	Indaiatuba	400,00	
203	Residencial Portal das Acácias	4,83	0,97	Indaiatuba	150,00	
204	Residencial dos Ipês	8	1,38	Indaiatuba	520,00	
205	Residencial Santa Clara	21	2,23	Indaiatuba	520,00	
206	Residencial Beira da Mata	5,15	0,93	Indaiatuba	410,00	
207	Residencial Jardim dos Aromas	2,89	0,83	Indaiatuba	220,00	
208	Panorama Residence	2,16	0,59	Indaiatuba	350,00	
209	Residencial Caribe Village	1,81	0,61	Indaiatuba	190,00	
210	Residencial Jardim Vila Paradiso	36,6	2,27	Indaiatuba	510,00	
211	Residencial Jardim Amstalden Residence	8,1	1,26	Indaiatuba	400,00	
212	Residencial Dona Lucila	20,8	2,28	Indaiatuba	400,00	
213	Sem Nome	17,4	2,45	Indaiatuba	330,00	
214	Residencial Terra Nobre	5,38	0,93	Indaiatuba	410,00	
215	Jardim Residencial Viena	11	1,72	Indaiatuba	300,00	
216	Jardim Maringá	3,88	0,99	Indaiatuba	340,00	
217	Sem Nome			Indaiatuba		condomínio vertical
218	Residencial Casa Bela Bosque	4	0,87	Indaiatuba	180,00	
219	Residencial Flamboyant	2,42	0,88	Indaiatuba	160,00	
220	Jardim Montreal Residence	17,2	2,46	Indaiatuba	175,00	
221	Vila Formosa			Indaiatuba		condomínio vertical
222	Jardim Brésia Residencial	19,4	2,21	Indaiatuba	220,00	
223	Jardim Reserva Bom Viver	36,8	3,11	Indaiatuba	460,00	
224	Residencial Jardim dos Lagos	15,8	2,82	Indaiatuba	580,00	
225	Residencial Villaggio di Itaiçi	12,4	1,95	Indaiatuba	160,00	
226	Moradas de Itaiçi	11,8	1,91	Indaiatuba	290,00	
227	Jardim Vista Verde	13	1,61	Indaiatuba	190,00	
228	Green View Residence	2,61	0,7	Indaiatuba	350,00	
229	Jardim Portal de Itaiçí	11,7	2,1	Indaiatuba	330,00	
230	Jardim Residencial Alto de Itaiçí	12,4	2,1	Indaiatuba	430,00	
231	Condomínio Recanto das Flores	126	7,77	Indaiatuba	4800,00	
232	Colinas do Monastério e Terras de Itaiçí	506	12,4	Indaiatuba	3400,00	
233	Vale das Laranjeiras	342	8,23	Indaiatuba	3000,00	

273	Residencial Villagio	30,6	2,36	Americana	450,00	condomínio vertical
274	Residencial Philipson Park	15,3	1,57	Americana	450,00	
275	Condomínio Portal de Rhodes	0,57	0,31	Americana	340,00	
276	Condomínio Ville Santorini	0,74	0,37	Americana	350,00	
277	Condomínio Altos da Represa	10,3	1,96	Americana	1200,00	
278	Condomínio Ipês Amarelos	15	1,53	Americana	400,00	
279	Residencial Villa Caroba	11,4	1,49	Americana	450,00	
280	Condomínio Euroville	2,47	0,63	Americana	170,00	
281	Residencial Trípoli	16,6	1,81	Americana	390,00	
282	Sem Nome	9,15	1,25	Americana	390,00	
283	Residencial Giardino	4,44	0,84	Americana	490,00	
284	Residencial Village das Américas			Americana		condomínio vertical
285	Residencial Vila San Pietro	3,48	0,99	Americana	470,00	
286	Residencial Flora Frezarin	2,81	0,69	Americana	440,00	
287	Sem Nome	3,28	0,75	Americana	740,00	
288	Sem Nome	2,1	0,62	Americana	390,00	
289	Residencial Campos do Conde II	27,8	2,5	Paulínia	320,00	
290	Residencial Campos do Conde Paulínia	26,7	2,51	Paulínia	350,00	
291	Condomínio Fontanário	23,6	2,42	Paulínia	350,00	
292	Residencial Aurora	5,1	0,93	Paulínia	330,00	
293	Residencial Pazeti	44,6	3,74	Paulínia	230,00	
294	Residencial Raízes	7,1	1,26	Paulínia	370,00	condomínio vertical
295	Residencial Xingú	4,36	0,99	Paulínia	820,00	
296	Condomínio Alto da Boa Vista	5,3	1,14	Paulínia	424,00	
297	Residencial Metropolitan Park	14,6	1,88	Paulínia	415,00	
298	Residencial Athenas	11,5	1,56	Paulínia	480,00	
299	Residencial Villa Bela Livorno	9	1,21	Paulínia	400,00	
300	Residencial Villa Bela Siena	10,9	1,44	Paulínia	420,00	
301	Residencial Villa Bela Florença	12,6	1,59	Paulínia	625,00	
302	Condomínio Sunset Boulevard			Paulínia		
303	Residencial Villa Lobos	34,2	2,95	Paulínia	500,00	condomínio vertical
304	Residencial Yucatan	10,9	1,43	Paulínia	340,00	
305	Condomínio Okinawa	33	2,53	Paulínia	280,00	
306	Residencial Terras do Cancioneiro	38	3,95	Paulínia	430,00	
307	Condomínio Reserva Real	35,7	2,77	Paulínia	350,00	
308	Condomínio Parque Santa Isabel	6,98	1,2	Paulínia	360,00	
309	Residencial Moradas de Betel	4,1	1	Paulínia	350,00	
310	Residencial Green Ville	15,2	1,67	Paulínia	390,00	
311	Residencial Villafranca	11,3	1,51	Paulínia	400,00	

312	Residencial Jacarandás	4,74	1	Paulínia	350,00
313	Sem Nome	7,62	1,3	Paulínia	430,00
314	Residencial Jardim dos Manacás	13,9	1,56	Paulínia	370,00
315	Sem Nome	25	2,12	Paulínia	300,00
316	Residencial Parque Rio das Pedras	47	3,25	Campinas	640,00
317	Condomínio Ibirapuera	9,1	1,68	Campinas	170,00
318	Residencial Casas de Gaia	5,49	1	Campinas	720,00
319	Residencial Terras do Barão	22,8	2,56	Campinas	190,00
320	Residencial Espaço e Verde	4,6	0,93	Campinas	400,00
321	Residencial Lagoa Serena	5,49	0,95	Campinas	800,00
322	Residencial Riviera Barão	3,46	0,73	Campinas	440,00
323	Residencial Estância Eudóxia	16,5	1,58	Campinas	800,00
324	Condomínio Cidade Universitária	1,33	0,55	Campinas	300,00
325	Sem Nome	2,33	0,67	Campinas	700,00
326	Condomínio Florada da	1,84	0,59	Campinas	550,00
327	Residencial Sapucaia	2,21	0,6	Campinas	830,00
328	Sem Nome	1,24	0,52	Campinas	500,00
329	Residencial Portinari	2,75	0,79	Campinas	450,00
330	Condomínio Recanto do Guará	4,54	0,86	Campinas	350,00
331	Residencial Villagio di Siena	1,94	0,56	Campinas	350,00
332	Sem Nome	6,12	1,44	Campinas	2000,00
333	Condomínio Estância Paraiso	27,8	2,43	Campinas	520,00
334	Residencial Shangrilá	120	5,13	Campinas	1200,00
335	Sem Nome	1,22	0,46	Campinas	320,00
336	Sem Nome	19,9	2,15	Campinas	2600,00
337	Sem Nome	3,99	0,92	Campinas	1000,00
338	Manege Residence	9,55	1,32	Campinas	2700,00
339	Loteamento Vale das Garças	91	4,71	Campinas	1850,00
340	Residencial Triângulo	16	2	Campinas	500,00
341	Residencial Quinta do Forte	0,69	0,4	Campinas	275,00
342	Residencial Belle Ville Barão Geraldo			Campinas	condomínio vertical
343	Sem Nome	0,76	0,56	Campinas	300,00
344	Sem Nome	1,47	0,6	Campinas	260,00
345	Moradia Unicamp			Campinas	lotes coletivos
346	Bairro Alto			Campinas	condomínio vertical
347	Residencial Santa Cândida	0,89	0,43	Campinas	260,00
348	Residencial Vila Francesa	0,92	0,4	Campinas	220,00
349	Residencial Haras Bela Vista	2,61	0,77	Campinas	330,00
350	Residencial Vila Inglesa	0,9	0,38	Campinas	250,00

[illegible]

390	Residencial Villagio Lugano	1,36	0,54	Campinas	560,00	
391	Morada das Nascentes	64,3	3,37	Campinas	1500,00	
392	Reserva da Floresta	41,8	3,96	Campinas	3500,00	
393	Condomínio Colinas do Atibaia	362	14	Campinas	0,00	
394	Residencial Portal da Mata II	3,6	0,82	Campinas	280,00	
395	Sem Nome	3,21	0,78	Campinas	490,00	
396	Condomínio dos Ipês	4	0,83	Campinas	250,00	
397	Sem Nome	2,4	0,66	Campinas	230,00	
398	Residencial Id. Regina	1,92	0,61	Campinas	160,00	
399	Sem Nome	21,4	2,37	Campinas	950,00	
400	Sem Nome	23,5	2,12	Campinas	560,00	
401	Residencial Davos	8,1	1,15	Campinas	400,00	
402	Residencial Swiss Park	38,4	2,87	Campinas	390,00	
403	Residencial Baden	23	2,11	Campinas	420,00	
404	Sem Nome	9,53	1,27	Campinas	390,00	
405	Residencial Zermatt	14,8	1,66	Campinas	440,00	
406	Residencial Luzern	41,8	3,48	Campinas	470,00	
407	Residencial Lenk	16,2	1,78	Campinas	420,00	
408	Residencial Basel	22	2,1	Campinas	420,00	
409	Residencial Biel	15,8	2,28	Campinas	420,00	
410	Sem Nome	35,4	3,67	Campinas	520,00	
411	Swiss Park	15,6	2,56	Campinas	460,00	
412	Condomínio Chácara Prado	17,3	2,12	Campinas	440,00	
413	Condomínio Rossi Ideal Vitória Régia			Campinas		condomínio vertical
414	Condomínio The Palms American House			Campinas		lote coletivo
415	Ville Sainte Helene	28,2	2,68	Campinas	500,00	
416	Parque das Araucárias	17,4	1,9	Campinas	850,00	
417	Sem Nome	34,6	3,67	Campinas	675,00	
418	Residencial Palmeiras Hípica	22,8	2,24	Campinas	560,00	
419	Sem Nome	1,2	0,45	Campinas	500,00	
420	Sem Nome	0,9	0,41	Campinas	500,00	
421	Sem Nome	0,58	0,36	Campinas	230,00	
422	Chácaras de Notre Dame	2,1	0,56	Campinas	300,00	
423	Sem Nome	1,96	0,6	Campinas	1200,00	
424	Residencial Seasons	1,56	0,52	Campinas	480,00	
425	Condomínio Notre Dame Residence	2,22	0,62	Campinas	460,00	
426	Condomínio Vila Verde	1,15	0,47	Campinas	680,00	
427	Condomínio Pátio Santa Fé	6,93	1,19	Campinas	950,00	
428	Residencial Nova Campinas	1,15	0,42	Campinas	420,00	

[illegible]

468	Sem Nome	0,3	0,22	Campinas	190,00
469	Condomínio Petit Village de Provence	0,5	0,29	Campinas	160,00
470	Condomínio Casas Inglesas Garden Hill	0,9	0,46	Campinas	140,00
471	Condomínio Casas D'Itália	1,1	0,53	Campinas	150,00
472	Residencial Bernardo Kaplan	1,18	0,44	Campinas	280,00
473	Village Chopin	0,52	0,33	Campinas	125,00
474	Condomínio Parque da Lagoa	0,5	0,32	Campinas	290,00
475	Sem Nome	0,32	0,25	Campinas	280,00
476	Residencial Monte Carlo	0,36	0,29	Campinas	260,00
477	Vila Gaivota	0,51	0,29	Campinas	300,00
478	Condomínio Fazenda Taquaral	0,69	0,34	Campinas	350,00
479	Condomínio Riviera Jardins	1	0,56	Campinas	370,00
480	Condomínio Parque Taquaral	0,72	0,35	Campinas	693,00
481	Residencial Parque dos Ipês	1,6	0,53	Campinas	240,00
482	Residencial Vila Verde	1,5	0,5	Campinas	300,00
483	Residencial Parque Alegro	1,57	0,5	Campinas	200,00
484	Sem Nome	2,75	0,7	Campinas	350,00
485	Village Córsega	0,89	0,46	Campinas	180,00
486	Village Casabella	0,81	0,39	Campinas	200,00
487	Colibris Village	0,61	0,32	Campinas	190,00
488	Residencial Garopaba	1,1	0,44	Campinas	250,00
489	Residencial Jardim Chapadão	14	1,53	Campinas	560,00
490	Sem Nome	46,5	2,83	Campinas	600,00
491	Residencial Colinas	11,4	1,54	Campinas	600,00

6 INFOGRÁFICO RESUMO DOS EREFS SELECIONADOS

Você encontrará no envelope em anexo um infográfico com dados resumidos dos EREFs selecionados para o estudo.